

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE**

OLIVEIRA ADÃO MIGUEL

**AS MEMÓRIAS DOS 15+2 (DUAS) E O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO
ANGOLANA (2011-2022)**

**VITÓRIA DA CONQUISTA-BA
NOVEMBRO DE 2024**

OLIVEIRA ADÃO MIGUEL

**AS MEMÓRIAS DOS 15+2 (DUAS) E O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO
ANGOLANA (2011-2022)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS – da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, *campus* de Vitória da Conquista, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação

Orientadora: Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães.

**VITÓRIA DA CONQUISTA-BA
NOVEMBRO DE 2024**

M577m

Miguel, Oliveira Adão.

A memória dos 15+2 (duas) e o processo de democratização angolana (2011-2022).
/ Oliveira Adão Miguel, 2024.

293f.

Orientador (a): Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2024.
Inclui referência F. 273 – 293.

1. Angola. 2. Democratização. 3. 15+2 (duas). 4. Memória. I. Magalhães, Lívia Diana Rocha. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD 320.9673

Catálogo na fonte: Karolyne Alcântara Profeta – CRB 5/2134

UESB – *Campus* Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: The memories of the 15+2 (two) and the Angolan democratization process (2011-2022)

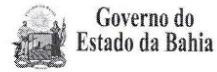
Palavras-chave em inglês: 15+2 (two); Memory; Democratization; Angola. Área de concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Titulação: Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade.

Banca Examinadora: Profa. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães (Presidente), Prof. Dr. Cláudio Eduardo Félix dos Santos (Titular), Prof. Dr. Ruy Hermann Araújo Medeiros (Titular), Prof. Dr. Washington Santos Nascimento (Titular), Prof. Dr. Helder Pedro Alicerces Bahu (Titular).

Data da Defesa: 29 de novembro de 2024.

Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.



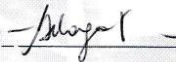
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB
Recredenciada pelo Decreto Estadual
Nº 16.825, de 04.07.2016

ATA REFERENTE À DEFESA DE TESE DE **OLIVEIRA ADÃO MIGUEL**, DOUTORANDO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE, DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA.

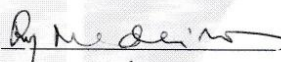
Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de 2024, de maneira híbrida na sala de aula do PPGMLS, de acordo com as orientações da Resolução CONSU n. 03/2021, **Oliveira Adão Miguel**, regularmente matriculado sob o registro acadêmico nº 2024A0061, defendeu sua tese perante a Banca Examinadora composta pelos professores **doutores** Lívia Diana Rocha Magalhães - *presidente*, Ruy Hermann Araújo Medeiros - *membro*, Cláudio Eduardo Felix dos Santos - *membro*, Washington Santos Nascimento - *membro* e Helder Pedro Alicerces Bahu - *membro*, tendo sido aprovado. Entretanto, para que o respectivo título possa ser concedido, com as prerrogativas legais dele advindas, o exemplar definitivo (em formato word) da referida tese, deverá ser entregue à secretaria do PPG em Memória: Linguagem e Sociedade, em um prazo máximo de 30 dias, qual seja, 29 de dezembro de 2024, com as alterações e/ou correções sugeridas pelos membros da banca, para que possa ser homologado pelas instâncias competentes da UESB.

UESB, Vitória da Conquista/Bahia, 29 de novembro de 2024.


Profª. Dra. Lívia Diana Rocha Magalhães – Presidente
Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. Ruy Hermann Araújo Medeiros
Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. Cláudio Eduardo Felix dos Santos
Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. Washington Santos Nascimento
Instituição: UERJ

Ass.: 
Documento assinado digitalmente
WASHINGTON SANTOS NASCIMENTO
Data: 04/02/2025 14:17:35-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Helder Pedro Alicerces Bahu
Instituição: ISCED-Huíla

Ass.: 

Campus de Vitória da Conquista
ppgmls@uesb.edu.br

(77) 3425-9395 |

Campus de Itapetinga
Praça da Primavera, 40
Bairro Primavera
CEP 45.700-000
PABX: (77) 3261 - 8600

Campus de Jequié
Rua José Moreira Sobrinho, s/n
Bairro Jequeizinho
CEP 45.200 - 000
PABX: (73) 3528 - 9600

Campus de Vitória da Conquista
Estrada do Bem Querer, km 4
Bairro Universitário
CEP: 45031 - 300
PABX: (77) 3424 - 8600

Dedico esta Tese de Doutorado a todos(as) aqueles(as) (vivos ou mortos) que lutam(ram) por uma Angola democrática, desenvolvida, tranquila e próspera, em particular aos membros do Movimento Revolucionário, também conhecidos como “Revús”, a quem nutro muita estima e respeito.

Dedico, ainda, esta tese a duas grandes mulheres, filhas do soba Miguel Sawiwa no Luquembo-Malanje, sobreviventes da guerra civil, emigrantes dentro da sua própria pátria, vítimas da violência gerada pelo descaso do Estado e vítimas da ingratidão daqueles que elas mais amaram (seus filhos). São elas, as minhas mães:

1. **Mamã Madalena:** morta vítima de doença prolongada em 2022, período em que eu já me encontrava no Brasil. Quando um dia regressar, espero poder construir uma lápide condigna ao seu corpo (a sua memória vive);
2. **Mamã Mariana Miguel:** sobrevivente e heroína do cotidiano “mwangolê”. Aquela que deu à luz quem lutou por uma utopia.

Cada geração deve descobrir sua missão, cabe a ela cumpri-la ou traí-la, em relativa opacidade.
Frantz Fanon (1925-1961)

AGRADECIMENTOS

Em caráter de prolegômeno, pretendo expressar a minha gratidão pelo apoio recebido de todos(as) aqueles(as) que, direta ou indiretamente, contribuíram para o início, desenvolvimento e conclusão deste Trabalho de Pesquisa Científica, uma Tese de Doutorado. Sinceros agradecimentos são estendidos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de produção científica que possibilitou a realização desta tese. Espero que tenhamos respondido às expectativas desse elevado investimento.

Agradeço efusivamente à Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), por terem me permitido frequentar o doutorado e aprender sobre novas perspectivas teórico- metodológicas com professores(as) de elevado calibre, tais como a Profa. Dra. Luci Mara Bertoni, Profa. Dra. Edvânia Gomes da Silva, Profa. Dra. Caroline Vasconcelos Ribeiro e o Prof. Dr. José Alves Dias.

Os meus agradecimentos são extensivos ao Grupo de Pesquisa História e Memória das Políticas Educacionais e Trajetórias Sociogeracionais (GHEMPE), incluindo-se aí os colegas Alcir, Elis, Indiara, Cristina, Gilneide e tantos outros com os quais partilhei vários momentos de saberes e desabafos.

A minha vinda ao Brasil não teria acontecido tão cedo se não fosse pela Profa. Dra Lúvia Diana Rocha Magalhães, minha orientadora, a quem nutro elevada estima e consideração por tudo que ela é e por tudo quanto fez por mim. Estou lembrado que tive enorme dificuldade de viajar ao Brasil (saída tardia do visto) a fim de dar sequência ao doutorado. Todavia, a sua persistência na luta pelo visto e na criação de condições para que eu me mantivesse no Programa foi indispensável para que eu pudesse dar continuidade ao curso. Com ela, aprendi o bastante sobre a vida acadêmica, em particular sobre vários teóricos, a pesquisa científica e suas metodologias aplicadas no campo das Ciências Sociais. A ela, o meu muito obrigado pelo acompanhamento na escrita da tese, artigos científicos, Congressos, bem como em todo o processo de orientação do trabalho sempre de forma sábia e inteligente. Sem ela, nada disso teria sido realizado.

Agradeço, também, ao Prof. Dr. Washington Santos Nascimento, a quem conheço desde 2018, altura em que se deslocou a Angola para lecionar a disciplina de Historiografia Africana no Programa de Pós-graduação em Ensino da História da África do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (ISCED-Huíla). Se não fosse por ele, dificilmente

eu teria acesso ao edital do PPGMLS. Foi também por via do professor Washington que procurei buscar perseverança a fim de continuar a lutar pelo curso. Os seus estímulos em vários sentidos me levaram a acreditar que eu era capaz de continuar e concluir a formação. Dando continuidade, agradeço ao Prof. Dr. Cláudio Félix, um ser humano com qualidades indescritíveis. Sem me conhecer perfeitamente, depositou confiança na relação desde o primeiro momento em que começamos as aulas do Programa. Estou lembrado que foi por intermédio dele que consegui publicar um artigo inicial em 2020. Em meio à pandemia, levou-me à sua casa para dialogar em torno dos desafios da pesquisa, incluiu-me em seu grupo de pesquisa e ofereceu-me enormes oportunidades para que pudesse, sem quaisquer entraves, me socializar na linda cidade de Vitória da Conquista. Se ele não é um anjo, está muito perto disso.

Agradeço, em seguida, ao Prof. Dr. Helder Pedro Alicerces Bahu, meu mestre, meu conselheiro e meu referencial intelectual (foi o meu primeiro orientador). O trabalho que termina agora é parte da utopia que tinha sido arquitetada por ele no longínquo ano de 2015 cujo propósito incluía me tornar um grande investigador com vistas a contribuir para o desenvolvimento da ciência histórica em Angola: “*Tuapandula ukulo*”. Espero não o desapontar com a finalização desse texto, pois pretendo aprofundar parcerias para a reflexão, produção e divulgação de vários trabalhos científicos.

Ao *boss* Isaias Abel Kambinda (um irmão mais velho) e à sua magna equipe da Direção Municipal da Educação na Matala, não tenho como agradecer o tamanho cuidado dispensado durante esta dura caminhada distante do nosso país e do trabalho. Se não fosse pelo *boss* Kambinda, não chegaria aqui. Sempre viu potencial em mim desde o tempo em que fomos colegas no Colégio “A Verdade Vos Libertará”. E, como sempre te disse, concluir o doutorado será: “Graças às vossas orações!”.

Agradeço ao Administrador Municipal da Matala, Dr. Miguel António Paiva Vicente, um pai, um amigo, um camarada, um patriota que terá cumprido o seu papel enquanto gestor público. Um homem que amou a Matala e seus cidadãos. Fica aqui a minha rendida homenagem por tudo quanto fez pelo município e em nossas vidas.

Agradeço ao Movimento Negro de Vitória da Conquista nas pessoas de mamã Elizabeth Ferreira Lopes (Beta), Ademar, Flávio Passos, Carlos e tantos outros. Eles me ofereceram amor, aconchego, residência e companhia constante.

Agradeço a Romilda e sua família. Uma família cuja matriarca, Dona Lau, teve uma trajetória incrível, digna de ter uma estátua nas avenidas desta cidade. Analfabeta, empregada doméstica e pobre, mas que formou seus mais de nove filhos em um sacrifício hercúleo e

desafiador. Uma família que venceu todas as atrocidades da vida e soube ser capaz de conquistar espaços de poder inimagináveis. Desde o primeiro momento que os conheci, prestaram todo o seu apoio, sendo simbólicas as reuniões da “Fusaka” na casa de Ray onde, com a família reunida, a magia da felicidade retornava aos corações dos presentes. E, como se trata de uma família bastante espiritual, faziam-se, no final de cada mês, as orações que aglutinavam todos os membros da família e, nessas ocasiões, sempre me senti mais reconfortado emocional e espiritualmente.

Ao casal Gina e Nivaldo, a minha gratidão pela atenção e companheirismo de sempre. Em nenhum momento, me deixaram só. Me apresentaram a cidade e fizeram-me sentir um membro dela. Muito obrigado, meus líderes!

Agradeço, ainda, ao Jesus Wassandjuka e ao Jaime Mc, dois rapazes que entraram na minha vida, dos quais cuidei e os quais hoje são meus irmãos de outra mãe (hoje também cuidam de mim). Sem eles, nunca seria possível viajar para o Brasil. Desde a seleção, me fizeram acreditar que, em nome de Deus e com os seus apoios incomensuráveis, tudo seria possível. Os dois irmãos investiram demais nessa formação e sempre estiveram aqui ao meu lado nos bons e maus momentos.

Aos amigos Yuri Nguifada, António Ndelesse, Paulo Pirisquito, Mário Charles Hossi, Paulino, Justo Valentino Muangunga, Joelson Dias Hebo, Massada, João Chefe, Mwene Vunungue, Leonardo Tati, Jasmim Ndatimana, Antunes Pinto, Hélder Maiunga, Justino Quintas, Songa, Géssica, José Carlos Roxo, Fagner, Ricardo, Aires e Flora Ferreira, o meu muito obrigado por tudo.

Não gostaria de anular a presença do meu amigo Job Raul Upale, um amigo-irmão insubstituível. Nunca me esqueço do quanto sempre lutou junto e sempre se disponibilizou para construir as utopias que nos moveram. Um relacionamento que remonta à época da licenciatura e perdura até aos dias de hoje. Tenho-o no coração e sempre serei grato por todos os momentos vividos.

Agradeço as manas Manoela Freire (Manú), Betty Berlanga e Luzia pela amizade e cumplicidade. São joias raras, humanas caras, pessoas incríveis. Ajudaram a dar luz e cor à cidade de Conquista; deixaram mais leve o doutorado; lutaram contra os meus medos, contra a cirurgia e me fizeram feliz em todo momento. Quem tem manas assim tem sempre mais proteção e apoio.

Agradeço ao papá Emiliano Dumbo por ter me aceitado como filho, ter me colocado na escola e ter me conduzido pelo caminho correto da vida. Foi por ele que fui à escola pela primeira vez. Ele sempre me disse o seguinte: “Tu és preguiçoso para trabalhos pesados

(manuais); precisas estudar para que não sofras com trabalhos pesados. Tu podes te dedicar ao trabalho intelectual e encontrar a tua dignidade”. Preciso que saiba, Pai: encontrei o caminho, não sei para onde vai, mas encontro-me nele.

Agradeço aos meus familiares mais próximos: Delfina, Suza, Tiozinho, Simão, Potássio, Amélia, Josefa, Miguel, Domingos, Luzia, Sônia, Guinho, Abel, Loló, Avozinho, Juli, tio Daniel, tia Nene, mamã Rosa e o pai José. Esses são a base das minhas lutas e sacrifícios. Com eles, aprendi que, sem família, não existem propósitos sólidos de luta. Vocês torceram por mim desde o primeiro momento. Eu estou com eles e sei que eles estão comigo. Um obrigado a Bela e aos nossos três filhos, Olívia, Emiliano e Mário. Os que mais sofreram com a minha ausência foram os filhos, em particular, o caçula Mário que, sendo o mais novo (na altura, tinha apenas 3 anos), sempre demonstrou revolta pela ausência prolongada do pai. Espero que esta defesa e o posterior reencontro venha a preservar a relação de pai e filho e que o final desse ciclo formativo venha justificar a distância, ausência e a dor de não ter um pai por perto para poder conversar, abraçar, chorar, sorrir e confidenciar. Eu os amo bastante. Sou grato por saberem esperar.

Por fim, minha gratidão aos ativistas dos 15+2 (duas), em particular Hata, Dito, Inocência, Hitler, Laurinda e Rosa, por terem ajudado a desenvolver a presente pesquisa, colaborando voluntariamente nas entrevistas e com informações adicionais que foram úteis para este trabalho. Esses jovens, tal como ficou vincado nas memórias da atual juventude angolana, são “heróis do nosso tempo e da nossa geração”, pois enfrentaram um dos mais temidos regimes autoritários do continente africano dos últimos 40 anos. Um dia, a história irá lembrar-se dos seus esforços ao lutar por uma Angola democrática, justa e igual para todos(as).

RESUMO

A tese cujo tema é “As memórias dos 15+2 (duas) e o processo de democratização angolana (2011-2022)” pretende recuperar a memória da história do processo de luta pela democratização protagonizada por jovens ativistas por meio de protestos não violentos contra o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), liderado pelos presidentes José Eduardo dos Santos (1975-2017) e João Manuel Gonçalves Lourenço (2017-), caracterizados pelo autoritarismo, neopatrimonialismo, clientelismo e violação propositada e sistemática dos direitos humanos (CHABAL, 2006; MESSIANT, 2018). A centralidade do debate recai sobre os ativistas do movimento dos 15+2 (duas) – enaltecendo o Movimento Revolucionário “Revú” –, nascidos entre 1980 e 2000, em sua maioria moradores de bairros periféricos e pobres, com formação média ou universitária, forjados no movimento cultural *hip-hop*, influenciados pela imprensa, sobretudo a privada, sem vínculo político-partidário, embora alguns tivessem familiares vinculados aos partidos políticos tradicionais, como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Eles foram notabilizados pelo uso das redes sociais, com realce para o *Facebook* e o *Youtube*, desenvolvendo o ciberativismo ou ativismo digital e com origens diversas em Angola, mas tendo como ponto de encontro a capital do país, Luanda. No dia 07 de março de 2011, realizaram, por meio do Movimento Revolucionário do Povo Lutador de Angola (MRPLA), a primeira manifestação antigovernamental na praça da Independência, em Luanda, fato que se repetiu nos anos posteriores (DALA, 2016). No dia 20 de junho de 2015, os jovens ativistas que se encontravam debatendo sobre técnicas de lutas não violentas foram surpreendidos pela presença dos órgãos de Defesa e Segurança do Estado, o que desencadeou, de forma injusta e ilegal, suas detenções. Esse cenário deu origem ao processo dos 15+2 (duas), acusados pelo Ministério Público de tentativa de golpe de estado contra o consulado do presidente José Eduardo dos Santos. O nosso objeto de estudo é o movimento dos 15+2 (duas) e a sua atuação no processo de democratização angolana (2011-2022), amparados na memória social, coletiva e política. Nesse sentido, temos a seguinte pergunta norteadora de pesquisa: Quais são as memórias registradas pelos jovens ativistas dos 15+2 (duas), bem como pelas fontes jornalísticas públicas ou privadas acerca da luta cívica e política empreendida por esse movimento pró-democratização de Angola entre os anos de 2011 e 2022? Procuramos recuperar a natureza do movimento dos 15+2 (duas) mediante a realização de entrevistas com seus participantes, visando a compreender como analisam, revisitam e recompõem a memória do processo contra o estado autoritário. Acompanhamos a trajetória dos jovens ativistas tendo como mote a sua origem sociogeográfica, familiar, acadêmica e o impacto na formação da consciência cívica e política. Recuperamos os marcos culturais derivados do Movimento Hip-Hop, das escolas, universidades, literaturas acadêmico-políticas e dos debates da imprensa. Situamos a organização do movimento e suas estratégias de comunicação por meio do ativismo digital (ciberativismo) introduzido pelas redes sociais, como o *Facebook* e *Youtube*. Reconstruímos o cenário histórico-memorialístico que ofereceu as condições objetivas e subjetivas para a construção do movimento pacifista até a detenção dos ativistas dos 15+2 (duas). Apresentamos o percurso histórico dos principais eventos que marcaram o processo de detenção, condenação, prisão até a libertação por meio da lei de anistia. Identificamos as notícias nos jornais públicos e privados acerca do movimento e a sua repercussão principalmente durante a detenção e prisão dos jovens ativistas. Por fim, recuperamos o percurso dos integrantes desse movimento durante e após esse embate político, sobretudo em relação ao contributo prestado a lutas ativistas evidenciadas durante a transição e mandato do presidente João Manuel Gonçalves Lourenço entre os anos de 2017 e 2022.

Palavras-chave: Angola; democratização; 15+2 (duas); Memória.

ABSTRACT

The thesis titled *The memories of the 15+2 (two) and the Angolan democratization process (2011-2022)* aims to recover the memory of history of the process of struggle for democratization led by young activists through non-violent protests against the government of the Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA), led by the presidents José Eduardo dos Santos (1975-2017) and João Manuel Gonçalves Lourenço (2017-), which were characterized by authoritarianism, neopatrimonialism, clientelism, and deliberate and systematic violation of human rights (CHABAL, 2006; MESSIANT, 2018). The focus of the debate is on activists from the 15+2 (two) movement – highlighting the Revolutionary Movement “Revú” – born between 1980 and 2000, most of whom live in poverty on peripheral neighborhoods, with secondary or higher education, forged in the *hip-hop* cultural movement, influenced by the press, especially the private one, without political-party affiliations although some had family members linked to traditional political parties, such as the Popular Movement for the Liberation of Angola (MPLA) and the National Union for the Total Independence of Angola (UNITA). They were notable for their use of social media, with emphasis on Facebook and YouTube, developing cyberactivism or digital activism with diverse origins in Angola, but having as the meeting point the country's capital, Luanda. On March 7, 2011, the Revolutionary Movement of the Fighting People of Angola (MRPLA) held its first anti-government demonstration in Independence Square, in Luanda, and this was repeated in the subsequent years (DALA, 2016). On June 20, 2015, the young activists who were discussing non-violent struggle techniques were surprised by the presence of the State Defense and Security agencies, which unjustly and illegally triggered their arrests. This scenario gave rise to the 15+2 (two) trial, accused by the Public Prosecutor's Office of attempting a coup against the consulate of President José Eduardo dos Santos. Our study object is the 15+2 movement and its role in the Angolan democratization process (2011-2022), supported by social, collective, and political memory. In this sense, we take as a scientific question: How do the activists of the 15+2 (two) movement and the documentaries, from public or private sources, understand the political struggles of this pro-democratization movement in Angola between 2011 and 2022? Given this reality, we seek to recover the nature of the organization by conducting interviews with movement participants, aiming to understand how they analyze, revisit and recompose the memory of the process against the authoritarian state. We sought to write biographies of activists, taking as a theme their socio-geographical and family origins and academic background, and the impact on the formation of political and civic consciousness. Furthermore, we sought to research the cultural landmarks derived from the Hip-Hop Cultural Movement, schools, universities, books, and press debates that led to the formation of civic and political consciousness, situating the organization of the movement and its communication strategies through digital activism (cyberactivism), introduced by social networks, such as Facebook and YouTube. With this objective, we reconstructed the historical-memorial scenario that offered the objective and subjective conditions for the construction of the pacifist movement until the detention of the 15+2(two) activists, presenting the historical trajectory of the main events that marked the process of detention, condemnation and imprisonment until the release of the amnesty law. Additionally, we identify the news of the movement at that time in the public and private media and its repercussion during the arrest and imprisonment of the young activists. Finally, we surveyed the trajectory of the members of this movement during and after this political confrontation, especially in relation to the contribution made to activist struggles evidenced during the transition and mandate of President João Manuel Gonçalves Lourenço between 2017 and 2022.

Keywords: Angola; democratization; 15+2 (two); memory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Percentagens e indicadores das áreas de residência e sexo	41
Figura 02 – Origem (nascimento) dos membros do Grupo dos 15+2 (duas)	133
Figura 03 – Cartaz da manifestação 070311	158
Figura 04 – Foto do Luaty Beirão	165
Figura 05 – Foto de Carbono	167
Figura 06 – Manifestantes exibindo as ordens de libertação do tribunal.....	168
Figura 07 – Funeral de Manuel de Carvalho Hilberto Ganga.....	169
Figura 08 – Foto de Laurinda Gouveia dias após espancamento	170
Figura 09 – Mapa cronológico das manifestações (2011 a 2014)	173
Figura 10 – Gráfico das manifestações	174
Figura 11 – Concerto pela libertação dos ativistas	204
Figura 12 – Os jovens ativistas durante o julgamento.....	213
Figura 13 – Frente e verso do documento exarado pelo juiz Januário	220
Figura 14 – Declaração de despacho pelo Tribunal Constitucional.....	235
Figura 15 – Mandado de Soltura expedido pelo Tribunal Supremo	237
Figura 16 – Declaração de liberdade expedida pelo Serviço Penitenciário.....	238
Figura 17 – Os principais acontecimentos do movimento dos 15+2	241
Figura 18 – Manifestação do dia 11 de novembro de 2020	258
Figura 19 – Funeral de Inocêncio de Matos	259
Figura 20 – Tribunal Constitucional anula o Congresso da UNITA que elegeu Adalberto da Costa Júnior.....	264
Figura 21 – Tempo de antena na televisão pública de Angola (TPA)	265

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAD – Ação Angolana para o Desenvolvimento
ACA – Associação Cívica Angolana
AD-Coligação – Aliança Democrática de Angola - Coligação
ADRA – Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
AEI – Albert Einstein Institution
AJAPRZ – Associação dos Jovens Angolanos Provenientes da República da Zâmbia
AJPD – Associação Justiça, Paz e Democracia
AKM – Automático Kalashnikov modernizado
ALIAZO – Aliança dos naturais do Zombo
ANANGOLA – Associação dos Naturais de Angola
ANIA – Aliança Nacional Independente de Angola
AVC – Acidente Vascular Cerebral
BI – Bilhete de Identidade
BOA – Boletim Oficial de Angola
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CASA-CE – Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral
CCC – Circuito Corrente Contínua
CCPM – Comissão Conjunta Político-Militar
CEI – Casa dos Estudantes do Império
CGSILA – Central Geral de Sindicatos Independentes e livres de Angola
CIA – Central Intelligence Agency
CNE – Comissão Nacional Eleitoral
CNLT – Comité National des Libertés en Tunisie
CP – Comissão Política
CRA – Constituição da República de Angola
DIPC – Direção Provincial de Investigação Criminal
DISA – Direção de Informação e Segurança de Angola
DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos
DW – Deutsche Welle
ELP – Exército de Libertação de Portugal
EUA – Estados Unidos da América
FAA – Forças Armadas Angolanas

FALA – Forças Armadas de Libertação de Angola
FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FARC – Forças Armadas Revolucionárias de Cuba
FARDC – Forças Armadas da República Democrática do Congo
FDA – Fórum Democrático Angolano
FESA – Fundação Eduardo dos Santos
FLEC – Frente de Libertação do Enclave de Cabinda
FM – Frequência Modulada
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
FpD – Frente para a Democracia;
FRAIN – Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colônias Portuguesas
GHEMPE – Grupo de Pesquisa História e Memória das Políticas Educacionais e Trajetórias Sociogeracionais
GRAE – Governo Revolucionário Angolano no Exílio; GURN – Governo de Unidade e Reconciliação Nacional
IAE – Instituto Albert Einstein
ILULA – Instituto de Línguas e Informática
INE – Instituto Nacional de Estatística
ISCED – Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla
JMPLA – Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola
LAC – Luanda Antena Comercial
LDM – Libertadores de Mentres-Cazenga
LNA – Liga Nacional Africana
LTDH – Ligue Tunisienne des Droits de l’Homme
MAC – Movimento Anticolonial
MC – Mestre de cerimonia
MCK – Katrogi Nhangá Lwamba
MDIA – Movimento de Defesa dos Interesses Angolanos
MHz – Mega-Hertz
MIA – Movimento para a Independência de Angola
MINA – Movimento de Independência Nacional de Angola
MININT – Ministério do Interior

MINSE – Ministério da Segurança do Estado
MLA – Movimento de Libertação de Angola
MLNA – Movimento de Libertação Nacional de Angola
MNIA – Movimento dos Novos Intelectuais de Angola
MNL – Movimento de Libertação Nacional
MORANGO – Movimento Revolucionário de Angola
MPDA – Movimento para a Democracia em Angola
MPIA – Movimento para a Independência de Angola
MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
MPLA-PT – Movimento Popular de Libertação de Angola – Partido do Trabalho
MPPLT – Movimento do Protetorado Português de Lunda Tchokwe
MR – Movimento Revolucionário do Povo Lutador de Angola
MRA – Movimento Revolucionário Angolano
MRB – Movimento Revolucionário de Benguela
MRPLA – Movimento Revolucionário do Povo Lutador de Angola
MUD – Movimento Unidade Democrática
MUDAR – Movimento de Unidade Democrática para a Reconstrução
NATO – North Atlantic Treaty Organization
NBA – Núcleo de Boas Ações – Benfica
NDI – Instituto Democrático para Assuntos Internacionais
NGWIZACO – Ngwizani a Congo
OMA – Organização da Mulher Angolana
ONGs – Organizações Não Governamentais
OPA – Organização do Pioneiro Angolano
OSC – Organizações da Sociedade Civil
OSISA – Open Society Angola
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
OUA – Organização da Unidade Africana
PADEPA – Partido de Apoio Democrático e Progresso de Angola
PAJOCA – PP – Partido de Aliança da Juventude, Operários e Camponeses de Angola
PCP – Partido Comunista Português
PDA – Partido Democrático de Angola
PDLA – Partido Democrático Liberal de Angola
PDP-ANA – Partido Democrático para o Progresso de Aliança Nacional de Angola

PGR – Procuradoria-Geral da República
PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PIDE/DGS – Polícia Internacional e de Defesa
PIKK – Plataforma de Intervenção-Kilamba Kiaxi
PLACA – Plataforma Cazenga em Ação
PLD – Partido Liberal Democrático
PLUA – Partido de Luta Unida de Angola
PLUAA – Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola
PMA – Plataforma de Mulheres em Ação
PN – Polícia Nacional
POSDA – Partido Operário Social Democrático Angolano
PPGMLS – Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade
PRA – Partido da Renovação Angolana
PRD – Partido Renovador Democrático
PRS – Partido de Renovação Social
PSDA – Partido Social Democrata de Angola
PSIA – Partido Social Independente de Angola
PSL – Partido Socialista Liberal
RD – Rádio Despertar
RDC – República Democrática do Congo
SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SIC – Serviço de Investigação Criminal
SINPROF – Sindicato dos Professores
SINSE – Serviço de Inteligência e Segurança de Estado
SJA – Sindicato dos Jornalistas
SME – Serviço de Migração e Estrangeiros
SMS – Serviço de Mensagem Curta
SNPCB – Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros
TPA – Televisão Pública de Angola
UAPDD – União Angolana pela Paz, Democracia e Desenvolvimento
UE – União Europeia
UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UGP – Unidade de Guarda Presidencial
UGTT – Sindicato Geral dos Trabalhadores Tunisianos

UNAVEM – Missão de Verificação das Nações Unidas
UND – União Nacional para Democracia
UNITA – União para a Independência Total de Angola
UNPD – União Nacional Patriótica para Democracia
UNTA – União Nacional dos Trabalhadores Angolanos
UPA – União dos Povos de Angola
UPNA – União dos Povos do Norte de Angola
URP-PN – Unidade de Rádio e Patrulha da Polícia Nacional
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
US\$ – Dólar americano
USD – Kwanza Angolano
USP – Unidade de Segurança Presidencial
VORGAN – Voz da Resistência do Galo Negro.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 Percurso teórico-metodológico.....	21
1.2 Historicidade dos Movimentos sociais: breve balanço da produção em África-Angola	28
1.2.1 O ativismo em rede do movimento dos 15+2 (duas).....	36
2 A MARCHA PELA INDEPENDÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO ANGOLANO	46
2.1 Do protonacionalismo à luta anticolonial: os caminhos da independência	46
2.2 A proclamação da Independência de Angola (1975) e os seus contornos	65
2.3 O Monopartidarismo e a ostracização de “outros” atores políticos.....	67
2.4 Da gênese da guerra civil aos acordos de paz em Angola	70
2.5 Patrimonialismo e Autoritarismo: os caminhos da democracia angolana	85
3 PROTESTOS EMERGENTES: A EXIGÊNCIA DA DEMOCRATIZAÇÃO EM ÁFRICA	99
3.1 Os estudos sobre o Movimento Revolucionário “Revús”: uma aproximação ao “estado da questão”	99
3.2 As implicações da “Primavera Árabe” nos protestos angolanos	107
3.3 Das Manifestações aos 15+2 (duas): possíveis caminhos pela democratização em Angola.....	116
3.4 Do Estado Autoritário à Democracia: caminhos da luta não violenta aplicados em Angola.....	125
4 OS ATIVISTAS DO MOVIMENTO DOS 15+2 (DUAS): ORIGEM SÓCIOGEOGRÁFICA E TRAJETÓRIA FORMATIVA DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA E CÍVICA	132
4.1 Trajetória dos ativistas do Movimento dos 15+2 (duas)	132
4.2 Marcos culturais e formação dos jovens ativistas do movimento dos 15+2 (duas)..	143
5 DO MOVIMENTO DOS REVÚS À FORMAÇÃO DOS 15+2 (DUAS): A LUTA NÃO VIOLENTA EM UM ESTADO AUTORITÁRIO	157
5.1 070311: Dos protestos às origens do movimento dos revús	172
5.2 Da gênese do movimento pacifista à detenção na Livraria Kiazele	170
5.3 Da esquadra às primeiras acusações: os pergaminhos da emergência dos 15+2 (duas)	192
5.4 A saga das comarcas e a justiça que também é injusta com as duas mulheres: caminhos dos protestos e a greve de fome	200
5.5 Os enredos do tribunal e a longa marcha para a prisão domiciliar	212
5.6 O julgamento da palhaçada: do governo de salvação nacional à condenação por associação criminosa	222
5.7 Entre cadeias e anistias: a nova prisão domiciliar e a luta pela liberdade efetiva....	231
6 DOS 15+2 (DUAS) AOS NOVOS ATIVISMOS: DEBATES EM TORNO DA PRESUMÍVEL DEMOCRACIA	240
6.1 O movimento dos 15+2 (duas) a partir das mídias: as disputas de narrativas durante e depois do processo.....	240
6.2 Os movimentos ativistas nos pós-15+2 (duas): lutando contra novas formas de autoritarismo	253
6.3 Ativismo e processo eleitoral: o contributo do Mudei	262
7 CONCLUSÃO	268
REFERÊNCIAS	273

1 INTRODUÇÃO

Estávamos em 2008, na véspera das segundas eleições gerais (a primeira depois do fim da guerra civil em 2002) quando, em plena sala de jantar e com a família, assistíamos às campanhas eleitorais dos partidos políticos. Na ocasião, com 18 anos, eu afirmei de modo contundente e perentório que deveria haver transição democrática, pois a experiência com o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) naqueles mais de 20 anos tinha sido catastrófica tanto no plano político quanto no econômico (tinha aumentado o número de angolanos indigentes enquanto o petróleo enriquecia a minoria da elite política). Meu pai, antigo militar das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) e que tinha combatido as forças opositoras ao regime, chateou-se, perdeu apetite, levantou-se da mesa e orientou que abandonasse a sua casa no dia seguinte (eu havia desrespeitado a lógica da gerontocracia).

Nos anos anteriores, eu havia me juntado a grupos de jovens ligados ao movimento cultural e político Hip-Hop, Monangambe¹, tendo assumido o nome artístico de Oliveira MC e, mais tarde, Oliveira Anestesia (um nome atribuído pelo meu amigo Sacode). Uma geração de jovens, alguns dos quais eram moradores de bairros periféricos e miseráveis do município de Cacuaco, foram protagonistas da criação dos movimentos Monangambe (que ficava na vila de Cacuaco) e Terceira Divisão (que ficava no Kikolo, município de Cacuaco). Desses movimentos, convivi diretamente com alguns jovens que se tornaram parte do processo dos 15+2 (duas) em 2015: José Gomes Hata e Hitler Jessy Tchissonde “Samussuku”. Eles tinham sido fundamentais na criação de espaços de debates sobre a cultura Hip-hop, negritude, pan-africanismo, história e filosofia africanas, questões sobre uma sociedade igualitária, em particular a angolana, e foram responsáveis pela circulação de livros com pendor revolucionário e crítico ao regime autoritário.

Naquela altura, tínhamos gravado e divulgado duas músicas do estilo rap e com críticas contumazes ao partido-estado – “Pátria querida” e “Cortina de fumo” –, com alguma repercussão junto à comunidade, de modo que implicou a tomada de consciência de jovens sobre a situação política do país, como foi o caso do ativista Jaime Domingos (Jaime MC).

¹ O termo na língua kimbundu significa “filhos de escravos”. O movimento localizava-se no bairro dos Coqueiros, município de Cacuaco, e entre os membros se destacam: Fernando Sakwaela Gomes (Levi), Feliciano Viambo Cissimo (Yano Ginguba), Adão Hossi Kambungo (MC Já Foi), Victorino Kassoma Kapingala (Profeta K), Alberto Mota (Betão), Alfredo Cláudio Quintas (Galileu), Oliveira Adão Miguel (Anestesia), Wadianga Master P (este era o sobrinho do antigo administrador Lima, vivia no Kifangondo), Faustino João Lourenço (Black Neutro), Maurício Ernesto Gomes (M.G), João de Gouveia Leite (Cadeia), Petróleo Bruto, Sangueu Abel (Masta Py), Treze Gue, D. Rock, Orlando, entre outros.

Quando iniciaram as grandes manifestações em torno da retirada do presidente José Eduardo dos Santos, em 2011, eu já havia me mudado para a província da Huíla, município da Matala, assumindo as funções de professor do Ensino Básico e, mais tarde, do Ensino Médio. Mas continuei a colaborar com as lutas, escrevendo poemas para o ativista e, hoje, advogado Jaime Domingos (Jaime MC), que rapidamente se tornou conhecido por conta da sua música de intervenção social e política. Em 2016, com o pós-processo 15+2 (duas) e na onda das concessões proporcionadas pelo regime, surgiram vários novos movimentos sociais, como o Jovens Pelas Autarquias, do qual terá emergido também o primeiro projeto pelas autarquias do sul de Angola (município da Matala), denominado “Sim, Eu Posso”, o qual, mais tarde, passou a se chamar “*Okulinga*”, que significa “fazer”, e cujos fundadores são Oliveira Adão Miguel, Celestino Máquina e Jesus Barros Domingos (Poeta Wassandjuka).

A pesquisa sobre os 15+2 (duas) e o processo de democratização de Angola (2011-2022) que começou a ser desenvolvida com a admissão ao Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade – PPGMLS – da UESB, em 2020, reverbera, por um lado, um tema com o qual me identifico devido à trajetória cívica e política ligada aos movimentos de protestos contra a violação dos direitos humanos em Angola e, por outro lado, assume-se como um tributo às ações desenvolvidas por jovens ativistas dessa geração que tiveram a coragem de, por meio de protestos pacíficos, enfrentar um dos regimes mais longevos (40 anos) e ferozes do continente africano.

O nosso objeto de estudo é o movimento dos 15+2 (duas) e a sua atuação no processo de democratização angolana (2011-2022), amparado na discussão sobre a memória social, coletiva e política. Nesse sentido, temos a seguinte pergunta norteadora de pesquisa: Quais são as memórias registradas pelos jovens ativistas dos 15+2 (duas), bem como pelas fontes jornalísticas públicas ou privadas acerca da luta cívica e política empreendida por esse movimento pró-democratização de Angola entre os anos de 2011 e 2022? Consideremos que se tratavam de jovens ativistas que já vinham, de algum modo, participando de projetos cívicos e políticos no seio de suas comunidades, principalmente diante da falta de serviços básicos, como água, energia, escola, saúde, bem como experimentando a crescente falta de condições do exercício da liberdade democrática em suas comunidades, instituições acadêmicas, de trabalho, assim como na sociedade em geral. Boa parte deles eram originários de movimentos político-culturais, com realce para o Hip-Hop, como uma forma de contestar o ambiente social e político autoritário de Angola. Tratava-se também de um movimento que, possivelmente, se fortaleceu com a eclosão da chamada “Primavera Árabe”, tendo seguido intenções pacíficas contra o regime autoritário existente em Angola com vistas a reestabelecer os direitos

democráticos, mas que foi frontalmente atacado pela violência do Estado.

Nessa perspectiva, procuramos recuperar a natureza do movimento dos 15+2 (duas) mediante a realização de entrevistas com seus participantes, visando a compreender como analisavam, revisitavam e recompunham a memória do processo contra o estado autoritário. Acompanhamos a trajetória dos jovens ativistas tendo como mote a origem sociogeográfica, familiar, acadêmica e o impacto na formação da consciência cívica e política. Recuperamos os marcos culturais derivados do Movimento Hip-Hop, escolas, universidades, literaturas acadêmico-políticas e os debates da imprensa. Situamos a organização do movimento e suas estratégias de comunicação por meio do ativismo digital (ciberativismo) introduzido pelas redes sociais, como o *Facebook* e *Youtube*. Reconstruímos o cenário histórico-memorialístico que ofereceu as condições objetivas e subjetivas para a construção do movimento pacifista até a detenção dos ativistas dos 15+2 (duas). Apresentamos o percurso histórico dos principais eventos que marcaram o processo de detenção, condenação, prisão até a libertação por meio da lei de anistia. Identificamos as notícias nos jornais públicos e privados acerca do movimento e a sua repercussão principalmente durante a detenção e prisão dos jovens ativistas. Recuperamos o percurso dos integrantes desse movimento durante e após esse embate político, sobretudo em relação ao contributo prestado às lutas ativistas evidenciadas durante a transição e mandato do presidente João Manuel Gonçalves Lourenço entre os anos de 2017 e 2022.

1.1 Percurso teórico-metodológico

Compreender o movimento dos 15+2 (duas) significa também buscar os elementos precedentes dentro da dialeticidade do processo de luta pela independência e do pós-independência diante da instalação do autoritarismo de estado. Tal como defende Blanes (2016, p.88): “o movimento de anamnese dos Revús também é, de certa forma, um movimento de releitura da história de Angola como país independente”. Assim, não se pode deixar de considerar dois momentos fundamentais: primeiro, o período anterior ao movimento dos 15+2 (duas), relativo aos processos históricos da luta pela conquista e construção do estado angolano. Depois, as manifestações pacíficas iniciadas a partir dos anos de 2011 e seus contornos no processo dos 15+2 (duas) nos anos de 2015 e 2016.

Nesse contexto, há narrativas memorialísticas e históricas em disputa sobre o processo de luta pela construção do estado angolano que perpassam os acontecimentos da luta anticolonial, guerra civil (e seu fim) e a instauração da democracia. Os partidos que protagonizaram a luta e a conquista da independência “procuram criar uma narrativa própria da

sua trajetória histórica, a sua galeria de heróis e vilões, a sua justificação pelo que fez ou o que não fez” (NETO, 2015, p. 380). O processo de rememoração, comemoração ou celebração de determinados eventos ligados ao país, como o “Dia da fundação dos partidos políticos”, do “Herói do partido”, “Dia da Juventude” ou o “Dia da Mulher” visam a fortalecer fatos, temáticas, heróis e vilões e impor uma narrativa sobre o passado angolano (FURTADO; SANSONE, 2019). Nesse caso, os partidos políticos angolanos veiculam seu próprio passado como forma de sobrevivência ante o risco de serem envolvidos em tensões difíceis de dominar, de cisões internas e mesmo do seu desaparecimento político. Cotidianamente, essas forças políticas fazem novas interpretações de seu passado individual-coletivo com o intuito de salvaguardar a integridade da organização política (NETO, 2015).

Desse modo, ao longo da pesquisa, situamos o processo histórico-político desde a luta anticolonial até o pós-independência, com a implantação do monopartidarismo, a emergência da democracia e o fim da guerra civil, para depois situar a perspectiva do direito à memória dos jovens ativistas, protagonistas das lutas não violentas pela democratização de Angola, visto que eles iniciaram as manifestações contra o governo do presidente José Eduardo dos Santos (1975-2017), mais particularmente a partir do ano de 2011, com a emergência do Movimento Revolucionário (Revú).

A constatação da historicidade das memórias dos jovens ativistas dos 15+2 (duas) se deu pela realização das entrevistas com seus participantes e da revisão de outras fontes que noticiaram sobre sua detenção, prisão, julgamento e absolvição. Desse modo, realizamos entrevista aberta, com um roteiro maleável, cujas perguntas permitiram que entrevistado e entrevistador fossem capazes de gerar questionamentos na dialogia de sentidos construídos pelos jovens ativistas em termos dos objetivos e estratégias do movimento; do processo de detenção de alguns desses membros; prisões individuais e coletivas; julgamento pelo tribunal provincial de Luanda e o contributo da memória social e política vivida, construída acerca de suas participações no processo de democratização de Angola de 2011 a 2022.

Entrevistamos seis (6) ativistas dentre os dezessete (17) que compuseram o movimento do 15+2 (duas), sendo quatro homens e as duas mulheres: Laurinda Gouveia, Rosa Kusso Conde, Benedito Jeremias Dali “Dito Dali”, José Gomes Hata “Hata”, Inocêncio Antônio de Brito “Drux” e Hitler Jessy Tshikonde “Samussuku”. O local da entrevista foi escolhido voluntariamente pelos entrevistados em função da segurança e confiança visto que são pessoas “politicamente expostas” e em constantes perseguições pelo sistema autoritário até hoje. No dia

14 de abril de 2014, encontramos-nos com os primeiros 4 entrevistados (ativistas) e, durante mais de 5 horas, ficamos reunidos com eles no município de Cacucaco², bairro Ecocampo³, na sede do Movimento de Hip-Hop⁴, Terceira Divisão⁵. Depois, entre os dias 02 e 08 de março de 2024, fizemos entrevistas com Laurinda Gouveia e Rosa Kusso Conde. A Rosa nos recebeu em sua casa na centralidade do Zango 0⁶, enquanto a Laurinda nos recebeu no Kero do Kilamba⁷, em um ambiente de profunda desconfiança e cuidado. Vale lembrar que os(as) ativistas são pessoas extremamente prudentes e desconfiadas pelo fato de acreditarem em uma perseguição constante praticada por agentes secretos à paisana em nome do regime. Durante as entrevistas, os(as) jovens prestavam atenção ao local, a quem passava, à comida ou à água para evitar qualquer risco de vida. Pessoalmente, tive a felicidade de não ter muitos obstáculos durante a marcação e realização das entrevistas, pois sou amigo de dois dos ativistas do movimento dos 15+2 (duas), nomeadamente Hitler Jessy Samussuko e José Gomes Hata, que acabaram juntando os outros dois ativistas. Quanto às mulheres, foi fundamental a mediação do ativista

² O Município de Cacucaco situa-se geograficamente ao norte da Província de Luanda, Latitude: 8° 45' 24.6" (8.7568°) Sul, Longitude: 13° 30' 3" (13.5008°) Leste. É uma região que faz parte da província de Luanda e cuja sede municipal encontra-se a cerca de 15 km do centro da cidade capital Luanda, ficando no trajeto de Luanda para o norte do país. O município tem uma superfície territorial de 572 Km², com uma densidade populacional de 1.479 habitantes por Km². Os limites fronteiriços do município são: a Leste, com o Rio Dande no Município do Dande e o município de Icolo e Bengo, através de comuna da Funda; a Sul, com o município de Viana, através do Bairro Belo Horizonte e Mulenvos de Baixo (Estrada da Reacolix); e a Oeste, com o município do Cazenga, através dos Bairros Comandante Bula, Combustíveis e a Petrangol (Comuna do Kicolo), o Distrito do Sambizanga (comuna do Kicolo) e o Oceano Atlântico (Comuna do Cacucaco Sede e Kicolo). O município de Cacucaco dista 18 quilômetros de Luanda e está administrativamente dividido pelos Distritos Urbanos do Cacucaco/sede, Kicolo, Mulenvos de Baixo, Sequele e comuna da Funda (Plano Municipal de Desenvolvimento Sanitário (2013- 2017) Outubro de 2014, p. 02).

³ Um dos bairros localizados na parte litoral do município de Cacucaco.

⁴ A expressão *Hip* (quadril) e *Hop* (balançar) é uma gíria conhecida pelos jovens do *Hip-Hop* como “balançar o quadril”. O Movimento foi criado pelas equipes de baile norte-americanas com o objetivo de apaziguar as brigas e contrariedades frequentemente manifestadas pelos jovens agrupados em gangues. O termo *Hip-Hop* designa um conjunto cultural amplo que inclui música (*rap*), pintura (grafite) e dança (*break*). O *rap*, sigla derivada de "*rhythm and poetry*" (ritmo e poesia), é a música do Movimento e constitui o seu elemento de maior destaque. *MC* é a sigla de "Mestre de Cerimônia"; é ele que canta o *rap* e, na maioria das vezes, também compõe as letras. É um movimento cultural iniciado no final da década de 1960 nos Estados Unidos como forma de reação aos conflitos sociais e à violência sofrida pelas classes menos favorecidas da sociedade urbana. É uma espécie de “cultura das ruas”, um movimento de reivindicação de espaço e voz das periferias, traduzido nas letras questionadoras e agressivas, no ritmo forte e intenso e nas imagens grafitadas pelos muros das cidades. O *Hip-Hop* como movimento cultural é composto por quatro manifestações artísticas principais: *MCing*, que é a manifestação do mestre de cerimônias, que anima a festa com suas rimas improvisadas, a instrumentação dos DJs, a dança do *breakdance* e a pintura do grafite (LOURENÇO, 2010).

⁵ A 3ª Divisão é um movimento cultural de *Hip-Hop* sediado no município de Cacucaco, bairro Kicolo, que foi fundado entre os anos de 2002 e 2003 por José Gomes Hata, tendo se destacado como seu primeiro líder.

⁶ Centralidade localizada na província de Luanda, município de Viana. Os Zangos são projetos de habitação social conhecidos como *Centralidades*, construídos no perímetro urbano de Luanda para permitir às famílias angolanas ter casa própria a custos mais baixos. A zona dos Zangos era originariamente uma área agrícola tradicional, habitada por agricultores vivendo das suas lavouras. O Estado angolano transformou, desse modo, propriedades rurais em terrenos urbanizáveis, e o processo de expropriação contemplava a troca de terrenos por casas e compensação financeira.

⁷ Supermercado localizado na província de Luanda, nas imediações da Centralidade do Kilamba.

Jaime Domingos (Jaime MC), que ajudou a convencer Rosa Kusso Conde e Laurinda Gouveia a participarem da pesquisa. Laurinda Gouveia e Rosa Kusso Conde não deixam também de representar a emergência das mulheres na cena pública angolana, chamando a atenção para as lutas que os movimentos feministas constituíram e a luta contra a invisibilidade delas em ações coletivas populares.

O *corpus* da pesquisa é constituído por materiais das entrevistas, bibliografias, escritos memorialísticos, jornais públicos e privados nacionais e internacionais, compreendendo-os como “aparatos capazes de revelar experiências, memórias individuais e coletivas daquilo que é vivido diretamente no cotidiano dos espaços e tempos concretos, mas considerados em sua totalidade” (TIRIBA; MAGALHÃES, 2018, p. 266).

Para a recuperação da atuação desses jovens ativistas, apoiamo-nos nos estudos da memória⁸ social e coletiva, em sua versão clássica e contemporânea, para discutir a memória da experiência construída pelos ativistas do movimento dos 15+2 (duas) em Angola. Assim sendo, tomamos como referência o estudioso Maurice Halbwachs (1990; 2006) para salientar que a memória desse movimento permanece viva, se ancora em marcos sociais de sua origem e não deixa de ser referenciada. No encontro desses jovens que se unem em Luanda, em sua maioria estudantes e professores que vão constituir os 15+2 (duas), há a manifestação de memórias coletivas que têm relação com a sua origem e pertença e as quais contribuem fortemente para a formação de uma consciência coletiva contra a opressão, a violência simbólica e material instituída pelo sistema político angolano entre os anos de 2011 e 2022. Fundamentamo-nos, assim, nas noções de “marcos sociais da memória” (2006) e “memória coletiva” (1990) definidas por Halbwachs, uma vez que ele assinala que as memórias são

⁸ Nunca é demais salientar que a pesquisa, apesar de se cingir em estudos africanos, sobretudo da realidade angolana, recupera as categorias de memória de Maurice Halbwachs (2006) e a experiência de Edward Thompson (1981) fundamentalmente para entender o processo pelo qual é desbaratada a ação do movimento dos 15+2(duas). Mas não deixam de ter utilidade os debates sobre a oralidade defendidos pelo maliano Amadou Hampate Bá e o belga Jean Vansina, afinal os africanos, desde a antiguidade até os dias atuais, vêm fazendo da oralidade o veículo condutor e transmissor na continuidade das suas tradições e identidades culturais. Uma sociedade oral reconhece a fala não apenas como um meio de comunicação diário, mas também como um meio de preservação da sabedoria dos ancestrais. Mesmo quando a escrita existe, e não obstante séculos de colonização, a oralidade continua a fazer parte da comunidade e do indivíduo, sendo constitutiva da própria identidade individual e coletiva. É um elemento-chave para a transmissão e preservação da tradição e da sabedoria dos povos, legadas pelos antepassados de geração em geração, de boca em boca, ao longo dos séculos. E, desse grupo, aparecem os griot, que são músicos e poetas que intervêm em diversas cerimônias da vida social e cuja principal missão é memorizar e transmitir, perpetuando-as, tradições ancestrais, cantos de gesta, genealogias de reis, fatos históricos ou lendários do seu povo e cantos de louvor a reis e deuses. São, pois, os cronistas das sociedades africanas e, como tal, verdadeiras “bibliotecas ambulantes”, ainda que por vezes sobrevivam como “cantores reais” em regiões islamizadas do Sudão Ocidental que possuem a sua própria escrita, quase sempre derivada da árabe. No caso do movimento Hip-hop, muitos rappers se reconhecem como griôs, visto que, nas suas músicas, apresentam-se como guardiões da memória, da tradição e da conservação do presente no passado e do passado no presente de várias comunidades africanas (LOMBAS, 2023).

constituídas a partir de referências como espaços, tempos, valores, família e classe social nos quais se ancoram as nossas memórias compartilhadas. Consideramos essa teoria fundamental para pensarmos a trajetória e a memória construída pelos membros do movimento em estudo:

A memória individual existe, mas ela está enraizada dentro dos quadros diversos que a simultaneidade ou a contingência reaproxima momentaneamente. A rememoração pessoal situa-se na encruzilhada das malhas de solidariedade múltiplas dentro dos quais estão engajados. Não escapa a trama sincrónica da existência social atual, e é da combinação destes diversos elementos que pode emergir esta forma que chamamos de lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem. (HALBWACHS, 1990, p. 14).

Desse modo, podemos falar de memória coletiva “quando evocamos um acontecimento que teve lugar na vida de nosso grupo e que consideramos ainda agora, no momento em que nos lembramos, do ponto de vista desse grupo” (HALBWACHS, 1990, p.36). Recuperando as contribuições de Halbwachs (1990), Magalhães (2018) reforça que as memórias vividas e recebidas no seio ou sob a influência desses marcos são experienciadas por grupos próximos, de pertencimento, que vão se unificando, criando círculos de relações. Trata-se de uma memória que, normalmente, manifesta-se de acordo com dadas necessidades, ou seja, quando ela se torna condição indispensável para responder a demandas individuais, coletivas, sociais de dado presente.

Recorremos à discussão de Thompson, na obra **Miséria da Filosofia** (1981), visando destacar a importância da experiência vivida e recebida no processo de construção da realidade social e, conseqüentemente, realçar a memória social, coletiva-individual (HALBWACHS, 1990) que se constrói dessa experiência, acionando outras elaborações sobre essas formulações para discutir a memória construída e/ou transmitida, publicada e recomposta como memória política. Para Thompson (1981), a experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento e, como ressaltado pelo autor, homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento. Isso implica dizer que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a uma experiência modificada e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce modificação e pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados (THOMPSON, 1981).

Nesse processo de luta pela resistência dos ativistas que se engajam a construir (reconstruir) uma espécie de “memória vinda dos de baixo” , paráfrase de Tiriba e Magalhães (2018) criada a partir da formulação do conceito “história dos vindos de baixo”, de Thompson (1981), os jovens ativistas do movimento dos 15+2 (duas) são destratados na memória oficial, divulgada pelo Estado como fazem nas mídias públicas, sendo transformados em “agentes do imperialismo”, “inimigos do estado” e até mesmo em “golpistas”. No entanto, Thompson (1981), quando fala em experiência, considera a experiência vivida, a experiência percebida e a experiência modificada a partir das condições objetivas e subjetivas dos processos históricos estruturados nos quais homens e mulheres se constituem em seu fazer-se como classe trabalhadora.

Tomando como referência Aróstegui (2014) e Thompson (1981), Magalhães e Tiriba (2018) entendem que a experiência é composta por homens e mulheres reais atuando e transformando a realidade de acordo com o acúmulo histórico, material e cultural de experiências vividas, transmitidas e apreendidas no seio da sociedade, formando verdadeiros repertórios de aprendizagens sociais que são acionados de acordo com as necessidades concretas e psicossociais coletivas do presente. As autoras, com base em Thompson (1981), recuperam a noção de experiência considerando-a como o termo médio entre o ser social e a consciência social. E, como observa Magalhães (2018), sem perder de vista o que apregoa Marx (1996), não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, pelo contrário, seu ser social é que determina sua consciência. A relação entre a experiência e a formação da consciência social dos jovens ativistas situados historicamente permite entender que a experiência:

Manifesta-se espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres são racionais e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Acrescenta-se que falar de experiência é sempre retomar a recuperação histórica e como esta galga a consciência social, no caso a consciência de classe [...] as experiências compartilhadas durante a juventude produzem impressões sobre a consciência social, sincronizando a formação da consciência individual e histórica. A experiência social ocorre como o processo de desenvolvimento histórico e da sua absorção, principalmente pela consciência maleável dos mais jovens. (MAGALHÃES, 2018, p. 82).

Em outras palavras, isso quer dizer que as “Memórias individuais são sempre socialmente construídas. Esses quadros são portadores da representação geral da sociedade, suas necessidades e valores. Assim, incluem também a visão de mundo, animada por valores, de uma sociedade ou grupo” (JELIN, 2002, p. 13). Nesse contexto, “A memória social forma-

se a partir de experiências vividas por grupos sociais. Articula-se com a oralidade, com a pluralidade e com a sociedade civil” (LIFSCHITZ, 2014, p. 145). No caso, reportamo-nos a uma memória política, ou seja, a uma categoria de análise que emerge principalmente no pós-guerras mundiais (1914-1945), com o fim das ditaduras militares na América Latina, o *apartheid* na África do Sul e a queda do muro de Berlim em 1989. O termo memória política “remete à ideia de que todos os povos têm diferentes graus de memória em relação aos acontecimentos políticos vividos” (LIFSCHITZ, 2014, p. 145), estando associado a ações intencionais principalmente de movimentos sociais e políticos que visam a promover processos de mudanças na esfera pública.

Para esse autor (LIFSCHITZ, 2014, p. 149):

[...] Já não se trata de memórias espontâneas cuja finalidade é a de serem compreendidas e reconhecidas como verdadeiras. O narrar da memória política procura intervir no mundo social, confrontando a realidade jurídica, cultural e política que pretende silenciar a memória ou produzir outras versões do passado. A memória política é um tipo de ação estratégica.

Deste processo, constrói-se a chamada memória política, ou seja, a memória de experiências que ocorrem quando indivíduos, em seus grupos sociais, colocam-nas, intencionalmente, na esfera política. Poderíamos dizer que falar em memórias políticas nos remete a memórias construídas principalmente no âmbito dos movimentos sociais, que são sobejamente caracterizados por visões compartilhadas e olhares acerca da luta por uma sociedade mais justa, mais igualitária e contra a opressão e violência do estado contra os direitos humanos. São, por assim dizer, memórias de Movimentos Contestatórios que, quase sempre, são alvos de marginalização ou exclusão política por parte do poder dominante, o qual procura veicular uma memória oficial manipulada na medida dos seus interesses e faz emergir uma “história dos vencedores” divulgada pelos serviços de comunicação social oficial e sob controle do estado. Geralmente, esses movimentos tendem a ser invisibilizados ou esquecidos pelo poder político instituído, mas as memórias políticas se mantêm vivas por meio de suas ações coletivas historicamente reconhecidas ou reinterpretadas por produções de seus próprios sujeitos.

A memória política tem sido principalmente recuperada pelas comissões da justiça e verdade que, nos pós-ditaduras, desencadearam ações jurídico-políticas e criaram suportes materiais da memória, a exemplo de monumentos às vítimas do terrorismo do Estado, memoriais, eventos, livros, filmes, intervenções artísticas e centros de memória. Esse Movimento tem sido invisibilizado ou esquecido pelo poder político instituído, mas, ao mesmo tempo, tem sido visibilizado por outras instâncias que denunciam esse esquecimento,

principalmente por meio de documentários, filmes e *lives* nas redes sociais. Jelin (2002, p. 09-10) argumenta que “os meios de comunicação de massa estruturam e organizam essa presença do passado em todos os âmbitos da vida contemporânea”. Isso se ajusta ao caso dos ativistas do movimento dos 15+2 (duas), pois, na visão do poder oficial, representam uma afronta ao Estado e ao autoritarismo, visto que eles lutam a favor da democratização de Angola. Como afirma Lifschitz (2014), é preciso sempre lembrar que a memória nacional não é o resultado de narrativas espontâneas sobre o passado, mas uma construção do estado e, a rigor, trata-se da memória intencionalmente construída, que remete à esfera dos interesses ideológicos do estado. Evidenciar as lutas e disputas pela memória política que comparecem nos documentos consultados, nas entrevistas e produção dos ativistas em análise, significa, como afirma Aróstegui (2014), historicizar a memória, ou seja, inserir a discussão da memória dos 15+2 (duas) dentro do processo histórico angolano. É, pois, um processo que comporta uma espécie de memória e história “públicas”⁹, pois se estrutura em memórias vivas e/ou registradas que são relatadas e expressas em jornais, *blogs* e redes sociais. Há usos sociais do passado, e os jovens ativistas saem em defesa desse passado em suas memórias colocadas à disposição da sociedade por via do *ciberespaço* (*lives*), entrevistas, jornais, entre outros (FAGUNDES, 2017).

1.2 Historicidade dos Movimentos sociais: breve balanço da produção em África-Angola

Gostaríamos, em primeiro lugar, de reafirmar nesse subtema que a discussão sobre a historicidade dos movimentos sociais no continente africano, em nenhum momento, será desenvolvida tomando como referência as diferentes correntes teórico-metodológicas, como a histórico-estrutural, culturalista-identitária e a institucional-organizacional- comportamentalista, estudadas no âmbito dos estudos da teoria dos movimentos sociais. Em segundo lugar, entendemos que o debate sobre os movimentos sociais e a teoria da ação social emerge do nascimento da Sociologia na Europa, mas, em momento algum, faremos o debate como é

⁹ Por ora, não vamos desenvolver essa discussão, por conta do tempo, mas a temos no horizonte. expansão desses estudos, numa altura em que se falava de lutas políticas marcadas por protestos conduzidos pelos movimentos reformistas ou revolucionários, como o são sobretudo as teorias de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820 -1895) com a pauta da luta de classes¹⁰ em vários países do mundo. O conceito de movimentos sociais foi introduzido nos debates acadêmicos a partir de 1842 quando o sociólogo alemão Lorenz Von Stein (1815-1890) o usou para se referir ao estudo sobre o Socialismo eminente na França, dando-lhe o sentido de luta contra dada situação. Num primeiro momento, a expressão se referia a um processo contínuo e unitário a partir do qual o conjunto da classe obreira tomava consciência de si mesma e da sua força (MONJANE, 2016). Os movimentos sociais eram distinguidos em função dos seus programas, organização e contexto. Essa visão está entrelaçada à emergência do Capitalismo, tendo como quadro de referência, de um lado, o movimento da Queda da Bastilha durante a Revolução Francesa, em 1789, e, do outro lado, movimentos trabalhistas e sindicalistas como o ludismo (movimento de ação direta caracterizado pela destruição de máquinas de tear) e o cartismo (movimento que buscou a inclusão da classe operária da dinâmica política inglesa).

desenvolvido substantivamente no campo do materialismo-histórico, escola de Frankfurt, fenomenologia, interacionismo, correntes hermenêuticas, ciências da linguagem e da cognição e nas teorias da comunicação. Em terceiro lugar, a nossa análise é feita com base na perspectiva de que a realidade sobre os movimentos sociais foi alterada em muitas partes do mundo, sobretudo no continente africano. Nesse ínterim, novos atores entraram em cena, novas formas de ação social coletiva emergiram, denominadas sobretudo de mobilizações, novas categorias de análises foram criadas e as teorias também foram ampliadas (GOHAN, 2009). O que pretendemos reafirmar sobre as lutas desses movimentos em que se enquadram os 15+2 (duas) é que incorporaram novos sujeitos, protagonistas de ações coletivas, alteraram o modelo de mobilização de cima para baixo para se tornar de forma horizontal com a criação da sociedade em rede (eles são a geração contemporânea da difusão das tecnologias e da expansão dos meios de comunicação que se opõem ao poder político instituído).

As pesquisas sobre os movimentos sociais ganharam seus prolegômenos nos séculos XVIII e XIX com a revolução industrial. Depois da Segunda Guerra Mundial, houve uma maior expansão desses estudos, numa altura em que se falava de lutas políticas marcadas por protestos conduzidos pelos movimentos reformistas ou revolucionários, como o são sobretudo as teorias de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820 -1895) com a pauta da luta de classes¹⁰ em vários países do mundo. O conceito de movimentos sociais foi introduzido nos debates acadêmicos a partir de 1842 quando o sociólogo alemão Lorenz Von Stein (1815-1890) o usou para se referir ao estudo sobre o Socialismo eminente na França, dando-lhe o sentido de luta contra dada situação. Num primeiro momento, a expressão se referia a um processo contínuo e unitário a partir do qual o conjunto da classe obreira tomava consciência de si mesma e da sua força (MONJANE, 2016). Os movimentos sociais eram distinguidos em função dos seus programas, organização e contexto. Essa visão está entrelaçada à emergência do Capitalismo, tendo como quadro de referência, de um lado, o movimento da Queda da Bastilha durante a Revolução Francesa, em 1789, e, do outro lado, movimentos trabalhistas e sindicalistas como o ludismo (movimento de ação direta caracterizado pela destruição de máquinas de tear) e o cartismo (movimento que buscou a inclusão da classe operária da dinâmica política inglesa).

¹⁰Por sua vez, o conceito de ‘classe social’ passou a ser parte das discussões de Edward Palmer Thompson muito vinculado à reflexão da classe trabalhadora inglesa. O historiador inglês mostra que não é possível falar em classe social sem mencionar as pessoas ou os múltiplos grupos que dela fazem parte. A sua visão sobre este assunto fica explícita na clássica trilogia (**A Árvore de Liberdade**, **A Maldição de Adão** e **A Força dos Trabalhadores**), **traduzida sob o título de A Formação da Classe Operária Inglesa** de 1963. Ele articulou “a organização das primeiras instituições de trabalhadores britânicos com a cultura popular inglesa, rompendo com antigas teses que identificavam a formação das associações operárias apenas às lutas classistas, como propunham os teóricos do Partido Comunista da Grã-Bretanha” (JÚNIOR, 2007; 2010).

Outros debates sobre a teoria das mobilizações surgiram com Max Weber, que defendia que as ações possuem um sentido para aqueles que as praticam, ou seja, é necessário, no âmbito da pesquisa sobre esses grupos, observar os conteúdos simbólicos, as intenções dos atores sociais para entender as significações internas nos comportamentos coletivos que são culturais. Assim, muitos outros trabalhos foram fundamentais para o estudo dos movimentos sociais, como o de Blumer, em 1939, Herberle, em 1951, e Turner e Killiam, em 1957 (GOHAN, 2009).

O ano de 1960 foi crucial para alargar esse debate pelo fato de emergirem novas formas de lutas sociais e políticas que procuraram adaptar-se às novas tecnologias digitais, ao Capitalismo, à globalização cada vez mais efetiva e aos novos atores, como os grupos ecológicos, feministas, pacifistas, direitos civis, luta contra a guerra no Vietnã, movimento estudantil, os quais se afirmaram nos EUA e na Europa (FERREIRA *et all*, 2013). É necessário reforçar que, a partir dos anos 1960 e 1970, emerge aquilo que ficou designado de ‘novos movimentos sociais’. Essa designação de movimentos sociais foi concebida para diferenciá-los dos movimentos sociais considerados clássicos, como são os de operários e de mulheres, em que a pertinência ao grupo se definia por critérios objetivos como classe e gênero e só posteriormente era buscada também a adesão subjetiva. Nos movimentos sociais denominados como novos, ao contrário, a identidade, a integração e a ação coletiva passaram a ser destacadas como condição e, simultaneamente, como atos criadores (SOBOTKA, 2002).

Ainda durante o século XX, o conceito ‘movimentos sociais’ ganha novas interpretações por via da Escola Sociológica de Chicago, no âmbito das pesquisas sobre ação coletiva (GOHN, 2004). Nessa altura, o conceito passou a ser discutido sob a ótica que vai desde as mudanças macrosociológicas, fatores de mobilização coletiva, ideologias associadas aos movimentos sociais até as condições de sucesso, tendo em atenção o contexto geográfico e histórico. Preocupado com questões abordadas pelas teorias norte-americanas da ação social, Tilly publicou, em 1981, em conjunto com Louise Tilly e Robert Tilly, *Class Conflict and Collective Action*, coletânea de textos em que é retomado o trabalho anterior, na linha que o consagrará como um dos grandes pesquisadores norte-americanos sobre as ações coletivas. A partir do impacto das mudanças locais nas estruturas de poder nacional, Tilly chamou a atenção para os recursos comunitários nos primeiros estágios do Capitalismo, particularmente os protestos comunais. Ele enfatizou a importância de tais recursos também para o século XX em movimentos nos Estados Unidos, como aqueles pelos direitos civis e o dos estudantes. A série de artigos publicados em 1981 por Tilly procurava responder a seguinte questão: quanto frequentemente e em que condições o conflito de classe provê as bases para a ação popular coletiva? Ou seja, indagavam sobre as bases sociais da revolta e da obediência. A opção pela

expressão ‘ação coletiva’, e não ‘protesto’, ‘rebelião’, ‘desordem’ ou qualquer outro, deu-se porque ele entendia que, nesses últimos termos, há um pré-julgamento, do ponto de vista das autoridades, que prejudica o entendimento dos fenômenos.

Os autores Goss e Prudêncio (2004) preferem o uso da expressão ‘ação social’ em vez de ‘movimentos sociais’ para designar ações desenvolvidas por membros da sociedade civil nas lutas sociais em termos de conquista de determinados direitos. A visão da época do marxismo defendia que a luta era simplesmente desencadeada pelas classes sociais, mas o tempo veio a demonstrar que os novos movimentos sociais emergiram no âmbito da ação coletiva exigindo mais direitos civis e políticos.

A literatura científica sobre os movimentos sociais africanos continua pouco abundante se comparada com o arcabouço de estudos nos países ocidentais. A análise levada a cabo em África durante o período das lutas pela independência e no imediato pós-independência, assim como o processo de transição democrática nas décadas de 1990 a 2000, tem destacado como questão-chave a construção de uma nação centrada no Estado. Esse último tem sido concebido como sujeito de desenvolvimento no interior de um processo em que a sociedade civil e, sobretudo, os movimentos sociais têm tido pouca ou nenhuma visibilidade pública. Todavia, os movimentos sociais em África não são tão novos, mas é evidente que, a partir dos finais da década de 2000, eles assumiram uma diferente configuração, muito mais mediatizada se comparada com as agitações e demonstrações ocorridas antes do início do novo século. A mudança na natureza dos movimentos sociais em África tem sido mais complexa e heterogênea se se olha para as circunstâncias geográficas, históricas, sociológicas e antropológicas. Ainda assim, a característica comum dos recentes movimentos sociais africanos deve ser procurada no produto e resposta a um contexto concreto de privação, negação de direitos e injustiça fomentado pelos estados antidemocráticos e pouca (ou nenhuma) preocupação em relação aos problemas dos seus cidadãos. Nesse caso, os movimentos sociais africanos são categorizados com o lema da justiça social e econômica (BUSSOTTI e MUTZENBERG, 2016).

Os movimentos sociais e políticos africanos têm tido geralmente uma estreita relação com os ocidentais, embora mantendo diferentes características e objetivos. Vários estudiosos desenvolveram visões historiográficas sobre movimentos sociais e políticos em África, sendo que, de um lado, propõem o seguinte: as lutas nacionalistas e independentistas (1950-1960); a formação dos novos estados africanos com a incorporação dos movimentos sociais no seio das estruturas institucionais (1960-1975); o ajustamento econômico e estrutural (1975-1989) e os movimentos pela democracia (1990-2010); do outro lado, apresentam as seguintes etapas: colonização e descolonização, poder do Estado, transformações políticas nos anos noventa, com

a abertura democrática e, finalmente, a cooptação da sociedade civil por parte das agências internacionais e o Banco Mundial sob o lema da luta contra a pobreza. As pesquisas desenvolvidas tinham realçado a presença dos movimentos sociais nos Estados pós-coloniais, como é demonstrado por Bayart ao apresentar, ainda na década de 1980, provas de manifestações protagonizadas por camponeses contra os novos estados africanos.

Uma crítica que se pode fazer é que a maioria dos grupos e organizações da sociedade civil¹¹ na África é dependente da comunidade internacional, tanto para efeitos de financiamento quanto para a aprovação de seus programas de ação, acabando por incorporarem, acriticamente, conceitos e práticas sem a necessária reflexão quanto à sua adequação ao contexto no qual vão ser aplicados (ABREU, 2006). O modelo ocidental é trazido e aplicado, na maioria das vezes, sem levar em consideração aspectos relevantes das culturas africanas. Diversas ONGs negligenciam características importantes da cultura local, negando a importância do multiculturalismo em prol de concepções globais de desenvolvimento, o que gera conflitos em algumas regiões da África (PAIN, 2006).

¹¹ Várias vezes, o uso do conceito ‘sociedade civil’ é muito mais frequente no caso de África do que ‘Movimentos sociais’. A onda de liberalização política que se estendeu sobre todo o continente africano, desde o início da década de 90 do século XX, levantou mais uma vez o debate sobre a relevância da aplicabilidade de conceitos e experiências da história política ocidental em condições africanas. Um dos maiores e vociferantes debates tem sido em torno do conceito de ‘Sociedade Civil’, uma vez que opiniões díspares se digladiam em busca da melhor estrutura analítica e explicativa dos acontecimentos contemporâneos de África. As críticas sobre a aplicabilidade do conceito em contexto não ocidental têm despertado grande interesse e gerado um forte debate, tendo levado muitos autores a pôr em causa o significado do conceito mesmo dentro de contextos ocidentais, onde argumentam existir pouco acordo em termos da sua relevância e valor político prático, resultando que algumas ambiguidades nas discussões dos países do mundo contemporâneo em desenvolvimento cresceram por causa dos múltiplos significados do termo na própria tradição ocidental (Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/NWBjtYS9rvxtNSq8qqwxQPh/?format=pdf&lang=pt>). A pressão para a mudança é uma constante e, geralmente, parte da Sociedade Civil. Apesar de ser, muitas vezes, caracterizada como fraca, pouco ativa e incipiente, é de destacar a melhoria crescente da consciência de cidadania entre as ONGs e o aumento das reivindicações destas em relação ao papel que o governo deve assumir no investimento, quer na reconstrução do país, quer em um desenvolvimento inclusivo e na resolução dos problemas que foram originados pela guerra ou, ainda, como garantia dos direitos dos cidadãos (CATARINO, 2006). O surgimento da ideia da sociedade civil está profundamente vinculado à evolução do pensamento europeu ocidental, especialmente ao Iluminismo britânico e francês e, mais tarde, à filosofia alemã do século XIX. Aqui, ela empresta de Hegel e de Marx as acepções mais elaboradas e, entre outros, do que o italiano Antônio Gramsci desenvolve. Por oposição ao Estado, que aglutina a sociedade política, a ideia designada pelos filósofos alemães é do domínio em que, na sociedade burguesa, teriam lugar as relações de mercado e econômicas. O seu advento se associa inelutavelmente ao estabelecimento da opinião pública como a possibilidade, ou não, de emitir opiniões divergentes da dos poderes políticos. O seu inevitável corolário, enquanto soma de atos e de pareceres, é a esfera pública, fórum crítico em que se encontrariam as vozes indispensáveis às práticas de obtenção da verdade, mas independentes da vontade estatal. Reunindo esses dois últimos elementos, a opinião pública e a esfera pública, acharíamos uma noção simples de ‘sociedade civil’ como sendo o espaço intermediário de relações e de participações sociais, distinguindo-se nitidamente dos setores da economia e do Estado. A independência de setores, portanto, a liberdade de pensamento e de ação, seria o traço próprio que permitiria transcender a imanência social. A maturidade dessa instância pressuporia a dissolução de solidariedades tradicionais e a especialização de papéis sociais diferenciados que não mais se vergariam a fidelidades de eras passadas. E consegui-lo significaria fazer da sociedade civil igualmente uma sociedade política, ou seja, a que não deixaria para os aparelhos e para os políticos a obrigação de se preocupar com a *res publica*, a coisa de todos (BARBEITOS, 2016).

No caso de Angola, os estudos sobre a ação dos movimentos sociais estão conectados às raízes do nacionalismo (incluindo a dimensão daquilo que ficou conhecido como protonacionalismo). Para Davidson (2000), o regime português foi um órgão de repressão sistêmica em nível interno que reproduziu as mesmas misérias na África, concedendo poucos direitos cívicos aos seus próprios cidadãos e, praticamente, nenhum direito válido aos seus “nativos”. As adversidades em termos de política ou de método nunca foram temas de debates no seio desse império, mas sim uma provocação para a política política. É complexo falar em participação da sociedade civil no contexto da época colonial, visto que manifestações se fizeram presentes, principalmente através dos movimentos de libertação nacional, mas a conjuntura autoritária dificultava qualquer tentativa de participação por parte da população.

A historicidade dos acontecimentos vinculados aos movimentos sociais em Angola é destacada pelo pesquisador Nelson Pestana ao relatar a existência de uma “história antiga” dessa sociedade que tem ligação imediata com a história do movimento associativo angolano, cujas origens estão situadas nas associações culturais e nos movimentos cooperativistas e mutualistas de meados do século XIX e que deram corpo à afirmação do direito de cidadania dos africanos nos anos 1930, prolongando-se ao longo de todo o século XX (PESTANA, 2004). Sobre o associativismo angolano do século XIX, por meio da imprensa (que surgiu com significativo impacto entre a elite da Angola colonial no final do século XIX), as elites passaram a participar das críticas formuladas à administração colonial, reivindicando direitos, denunciando abusos e desencadeando o temor e o ódio dos colonos, cujos interesses estavam em contradição com as disposições legais, notadamente no que dizia respeito à imposição do trabalho obrigatório e às suas duras condições. Essas elites fizeram ouvir a sua voz por intermédio da imprensa não só em Angola, mas também em Lisboa, reforçando assim as bases de sua identidade (FREUDENTHAL, 1988).

O movimento associativo no período colonial desempenhou um papel determinante na transformação do protonacionalismo em uma consciência nacionalista intervencionista. As primeiras manifestações associativistas em Angola surgiram no século XX com a formação de associações estudantis e juvenis, além de atividades recreativas e sindicais. Os movimentos associativos se constituíam de grupos de pressão junto ao regime colonial basicamente assentados em questões como emancipação social, econômica e cultural, tais como o fim do trabalho escravo, discriminação racial e expropriação de terras, reivindicação do acesso à terra e do acesso ao poder. Estas associações emergiram à margem do regime colonial e enraizaram o nacionalismo angolano por meio de várias associações. A partir destas associações, emergiram os movimentos de libertação nacional (MONJANE, 2016).

Em Angola, no contexto colonial, em virtude da maioria da população ser gradualmente excluída dos benefícios derivados dos recursos públicos, surgiram intelectuais urbanos, jornalistas, escritores e igrejas que denunciaram o contexto de opressão e reivindicaram a independência. Apesar de haver uma elite intelectual burguesa ou famílias tradicionais ou crioulas, os alvos de destaque foram os movimentos sociais que, com o intuito de se fortalecerem contra o colonialismo, tomaram como imperativa a necessidade de criação de uma organização unitária. Essa necessidade levou os resistentes ao regime colonial a fundarem, em 1912, a Junta de Defesa dos Direitos de África. A Junta conjugava interesses de representantes não só de Angola, mas também de Guiné e Moçambique, cujo porta-voz oficial foi a revista **A Voz da África**. Mencionamos, também, o jornal **O Eco d'África**, fundado em 1914, em Lisboa, por angolanos. O surgimento dessas vozes de resistência – faladas e escritas – mobilizou uma intensa perseguição política por parte do Governador-Geral português em Angola, Norton de Matos. Mais tarde, surgiu a Liga angolana, a Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA) e, a partir de 1960, foram surgindo os movimentos nacionalistas, como o MPLA, FNLA e a UNITA, que também lutaram contra o regime colonial português (TELO, 2012).

Para Pestana, a história mais recente da sociedade civil angolana tem a ver com o “renascer” desse movimento associativo, com a reafirmação da sua autonomia, da sua legitimidade e de sua intervenção no espaço público depois que os movimentos de libertação abandonaram o espaço público criado no contexto colonial e se assumiram como partidos-nação, ou seja, como representantes de todo o povo angolano (PESTANA, 2004). De acordo com Abreu (2006), esses movimentos surgiram em um contexto cuja configuração do espaço público era comandada pelo Estado desde a época colonial. Havia severos limites impostos à participação de atores não-estatais, impedindo a construção social de uma cultura do diálogo e a contribuição de mecanismos promotores de coesão social, particularmente de normas sociais complementares à racionalidade do Estado e do mercado. A experiência colonial trouxe autoritarismo e repressão à sociedade, como fica provado mais tarde ao longo do texto, o que terá implicações ao estado pós-colonial. O ideal marxista-leninista do Partido Único, após a independência, impôs severos limites à participação de atores não-estatais e fez aumentar a sensação da falta de liberdade e a dificuldade da participação social da população. Com a abertura democrática, ocorreu uma tripla transição: da guerra à paz; de um Estado ditatorial de tipo marxista-leninista a um Estado democrático multipartidário; e de uma economia socialista administrada a uma economia liberal de mercado (MESSIANT, 2018). Dessa tripla transição, surgiram várias forças políticas, organizações da sociedade civil, de modo que se realizaram

eleições e houve o reacender do conflito civil em meio a vários acordos, conforme fica demonstrado na secção II desta tese.

Assim, entendemos que um movimento social é a expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural. Geralmente, tem as seguintes características: demandas que configuram sua identidade; adversários e aliados; bases, lideranças e acessórias que se organizam em articuladores e articulações e formam redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão desde a oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações. Esses movimentos emergem no seio de grupos da sociedade civil e procuram, no âmbito do estado de direito, construir a sua identidade em termos de luta contestatória (GOHAN, 2019).

Os novos movimentos sociais são, ao mesmo tempo, local e global, ou seja, iniciam de lugares específicos, por razões particulares, ocupam espaços públicos urbanos para os protestos e se conectam a redes de internet dando a dimensão global: “Marchas, manifestações e ocupações na atualidade são promovidas por coletivos organizados que estruturam, convocam/convidam e organizam-se online, por meio das redes sociais” (GOHAN, 2013, p.21). Suas ações e experiência podem servir de inspiração para outros atores em várias partes do mundo, como o que ocorreu com a “Primavera Árabe”. Eles expressam convergência aguda sobre questões interligadas e problemas humanitários em geral e claramente exibem uma cultura cosmopolita ao mesmo tempo em que se mantêm enraizados em suas identidades específicas. Eles prefiguram, em alguma medida, a superação da divisão atual entre identidade comunitária local e renda individual global. Esses movimentos sociais acabaram nascendo do desprezo da parte de seus governos, fossem eles ditatoriais ou pseudodemocráticos. Foram estimulados pela indignação provocada pela complexidade percebida entre as elites financeira e política (CASTELLS, 2013).

Os nomes ou denominações dos atuais movimentos adotaram o dia de um grande evento ou acontecimento que os projetou na cena internacional, como M12M (Movimento 12 de Março) ou Geração à Rasca em Portugal; M15M (Movimento 15 de Março na Espanha), que ficou conhecido como Os Indignados; em Angola, teve o 07/03/11, ou seja, Movimento de 07 de Março de 2011. Nomear segundo a data de surgimento do movimento recupera acontecimentos históricos como os de maio de 1968 (GOHAN, 2013).

Os jovens ativistas dos 15+2 (duas), a partir de 2011, tendo superado seus medos mediante a criação de um ciberespaço e o engajamento de comunidades urbanas, assumiram-se como protagonistas de ações que visavam a lutar contra o poder autoritário, estimulando uma

maior abertura democrática que proporcionaria o surgimento de grupos cívico-políticos e órgãos de comunicação social organizados, livres, autônomos e com capacidade de investigação. Esses grupos e órgãos teriam a função de pressionar o Estado no sentido de realizar a reforma institucional, de modo que a atuação do governo corresponderia às expectativas públicas e às exigências de transparência e responsabilização no âmbito da ação governativa (CATARINO, 2006). Com a globalização, o estado passou a ser deslegitimado e criticado, tendo perdido o controle das fronteiras nacionais e do controle sociopolítico; ocorreu um deslocamento de interesse para a sociedade civil que passou a fomentar, por todo lado, ações sociais de resistência e desobediência civil (GOHAN, 2009).

Portanto, os movimentos sociais, no caso de Angola, passaram a ser vistos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizaram formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Esses grupos adotaram estratégias diferentes que variavam desde a simples denúncia até a pressão com mobilizações, marchas, concentrações e passeatas (MONJANE, 2016), como fica demonstrado em relação ao Movimento dos “Revús” ou o Movimento dos 15+2 (duas). Esses movimentos passaram a ser produtores de novos valores objetivos no âmbito da democracia e, ao mesmo tempo, se constituíram em contrapoder face ao estado autoritário. Os novos movimentos sociais estavam conectados de múltiplas formas, sendo que o uso da internet e das redes de comunicação móveis foram essenciais para a sua organização. Como ficará demonstrado no tópico a seguir, eles começaram com os debates nas redes de internet e seus membros continuaram a debater e a se mobilizar pela mesma via (CASTELLS, 2015).

A seguir, analisaremos a questão do digital nos novos movimentos sociais, explicitando a emergência das redes sociais online como são o *Facebook*, *Youtube*, *Instagram* e o *Twitter*, plataformas de discussão, organização, mobilização e divulgação de atos de protestos não violentos atuando em regimes autoritários como formas de contrapoder. Busca-se, como modelo de debate, a questão da “Primavera Árabe” e sua repercussão em várias partes do mundo, em particular Angola, onde os ativistas, a partir do ano de 2011, mobilizaram-se utilizando o suporte das redes sociais online para novas formas de protestos em prol da democratização.

1.2.1 O ativismo em rede do movimento dos 15+2 (duas)

A Terceira Revolução Industrial ocorrida em meados do século XX foi fundamental para o aparecimento de várias inovações no campo da robótica, genética, informática,

telecomunicações e eletrônica. A par disso, a Quarta Revolução emergiu com a nanotecnologia, neurotecnologia, robôs, inteligência artificial, biotecnologia, impressoras 3D e o uso de drones. Essas tecnologias desenvolvidas possibilitaram que as informações fossem transmitidas cada vez mais rápido e estimulassem a interação entre as pessoas de várias partes do mundo. Por meio do acesso à internet, as relações socioculturais e as relações entre o homem e o meio ambiente foram completamente alteradas (SOUSA, 2024):

A internet, é na verdade uma tecnologia antiga (primeiramente implantada como Arpanet em 1969), mas seu uso se expandiu exponencialmente a partir de meados dos anos de 1990 em diante, mais recentemente impulsionado pela difusão de novas gerações de comunicação sem fio. Em 1996, havia menos de 40 milhões de usuários de internet no mundo; em 2013, mais de 2,8 bilhões, sendo as maiores populações da internet os usuários da china, dos Estados Unidos e da Índia. A tecnologia da comunicação se baseia cada vez mais em plataformas sem fio. Em 1991, havia aproximadamente 17 milhões de assinantes de telefonia móveis. Quando escrevia esse livro, em 2013, havia mais de 6,4 bilhões (usando um fator de multiplicação conservador, podemos dizer que mais de 85% dos habitantes do planeta estão atualmente conectados via redes sem fio). (CASTELLS, 2015, p.36).

Essa inovação vinculada a tecnologias digitais diminuiu a distância e o tempo dos homens, tendo originado o crescimento do ciberespaço como resultado de um movimento internacional de jovens ávidos para experimentar coletivamente formas de comunicação diferentes daquelas que as mídias clássicas propunham. As mudanças geradas por essa tecnologia protagonizaram a criação de neologismos, como defende Lemos e Paulo (2003, p. 02):

A emergência de cibercidades (cidade e espaço de fluxo), as novas práticas comunicacionais no ciberespaço (e-mail, listas, weblogs, jornalismo online), as novas relações sociais eletrônicas e as práticas comunicacionais pessoais (weblogs, webcams, chats, icq, listas), as questões artísticas (arte eletrônica) e políticas (cibercidadania, ciberativismo, hackers), as transformações culturais e éticas (softwares livres, "napsterização", privacidade) e a nova configuração comunicacional (liberação do pólo da emissão) da cibercultura.

O ciberespaço¹² pode ser entendido como o espaço constituído por meio da interconexão mundial dos computadores, sendo composto pela junção da infraestrutura que permite a

¹² O Ciberespaço (que também é chamado de rede) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo revela não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. Quanto ao neologismo "Cibercultura", especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (LÉVY, 1999).

interconexão e a troca de informações (computadores, celulares e cabos de fibra ótica, por exemplo), por todas as informações que trafegam na rede, e pelos usuários, responsáveis por essa dinâmica de tráfego (uploads e downloads) que constitui a internet (LÉVY, 1999). Isso revela pujantemente a alteração da “cultura material” dentro das relações humanas (CASTELLS, 2013), reverberando, de um lado, novas experiências, memórias, práticas sociopolíticas e artísticas e, de outro lado, um novo domínio de contestação política no âmbito da democratização em ambientes autoritários (TORRES, 2011), como o ciberativismo, fomentado sobretudo a partir das redes sociais online como o *Twitter*, o *Facebook*, o *Youtube*, o *WhatsApp* e o *Instagram*. Portanto, “as redes sociais *online* emergiram como um fenômeno social, político e cultural extremamente importante de nosso tempo, com reflexos nas mais diversas atividades profissionais¹³ e intelectuais” (CARVALHO, 2014, p. 165).

Os movimentos sociais emergidos a partir dos anos de 2010-2011, tendo como ponto de partida a “Primavera árabe”, eclodiram protestos espontâneos em quase todos os países do mundo árabe, do noroeste da África ao Golfo Pérsico. Os protestos começaram na Tunísia em dezembro de 2010, após a autoimolação pública de um vendedor ambulante, vítima de assédio policial na ditadura de longa data, de forma que a agitação se espalhou rapidamente para o resto do mundo árabe. Apesar das diferenças geográficas, de desenvolvimento econômico, de religião, demografia, estrutura estatal e outras condições locais, houve protestos em quase todos os países do mundo árabe, propiciados principalmente pelo uso das redes que os tornaram globais. E, como quase todos eram autocracias de uma forma ou de outra, basicamente os protestos de todos os países tinham objetivos semelhantes: a remoção de ditadores e a restauração das liberdades civis e eleições democráticas. Embora não tenham conseguido atingir os seus objetivos na maioria desses países, esses protestos, em alguns deles, conseguiram destituir líderes ditatoriais de longa data e, em outros poucos, eclodir guerras civis em grande escala (RUTLEDGE, 2024).

Por meio do acesso às redes sociais online, os jovens ativistas passaram a compartilhar dores, indignação e esperança, de acordo com Castells (2013). Esse movimento de cunho, a princípio, virtual despertou sentimentos de união e ajudou a superar o medo face às atrocidades do regime, tendo mobilizado centenas de pessoas que passaram a ocupar os espaços públicos para denunciar a miséria, desemprego, falta de democracia, longevidade no poder, arrogância,

¹³ No caso dos historiadores, as redes sociais na internet funcionam como importantes plataformas de pesquisa histórica enquanto fontes, mas também como mecanismo de divulgação de textos históricos por meio de eventos como seminários, conferências, artigos e projetos em história. Redes sociais *online* são espaços públicos legítimos de atuação dos historiadores. É importante lembrar que elas representam um espaço político e de construção de sentidos sobre a história (CARVALHO, 2014).

cinismo político e humilhação cotidiana do cidadão proporcionados pelo estado autoritário. Os jovens lutavam por dignidade, assim como nas lutas anteriores declaradamente pró-independência.

Eles se organizaram por meio do contato em um mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida e viral de imagens e ideias. A mídia tratou de enquadrá-los nos tropos existentes de domínio político ou revolução e permitiu que criassem ferramentas retóricas e logísticas para desafiar o controle ideológico do sistema autoritário. A mídia digital assumiu um papel importante na ignição do protesto social, dando visibilidade a uma cascata de imagens inspiradoras e histórias de sucesso em todos os países da região com a sua forma organizacional peculiar (LOPES, 2013). Os protestos “tinham iniciado no Sul e no Norte, na Tunísia e na Islândia, e de lá a centelha acendeu o fogo numa paisagem social diversificada e devastada pela ambição e manipulação em todos os recantos deste planeta azul” (CASTELLS, 2013, p.08).

Os Movimentos sociais conectados em rede de internet espalharam-se, em primeiro lugar, pelo mundo Árabe, lutando contra as ditaduras locais na Tunísia, Egito, Marrocos, Líbia, Síria, Iêmen e chegando até Angola. Outros movimentos ergueram-se contra o gerenciamento equivocado da crise econômica na Europa e na América por governos que se colocavam ao lado das elites financeiras responsáveis pela crise à custa de seus cidadãos. Era o caso da Espanha, Grécia, Portugal, Itália e Grã-Bretanha.

Os movimentos de democratização já existiam muito antes de tecnologias como o telemóvel e a *internet*. Todavia, com o uso das tecnologias, as pessoas passaram a compartilhar interesses pela democracia, construíram extensas redes sociais e ativaram movimentos de ação coletiva para a mudança de demandas políticas (HOWARD E HUSSAIN, 2013):

Os casos mais bem sucedidos de protestos sustentados e pacíficos, com déspotas depostos, foram a Tunísia e o Egito. Ambos os casos exemplificaram um padrão que pode ser observado, com diferentes graus de força, em toda a região: uma fase de preparação, envolvendo o uso de ativistas da utilização de meios digitais ao longo do tempo para construir redes de solidariedade e identificação de identidades e objetivos coletivos; uma fase de ignição, envolvendo simbolicamente poderosos momentos que as elites e os regimes dominantes ignoraram intencionalmente ou preguiçosamente, mas que galvanizou o público; uma fase de protesto, onde, ao empregar redes off-line e tecnologias digitais pequenos grupos estrategicamente organizados em grandes números; uma fase de adesão internacional, onde as redes de mídia digital se estenderam a gama de cobertura local para redes de transmissão internacionais; uma fase de clímax onde o regime manobrou de forma estratégica ou descuidada para apaziguar o descontentamento público através de pacotes de assistência social ou de duras ações repressivas; e, finalmente, uma fase subsequente de guerra de informação, onde vários intervenientes, estatais e oriundos redes

internacionais de defesa cívica, competem para moldar o futuro da sociedade civil e infraestrutura de informação que tornou isso possível. (LOPES, 2013, p. 50).

Por meio das redes sociais, os jovens passaram a articular ideias e propostas sobre os atos de protestos. A rapidez com que as informações fluíam era admirável, bem como a sua abrangência. Foi notável o contributo desse mecanismo em relação à projeção de ativistas e seus ativismos durante os protestos na Tunísia e Egito, cuja cultura do acesso ao telemóvel e à internet estava amplamente divulgada. A internet já tinha cumprido seu papel inicial de instrumento para a circulação de informações, visto que, pela primeira vez, havia ganhado protagonismo na organização e no sucesso dessas manifestações. E essa utilização da rede para mobilizações políticas, desde então, tornou-se mais frequente e bem-sucedida em outras regiões do mundo.

No caso de Angola, uma sociedade autoritária e com histórico de controle por parte das instituições do estado (é necessário lembrar que a vigilância em si não é má desde que cumpra as funções de salvaguardar os interesses nacionais em detrimento dos pessoais ou de uma pequena elite), protagonizado pelos serviços secretos no que tange à instalação do regime monopartidário tendo em vista a manutenção do poder, a internet construiu novas formas de resistência em torno dos direitos de cidadania. A juventude passou a encontrar, nas redes sociais online, um espaço de formação de identidade política, mobilização de massas e meios de fiscalização das políticas do estado (ANGELO, 2020).

Essa referência aos protestos não pode ser adiantada sem antes verificar os dados sobre o uso da internet até ao ano de 2014. Nesse período, o país realizou, por meio do Instituto Nacional de Estatística (INE), o primeiro Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola entre os dias 16 e 31 de maio de 2014. O censo revelou que existia uma população na ordem dos 25.789.024 habitantes e, em relação ao uso dos meios tecnológicos, verificou-se que 7.803.810 habitantes com 5 ou mais anos têm acesso ao telefone móvel; 2.119.946 habitantes com 5 ou mais anos têm acesso à internet e 2.060.989 habitantes com 5 ou mais anos têm acesso ao computador. Percentualmente, estamos falando que 37,5% da população usa telemóvel, 9,9% usa computador e 10,2% usa a internet. Abaixo, segue um quadro em que aparece um resumo com as percentagens e indicadores das áreas de residência e sexo no que se relaciona aos meios tecnológicos (PINHEIRO, 2019):

Figura 01 – Percentagens e indicadores das áreas de residência e sexo

INDICADORES	Área de Residência		Sexo		
	Angola	Urbana	Rural	Homens	Mulheres
Acesso ao telefone movel*	37.5%	46.8%	21.2%	40.9%	30.4%
Acesso ao computador*	9.9%	11.8%	6.5%	11.6%	8.3%
Acesso a internet*	10.2%	12.0%	7.0%	11.8%	8.7%

Proporção da População com 5 ou mais anos

Fonte: Pinheiro (2019)

Para se ter uma ideia, o acesso à internet ou aos seus dispositivos de conexão não se pode comparar com outras realidades como o Egito e a Tunísia. A Tunísia tinha, naquela altura, uma das mais altas taxas de conexão à internet de celulares no mundo árabe. Em novembro de 2001, 67% da população urbana tinha acesso a um celular e 37% deles estavam conectados à internet. No início de 2011, 20% dos usuários da internet estavam no *Facebook*, percentagem duas vezes maior que em lugares como Marrocos, três vezes maior que no Egito, cinco vezes maior que na Argélia ou na Líbia e vinte vezes maior que no Iêmen (CASTELLS, 2013). Apesar disso, atrevemo-nos a afirmar que a “Primavera Árabe” e a influência das redes sociais, especificamente o *Facebook*, foram fundamentais para a organização, articulação e realização da tentativa da primeira manifestação em Angola, isto é, no dia 07 de março de 2011, mesmo com os altos custos da internet, que diminuíram com o surgimento do *Facebook*, e o acesso a aparelhos eletrônicos, que são caríssimos. Com ajuda das redes sociais e a coragem da juventude, desenvolveu-se, em 2011, a campanha: “32 é muito. Fora, Zédu”. A campanha era fortemente impulsionada por um “fantasma” de nome Jonas Roberto (desconhecido até aos dias de hoje), que atuava fortemente no *Facebook*. Nas nossas investigações, percebemos que eram duas figuras: o fantasma Jonas Roberto, de quem já falamos, e uma outra figura na Alemanha, que entendia de tecnologia, que é o Mongove, o qual fez uma convocatória online e colocou ali um jovem que recebia as chamadas para dar credibilidade à convocação da manifestação. Mas ela foi mais divulgada no espetáculo onde Luaty Beirão esteve e fez um apelo público (LUAMBA, 2017).

Esses jovens, por via das redes sociais, associados às mídias tradicionais como os jornais privados e rádios, procuravam denunciar os atos de violação do estado de direito e democrático, mobilizar e divulgar ações de protestos (inclusive de jovens apáticos à política), exigindo mais direitos ou, pelo menos, o cumprimento daqueles que já existiam. Em outros

casos, as redes sociais atuavam como instrumentos de preservação de narrativas contra-hegemônicas, opondo-se ao domínio estatal da maioria dos meios de comunicação social, como é o caso da Central Angola, site criado como espaço de comunicação pública dos jovens que organizaram a manifestação pela “Liberdade de Expressão em Angola”, no dia 2 de abril de 2011, na sequência do que aconteceu no Largo da Independência no dia 7 de março (07/03/11). Esse mecanismo passou a exercer o papel de correspondência com o Governo Provincial de Luanda, atuando fora da redoma dos viciados meios de comunicação social, na linha do chamado “jornalismo cidadão” (CENTRAL ANGOLA 7311, 2011). Como demonstra Castells (2013, p.15):

Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede, a autonomia da comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida. Eles precisam construir um espaço público, criando comunidades livres no espaço urbano. Uma vez que o espaço público regional, ou seja, o espaço constitucionalmente designado para a deliberação está ocupado pelos interesses das elites dominantes e suas redes, os movimentos sociais precisam novo espaço público que não se limita a internet, mas se torna visível nos lugares da vida social. É por isso que ocupam espaço urbano e os prédios simbólicos. Os espaços ocupados têm desempenhado papel importante na história da mudança social.

Os ativistas, assim, passaram a interagir com o grande público por via das suas páginas virtuais, que se tornaram páginas fomentadoras de debates, como foi o caso dos membros do 15+2 (duas) Luaty Beirão, Hitler Samussuku, Domingos da Cruz e Dito Dali. O regime autoritário (que até então desvalorizava o poder desse espaço midiático), apercebendo-se desse pequeno espaço de democracia, criou equipes que visavam a bloquear essas páginas (esses jovens foram constantemente bloqueados) ou mesmo produzir narrativas que defendiam os interesses da elite governante, destruindo repertórios importantes com textos, imagens e vídeos que revelavam o rosto do autoritarismo. O poder do regime sempre foi exercido por meio da coerção, ou seja, o monopólio da violência legítima ou pelo controle do estado se tornava efetivo tendo como base a sua significação na mente das pessoas, mediante mecanismo de manipulação ideológica ou simbólica.

Os protestos se destacavam pelo uso da internet, ou seja, mídias digitais, enquanto espaços de autonomia e de contrapoder face aos regimes autoritários e patrimonialistas instalados em vários países africanos. Esses estados autoritários faziam a manutenção do poder por via do controle da comunicação e da informação. Esse controle se tornava exequível quando

o poder ganhava a capacidade de moldar a mente humana de acordo com os interesses do líder autoritário. Como destaca Castells (2015, p.23),

[...] as relações de poder, base das instituições que organizam a sociedade são amplamente construídas na mentalidade das pessoas através de processos de comunicação. A moldagem de mentalidades é uma forma mais decisiva e duradoura de dominação do que a subordinação de grupos por intimidação ou violência.

Os dirigentes políticos, a par da coerção ou da tortura, tinham percebido que esses mecanismos não tinham sido suficientes para controlar a sociedade. Por isso, passaram a usar como recurso o controle da comunicação, a exemplo de Angola, com a Rádio Nacional de Angola, Televisão Pública de Angola e o Jornal de Angola, cujo papel era branquear a imagem do país e do presidente ao nível internacional, passando a ideia de ser carismático e comprometido com a democracia, os direitos humanos, o crescimento e desenvolvimento econômico.

As mídias digitais trouxeram redes horizontais de comunicação que ampliaram a autonomia dos sujeitos comunicantes em relação às corporações de comunicação, englobando dentro da sociedade aquilo que ficou conhecido como contrapoder e colocando em causa os fundamentos dos regimes autoritários. Para Castells (2015, p. 31), “os governos ficam sempre nervosos em relação à comunicação livre na internet porque sua autoridade através da história foi amplamente baseada no controle da informação e da comunicação”. Assim sendo, esses jovens, por meio das redes sociais, aprenderam a desafiar o estado autoritário, produzindo um contrapoder responsável por reivindicar a representação de seus próprios valores e interesses. Foi na conexão em redes sociais da internet e redes pessoais que se forjou o protesto. Desse modo, a precondição para as voltas foi a existência de uma cultura da internet direcionada por blogueiros, redes sociais e ciberativismo (CASTELLS, 2013).

Essa tese ficou dividida em seis seções. Na primeira seção, denominada “Introdução”, são apresentadas as questões sobre o contexto histórico e geográfico do objeto em estudo, percurso teórico e metodológico, hipóteses, problemas, objetivos de pesquisa, bem como algum debate sobre a historicidade dos movimentos sociais no continente africano e os novos mecanismos de atuação, como a questão do ativismo digital (ciberativismo). A segunda seção, por sua vez, está relacionada com a marcha pela independência protagonizada pelos Movimentos de Libertação Nacional e sua relação com a fundação do atual Estado angolano a partir de 11 de novembro de 1975.

Na terceira seção, apresentamos os protestos que emergem em África a partir de 2010

com a Tunísia sendo o estopim. O estudo faz uma discussão sobre os protestos no norte da África e suas implicações em Angola, além do mapeamento de literaturas ligadas ao Movimento Revolucionário (Revú) e a gênese do movimento dos 15+2 (duas) no cenário das lutas não violentas em Angola, ampliando as lutas pela democratização. Na quarta seção, prelúdio da análise e interpretação das entrevistas dos membros do movimento dos 15+2 (duas), procuramos mapear a origem sociogeográfica dos ativistas, respectivamente, local de nascimento, ascendência familiar, condição socioeconômica, formação acadêmica, atividades profissionais e como esses eventos foram fundamentais na formação de suas consciências cívicas e políticas. No segundo momento, o texto propor-se-á a analisar a presença dos elementos culturais e intelectuais como o Hip-Hop (rap), a imprensa (sobretudo a privada), as universidades e a circulação de livros e seu contributo na formação da consciência cívica e política dos ativistas, bem como a forma em que são utilizados como mecanismos de crítica ao regime.

Na quinta seção, trabalhamos a questão da origem do Movimento dos Revú e seu papel embrionário na formação dos 15+2 (duas), protagonistas da luta não violenta em estado autoritário. Desbravamos o contexto da realização dos primeiros protestos em 2011 e a consequente formação do movimento revolucionário “Revú”, que corresponde a uma nova dimensão de movimento social constituído de jovens cujas idades são entre 18 e 35 anos, despartidarizados, sem (ou com frágil) vínculo com ONGs (sociedade civil), sem liderança e munidos de novos instrumentos de mobilização e divulgação de atividades como são as redes sociais online, dando origem a uma espécie de ciberativismo (ativismo digital) e uma rede de contrapoder oposta ao sistema vigente. Esses ativistas cujos atos de protestos pacíficos foram incompreendidos, foram detidos, julgados, presos e absolvidos pelo crime de tentativa de golpe de estado contra o consulado do presidente José Eduardo dos Santos, dando origem ao movimento dos 15+2 (duas). O texto revela a forma como a arquitetura legal (polícia nacional, tribunais e serviços prisionais) foi sistematicamente manipulada pelo poder autoritário durante a detenção, as sentenças, a prisão ou mesmo na violação de direitos básicos dos ativistas de terem acesso ao advogado, pedido de “habeas corpus”, contato com a família ou com os seus advogados.

Na sexta seção, procuramos desenvolver o debate sobre a forma como o Movimento dos 15+2 (duas) foi apresentado e representado nas mídias tradicionais como jornais, televisão, rádio, seja no setor público, seja no privado, bem como a dimensão das disputas de narrativas e de produção de memórias com o intuito de responder à opinião pública. Paralelamente a isso, examinamos o quadro da emergência dos novos movimentos sociais depois do ano de 2016,

altura em que os 15+2 (duas) foram soltos e liberados do processo, e de que forma essas organizações e suas demandas foram influenciadas e protagonizadas por alguns membros do movimento, bem como pela “suposta” abertura democrática criada pelo governo do presidente João Manuel Gonçalves Lourenço a partir do ano de 2017. Na última parte da tese, apresentamos as “Conclusões” e os resultados obtidos na pesquisa. Já no final, evidenciamos, ainda, algumas limitações e lacunas a serem possivelmente preenchidas por futuras pesquisas. A seguir, adentraremos na segunda seção desta tese, a fim de captar a historicidade da questão da luta pela independência em 11 de novembro de 1975 e a construção do Estado angolano. Ao longo do texto, procuramos demonstrar como o patrimonialismo e o autoritarismo colonial acabou sendo transferido (e com novas características) para a realidade política do pós-independência com a construção de um regime monopartidário e excludente, sobrevivente da guerra civil, cujos beneficiários das riquezas nacionais passaram a ser a elites políticas vinculadas ao partido no poder. Esse sistema prevaleceu até a década de 1990 com a emergência da democracia multipartidária, protagonista na afirmação de um poder autoritário e violador sistemático dos direitos humanos. Nesse sentido, despontaram as Organizações da Sociedade Civil (ONG) que, em meio a silenciamentos, perseguições, assassinatos, prisões e intimidações, protagonizaram ações de protestos que visavam a democratizar o país, como fica demonstrado ao longo da seção.

2 A MARCHA PELA INDEPENDÊNCIA E A CONSTRUÇÃO DO ESTADO ANGOLANO

2.1 Do protonacionalismo à luta anticolonial: os caminhos da independência

O colonialismo foi constituído a partir da premissa econômica, visando à riqueza e à expansão mercantilista; ideológica, na medida em que justificava a exploração do homem negro enquanto mão-de-obra barata; e política se levarmos em conta que o processo de exploração se assentava sobre instituições que serviam de manutenção do poder colonial. Logo, os privilégios estavam à mercê do colonizador que se impunha por via da violência estrutural ou simbólica diante do colonizado (KREUZ, 2020). Foi o colono que fez e continua a fazer o colonizado dentro da estrutura colonial. A situação colonial fabricava colonialistas assim como fabricava colonizados. Portanto, o colono tirava a sua verdade, isto é, os seus bens, do sistema colonial, empobrecendo as populações “indígenas” (FANON, 1968; MEMMI, 2024).

A luta pela independência passou a percorrer grande parte do continente africano, em particular a colônia angolana, onde jovens questionavam a situação colonial, na medida em que pretendiam recuperar a dignidade anulada pelo colonialismo. Para citar Jean Paul Sartre, “a descolonização, que se propõe mudar a ordem do mundo, é um programa de desordem absoluta. Mas não pode ser o resultado de uma operação mágica, de um abalo natural ou de um acordo amigável. A descolonização, sabemos-lo, é um processo histórico” (FANON, 1968, p. 26).

O processo de luta pela descolonização angolana não pode ser visto sem antes adentrarmos para os séculos XVII e XVIII, altura em que, por falta de interesse dos cidadãos da metrópole em migrarem para a colônia angolana, considerada como “tão inóspitas paragens”, a coroa portuguesa tentou povoar a cidade (Luanda), enviando para lá “criminosos de delito comum” e de “delitos religiosos”, o que significava, na época, judeus e protestantes. Essa luta foi fortalecida depois da independência do Brasil, em 1822, altura em que Angola passou a ser “a joia da coroa do império português”, contando, nesse caso, com maiores investimentos coloniais e estratégias de povoamento.

A consequência social direta foi a quase inexistência de mulheres europeias e, por essa razão, formou-se uma forte mestiçagem cultural e racial desde os primeiros tempos da colônia com implicações socioculturais muito importantes (ALVES, 2015). Foi desse contexto que também começou a consolidar-se uma certa elite colonial que passou a ter acesso à imprensa, cujo papel, de relevância dicotômica, era, de um lado, divulgar informações sobre a situação das colônias e, do outro, fazer emergir periódicos de cunho mais privado que lançavam críticas ao regime colonial português, bem como defendiam visões autonomistas:

A história da imprensa angolana tem início em 1836, quando o ministro Bernardo de Sá Nogueira e Figueiredo (1785-1876), mais conhecido como Sá da Bandeira (ministro da Marinha entre os anos de 1835-37, 1856-59, 1865 e 1870) autorizou no artigo 13º do decreto de 7 de dezembro a criação nas possessões ultramarinas portuguesas publicações que pudessem transmitir informações militares, civis, legais, comerciais e gerais. O *BOA* foi pioneiro, sua primeira edição foi em 1845, mas, existe um episódio ainda não plenamente investigado pelos historiadores, que antecipa o surgimento da imprensa para o ano de 1842. O ex-escrivão da fazenda e deputado por Angola, Joaquim António de Carvalho e Menezes, havia solicitado autorização ao governador para aquisição da maquinaria necessária para fundar o primeiro periódico. Segundo o periodista José de Fontes Pereira, por meio do seu artigo *A Independência de Angola*, escrito em 1886, o ministro dos negócios da marinha e ultramar, empregou todos os meios necessários para afundar o navio (os passageiros salvaram-se) que estaria trazendo o material tipográfico. (PINTO, 2017, p. 508-509 *apud* SANTOS 2021, p. 180-81).

Os periódicos privados ou não-oficiais se afirmaram a partir de 1852 com o periódico **Almanak Estatístico da Província de Angola e suas Dependências** que, segundo Júlio de Castro Lopo, preocupava-se com as notícias do governo e com informações genéricas sobre clima, população, religião, comércio e indústria, cujo objetivo era satisfazer o leitor com curiosidades e aprofundamento de assuntos da história de Angola. Fundado por dois militares, um advogado e um funcionário do governo, o *Aurora* foi o terceiro semanário fundado em Angola, em 1856, impresso pela tipografia do governo. Suas intenções eram exclusivamente literárias. Esse cenário foi estimulado pela aprovação da lei de 22 de maio de 1866, que tinha ampliado as garantias constitucionais no âmbito do exercício da liberdade de imprensa. Para se ter uma ideia, a chamada “imprensa livre” foi inaugurada com o periódico **A Civilização da África Portuguesa**, que teve o seu primeiro número editado em 06 de dezembro de 1866. Esse impresso foi um marco na história do jornalismo angolano. Alguns meses depois, surgiu o *Comércio de Luanda*. Na década de 1870, surgiram mais 7 periódicos, a saber: **O Progresso** (1870), **O Mercantil** (1870), **O Almanach Popular** (1872), **O Cruzeiro do Sul** (1873), **O Meteoro** (1873), **Correspondência de Angola** (1875) e o **Jornal de Luanda** (1878). **O Progresso** surgiu em Benguela; **O Almanach** era composto e impresso nas oficinas do **Mercantil**; o **Correspondência de Angola** foi um jornal noticioso, literário e político e, assim como *O Meteoro*, também teve uma curta duração. Não era comum apresentar a tiragem das edições. Então, apenas **O Mercantil** mencionava, com publicações semanais, a sua tiragem, que era de 700 exemplares. Esse periódico foi o semanário de maior duração na segunda metade do século XIX em toda Angola.

Enquanto na Europa e nos Estados Unidos as tipografias modernas eram movidas a

vapor e imprimiam 1.100 exemplares por hora, em Angola, as publicações eram semanais. Novos temas dominaram a pauta política e influenciaram o surgimento de novos periódicos, tais como: os debates internacionais acerca da nova política colonial (Conferência de Berlim 1884-1885); as influências do republicanismo português e brasileiro e o movimento contestatório daqueles que ficaram conhecidos como “Filho do país”, “filhos desse país”, “filhos d’Angola”, “filhos da terra” ou “filhos dessa província”. Esses jovens descendiam de famílias antigas, algumas delas remontando ao século XVII e ao tráfico de escravos, afinal, no início dos oitocentos, essa permanecia sendo a principal atividade a que se dedicavam os **filhos do país**. Eles alcançaram uma posição privilegiada nas estruturas de poder colonial dado o seu domínio das línguas, dos costumes e da capacidade de agenciar milícias privadas de escravos. Faziam parte de uma elite letrada e tinham espaço nos centros de poder, tais como as câmaras, as comissões municipais, os serviços militares, os periódicos, a burocracia colonial. Eram clérigos, sacerdotes, professores, tendo até representante na Câmara de Deputados, a exemplo de Joaquim António de Carvalho e Menezes, que foi o único **filho do país** a ocupar esse cargo. Eram considerados mestiços, socialmente pardos ou mulatos. Aos **filhos do país**, é atribuído o nascimento do protonacionalismo angolano que, progressivamente, foi ganhando força dados os conflitos com a administração colonial em suas práticas impositivas (legislativas), fazendo com que esse grupo social fosse perdendo paulatinamente espaço econômico, político e *status*.

Os intelectuais **filhos do país**, dentre os quais destacamos José de Fontes Pereira, foram os primeiros a dar livre curso ao sentimento de frustração e hostilidade para com a administração colonial. Reagiram, por meio da crítica e da denúncia, à onda de racismo que acompanhou a chegada de imigrantes no final do século XIX, publicaram extensos editoriais e ensaios críticos enquanto pressionavam Lisboa para lhes garantir seus direitos e pôr fim à flagrante exploração dos angolanos. Palavras perspicazes e virulentas estruturavam o sentido de suas críticas ao domínio colonial português, tais como: “bando de intrujões”, “analfabetos”, “cambada de pasteleiros”, “ratazanas”, “crocodilos”, “mau gosto”, “indolentes”, “burlesco”, “tirânico”, “barbarismo do governo português”, entre outras. O uso de frases exclamativas críticas, irônicas e cômicas era comum no final dos seus textos jornalísticos: “Fora com eles!” e “Viva a monarquia portuguesa!”. Atribui-se a José de Fontes Pereira a enunciação de ideias para um processo de independência.

Em um artigo publicado em **O Pharol do Povo**, de 27 de outubro de 1883, sob o título: “A República a criar raízes em Angola”, Pereira relatou o evento político do Brasil como um notório exemplo. Os discursos dos **filhos do país** na imprensa, a partir

1870, foram na esteira da tradição separatista das regiões latino-americanas colonizadas (que ficaram independentes entre 1808 e 1865), em especial o Brasil. Em 1886, Pereira iniciou uma série de artigos com o título **Independência d'Angola**, publicados no periódico **O Futuro d'Angola**. Tomar a direção política de Angola por meio dos cargos mais elevados era tarefa dos **filhos do país**, uma vez que podiam também acompanhar e fiscalizar o erário público. A elite letrada, principalmente mestiça, acreditava que, nos ideais republicanos, poder-se-ia concretizar a igualdade jurídica conforme preconizava a constituição portuguesa e combater de forma mais eficaz as práticas escravagistas (embora a escravidão tenha sido abolida em 1878). Houve uma explosão de novas publicações: dos 59 periódicos de todo o século XIX, 41 surgiram nas décadas de 1880 e 1890 (SANTOS, 2020). A imprensa oitocentista foi um fórum de exposições de ideias e críticas, um veículo para a realização de reformas. Os periodistas mestiços escreviam seus editoriais em quimbundo para convencer as autoridades e os colonos portugueses do ponto de vista angolano e, como havia poucos oficiais portugueses que compreendiam o quimbundo, publicar nessa língua parecia algo absurdo. No entanto, desde o momento em que Portugal impôs o português como língua oficial em 1845, como forma de resistência, os **filhos do país** procuraram defender e reafirmar a sua identidade cultural africana, encorajados pelas correntes filosóficas e literárias europeias. Sendo assim, começou-se, a partir da década de 1860, a divulgar a língua, os provérbios e o folclore quimbundo (PÉLISSIER, 2016, p. 136 *apud* SANTOS, 2021).

Os “filhos do país”, “filhos desse país”, “filhos d'Angola”, “filhos da terra” ou “filhos dessa província”, com os vários nomes que recebiam, como fica evidente acima, tinham conseguido grande influência no passado ao nível da administração local, da hierarquia religiosa, do aparato militar e judicial. Todavia, com a presença de contingentes de homens brancos vindos da metrópole, a realidade ficou profundamente alterada, e aqueles, descontentes, passaram a incitar ideários autonomistas ou até próximos do que tinha ocorrido com a revolução burguesa no Brasil, a fim de adentrarem intimamente no aparelho do poder do estado e salvaguardarem os seus interesses que começaram a perder-se por meio de nomeações de enviados do Reino para postos administrativos coloniais. No caso da colônia de Angola, com o tráfico de escravos, a cidade de Luanda tinha sofrido alterações consideráveis. Em meados do século XIX, ela era dividida em dois planos principais: a “cidade baixa”, próxima ao mar, onde se instalava a área comercial e as casas dos traficantes; e a “cidade alta”, sediada pelo poder administrativo, militar, judiciário e religioso. Com o fim do tráfico, comerciantes

viram funcionários metropolitanos e demais colonos buscarem transformar a cidade baixa em área residencial. Nesse contexto, expulsaram aqueles que eles definiam como “gentios” para a parte alta da cidade, em especial, para zona desabitada e coberta de areia da cidade de Luanda onde cresciam os musseques.

O ingresso cada vez maior de colonos portugueses em Angola reduziu as possibilidades de ascensão social dos crioulos. Nas primeiras décadas do século XX, o crescimento econômico do país, com base na produção de açúcar e café, deu um novo impulso à imigração de portugueses. Como era de se esperar, tal situação tornou ainda mais tensa a relação entre crioulos e colonos. Os novos colonos passaram a controlar a vida em Luanda e, lentamente, provocaram, por meio do crescimento da cidade e da especulação imobiliária, a expulsão de crioulos e demais africanos para os musseques¹⁴¹⁴ (ALVES, 2015). E, aproveitando essas circunstâncias, a “elite crioulo” passou a se ver excluída. Entretanto, defendia a necessidade de serem reconhecidos e demarcados como cidadãos portugueses e terem os mesmos direitos ou privilégios. Essa situação pode ser entendida a partir do seguinte relato:

Em relação aos mestiços, os dados estatísticos registravam 2.400 em 1851, para uma população total de 12.230. Esse grupo social intermediário, nos diferentes mapas demográficos para aquela década, sempre aparecia entre uma maioria negra e uma minoria branca. De uma forma geral, a queda da população branca estava ligada diretamente ao término do tráfico de escravos. Os primeiros dados foram publicados originalmente no *Boletim Oficial do Governo Geral da Província de Angola*. Os dados de 1851 registravam uma população negra em torno de 9 mil, e branca, de 830. Nos estudos do Gerald Bender a população branca, que em 1845 era de 1.832, saltou para 9.198 em 1900, enquanto a população mestiça decresceu de 5.770 para 3.112. Com as mudanças econômicas entre as décadas de 1870 e 1890, a superioridade demográfica da população negra ainda estava muito evidente, apesar dos escravos não mais “inundarem as ruas e os quintais da cidade”; no entanto, essa superioridade não se refletia nos cargos burocráticos coloniais. Entre 1866 e 1900, a população de Luanda saltou de 15 mil habitantes para 20 mil, um crescimento modesto para um intervalo temporal de quase meio século em meio à atrofia da política colonial metropolitana. Luanda só conhecerá um crescimento mais substancial a partir de 1940 [...] nesse mundo crioulo, os *filhos do país* eram cada vez mais preteridos nos postos da administração pública em favor dos brancos. Até pouco mais de metade do século XIX, os lugares importantes na administração pública de Angola, com incidência para os postos da estrutura intermediária do aparelho de Estado, foram exercidos por membros das principais famílias da terra, ou seja, pelas aristocracias

¹⁴ Musseque é um termo de origem kimbundu cujo significado é “lugar de areia”. Com o tempo, passou a designar os bairros pobres com casas feitas, geralmente, de papelão e lata. A precariedade das residências e a falta de acesso e usufruto de uma infraestrutura básica, como luz elétrica, saneamento e água encanada, são algumas características destas habitações. Os musseques foram espaços de trânsito entre o universo rural e a cidade e transformaram-se em um laboratório de canções que foram absorvidas pelas expectativas do ambiente cultural urbano (ALVES, 2015).

urbanas de origem local e por europeus há muito radicados na colônia e possuidores de farta descendência. Outro tanto aconteceu nos corpos de exército, e, talvez, aí mais do que em qualquer outra estrutura. (SANTOS, 2020, p. 127-128).

Os **filhos do país** tinham sido educados dentro da matriz educativa imbuída da ideologia colonial, que considerava civilizados os brancos, independentemente da sua condição social, econômica e acadêmica, além de mestiços e negros escolarizados que tinham hábitos e costumes europeus e tinham abandonado o modo de vida dos africanos¹⁵. Os **não**

¹⁵ O Estatuto do Indigenato, instituído entre 1926-1961 em Angola, contribuiu para salvaguardar os privilégios naturais dos imigrantes europeus e, simultaneamente, para criar clivagens sociais entre os colonizadores, utilizando-se de categorias como: “inferior”, “atrasado” ou “primitivo” para se referir ao nativo “indígena” de Angola, Guiné-Bissau e Moçambique. Em 1938, o regulamento de recenseamento e cobrança de imposto indígena asseverava a passagem de indígena para a condição de assimilado impondo as seguintes condições:

1. Exercer profissão, arte ou ofício compatível com a civilização europeia ou ter rendimento que seja suficiente para prover seus alimentos, compreendendo sustento, habitação e vestuário para si e sua família.

O regulamento foi substituído dezesseis anos depois (1954) com as seguintes reformulações das condições de assimilação, espelhadas no artigo 56:

Pode perder a condição de indígena e adquirir a cidadania o indivíduo que prove satisfazer cumulativamente os requisitos seguintes:

1. Ter mais de 18 anos;
2. Falar corretamente a língua portuguesa;
3. Exercer arte ou ofício de que aufera rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo ou possuir bens suficientes para o mesmo fim;
4. Ter bom comportamento ou ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses;
5. Não ter sido notado como refratário ao serviço militar nem dado como desertor.

O indígena estava sujeito ao trabalho forçado; obrigado pelo estado ao pagamento de impostos de soberania; não tinha direito à propriedade privada e nem acesso direto a uma escola do estado sem antes passar pelas missões cristãs. Em 1926, instituiu-se a obrigatoriedade da “caderneta indígena”. Tratava-se de um documento de identificação no qual deveria constar todas as informações relevantes para a administração colonial. De acordo com o “Regulamento de Identificação dos Indígenas”, os maiores de 16 anos, do sexo masculino, estavam obrigados a munir-se de uma caderneta de identificação e registro de trabalho denominado caderneta indígena e de um distintivo metálico de identificação (ALVES, 2015).

Esse Estatuto, com base nos antigos assimilados, fez emergir os “novos assimilados”, que eram indivíduos que, durante o governo salazarista português em Angola (1926-1974), utilizaram o Estatuto do Indigenato (1926-1961) e documentos complementares para conseguir o status legal de civilizado. Essa condição os afastava do trabalho compulsório, além de permitir que trabalhassem nos órgãos da administração metropolitana, tivessem autonomia para deslocar-se dentro da colônia, solicitassem carteira de motorista e tivessem o direito ao voto. Possibilitava-lhes, enfim, alguma ascensão econômica e social. Eles faziam parte de uma pequena elite letrada que atuava nas franjas do sistema colonial como burocratas do terceiro escalão da administração portuguesa, professores, gráficos, enfermeiros, contabilistas, pequenos comerciantes. Não tinham, em sua maioria, vínculos familiares, como as famílias tradicionais (a “elite crioula”, os “antigos assimilados”), apesar de manterem diferentes tipos de relações com elas. Em grande parte, haviam conseguido o estatuto depois dos anos 1940 e, apesar de não se verem nem atuarem como grupo, tinham alguns elementos comuns, como a origem rural, o fato de serem “pretos” (e não mestiços como as elites tradicionais) e terem adquirido escolaridade formal nas missões religiosas (sobretudo protestantes). A terminologia “assimilado” já existia legalmente desde a Carta Orgânica de Angola de 1917, ainda no período republicano, estipulando a necessidade de um porte obrigatório do alvará. Mas somente o regulamento de recenseamento e a cobrança do imposto indígena (1931), durante o salazarismo, expressavam de maneira mais clara e detalhada as condições que um “indígena” (nativo) teria que passar para se tornar um assimilado: 1) ter abandonado inteiramente os usos e costumes da raça negra; 2) falar, ler e escrever corretamente a língua portuguesa; 3) adotar a monogamia; e 4) exercer profissão, arte ou ofício compatível com a civilização europeia ou ter rendimentos suficientes para prover a alimentação, sustento, habitação e vestuário para si e sua família (NASCIMENTO, 2016; NASCIMENTO, 2020).

civilizados eram aqueles que rejeitavam ou aqueles aos quais não foram dadas condições para a instrução, que mantinham a vida autóctone, conservando os costumes da raça. Os sujeitos da elite mestiça (um conceito complexo de desmitificar) eram o resultado de processos sociais complexos, isto é, de transformações culturais, demográficas e com posições ambivalentes ou paradoxais diante da ideia e da concepção de raça, sendo que, por vezes, reproduziam posições racistas. Esse grupo era composto por indivíduos nascidos em Portugal, Angola e Brasil e que se dedicavam, especialmente, ao comércio Atlântico de escravos. Essa elite africana formada por negros e mestiços fortalecia cada vez mais seus vínculos com a cultura europeia. O topo da pirâmide social luandense era composto, até o século XIX, por um pequeno número de colonos e por um segmento de negros e mestiços nascidos em Angola que falavam a língua portuguesa (além do quimbundo), vestiam-se à moda europeia, professavam a fé católica e habitavam casas de cimento. Ou seja, demonstravam que estavam inseridos em um universo de códigos culturais europeus.

Essa elite se dedicava ao comércio, ocupava cargos públicos na restrita administração colonial, tinha funções eclesiásticas e assumia postos no exército. Os negros e mestiços que dela faziam parte usufruíam dos direitos civis e políticos da metrópole. O “mulato”, no caso angolano, era uma categoria sociocultural heterogênea que englobava desde os descendentes de europeus, nascidos localmente (tanto brancos como mestiços), até os africanos destribalizados, mais ou menos adaptados à cultura europeia. Ou seja, os colonos eram os portugueses recém-chegados e seus descendentes brancos, mesmo que nascidos em Angola. Colono não era uma autodesignação, pois, situados no topo da hierarquia social, eles não precisavam de nenhuma nomenclatura para reforçar sua identidade e seus direitos frente aos outros grupos. Os “filhos da terra”, os “filhos do país” eram autodesignações dos negros e mestiços nascidos em Angola que dominavam a língua portuguesa e outros códigos culturais europeus, de modo que “indígenas” e “gentios” eram expressões usadas por portugueses e crioulos (ALVES, 2015).

Nos recenseamentos oitocentistas, a consciência de raça estava presente desde os primeiros contatos com os portugueses, pois a população era dividida de acordo com a cor da pele: preto, livre ou mestiço (pardos, mulatos ou **filhos do país**). Faziam parte da modernidade oitocentista da cidade de Luanda os estabelecimentos escolares, os teatros, os bancos, as estradas de ferro, os sistemas de iluminação e abastecimento, as bibliotecas públicas, o serviço telegráfico e os hospitais, assim como as mudanças nos costumes e nos comportamentos provocadas pelas ações eclesiásticas e missionárias. Os concertos musicais, enquanto espetáculo público, os bailes, as recepções aos governadores e as touradas também faziam parte desse processo (SANTOS, 2021).

Em Luanda, na primeira metade do século XX, a camada mais antiga da elite mestiça letrada era composta, em grande parte, pelas famílias Assis, Vieira Dias, Mingas, Van-Dúnem, Pinto de Andrade, Figueiras da Silva, Torres (ou Santos Torres), Palma, Gurgel, Fontes Pereira, Rangel, Marçal, entre outras. As memórias e histórias que narram sobre a origem dessas famílias localizam-nas fora de Angola, a partir de um indivíduo (quase sempre homem) que, ao vir para o que hoje é Angola, teria se misturado com as locais, enfatizando, dessa forma, o caráter mestiço desses grupos sociais que, a despeito de sua importância na história narrada do país, não perfaziam talvez nem 1% da população geral (NASCIMENTO, 2020).

Essa elite arrastada para os “musseques” de Luanda e vítima do luso-tropicalismo que defendia a ideia da harmonia racial, contribuiu para a criação, no século XX, de associações recreativas, culturais e de ajuda mútua, quase sempre fundadas por pequenos funcionários coloniais e artífices. A Liga Nacional Africana, assim como a Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA) eram herdeiras da Liga Angola (1912) e do Grêmio Africano (1914) que, em seguida, caíram na ilegalidade por possuírem pretensões autonomistas. O retorno dessas associações entre os anos de 1929 e 1930 ocorreu em um contexto em que as autoridades coloniais pretendiam contar com a condescendência dos angolanos, mas, com o passar do tempo, essas instituições passaram a ser importantes pontos de apoio às ideias anticoloniais. Em 1925, foi autorizada a reconstituição da Liga, dando impulso à fundação, em 1930, da Liga Nacional Africana (ALVES, 2015):

As ligações entre essas famílias foram também políticas. Na década de 1930, com a Liga Nacional Africana (LNA), construíram uma das primeiras organizações das elites locais com o objetivo de propiciar maior proteção social a esta parcela da população. Havia em seus quadros famílias com algum grau de ascensão econômica, como a Van-Dúnem, Torres, Assis, Vieira Dias e Pinto de Andrade. Entre os primeiros articuladores, ainda no início do século XX, ressaltam os nomes de Manuel Pereira dos Santos Van Dúnem, Manuel Inácio dos Santos Torres e António de Assis Júnior, além de membros da família Pinto de Andrade, como José Cristino Pinto de Andrade, e da família Vieira Dias, como Fernando Torres Vieira Dias, José Vieira Dias e Mateus Vieira Dias. (NASCIMENTO, 2020, p. 121).

Essas associações, como é o caso da “Associação dos Naturais de Angola” (ANANGOLA), concentraram-se em projetos que visavam a recuperar e valorizar a cultura angolana a partir do texto literário. Os intelectuais envolvidos nesse projeto tinham demonstrado o seu comprometimento político, construindo literaturas de resistência e de valorização da cultura local. Esses intelectuais, como Viriato da Cruz, Antônio Jacinto, Agostinho Neto, Alda Lara, Aires Almeida, Mário Pinto de Andrade e Mário Antônio (influenciado, sobretudo, pelo Brasil por via de poetas modernistas Mário de Andrade, Manuel

Bandeira, José Lins do Rego e Jorge Amado) engajaram-se na construção da revista “*Mensagem*”¹⁶¹⁶ e com os movimentos “Vamos Descobrir Angola”, lançado em 1948 pelo poeta Viriato da Cruz, e o dos “Novos Intelectuais de Angola” (MNIA):

Em 1948 aqueles jovens negros, brancos e mestiços que eram filhos da terra, filhos do país, iniciavam em Luanda o movimento cultural "Vamos Descobrir Angola!", com o intuito de estudar a terra que lhes fora berço, aquela terra que eles tanto amavam e mal conheciam. Este movimento “Vamos Descobrir Angola!” incitava os jovens a redescobrir o país em todos os seus aspetos, através de um trabalho coletivo e organizado; apelava à produção literária dirigida ao povo; exigia a expressão dos sentimentos populares e da autêntica natureza. (TEIXEIRA, 2023, p. 02).

Entre os anos de 1940 a 1950, alguns jovens oriundos de Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe reuniram-se em Lisboa e formaram organizações como é o caso da que surgiu em 1951, o Centro de Estudos Africanos, que tinha intelectuais como: Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Francisco José Tenreiro e Mário Pinto de Andrade. Esse despertar coletivo da consciência angolana, que atingiu simultaneamente a colônia e a metrópole em razão do constante intercâmbio de informações que o “Movimento Vamos Descobrir Angola” mantinha com a “Casa dos Estudantes do Império” (CEI), foi uma consequência direta dos ventos favoráveis às reivindicações de liberdade, gerados pelo término da Segunda Guerra Mundial com a derrota dos regimes autoritários, que criaram condições para o início do processo de descolonização das colônias europeias na África e na Ásia (SANTOS, 2007). A partir daí, emergiram em Angola vários movimentos culturais ligados à música e a grupos carnavalescos que reivindicaram a independência. As letras de canções produzidas em cada período sinalizaram temas como: cultura tradicional, resistência, luta anticolonial e a construção de um novo nacionalismo proposto pelo movimento popular de libertação de Angola (MPLA). Como defende Nascimento (2020, p. 218):

¹⁶ Revista **Mensagem** – Órgão mensal da Casa dos Estudantes do Império, de periodicidade trimestral, que possuía em torno de 15 páginas e era impressa em Lisboa, pois em Angola as condições ainda eram deficitárias em questões tipográficas. Seus fundadores foram: Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade, Eduardo Castel Branco, Agostinho Neto, Alda Lara, António Jacinto, Mário António Fernandes de Oliveira, José Craveirinha, Bandeira Duarte, António Neto, Noémia de Sousa, José Mensurado, Ermelinda Pereira Xavier e Óscar Ribas. A revista foi lançada em 1951, partindo do objetivo de se construir a “Nova Cultura de Angola”. Assim, passando a assumir as propostas do movimento, *Mensagem* teria como missão a revelação da angolanidade subjacente. Seria a revista, pois, a porta-voz das aspirações, dos anseios e dos desejos que partiam dos angolanos, pois esse poder simbólico estava inserido no corpo intelectual dela. A geração dos intelectuais escritores da década de 50 concentrou suas temáticas no plano da crítica conduzida pelo olhar sensível às causas coloniais, políticas, sociais e econômicas, como também, às elites de poder, procurando deixar de lado a herança do tardio colonialismo europeu. Os intelectuais escritores daquele país testemunharam uma viragem histórica, participando direta ou indiretamente do processo revolucionário. A consciência da africanidade foi um passo importante para o esclarecimento das atitudes face ao continente europeu, pressupondo novos caminhos a favor de uma construção de identidade, de uma nacionalidade (TEIXEIRA, 2023).

[...] por meio da música foi possível construir formas de articulação, resistência e luta contra o colonialismo português, na primeira metade do século XX, até o ano de 1961 e uma identidade cultural angolana. Para tanto, ele está centrado na análise da história do músico e militante da luta anticolonial Liceu Vieira Dias e do conjunto musical Ngola Ritmos.

Entre 1940 a 1950, surgiram alguns conjuntos, como o Trio Assis (1930), Grupo São Salvador (1944), Ngola Ritmos (1947), o Kimbandas do Ritmo (1950), o Duo Ouro Negro (1956) e o Garda e seu conjunto (1956). Aliás, também se destacaram grupos carnavalescos como os surgidos nos Musseques ou em outras zonas periféricas como formas de resistência social e cultural ante um contexto colonial, mas também de luta política anticolonial. Esses movimentos culturais não estavam confinados apenas em Luanda, mas alargaram-se em outras regiões do país, assim como mesclaram-se a outros movimentos de libertação nacional, como lembra Nascimento (2020, p. 233):

Há também os músicos e conjuntos esquecidos, que por terem ligações com outros grupos opositores ao MPLA, tiveram suas memórias e histórias de certa forma silenciadas ou pouco contadas ao longo do tempo, a exemplo de Alberto Tete Lando que teve um protagonismo musical importante nos anos 60 e que tinha grandes ligações com o FNLA, além de Milá Melo e Bonga com a UNITA. Jaka Jamba, membro do governo de transição da educação de Angola pela UNITA em 1975, lembra que a UNITA fazia uso de canções na língua Luvale, como “Salazar kuputuoku mona bongoetu” que traduzida quer dizer: “Salazar em Portugal, ao olhar para as nossas riquezas, deu aos filhos dele e os nossos não foram tidos em conta”. Músicos ligados à UNITA também construíram canções próprias com uma perspectiva marcial e militar, contando histórias das resistências no território da atual Angola como forma de exortação para a luta, a exemplo de Henriques Capingala Sukakuetchu, um exímio tocador de órgão. Além de fazer transformar cantigas evangélicas em música de mobilização política, como “Se Vayavaya Sukueyemu”, que significa “Louva a Deus” e que trazia uma mensagem de que os nacionalistas estariam protegidos por uma força superior.

Esses jovens, mesmo estando proibidos de fazer qualquer tipo de manifestação política contestatória e de criar associações, sindicatos ou partidos políticos, ainda assim, foram capazes de organizar clandestinamente movimentos de libertação nacional para fazer a luta política pela descolonização. Esse caminho terá sido, em primeira instância, pacífico, mas, com o tempo, tornou-se violento:

Na descolonização, há, pois, exigência de um questionamento integral da situação colonial. [...] só pode triunfar se são jogados na balança todos os meios, inclusive, é claro, a violência. [...] O emprego da violência seria parte do processo, tendo em vista que a colonização é, em si, profundamente violenta, de forma que toda a insatisfação popular é canalizada para o

combate. O autor continua: “O desenvolvimento da violência no seio do povo colonizado será proporcional à violência exercida pelo regime colonial contestado”. (FANON, 2005, p.53-107).

Foi em finais da década de 1950 que se verificou o aumento da contestação ao regime colonial em Angola, com o surgimento de vários movimentos de libertação. À medida que aumentaram as ações contra o regime colonial, aumentaram também as ações de repressão levadas a cabo pela polícia política, a PIDE/DGS. Vários nacionalistas foram presos, torturados e mortos por estarem envolvidos em ações clandestinas que visavam a despertar a consciência dos angolanos, difundir os ideais de libertação e denunciar as atrocidades perpetradas pelo regime colonial em Angola.

A emergência dos movimentos nacionalistas em Angola está estritamente ligada às décadas de 1950 e 1960, cujos desígnios consistiam em exigir, do regime colonial português, a independência e a autodeterminação. É imperioso ressaltar que a formação dos movimentos nacionalistas que surgem neste período foi marcada por diversas dificuldades que vão desde a falta de uma forte liderança, de recursos, sem contar o problema ideológico, a clivagem criada pelo estatuto do indigenato que previa a separação entre assimilados e indígenas, até a quantidade de membros. Ainda se pode referir que o movimento nacionalista da década de 1950 ficou marcado pela polarização entre duas elites geograficamente separadas. Uma delas era a minoria dos assimilados, mestiços ou negros, que alcançaram os níveis culturais exigidos para serem reconhecidos como cidadãos portugueses. Esse grupo, por sua vez, dividiu-se em dois: os antigos assimilados e os novos assimilados.

Os antigos assimilados foram os negros e mestiços que fizeram parte da burguesia multirracial que existiu em Angola até o século XIX a qual possuía uma relação bastante próxima com os colonos brancos. Como foi dito atrás, a instauração da política de assimilação no século XX implicou a sua marginalização perante os colonos brancos, reforçada com as divisões raciais que passaram a permear a sociedade. Os africanos classificados como novos assimilados não se originaram da antiga burguesia colonial, mas sim da sociedade indígena de Angola. Negros cuja língua materna era africana, estes angolanos foram impelidos à assimilação no século XX, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, devido ao ensino missionário realizado no meio indígena. Mesmo sendo assalariado, esse grupo foi marginalizado por outros angolanos, aqueles cuja aculturação portuguesa foi mais forte e anterior: os antigos assimilados.

Nesse sentido, valorizando seu meio indígena e sua africanidade, os novos assimilados se situaram nos movimentos nacionalistas de acordo com sua experiência nas relações sociais,

em função de linhas de fratura específicas, como sua religião e etnia. Da elite dos antigos assimilados, surgiu o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), baseado não mais na origem étnica ou racial, mas sim na sua trajetória histórica comum de burguesia colonial multirracial que existiu até o século XIX. Os antigos assimilados, indiretamente, transformaram-se na elite não-branca angolana e, por conta de sua experiência social e histórica próxima aos colonos portugueses, carregavam em si uma forte consciência de elite nacional.

Os militantes deste grupo denunciavam a dominação racial por meio de uma abordagem progressista e socializante, fundada em valores universalistas, nacionalistas, multirraciais e influenciada por ideologias europeias, como o humanismo e o marxismo. A outra elite angolana localizava-se em uma região puramente – Bakongo –, calcada no Congo belga, onde o movimento de libertação foi influenciado pelas particularidades daquela colonização, principalmente pela forte segregação racial realizada nesse entorno. A elite que constituiu a FNLA exaltou a raça negra e o povo Bakongo, transformando-se em um movimento étnico-linguístico cujos membros diretivos pertenciam às famílias protestantes da aristocracia do antigo Reino do Kongo. Sua ideologia se revelou através de um nacionalismo liberal e africano radical, oposto ao colonialismo e à imposição da cultura europeia (HÖRING, 2015). Para Wheeler e Pélissier (2009, p. 234-235):

O abismo entre mestiços e indígenas, que nem sempre seguiam objetivos comuns na luta de libertação [...]. Um sector mais vasto da comunidade branca era autonomista, no sentido de que pretendiam apenas desligar-se de Portugal. Assim, havia um movimento branco antinacionalista e anti africano que procurava perpetuar o regime colonial no país [...] em Angola, a população rural mantinha-se passiva, a não ser quando um líder, frequentemente protestante, conseguia arrastar com ele um núcleo de fiéis.

Com a emergência da década de 1950, foram formadas as bases da criação dos principais Movimentos de Libertação Nacional. De acordo com os estudos de Pearce (2015), a construção do nacionalismo angolano teve as seguintes correntes: uma corrente de nacionalismo que surgiu em Luanda, uma cidade que tinha crescido como um posto de comércio de escravos após a conquista gradual portuguesa de seu interior a partir de 1575. Na ausência de uma grande população de colonos em Luanda antes do século XX, elites educadas emergiram do povo mestiço (raça mista) e assimilado (negro culturalmente assimilado) da região. Foi entre essas comunidades, bem como entre um pequeno número de brancos com uma longa genealogia na colônia, que as ideias anticoloniais começaram a ser discutidas. A segunda corrente surgiu no antigo reino do Congo, que se estendeu do noroeste de Angola até a atual República Democrática do Congo, mas que, no século XIX, estava em declínio com seu monarca titular

amplamente dependente do patrocínio português. Esse nacionalismo estava associado, em particular, às comunidades que foram cercadas de missões protestantes, as quais foram estabelecidas na região a partir de meados do século XIX. A terceira vertente do nacionalismo originou-se das Terras Altas Centrais e também estava associada às escolas missionárias protestantes. Como essa região foi colocada sob dominação colonial apenas em 1902, o nacionalismo em sua forma moderna parece só ter surgido mais tarde, no século XX, nas Terras Altas Centrais. As três correntes de pensamento nacionalista, baseadas em Luanda, no Norte de Bakongo e no Planalto Central, deram origem, nas décadas de 1950 e 1960, ao MPLA, à FNLA e à UNITA.

Para Chabal (2006), o nacionalismo angolano esteve dividido entre os modernistas, que seguiam uma via intelectual e uma visão política universalista; os tradicionalistas, que se assumiam como defensores da tradição africana, existente ou imaginada; finalmente, os etnonacionalistas, que pretendiam ser os porta-vozes de uma etnia. Em relação à visão etnonacionalista, Messiant (2018) defende que os movimentos de libertação nacional podem ser associados ao poder de três grandes grupos étnico-linguísticos: os Ovimbundo, localizados no centro do país, representando 35% da população; os Mbundu, localizados ao norte do país, próximos à capital Luanda, representando 20% da população; e os Bakongo, localizados nas províncias do noroeste e em Cabinda, associados aos territórios congolezes, representando 15% da população. Embora a etnicidade angolana tenha sido explorada pelos movimentos de libertação, ela não teve tradução linear com a divisão do nacionalismo angolano. Esse contexto explica a origem e a formação dos três principais movimentos de libertação nacional, que são o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União para a Independência Total de Angola (UNITA).

Independentemente dessas dificuldades, várias organizações nacionalistas foram surgindo a partir da década de 50 nas zonas urbanas, sobretudo nos corredores de Luanda/Malange, Benguela/Lobito, Nova Lisboa (atual Huambo), Sá da Bandeira (atual Lubango), Moçâmedes (atual Namibe) e Silva Porto (atual Cuito), onde havia um número significativo de mestiços e assimilados impregnados de ideais liberais ou marxistas, destacando-se as seguintes organizações: a LNA (Liga Nacional Africana), a ANANGOLA (Associação Regional dos Naturais de Angola), o Comité Federal Angolano do PCP, a Angola Negra e a comissão de luta das juventudes contra o imperialismo colonial em Portugal, a Associação Africana do Sul de Angola (Huambo), o PCA (Partido comunista angolano), o PLUAA (Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola), o MAC (Movimento Anticolonial), o MNL (Movimento de Libertação Nacional), o MLA (Movimento de Libertação de Angola),

MLNA (Movimento de Libertação Nacional de Angola), o MINA (Movimento de Independência Nacional de Angola), o MPIA (Movimento para a Independência de Angola) e FRAIN (Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas) (Ibidem: 235 a 239).

Além dos já citados, outros movimentos e associações foram sendo formados por quase todo o país, como o MDIA (Movimento de Defesa dos Interesses Angolanos) – fundado por Jean Pierre Mbala, fruto da 1ª cisão ocorrida na FNLA em 24 de fevereiro de 1961 –, o NGWIZACO, NTOBACO, Aliança dos naturais do Zombo (Aliazo) em 1956, e ainda temos a FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda), de Nzita Tiago. É importante ressaltar que, ao nível externo, fala-se da existência da casa dos estudantes do império (CEI), fundada em 1944, que muito apoio legou ao nacionalismo angolano. No decorrer dos tempos, muitos desses movimentos foram desaparecendo, outros fundindo-se e dando abertura à emergência de apenas três forças políticas, como a FNLA, o MPLA e a UNITA. Nessa ótica, Capoco (2012, p. 118) diz o seguinte:

Na história do nacionalismo, entre os vários movimentos nacionalistas que apareceram na década de 50, nem todos sobreviveram até ao início da guerra de libertação nacional. [...] Dos movimentos nacionalistas emergente neste período, em Angola ou a partir do exterior, vários não sobreviveram acabando por se fundir para se fortalecerem, até ficarem apenas três que se afirmaram como movimentos de libertação nacional [...] Estes eram: O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e só mais tarde, a União Nacional para a Independência total de Angola (UNITA).

A FNLA é um movimento de libertação que surgiu no norte de Angola e teve como base étnica os Bacongos. Em sua fase embrionária, surgiu como UPNA (União dos Povos do Norte de Angola), em 1957, tendo como líder Manuel Barros Nekaka. Mais tarde, em 1958, metamorfoseou-se em UPA (União dos Povos de Angola). Na verdade, a UPA, ao se fundir com o PDA, promoveu o alvorecer da FNLA no ano de 1962. Capoco justifica que o surgimento da FNLA como movimento nacionalista de luta anticolonial teve a sua origem na União dos Povos do Norte de Angola (UPNA), organização fundada por Holdem Roberto em meados da década de 1950, no ex-Congo Belga. Só que ele foi aconselhado a criar um movimento de identidade nacional. Então, decidiu mudar o nome do movimento em 1958, sendo que, de UPNA, passou para UPA (União dos Povos de Angola) (CAPOCO, 2012). O que se pretendia era que a ação desse movimento não se restringisse apenas ao norte de Angola ou ainda que não almejasse restaurar apenas o antigo Reino do Congo, mas que fosse extensivo a todo o país.

Naquela altura, esse movimento já granjeava uma certa projeção a nível internacional e

estava além do MPLA. Portanto, a partir de 1961, a UPA/FNLA era o partido que se encontrava no auge em relação ao MPLA porque tinha apoio do governo de pós Lumumba no Congo Belga de Adoula e tinha, ainda, notáveis recursos financeiros oriundos da CIA, bem como espaço de manobra no norte de Angola. Fruto de toda essa força, a FNLA formou o GRAE (Governo Revolucionário Angolano no Exílio) em 1962, fato que aumentou ainda mais a sua estima diante da OUA (Organização da Unidade Africana), que a reconheceu como o único e legítimo Movimento de Libertação Nacional de Angola. Para mostrar que estava realmente lutando contra o regime colonial português, ela realizou, no dia 15 de março de 1961, um grande ataque, massacrando um número considerável de colonos. Essa FNLA de Holden Roberto começou a perder o seu protagonismo a partir de 1964, em função de crises internas que eram marcadas por várias dissidências e falta de ação no campo militar.

O conteúdo da origem do MPLA continua sendo bastante problemático até hoje, pois a indicação de uma possível data sobre a fundação desse movimento está ligada ao fato de ele opor-se à FNLA, levando-se em conta a visita da Organização da Unidade Africana (OUA) na década de 1962. As narrativas sobre a sua fundação ainda continuam sendo bastante contraditórias, uma vez que o surgimento do movimento está ligado, de acordo com Mário de Andrade, ao nascimento do Partido de Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA) em 1956. No entanto, apareceram outros argumentos, como o de que ele teria sido criado no ano de 1953 e de que era o desdobramento do PCA (Partido Comunista Angolano) emergido no ano de 1956 a partir de figuras como Viriato da Cruz, Mário Pinto de Andrade, Matias Miguéis, António Jacinto, Ilídio Machado e Mário António Fernandes de Oliveira. Persistem até aqui dúvidas sobre a data do início do partido. Sob a ótica de Mateus & Mateus: “[...] na versão oficial, o MPLA teria sido criado em 10 de dezembro de 1956, em resultado da fusão do Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), do Movimento para a Independência de Angola (MINA) e do Partido Comunista Angolano (PCA)” (2009, p. 27). Foi da sua autoria o 4 de fevereiro de 1961, data vista como o princípio da luta armada com as primeiras ações de guerrilha (BITTENCOURT, 2011).

Esses jovens estavam ligados a uma proposta de resgate da cultura africana que ficou conhecida pela palavra de ordem que daria origem a um movimento cultural denominado “Vamos descobrir Angola”, como foi referido anteriormente. Já tinham partido para a metrópole e para outros centros no exterior sem que isso significasse o rompimento com o compromisso assumido no passado de levar adiante o processo de Independência angolana. O ambiente pouco acolhedor vivenciado por esses estudantes em Portugal levou à criação de locais para reuniões em que poderiam desfrutar de um maior companheirismo. Esse processo

foi intensificado em meados dos anos 40 e foi responsável pela criação da casa dos estudantes do Império, em 1944, e do centro de estudos em 1951.

Desde a criação da casa dos estudantes do Império, a intenção das autoridades salazaristas era manter sob seu controle todas as atividades promovidas pelos estudantes. Todavia, já em fins da década de 1940, muitos indivíduos pertencentes ao corpo dirigente da Sé assinavam as listas do Movimento Unidade Democrática (MUD), ingressando no MUD juvenil. A casa dos estudantes do Império, ao contrário do que pretendiam as autoridades portuguesas, transformou-se em um espaço de discussão e difusão de ideias anticoloniais com forte ligação à oposição portuguesa. A casa passou por uma série de intervenções até ser fechada em 1965, quando já quase não havia estudantes vindos das colônias, pois, em 1963, foram criados os estudos gerais universitários de Angola em Moçambique. Mas aquele espaço já tinha ajudado a consolidar as ideias independentistas. Esses estudantes, ao lado de outros jovens das diversas colônias portuguesas, decidiram criar uma organização política que denunciasse o colonialismo português, até então divulgado na Europa como algo brando e muito diferente dos demais colonialismos.

Foi assim que surgiu, em 1957, o movimento anticolonialista (MAC), reunindo Mário de Andrade, Viriato da Cruz (nessa época, instalados em Paris), Amílcar Cabral, Marcelino dos Santos, Lúcio Lara e Eduardo Santos. Apesar do esforço dispendido pelos indivíduos que estavam em Paris, já sob a orientação do MAC, não tinha sido possível para esse grupo viabilizar a viagem de representantes para a Conferência afro-asiática, realizada no Cairo, Egito, em dezembro de 1957. O mesmo aconteceria em relação à primeira Conferência dos Povos Africanos, ocorrida em Acra, Gana, em 1958. Somente com a participação no segundo Congresso de Escritores e Artistas Negros, realizado em Roma, em março de 1959, que o grupo do MAC se encontrou com Frantz Fanon e ele ofereceu a oportunidade de treinar angolanos para a luta armada junto ao Exército de Libertação Nacional da Argélia. Como tal possibilidade foi frustrada pela ofensiva da PIDE em Luanda, o encontro entre o grupo do MAC e Frantz Fanon, na Segunda Conferência dos Povos Africanos em Túnis, Argélia, em janeiro de 1960, não poderia ter sido pior. Fanon voltou a insistir na necessidade de penetração em território africano e na nacionalização da luta.

O recado foi completado quando Fanon destacou para os militantes do MAC a atuação de Holden Roberto. Túnis, assim, marcou a grande virada na estratégia de luta até então adotada pelos militantes do MAC, os quais, ainda durante a conferência, substituíram o antigo nome pelo de Frente Revolucionária Africana para a Independência nacional (FRAIN). A partir dessa conferência, o movimento de libertação nacional ganhou destaque ao lado do novo organismo,

que continuou a auxiliar na divulgação Internacional da luta ainda não armada dos movimentos. O conselho dado por Fanon passou a ser seguido. Foi assim que começou a ser apresentado e divulgado, no cenário Internacional, o nome MPLA. Seus líderes afirmavam que sua criação tinha se dado em 1956, em Luanda. Nesse sentido, toda movimentação clandestina até essa data teria tido como principais articuladores o PLUA, o movimento para a Independência de Angola (MIA) e o movimento para a Independência nacional de Angola (MINA). O MPLA foi o nome cunhado por Agostinho Neto em Luanda, já em 1960, para substituir o MINA (BITTENCOURT, 1997).

Esse Partido teve uma intensa atividade político-diplomática em África, embora, a partir de 1962, tenha vivido crises internas fruto da luta de poder. Em 1963, o MPLA enfrentou uma crise de liderança entre a chefia renunciante e a nova direção (Agostinho Neto), o que custou a expulsão de um dos seus fundadores e secretário-geral, Viriato da Cruz. O movimento sofreu períodos de crise, enfraquecimento e mudança. Os argumentos de ordem étnica e racial, presentes nas acusações e nos discursos, tinham construído uma perspectiva limitada em relação às filiações e aos objetivos dos diferentes grupos angolanos envolvidos na luta anticolonial. No início dos anos de 1960, tal abordagem despontava como a principal forma de apreensão do nacionalismo angolano, assumindo um papel fundamental na crise de 1962 no MPLA.

Para o MPLA, a UPA (União dos Povos de Angola) privilegiava a filiação dos *Bakongo*, grupo etnolinguístico situado no Norte de Angola, enquanto ele abrigava não só indivíduos de origem *kimbundu*, grupo etnolinguístico do Centro-Norte de Angola, como também, e acima de tudo, mestiços. A crise foi inserida nas discussões sobre representação racial existentes no Comitê-Diretor, sem perder de vista a dificuldade de consolidação e expansão do apoio dos refugiados angolanos no Congo-Léopoldville, a oposição entre os que estudaram na metrópole e os que permaneceram em Angola, entre militantes do interior e militantes do Exterior e os choques de personalidades entre as duas principais figuras que protagonizaram a disputa: Agostinho Neto e Viriato da Cruz. De acordo com BITTENCOURT (2011, p. 248-49):

Viriato da Cruz, acuado dentro do movimento, dirigiu uma declaração aos militantes em 15 de novembro de 1962 (que se tornou pública imediatamente), em que afirmava que não abandonaria o MPLA, mas que seria necessário deixar Léopoldville por estar em desacordo com alguns dirigentes sobre a condução da organização. Destacou sete itens, entre eles, o fato de não aceitar a teoria da inevitabilidade do neocolonialismo em Angola, que alguns dirigentes, segundo ele, defendiam e que abria as portas do movimento a uma política sem princípios. Outra acusação se referia às manobras para que a direção coubesse a um núcleo com o qual fez amizade ao longo da vida estudantil universitária na metrópole. Criticava também a ambição exagerada de “um grupo de militantes de vigésima hora”, numa clara alusão aos recém-

chegados, incluído aí Agostinho Neto, além dos estudantes que haviam fugido de Portugal. Por último, numa acusação mais direta a Agostinho Neto, disse não aceitar o culto da personalidade dentro do movimento, afirmando que cada dirigente devia conquistar a confiança e o respeito dos militantes na medida em que respeitava e fazia respeitar os princípios do movimento. Identificados os rivais e os aliados, declarado o combate, iniciam-se as batalhas. As acusações de Viriato da Cruz visavam a delimitar o grupo que apoiava Agostinho Neto, fugindo de uma visão personalista do confronto. Por sua vez, na corrente oposta, as ações foram menos explícitas e, no que se refere aos ataques pessoais, o que se pode perceber é a referência ao “complexo” de Viriato da Cruz por ser mestiço, mas essas acusações surgem com mais intensidade *a posteriori* e não são produto ou explicação de uma corrente política, mas quase sempre fruto de avaliações pessoais. Agostinho Neto parece ter se concentrado no convencimento político dos demais dirigentes, demonstrando grande conhecimento das lutas internas do MPLA e das suas engrenagens, para além da capacidade de articulação.

O clima de tensão dentro do movimento se exacerbou ao longo do primeiro semestre de 1963 e chegou em um ponto-limite com a notícia de que a Organização da Unidade Africana (OUA) criara um comitê de libertação com o objetivo, entre outros, de tentar conciliar os movimentos angolanos. Logo, em 5 de julho, Viriato da Cruz e alguns companheiros proclamaram a criação de um outro comitê para o MPLA, em substituição ao eleito em dezembro de 1962. Esse novo órgão dizia que assumiria a tarefa de acabar com as divisões no movimento, prepararia a unidade com a FNLA, mantendo a autonomia do MPLA, apoiaria o governo revolucionário e convocaria eleições de novos órgãos dirigentes em um prazo de três meses. Mas, ainda assim, em 1964, o MPLA foi reconhecido pela OUA como Movimento de Libertação Nacional ao lado da FNLA, e os dois movimentos travaram enormes rivalidades, sobretudo com a instalação do MPLA em Léopoldville, na República Democrática do Congo (BITTENCOURT, 2011).

A UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), de Jonas Savimbi, foi fundada em Muangai, na província do Moxico, isto é, no leste de Angola, em março de 1966, após o seu líder ter rompido com o GRAE de Holden Roberto, alegando tribalismo dentro do seu antigo movimento. Entre os seus principais fundadores, destacam-se Jonas Savimbi, José Samuel Chiwale, Miguel Nzau Puna, Ernesto Joaquim Mulato, Tony da Costa Fernandes, David Jonatão Chingunji, entre outros (FERNANDO, 2012). Para dar mostras da sua existência, desencadeou ataques contra os portugueses em 1966, sendo que uma atitude marcante foi a emboscada sangrenta em Teixeira de Sousa.

A luta levada a cabo pelos Movimentos de Libertação Nacional apresentou-se difícil porque, entre os próprios movimentos, não havia unidade, já que lutavam entre si para adquirir projeções internacionais. Nessa linha de pensamento, Capoco (2012, p. 118) afirma:

A formação e o percurso das primeiras associações anticoloniais de angolanos foram marcados, além da falta de unidade e cooperação uns com os outros, por grandes rivalidades internas, como foram as controvérsias no seio do MPLA e os problemas tribais no interior da UPA/FNLA. Encontramos em 1960, a visibilidade das questões de natureza étnica como uma das grandes preocupações dos dirigentes nacionalistas.

Em relação às questões exógenas, destaca-se o contributo da Organização das Nações Unidas (ONU) que, após a segunda Guerra Mundial, começou a exigir que as potências colonizadoras começassem a conceder independência às colônias por meio da resolução 75 do Conselho de Segurança. Desse modo, a ONU serviu de tribuna do anticolonialismo em África e, de certa forma, isso permitiu o surgimento de movimentos nacionalistas em Angola. Essa situação foi acirrada pela conjuntura da Guerra Fria, que colocou lado a lado os EUA e URSS, os quais, tendo visões diferentes do ponto de vista ideológico, impactaram na formação dos movimentos de libertação e de seus líderes. Esses movimentos, de acordo com a situação geopolítica do momento, ou seja, a guerra fria, foram impelidos a optar por uma corrente ideológica. Foi assim que a FNLA teve o apoio dos Estados Unidos, o regime do Ex-Zaire, assim como a UNITA, que ainda teve o apoio que vinha da China. Já o MPLA teve o apoio da URSS e das forças cubanas. O último autor citado realça que “a partir principalmente de 1961, o problema colonial dos movimentos nacionalistas em Angola atingiu a dimensão internacional, despertando assim a atenção dos grandes atores da política mundial, nomeadamente da União Soviética e dos Estados Unidos” (Ibidem:118). Face a essa realidade, os movimentos desenvolveram uma luta longa e difícil a partir da década de 70 do século XX. No momento derradeiro da luta anticolonial, eles começaram a sentir que a vitória apenas aconteceria se houvesse união. Portanto, começaram a manter contato entre si, a fim de entrar em acordos bilaterais que poderiam trazer concertações políticas entre os três movimentos de libertação que tinham como objetivo a descolonização e a Independência de Angola.

No ponto a seguir, discorreremos sobre a independência de Angola, proclamada a 11 de novembro de 1975. O texto deixa antever que ela foi concretizada seguindo a luta dos movimentos de libertação nacional e os vários acordos entre eles e o regime colonial português. Entre os acordos, destacamos o de Mombaça (Quênia), decorrido entre os dias 3 e 5 de janeiro de 1975, os acordos de Alvor, entre 10 e 15 de janeiro de 1975, e os acordos do Nakuru, no Quênia, de 21 de Junho de 1975, que foram fulcrais para o debate sobre a transição para a independência. O texto também aborda as questões sobre a embrionária independência e os perseguidos da guerra civil.

2.2 A proclamação da Independência de Angola (1975) e os seus contornos

A luta para o alcance da independência se encontrava na sua fase derradeira e eram grandes as contradições que existiam entre os movimentos de libertação. Por isso, tudo faziam para que houvesse um mecanismo de harmonização que trouxesse união entre esses movimentos. Assim, eles arquitetaram a cimeira de Mombaça (Quénia), decorrida entre os dias 3 e 5 de janeiro de 1975, que foi bastante prestigiada, pois, pela primeira vez, os três movimentos sentaram juntos para tratar da situação da independência de Angola. Nesse âmbito, Muekalia (2011, p. 31) afirma:

Os líderes conheciam-se individualmente, mas as organizações que representavam nunca se tinham reunido como instituições mutuamente reconhecidas e representantes de segmentos importantes do povo angolano [...]. Os movimentos reconheceram-se mutuamente e decidiram estabelecer uma plataforma comum de negociação com Portugal [...]. O acordo de Mombaça afirmou a FNLA, o MPLA e a UNITA como os únicos e legítimos representantes do povo angolano e proclamou o direito deste à independência [...]. Em Mombaça, ficou também decidido que as negociações com Portugal teriam início a 10 de janeiro de 1975.

Esse acordo também definia o território angolano como uno e indivisível, sendo Cabinda parte integrante dele. Depois dessa cimeira, tudo ficou acertado para que o acordo de Alvor se tornasse um fato e este aconteceu entre 10 e 15 de janeiro de 1975, sendo que, por meio dos três movimentos de libertação e Portugal, criaram-se as bases da futura independência de Angola. O autor acima citado traz-nos os principais pontos ligados ao acordo de Alvor, destacando:

- a. A formação de um governo de transição formado pelos três movimentos e Portugal para gerir o país até a data da independência, que ficou marcada para 11 de novembro;
- b. A formação de um exército único;
- c. A realização de eleições livres e justas para determinar, por sufrágio universal, qual dos movimentos assumiria os destinos do país depois da independência. (MUEKALIA, 2011, p.32).

Em 31 de Janeiro de 1975, tal como previam os acordos de Alvor, entrou em função o Governo de Transição, composto por ministros do Governo português e dos três Movimentos de Libertação. Os acordos de Alvor previam um futuro risonho para Angola e, caso fossem colocados em prática, uniriam os movimentos de libertação e, definitivamente, se construiria a nação que tanto se desejava. Mas a realidade mostrava-se diferente da teoria, pois, no terreno, havia desconfiança e, por que não dizer, violência verbal e física entre os movimentos. Os

choques entre a FNLA e o MPLA aumentaram de nível sobretudo em Luanda. Muekalia (2011, p. 32) diz que “entre maio e junho de 1975, o conflito armado entre o MPLA e a FNLA, na capital de Luanda, atingiu proporções assustadoras”. A euforia sentida pelos angolanos quando o governo de transição tomou posse no dia 31 de janeiro de 1975 durou apenas três semanas. Os primeiros conflitos começaram a surgir em Luanda entre as forças do MPLA e da FNLA no dia 1 de fevereiro, quando, em um musseque controlado pelo MPLA, um pequeno mal-entendido acabou em tiroteio entre guerrilheiros da FNLA e do MPLA. Registraram-se sete mortes, entre as quais a de dois oficiais portugueses que se deslocaram ali para restaurar a ordem (VIEIRA, 2007).

Importa lembrar que a rivalidade política e militar entre os dois Movimentos vinha desde o tempo da luta armada. Por outro lado, Portugal, que devia ser o principal mediano do processo, tornou-se parcial, colocando-se ao lado do MPLA tanto do ponto de vista administrativo como do político e do militar. Após muitas contradições entre os movimentos, Portugal, alienando-se dos seus deveres dentro do processo, em agosto de 1975, dissolveu os acordos de Alvor e anunciou a dissolução do governo de transição. Em setembro, Leonel Cardoso declarou a retirada das tropas portuguesas antes da proclamação da independência. Face a essa realidade, já não havia uma autoridade suprema para impor os acordos de Alvor e, por isso, os movimentos buscaram apoio nas suas bases tradicionais e reforços externos, fazendo do conflito angolano parte da guerra fria. Nesse ínterim, o MPLA já contava com o apoio da administração portuguesa e da União Soviética; a FNLA contava com o apoio da China e de Mobutu no Ex-Zaire, por meio do qual os americanos os ajudavam; a UNITA gozava de uma aliança com a África do Sul, mas, clandestinamente, tinha o apoio dos Estados Unidos para contrabalançar a ajuda militar soviética dada ao MPLA. Em 21 de Junho de 1975, estabeleceram-se os acordos de Nakuru no Quênia, que visavam a promover tréguas e evitar um possível conflito armado entre os três Movimentos de Libertação. Infelizmente, foi outra grande utopia, pois os confrontos militares eram cada vez mais evidentes. A 14 de Julho de 1975, a FNLA foi escoraçada da capital pelo MPLA, fazendo com que este último ocupasse muitas regiões estratégicas, como Ndalatando, Malange e Saurimo. A FNLA, concentrada nas províncias do Uíge e Zaire, tentou uma contraofensiva para retomar a capital de Luanda, mas, devido ao potencial militar do MPLA, foi capitulada na famosa batalha de Kifangondo¹⁷ em

¹⁷ Kifangondo é uma vila de Angola situada no município do Cacuaco a 30 km da capital do país, Luanda. Ficou célebre por ter sido o palco da batalha de Kifangondo, travada entre a FAPLA, com o apoio das FARDC e as tropas aliadas cubanas, e a FNLA com o apoio dos exércitos do Zaire, África do Sul e dos mercenários do ELP. A batalha foi decisiva, pois mudou o curso da história a favor das forças do MPLA.

novembro de 1975. A expulsão tanto da FNLA quanto da UNITA de Luanda deu termo aos acordos de Alvor.

A 11 de Novembro de 1975, deu-se a Independência de Angola em um ambiente de guerra entre os três movimentos de Libertação, sendo que o MPLA, por meio de António Agostinho Neto, proclamou, perante a África e o mundo, a independência na Capital (Luanda). A FNLA e a UNITA proclamaram no Huambo. Em pormenor, Jardo Muekalia (2011, p. 39) diz o seguinte:

A independência de Angola fez-se sob o ribombar de canhões num clima de guerra total, uma intolerância política letal e com exércitos estrangeiros a apoiarem os seus aliados internos, claramente em rota de colisão. [...]. Portugal, a potência colonizadora, que também enfrentava instabilidade política e social, consequente da Revolução dos Cravos, tinha perdido, por completo, o controlo da situação. Enquanto o Dr. Agostinho Neto proclamava a República Popular de Angola em Luanda, a UNITA e a FNLA proclamavam a República Democrática de Angola, no Huambo.

A coligação entre a UNITA e a FNLA não durou muito tempo (81 dias), fazendo com que Holden Roberto abandonasse a República Democrática de Angola. Mas a FNLA, como força combatente, já estava fragilizada. De 1975 a 1976, a situação se agravou ainda mais para o seu lado quando o regime de Mobutu, um parceiro histórico, estabeleceu relações obsequiosas com o governo angolano em 1978-1979. Esse não era o caso da UNITA, que se reorganizou depois da derrota sofrida em 1976 (HODGES, 2001, p. 27).

A seguir, trataremos do Monopartidarismo na primeira república angolana. O Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), que viu sua independência reconhecida internacionalmente em 1975, assumiu a linha política marxista-leninista em 1977, tendo, em seguida, constituído um poder patrimonialista e autoritário. Nesse sentido, o MPLA passou a ser partido-estado, sendo que o país foi governado somente por ele, o único representante legítimo do povo angolano (excluindo e asfixiando outros atores políticos); um sistema político de partido único que corporizou o projeto de construção de nação e do Estado Angolano para o futuro.

2.3 O Monopartidarismo e a ostracização de “outros” atores políticos

Com uma independência reconhecida internacionalmente e com apoios externos fortes, o MPLA adotou como desiderato prioritário a eliminação dos vestígios do colonialismo e entabulou a construção de um Estado que serviria indubitavelmente aos angolanos. No plano político, subscreveu o Marxismo-leninismo como ideologia oficial em 1976, assumindo a

designação de MPLA-PT (Partido do Trabalho) em 1977. Sobre o assunto, Vieira (2007, p. 93) assinala que

[...] no plano das decisões políticas, dois anos após a independência de Angola e num clima de grande euforia revolucionária, o MPLA realizou o seu 1º Congresso entre 04 e 10 de Dezembro de 1977, constituindo-se em Partido do Trabalho e lançando as bases para a implementação de uma nova sociedade assente na ideologia marxista-leninista.

A preferência pelo Socialismo como via de desenvolvimento econômico de Angola estava estreitamente vinculada ao fator ideológico da elite, bem como ao apoio recebido do bloco leste por parte do MPLA. Vieira acrescenta o seguinte:

Era uma época em que os regimes comunistas apresentavam-se como alternativas credíveis e sobretudo tinham uma política clara sobre o colonialismo, ou seja, eram favoráveis à independência dos povos ainda sob domínio colonial. Este conjunto de elementos era favorável aos intelectuais angolanos, muitos dos quais se tornaram intérpretes fiéis da ideologia marxista-leninista e em parte porque estes países apoiavam com armas e dinheiro a luta de muitos países africanos como é o caso de Angola. (Ibidem: 95).

As circunstâncias históricas levaram grande parte dos dirigentes do Partido a adotar o marxismo-leninismo como ideologia oficial e, após a independência, havia a necessidade de se ter um regime político que trouxesse soluções aos distintos problemas que o país atravessava. Segundo Fernandes e Capumba (2011, p. 56), o sistema marxista-leninista apresentava as seguintes características:

Um governo (poder executivo) exercido apenas pelo MPLA, como o único representante legítimo do povo angolano; Um sistema político de Partido único que corporiza o projeto de construção de nação e do Estado Angolano para o futuro; Um poder judicial partidariado e dependente do poder executivo; Forças armadas e sistema de defesa e segurança sujeitos ao controlo do Partido e arquitetadas sob a influência dos princípios marxistas-leninistas e controlando o poder civil das populações; Um poder pendente do poder central, afastado dos cidadãos, sem autonomias dos meios financeiros para promover a satisfação das necessidades sociais específicas de cada região, de cada cultura, nas províncias, municípios, comunas ou bairros; A inexistência de liberdade de expressão, pensamento, de associação e outras; A inexistência de um poder legislativo como órgão fiscalizador da gestão da coisa pública que apreciasse e aprovasse as leis independente do poder executivo e representativo; A existência de uma imprensa manipulada pelos agentes do poder político, gozando de liberdade restrita imposta pelos órgãos de informação e segurança.

Para a prossecução dos objetivos políticos do Partido, criou-se uma base ideológica que

controlasse todas as massas da sociedade, estruturando-as em células ligadas ao Partido:

Para concretizar tais objetivos políticos, o MPLA preocupou-se em estender toda a sua base ideológica no seio da população através das células do partido que funcionava em quase todas as empresas, principalmente nas empresas do Estado, das organizações juvenis do Partido, como a OPA – Organização do Pioneiro Angolano, na qual estava organizada todas as crianças, principalmente em idade escolar, da juventude do Partido (JMPLA) e da organização da Mulher Angolana (OMA). Tal estratégia, para além de fortalecerem os vínculos do MPLA no seio da população, visava sobretudo exercer sobre ela maior controlo, rejeitando qualquer possibilidade da existência de movimentos sociais que não estivessem sob o controlo do MPLA, estruturando-se assim como a única força política da sociedade angolana. (VIEIRA, 2007, p. 99).

Com um governo de direção centralizada, a monopolização do poder e o “asfixiamento” de outras vozes da sociedade, achava-se que estava garantido o combate contra as manifestações ideológicas de carácter reaccionário e que seria possível promover um desenvolvimento sustentável para todos. Nos sistemas monopartidários, a ideologia do partido determina a identidade do Estado; conseqüentemente, a oposição ao partido significa traição ao Estado. O partido monopoliza todas as esferas da sociedade e, ao experimentar o processo de democratização, coloca em risco o seu monopólio governamental, uma vez que ele se torna apenas mais um concorrente no jogo multipartidário. Com a monopolização, o partido continua sendo um ator relevante na política e sua separação do poder é menos completa, diferente da saída dos militares do poder (ANTÓNIO, 2013).

Portanto, o MPLA ganhou poderes absolutos e não havia espaços em que o Partido não intervinha. A Lei Constitucional de 1978 legitima o MPLA – Partido do Trabalho como partido único e isto fica evidente no seu artigo 1º, que consagra o seguinte: “toda a soberania reside no povo angolano. O MPLA-Partido do Trabalho constitui a vanguarda organizada de classe operária e cabe-lhe, como Partido marxista-leninista, a direção política, económica e social do Estado nos esforços para a construção da sociedade socialista” (Ibidem: 101). Do ponto de vista económico, adotou um tipo de economia planificada que asseguraria a estabilidade necessária e traria desenvolvimento às vidas das populações por meio da nacionalização de muitas empresas públicas. Com a economia planificada, acreditava-se ter a base das transformações políticas e económicas do país.

A aplicação desse tipo de economia planificada, assim como o sistema de Partido único, para muitos, era contraproducente à realidade africana. Autores como Fernandes e Capumba (2011, p. 58) afirmam que “problemas de carácter endógeno e exógeno tiveram implicações diretas para a estabilidade política e para o colapso económico e social do país”. Outros autores

defendem que o marxismo-leninismo já não correspondia à realidade africana, pois ela teve sucesso ao ser aplicada na Europa, mas era um erro pensar que, em África, teria os mesmos frutos. Vieira (2007, p. 95) diz que “marxismo-leninismo pertence cronologicamente ao tempo histórico europeu e Angola inicia o seu tempo africano de nação livre confrontada com modelos de progresso e consciência política que não são africanos”. Vieira acrescenta que “se houve um erro de visão histórica sobre a ideologia escolhida, este não consistiu na aplicação do marxismo-leninismo como ideologia ou teoria do desenvolvimento, mas em função de não ter em conta a idiossincrasia africana” (Ibidem: 95). Este autor lamenta, ainda, que

[...] em África infelizmente ainda é comum muitos países continuarem a apostar na importação de modelos políticos de vida social e económica de países europeus ou da América, esquecendo que cada país pode estabelecer o seu nível de desenvolvimento sem necessidade de copiar formas de vida que muitas vezes não têm nada a ver com a sua realidade cultural, social e histórica. (Ibidem: 97).

O regime do MPLA, durante o período pós-independência, enfrentou muitos ataques internos e externos, posto que a guerra com outros movimentos ainda não tinha terminado.

A seguir, debruçar-nos-emos sobre o início e desenvolvimento da guerra civil em Angola. Uma guerra cujas “fagulhas” remontaram as rivalidades vistas durante a luta anticolonial entre os três movimentos de libertação nacional (MPLA, FNLA e a UNITA) e se alastraram no pós-independência. Ela teve momentos de interstícios e armistícios que fomentaram a chamada “paz relativa”, a transição para a democracia nos anos de 1990, a realização de eleições gerais, o surgimento de novas forças políticas e organizações da sociedade civil, bem como o alcance da paz em 04 de abril de 1994.

2.4 Da gênese da guerra civil aos acordos de paz em Angola

A luta pela emancipação angolana levou a criar três principais Movimentos de Libertação Nacional, tendo como principal causa a falta de entendimento entre eles. Para além das bases étnicas desses movimentos, acrescentaram-se os apoios externos que eles recebiam das duas superpotências mundiais a favor da defesa de seus interesses: “A guerra tornou-se tanto uma guerra civil entre nacionalistas angolanos quanto uma guerra por procuração entre inimigos da Guerra Fria” (PEARCE, 2015, p. 01). Para Filomena & Cheron (2008), as razões que desencadearam a presença de grandes potências terão sido as riquezas minerais, as condições de solo e climáticas e também por ser um território africano com maior potencial económico, despertando grande interesse mundial. No entanto, Angola foi cenário de

divergências internas político-étnicas em função de interesses estrangeiros na região, o que resultou em mais de 40 anos de estagnação, antagonismo extremo e guerra. O período de 1961 a 1975 caracterizou-se pela luta pela Independência e, de 1975 a 2002, o país mergulhou em uma sangrenta guerra-civil. Essa teoria é apoiada, em parte, por Hodges (2002, p. 24), mas ele acrescenta o seguinte dado de relevância histórica:

As origens do conflito angolano não estiveram especificamente relacionadas com a existência de petróleo ou de outros recursos naturais. As principais causas foram a natureza do colonialismo português (sobretudo por não ter preparado uma transição estável para a Independência) e o desenvolvimento de movimentos nacionalistas rivais com origens etno-regionais diferentes, de apoiantes externos que competem entre si e de lideranças que procuram a conquista absoluta do poder à custa dos seus rivais.

Até 1975, Angola estava independente, mas o país mergulhou em uma grande instabilidade político-militar, pois havia grandes divisões entre os Movimentos de Libertação. A luta pelo poder levou a que eles buscassem apoios externos, o que veio a internacionalizar a guerra. Assim, a FNLA e depois também a UNITA foram apoiadas pelos países ocidentais liderados pelos Estados Unidos da América, sendo que o MPLA esteve ligado à URSS. A crise política angolana passou a ser um problema continental e um tema recorrente nas discussões da Organização de Unidade Africana (OUA): “Esse processo de internacionalização do conflito alcançou e mobilizou até as superpotências Estados Unidos e União Soviética. Angola foi um dos poucos casos em que a grande rivalidade geopolítica da Guerra-fria se traduziu, mesmo que indiretamente, em conflito armado” (MARQUES, 2012, p. 57).

O apoio que os movimentos recebiam da parte das superpotências não era apenas político-econômico, mas também militar. Para começar, isso era evidente no governo do MPLA, que foi potencializado por equipamentos militares e tropas cubanas; já a UNITA contou com apoio dos sul-africanos. A UNITA e a FNLA persistiram em fazer guerra contra o governo do MPLA, conflito que se alastrava por toda parte do território nacional. No ano de 1979, morreu o Presidente do MPLA e da 1ª República, António Agostinho Neto, sendo substituído pelo Ministro da Planificação, José Eduardo dos Santos, que deu sequência ao Governo. A guerra prosseguiu e a situação tornou-se cada vez mais complicada. No início da década de 1980, as forças da UNITA, com o apoio que granjeavam dos sul-africanos, estavam disseminando-se em grande parte das zonas rurais do centro e sudeste de Angola e começavam a estender as suas operações para o Norte. Em meados da década de 80, chegaram à fronteira do Zaire e começaram a usar

esse país como base de retaguarda para as suas operações de guerrilha no Norte de Angola.

A guerra civil alimentada pela Guerra Fria fez com que Angola ficasse banhada de material bélico de origem soviética e sul-africana, ainda contando com cerca de 50.000 homens cubanos e efetivos militares sul-africanos em meados dos anos de 1980. De Novembro de 1987 a Março de 1988, deu-se a Batalha do Cuíto Cuanavale, que ocorreu no sul da Província de Cuando-Cubango. Nesse confronto, uniram-se os exércitos de Angola FAPLA (Forças Armadas Populares de Libertação de Angola) e Cuba, com o braço militar das FARC (Forças Armadas Revolucionárias de Cuba), contra a UNITA e o exército sul-africano.

O mito da invencibilidade do exército da África do Sul foi colocado em causa, mas nenhuma das partes envolvidas no conflito aceitou admitir uma possível derrota. Por conseguinte, depois dessa batalha, criaram-se as bases para a assinatura dos Acordos de Nova Iorque¹⁸, que originaram a implementação da resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU, levando à independência da Namíbia e ao fim do regime de segregação racial que existia na África do Sul.

Com as assinaturas do Acordo de Nova Iorque e em função da Resolução 435/78, a África Austral viveu a Independência da Namíbia, o fim do *Apartheid* e a retirada das tropas cubanas do território angolano, supervisionada pela ONU. Depois desse período, criou-se também a primeira missão local, chamada de Missão de Verificação das Nações Unidas (UNAVEM). O conflito armado angolano continuava e a comunidade internacional fazia maior pressão para o diálogo, visando a uma solução negociada entre as forças da UNITA e o Governo angolano. Foi nesse quadro que se inauguraram os Acordos de Gbadolite que tiveram lugar na República Democrática do Congo. Sobre esse assunto, Capoco (2013, p. 237) enfatiza:

Nas rondas diplomáticas empreendidas ao longo de todo o processo da luta pela consolidação do poder do Governo do MPLA contra as forças adversárias, os países vizinhos, nomeadamente, do Norte não estiveram isentos do problema. Nesta ordem de acontecimentos, o Presidente zairese Mobutu Sese Seko tentou uma ação diplomática com as partes angolanas de que foi ele mediador, a 22 de junho de 1989, dando origem ao malsucedido

¹⁸ Em dezembro de 1988, Angola, Cuba e África do Sul assinaram os acordos de Nova Iorque com os seguintes termos: Cuba se comprometeu a retirar as suas tropas de Angola com a contrapartida de uma retirada sul-africana do Sul do país e das eleições na Namíbia supervisionadas pela ONU. A concretização dos acordos foi monitorizada em Angola por uma pequena missão da ONU constituída por observadores militares não armados – a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (UNAVEM) (HODGES, 2001, p.29).

acordo de Gbadolite.

Essa reunião não teve resultados positivos, pois os protagonistas dela sentiram-se traídos por Mobutu, e as decisões tomadas não satisfaziam os interesses de ambos. Os acordos de Gbadolite apresentaram equívocos tanto da parte do Presidente José Eduardo dos Santos quanto do lado do Dr. Savimbi¹⁹, sendo que o presidente Mobutu queria ter um papel ativo para reforçar a sua posição política perante os seus aliados americanos e, por outro lado, perante os aliados africanos. Nesse sentido, convenceu mais ou menos as partes com argumentos diferentes. (CAPOCO, 2013). As decisões tomadas revelaram-se frágeis, pois, pouco depois, houve um retorno ao conflito armado. Para pôr cobro a esse período de grandes conflitos político-militares vivenciados em Angola, era preciso arranjar alternativas para se alcançar a paz e a reconciliação nacional. Desse modo, aos 31 dias de maio de 1991, em Lisboa, com a mediação de Portugal, dos EUA, da União Soviética e da ONU, celebraram-se os acordos de Bicesse²⁰, que tinham

¹⁹ José Eduardo dos Santos aceitou participar porque teve a garantia de que Jonas Savimbi concordou em deixar Angola, exilando-se em um país africano. Por outro lado, o líder da UNITA foi assegurado de que o presidente angolano tinha desistido de insistir no exílio (FERNANDO, 2012, p. 239).

²⁰ Antes de Bicesse, em 13 de dezembro de 1990, o Departamento de Estado norte-americano reuniu delegações do governo de Angola, da UNITA, dos EUA, da URSS e de Portugal. Foi assinado um memorando de entendimento proposto por Washington e Moscovo: pela UNITA, assinou Jeremias Chitunda e, pelo governo, Lopo do Nascimento. O documento de Washington, como ficou conhecido, apontou os caminhos que iriam ser concluídos em Bicesse (Fernando, 2012:254). Nelson Domingos, citando um documento do Ministério da Justiça de Angola, de forma mais extensa, descreve os seguintes momentos dos acordos de Bicesse: “O Acordo de Bicesse se constitui na pedra fundamental para a inauguração da Segunda República e a instituição da democracia multipartidária. Assinado em 31 de maio de 1991 entre o Governo da República Popular de Angola e a UNITA, com a mediação do Governo de Portugal, e a observação dos Estados Unidos da América e da extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, o acordo prescreveu: I - A realização de eleições livres e justas, assentes no sufrágio direto e secreto para a escolha do presidente da república e dos deputados a Assembleia Nacional, mediante o sistema majoritário e proporcional respetivamente. Fixou o período de 1 de setembro a 30 de novembro de 1992 para a realização das eleições. Preceituou o direito ao voto a todos os cidadãos adultos, a liberdade de expressão, de associação, de acesso aos meios de comunicação, e a condição de igualdade a que todos os partidos políticos deveriam se submeter; II - A criação da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), responsável pelo controle do cessar fogo, pela aplicação dos Acordos de Paz, pela garantia da realização de eleições livres, justas e internacionalmente verificáveis, e por discutir a questão dos exilados. A CCPM era composta por membros do Governo do MPLA e da UNITA, dos EUA e da URSS como observadores, e da ONU como convidados; III - Os princípios relativos à questão da segurança interna durante a vigência do cessar-fogo à realização das eleições, dos quais figuravam a garantia a todos os cidadãos de participarem de atividades políticas sem intimidação, de acordo com a nova Constituição e com as leis referentes a criação da democracia multipartidária. A neutralidade da polícia a cargo do governo do MPLA, e a concessão de estatuto policial aos membros da UNITA no exercício da segurança pessoal dos dirigentes do partido; IV - Os direitos políticos a exercer pela UNITA após o cessar fogo, concernentes à liberdade de expressão, ao direito de apresentar, publicar e debater livremente o programa político, de recrutar e inscrever membros, de realizar reuniões e manifestações, de acesso aos meios de comunicação estatais, de livre circulação e segurança aos seus membros, de apresentar candidatos às eleições, e de abrir sedes e representações em todo o país; V - As estruturas administrativas, referentes à extensão da Administração Central às áreas fora do controle governamental, assegurando a livre circulação de pessoas e bens, e a atividade política e eleitoral; VI - A formação das Forças Armadas Angolanas (FAA), resultante da união dos efetivos das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA), vinculadas ao MPLA, e pelas Forças Armadas de Libertação de Angola (FALA), pertencentes à UNITA, para a defesa da independência e da integridade territorial. As FAA se constituíram nas únicas forças armadas, atuando com neutralidade e de forma apártidária” (Ministério da Justiça, 1995, p. 56-62 *apud* ANTÓNIO,

como objetivo essencial criar um exército angolano em que as forças da UNITA seriam acolhidas. Para além desse objetivo, Hodges descreve as seguintes medidas:

Um cessar-fogo, o aquartelamento das forças da UNITA, a criação de Forças Armadas Unificadas, a desmobilização dos soldados excedentários, a extensão da Administração do Estado às áreas controladas pela UNITA, e eleições parlamentares e presidenciais numa base multipartidária. O processo de paz seria fiscalizado pelas próprias partes em conflito, através de uma Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), com apoio de uma nova missão da ONU, a UNAVEN II. (HODGES, 2002, p. 31).

A CCPM²¹ era constituída por representantes do Governo angolano e da UNITA, envolvendo observadores de Portugal, dos EUA e da URSS. Com os mesmos acordos, ficou certa a realização de eleições entre 1º de setembro e 1º de outubro de 1992, depois das quais cessariam os poderes da CCPM. O cessar-fogo entrou em vigor no dia 15 de maio com os apertos de mão entre o Coronel Higino Carneiro e o General Ben Ben na região ao sul do Luena. Os países observadores, EUA e URSS, comprometeram-se igualmente a pôr termo ao abastecimento de material bélico às facções envolvidas no conflito. Entretanto, o período de paz proporcionado pelos acordos de Bicesse foi efêmero, pois a implementação dos principais pontos dos acordos sofreu atrasos, e as novas forças armadas unificadas foram constituídas apenas dias antes das eleições de setembro de 1992²². Nessa senda, Santos remata:

Apesar da lição da História, que remonta aos dias da independência, os Acordos de Bicesse não foram mais inovadores. No Governo, o MPLA ainda procurou corrigir esta linearidade dos Acordos de Paz, propondo, num primeiro momento, a participação da UNITA num governo de transição e, mais tarde, ainda antes do início da campanha eleitoral, admitindo a constituição de um governo de unidade nacional, quaisquer que fossem os resultados eleitorais. (SANTOS, 2005, p. 23).

Bicesse desmoronava-se com o recomeço da guerra nas principais cidades do país, traduzindo-se em um autêntico fracasso ao nível político e, nesse sentido, observaram-se conflitos depois das eleições de 1992. Portanto, no período anterior às eleições, houve uma grande alteração política, de maneira que o regime Monopartidário foi abandonado e houve

2013, p. 97-98).

²¹ A Comissão Conjunta Político-Militar foi criada pelo Acordo de Paz de Bicesse, tendo por missão o controle político global do processo de cessar-fogo, além de velar pela aplicação do Acordo de Paz, garantindo o estrito cumprimento de todos os entendimentos políticos e militares e decidindo, em última instância, sobre eventuais violações deles.

²² A implementação dos principais aspectos militares dos acordos sofreu um atraso de alguns meses, e as novas forças armadas unificadas – as Forças Armadas de Angola (FAA) – foram constituídas somente dias antes das eleições de Setembro de 1992. Os dois lados mantinham grandes exércitos próprios, preparados para reacender o conflito caso um deles não aceitasse o resultado das eleições (HODGES, 2002, p. 31).

uma transição para a democracia. O MPLA-PT, por intermédio do seu Comitê Central, realizou o seu 3º Congresso em junho de 1990, abandonando o sistema de partido único, bem como a ideologia marxista-leninista e dando abertura ao Multipartidarismo com o surgimento de muitas forças políticas e a economia de mercado. Angola passou a ser vista como um Estado Democrático de Direito:

As alterações à Lei Constitucional introduzidas em março de 1991, através da Lei n.º. 12/91 destinaram-se principalmente à criação das premissas constitucionais necessárias à implementação da democracia multipartidária, a ampliação do reconhecimento e garantias dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, assim como a consagração constitucional dos princípios basilares da economia de mercado. (Lei de Revisão Constitucional, n.º. 23/92 de 16 de setembro).

Essa lei de revisão constitucional trouxe profundas mudanças com a democratização da vida política: desenvolveu o setor privado e promoveu uma maior participação da sociedade civil na vida política do país. A passagem para o Estado democrático e de direito trouxe enormes mudanças para o quadro jurídico do país, criando leis importantes, como a Lei das Associações²³, a Lei dos Partidos Políticos Independentes²⁴, a Lei do Direito à Greve²⁵, a Lei de Liberdade de Imprensa²⁶, a Lei de Reunião Pacífica²⁷, entre outras. Na verdade, esses mecanismos legais significaram a transição constitucional ao consagrar o multipartidarismo²⁸, a despartidarização das Forças Armadas, a ampliação do reconhecimento dos direitos, garantias e liberdades dos cidadãos, os princípios de separação de poderes e de interdependência dos órgãos de soberania e os princípios relativos a uma economia de mercado. Nessa perspectiva, de acordo com Hodges, surgiram numerosos partidos, organizações não-governamentais, grupos comunitários e associações profissionais²⁹. Pela primeira vez, os sindicatos

²³ Com seu funcionamento independente do Estado – Lei n.º14/91.

²⁴ Lei n.º 15/91.

²⁵ Lei 23/91.

²⁶ Lei n.º 25/91.

²⁷ Lei n.º 14/91.

²⁸ O período que compreende as décadas de 1970 a 1990 foi marcado por numerosos processos de transformação dos sistemas políticos, econômicos e sociais, sobretudo no Sul e Leste da Europa e na América do Sul, ficando conhecido como “A terceira onda de democratização”. Esses processos não ficaram alheios ao continente africano, onde vários países, como Angola, buscaram reordenar suas ideologias e seus sistemas políticos e econômicos. No caso de Angola, os direitos e liberdades dos cidadãos floresceram no alvorecer da Segunda República. Todavia, viu-se o recrudescer de práticas autoritárias perpetradas pelo governo com o reinício da guerra civil em 1992. (ANTÓNIO, 2013).

²⁹ Na Segunda República, viu-se o florescer das organizações da sociedade civil, a saber: Associação Cívica de Angola (ACA); Ação Angolana para o Desenvolvimento (AAD); Ação para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA); Instituto Democrático para Assuntos Internacionais (NDI); *Search for Common Ground*; *Open Society Angola* (OSISA); Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD); Instituto de Sistemas Eleitorais e

transformaram-se independentes do Estado e surgiram alguns pequenos semanários privados e estações de rádio FM (HODGES, 2002). Sobre este assunto, Gomes ressalta o seguinte:

Dado que Bicesse não levantou a questão sobre a partilha de poderes num governo de transição pré-eleitoral, o MPLA manteve-se no poder e fez aprovar uma série de importantes medidas legislativas que incluíam o direito à greve (Lei n.º 23/91), a liberdade de imprensa (Lei n.º 25/91), a liberdade de associação, reunião e manifestação (Lei n.º 14/91 e Lei n.º 16/91), a Lei da nacionalidade (Lei n.º 13/91), entre outras. Foi também, como referido, consagrado o multipartidarismo (Lei n.º 15/91), permitindo-se a legalização de formações políticas – o que suscitou o aparecimento de uma miríade de pequenos partidos –, e concedeu-se alguma liberdade de atuação às instituições da sociedade civil fora da esfera direta de controlo do Estado e do sistema de poder. Estando definidos os mecanismos de convivência política até ao sufrágio, havia que proceder a uma segunda revisão constitucional, na qual, pela primeira vez, se assiste ao envolvimento da UNITA⁴⁸¹. Assim, orientada por esta nova revisão constitucional, uma segunda vaga de reformas, em 1992, aboliu a pena de morte (art.º 22º da Lei de Revisão Constitucional n.º 23/92), consagrou a liberdade de circulação (art.º 25º do mesmo texto), instituiu o sistema eleitoral (Lei n.º 5/92), definiu as condições da observação internacional do ato eleitoral (Lei n.º 6/92), permitiu o estabelecimento de estações de rádio privadas, facilitou o registo das formações partidárias e contribuiu para a edificação institucional do Estado com a criação de estruturas como o Conselho Nacional de Comunicação Social (Lei n.º 7/92)⁴⁸³. (GOMES, 2009, p. 249-250).

Entre os partidos que surgiram nesse período, destacamos: o PRS (Partido de Renovação Social), o MPDA (Movimento para a Democracia em Angola), o PSIA (Partido Social Independente de Angola), a UND (União Nacional para Democracia), a ANIA (Aliança Nacional Independente de Angola), a UAPDD (União Angolana pela Paz, Democracia e Desenvolvimento), o PSL (Partido Socialista Liberal), o FDA (Fórum Democrático Angolano), o POSDA (Partido Operário Social Democrático Angolano), a UNPD (União Nacional Patriótica para Democracia), o PDP-ANA (Partido Democrático para o Progresso de Aliança Nacional de Angola), o PAJOCA-PP (Partido de Aliança da Juventude, Operários e Camponeses de Angola), entre outros partidos políticos que vinham sendo formados durante a década de 90.

Democracia; Associação Mãos Livres; Conselho de Direitos Humanos; Plataforma de Mulheres em Ação (PMA); Fundação 27 de Maio; Omunga; Mpalabanda – Associação Cívica de Cabinda; S.O.S Habitat, entre outras. Essas organizações são, em sua maioria, financiadas por instituições estrangeiras. Nesse novo quadro legal, foi criada uma nova federação sindical em 1996 (CGSILA), acabando com o monopólio da federação do MPLA (UNTA) e permitindo a representação de outros sindicatos (e.g. dos professores – SINPROF, dos jornalistas – SJA) (VIDAL, 2008, p. 41 citado por ANTÓNIO, 2013, p. 106).

O multipartidarismo³⁰, como novo sistema de partido, emergiu no país e apareceu fragmentado por uma multidão de pequenas formações, embora a grande política se fizesse em torno de uma pretendida bipolarização entre o partido no poder de tendência hegemônica e totalitária e a oposição protagonizada pelo seu parceiro de Bicesse, ou colateralmente por uma ou outra formação política. Alguns partidos não desenvolviam suas funções como tais e acreditava-se que apenas queriam aproveitar-se do dinheiro do Estado³¹. Apesar de alguns partidos justificarem a sua inatividade devido a intimidações vindas das autoridades do Estado, ainda assim nenhum contributo se observava para a democracia. Pestana, sobre o assunto, diz o seguinte:

A constatação da existência de partidos em excesso, do seu carácter parasitário e sobretudo, da sua condição de sorvedouros indevidos de recursos tinha como corolário uma espécie de consenso mole na opinião pública, segundo o qual havia que terminar com este estado de coisas e acabar com a maior parte dos partidos políticos, fazendo com que existissem apenas aqueles que verdadeiramente tinham uma existência real (Ibidem:2).

Esses partidos proliferavam-se de forma fácil, pois acreditava-se que o poder estatal manipulava alguns deles, tornando-os instrumentos de combate à oposição e ao descrédito da democracia³². Acrescenta-se o fato de que a tal democracia era apenas uma falácia porque, na realidade, havia constantes atropelos aos direitos humanos. Por outro lado, outros partidos surgiram com características mais regionalistas, como é o caso do PRS, que teve um grande apoio dos povos Lundas e, nas eleições de 1992, conquistou assentos no parlamento. Os partidos continuavam a aumentar e Andrade diz que “em 2000, havia 125 partidos políticos registados, embora só 25 pudessem ser considerados realmente operacionais” (ANDRADE 2000 *apud* HODGES, 2002, p. 97).

No ano de 1992, aconteceram as primeiras eleições gerais com um interstício do

³⁰ Para Christine Messiant (2018, p. 05): “Sob a ameaça da guerra da UNITA e dos seus apoios internacionais de então, o partido-Estado é obrigado, em 1990-1991, a proceder à liberalização económica e depois política, a negociar e a engajar-se numa ‘transição democrática’ e até mesmo na realização de eleições que supostamente poderiam resolver o conflito armado”.

³¹ Nas eleições de 1992, foi atribuído financiamento inicial aos partidos políticos nascentes. Em seguida, registraram-se um total de 129 partidos. De acordo com as diretrizes regionais da SADC e a Lei Eleitoral angolana, os doze partidos que obtiveram assentos parlamentares continuaram a receber fundos estatais anualmente. Contudo, no que concerne ao recenseamento eleitoral, todos os 129 partidos receberam financiamento adicional igual para assegurar que estes pudessem monitorizar o recenseamento em todo o país (Missão de Observação Eleitoral da UE, Angola 5 de setembro, 2008).

³² O governo apoiou artificialmente a criação de novos partidos e encorajou cisões nos já existentes com intuito de dividir ainda mais a oposição (HODGES, 2002, p. 97).

conflito civil verificado por conta dos acordos de Bicesse de 1991. Esses acordos previam a realização de eleições legislativas e presidenciais³³ como um dos seus grandes desideratos. Em novembro de 1991, o Presidente José Eduardo dos Santos anunciou que as eleições legislativas e presidenciais teriam lugar em setembro de 1992. Quando se criaram as condições para o ato eleitoral, observou-se a presença de candidatos como: José Eduardo dos Santos (MPLA), Jonas Malheiro Savimbi (UNITA), Holdem Roberto (FNLA), Luís dos Passos (PRD), Anália Victória Pereira (PLD), Mfulupinga N'Landu Víctor (PDP ANA), André Milton Kilandomoko (PSDA), Daniel Júlio Chipenda (PNDA), Rui Victória Pereira (PRA), José Simão Cacete (AD- Coligação), António Alberto Neto (PDA) e Honorato Lando (PDLA).

Durante as campanhas eleitorais, a UNITA lançou discursos que davam maior atenção à sua base étnica, confiante de que a vitória estava a seu favor. O MPLA, pelo contrário, pautou-se na via mais moderada e surpreendeu os opositores com a sua conversão estratégica à democracia, abandonando o ateísmo de raiz marxista-leninista. Após as eleições legislativas, começou-se a contagem dos votos, sendo que o MPLA ficou com 54% dos votos válidos, com 129 assentos parlamentares (maioria absoluta dos 220 deputados); a UNITA conquistou 34%, com 70 deputados³⁴; o PRS alcançou 2%, com 6 deputados³⁵; a FNLA obteve 2% dos votos e elegeu 5 deputados³⁶. Segundo Juará (2005, p. 2), “Os demais partidos tiveram desempenhos medíocres nos distritos eleitorais e só conseguiram eleger deputados através de listas partidárias, principalmente o PLD que se revelou um partido de feição tipicamente nacional e urbano, elegendo três deputados via lista partidária”.

Nas eleições presidenciais, José Eduardo dos Santos ficou com 49%, abaixo do resultado alcançado pelo seu partido (MPLA) nas legislativas e sem a maioria absoluta. Já o seu principal rival, Jonas Savimbi, reuniu 41% dos votos. Portanto, esperava-se

³³ A realização das eleições de 1992 e os princípios a que deveriam sujeitar-se ficaram estabelecidos no protocolo do Estoril de 31 de maio de 1991, que fixou o seguinte acordo: 1. Eleições terão lugar em Angola para escolher o Presidente da República e a Assembleia Nacional. A questão da simultaneidade ou não destas eleições será decidida através de consultas entre todas as forças políticas; 2. O Presidente será eleito por sufrágio direto e secreto, através de um sistema maioritário, com recurso a segunda volta, se necessário (SANTOS, 2005, p. 20, 21).

³⁴ A UNITA ganhou com uma margem considerável nas províncias onde se encastelou desde o momento da proclamação da Independência. Arrebatou todos os cinco deputados da província de Bié, quatro das províncias de Huambo e Kuando Kubango, além dos três deputados da província de Benguela (JAUARÁ, 2005, p.2).

³⁵ Sobre o assunto, acresce Hodges (2002, p.258) que o PRS obteve 28% dos votos na Lunda Sul e 14% na Lunda Norte, o que lhe garantiu seis assentos na Assembleia Nacional. O PRS continuou a contar com um apoio considerável nas duas províncias.

³⁶ A FNLA conseguiu dois deputados na província de Zaire, feudo político e eleitoral do partido e do seu líder, o Senhor Holden Roberto (JAUARÁ, 2005, p. 2).

uma segunda volta, o que não aconteceu em função do reacender da guerra civil.

Em 17 de Outubro de 1992, o Conselho Nacional Eleitoral anunciou oficialmente os resultados definitivos das eleições gerais realizadas em Angola nos dias 29 e 30 de setembro desse mesmo ano³⁷. O MPLA obteve maioria absoluta de votos validamente expressos (Neto, 2008, p. 140) e Margaret Ansteen, representante da ONU, declarou que as eleições, de modo geral, foram livres e justas. O MPLA, partido vencedor, formou o seu Governo: “O novo Governo formado tinha como Primeiro-Ministro, o Dr. Marcolino Moco que antes ocupava a pasta de Secretário-Geral do MPLA” (CAPOCO, 2013, p. 248).

Infelizmente, as eleições não trouxeram estabilidade nem paz. A princípio, o candidato derrotado, Jonas Savimbi, e a maior parte dos partidos da oposição contestaram os resultados, alegando falta de transparência no processo. Assim sendo, em 3 de outubro de 1992, Savimbi sugeriu pela primeira vez a possibilidade de fraude eleitoral e, dois dias depois, retirou os seus generais das Forças Armadas Angolanas conjuntas (BRAVO, 1996, p. 90). Na verdade, a UNITA, por meio de Jonas Savimbi, tinha a certeza de que iria ganhar as eleições. Segundo Santos, o regresso da UNITA às matas estava “dependendo da condição de se rever ou anular todo processo eleitoral e desde logo impondo a CNE não publicar quaisquer resultados do escrutínio quer provisórios quer definitivos sem uma decisão sobre a reclamação de todos partidos” (SANTOS, 2005, p. 167). Mesmo antes do conflito se ter estendido a outras partes do país, tentativas de apaziguar os ânimos foram feitas, mas sem êxito³⁸. Hodges afirma com tristeza que a “transição para um sistema mais pluralista e participativo de governação ficou rapidamente comprometido, e o reacender da guerra civil depois das eleições constituiu um sério desafio para a política democrática em Angola” (HODGES, 2002, p. 83).

Independentemente do fracasso dos Acordos de Bicesse, as eleições de 1992

³⁷ “Apesar da declaração da ONU de que as eleições tinham de uma forma geral sido livres e justas, a UNITA acusou o governo de ter viciado os resultados das eleições” (HODGES, 2002, p. 31).

³⁸ Em Outubro de 1992, em um esforço titânico com o objetivo de salvar o processo de paz em Angola, alguns líderes de oposição – a já falecida Vitória de Anália Pereira, do PLD, a mamã coragem como era conhecida, Filomeno de Vieira Lopes (FPD), Alberto Neto, líder do PDA, o grande nacionalista que nos dera a conhecer a verdadeira natureza da morte de Agostinho Neto durante a campanha eleitoral, Holden Roberto (FNLA), Luís dos Passos, do PRD, sobrevivente do holocausto do 27 de Maio de 77, o Professor Doutor Nfulupinga Lando Victor, líder do PDP-ANA (Partido Democrático para o Progresso da Aliança Nacional Angolana) –, percebendo o grau exacerbado do problema e cientes dos riscos e da humilhação que lhes esperava em Luanda nas hostes dos radicais comunistas do MPLA, viajaram para Huambo, a fim de estabelecer contato com o líder da UNITA, que se comprometeu a prosseguir com o processo de paz.

constituíram-se em um marco para a história de Angola. Todavia, outros momentos penosos passaram a ser dignos de registo:

Com a imagem de defensor da paz que conseguiu apresentar face ao militarismo ostensivo da UNITA, esta lógica, acompanhada por uma lógica política do mesmo tipo – cooptação e/ou neutralização das forças independentes – permite-lhe criar de novo uma coesão face ao “inimigo”, voltar a ter crédito junto da sua base social (crédito esse que atingira o seu mais baixo nível em 1990) e ganhar as eleições de setembro de 1992. No entanto, a guerra surgiu como uma consequência lógica – após eleições realizadas para consagrar (como fá-lo-ia uma guerra) um “vencedor absoluto” – de vontades hegemónicas das duas “partes”, que não saem apenas intactas da “transição”, mas também reforçadas: Savimbi recusa a sua derrota e, conseqüentemente, o “governo” não quer, como lhe pede agora a comunidade internacional, ver diminuído o seu poder, precisamente quando acaba de ser legitimado como jamais o fora e após ter podido confirmar quer a centralidade de um controlo sem partilha do Estado, quer as possibilidades de “acomodar” a liberalização económica e o multipartidarismo (que tanto temera) aos seus objetivos e modo de funcionamento. A terrível guerra de dois anos que se segue às eleições, inaugurada por uma “batalha das cidades” que causou massacres cometidos por forças policiais e milícias não só de militantes da UNITA, mas também dos seus “eleitores” visados por razões políticas e de identidade, permitiu um reforço do controlo do poder sobre o Estado e a sociedade. Já não tendo os recursos do partido único, o regime vai utilizar os da sua nova legitimidade democrática e da guerra: a implementação – no prolongamento da “batalha das cidades” e de uma sangrenta “caça aos Zairenses” – de uma ordem que, para além das vítimas que ocasiona, fomenta o medo no seio dos seus potenciais contestadores e garante a impunidade; uma partidarização ainda mais forte de todos os aparelhos do Estado, favorecida pela maioria absoluta do MPLA no Parlamento e pela sua dominação do governo; a sua posição internacional – a comunidade internacional apoia-o como governo legítimo (uma legitimidade ainda mais irrecusável depois do voto pela ONU, em 1997, de novas sanções contra a UNITA). (MESSIANT, 2018, p. 06).

Com o reacender da guerra civil, a Comunidade Internacional novamente tentou buscar uma solução negociada por meio do diálogo de Abidjan (Costa do Marfim), em Abril de 1993, entre o governo e a UNITA, sob a mediação da representante especial da ONU em Angola, Margaret Ansteen. As conversas tinham como objetivo tentar encontrar uma solução para o conflito angolano, efetivar o cessar-fogo, integrar a UNITA nas instituições do Estado e garantir a sua existência dentro do sistema multipartidário que previa eleições regulares. Infelizmente, o diálogo de Abidjan acabou ficando no passado³⁹. A guerra se tornou permanente e trouxe conseqüências nefastas para o país. Nesse mesmo período, terminou o mandato de Margaret

³⁹ Para mais informações, consultar a obra de Jardo Muekalia: **Angola: a Segunda Revolução**, Editora Sextante, 2010, p.284-286.

Anstee e ela foi substituída pelo maliano Maître Alioune Blondin Beye. O protocolo de Lusaka, então, apresentou-se como a última via que a UNITA usou para entrar em negociação com o governo. Nessa altura, a UNITA se encontrava sem o apoio de muitos aliados, como os Estados Unidos da América, e ainda pesavam sobre ela as sanções que começaram a ser impostas pelo Conselho de Segurança da ONU. No dia 20 de novembro de 1994, celebrou-se o Protocolo de Lusaka, na Zâmbia, entre a UNITA e o Governo. Nesse ínterim, a UNITA usou o acordo de paz de Lusaka para impedir mais perdas territoriais e para fortalecer as suas forças militares. Nessa perspectiva, Chimanda (2010, p. 39) enfatiza:

Apesar de todos os constrangimentos de Lusaka (1994), o contexto foi decisivo porque tinha produzido um documento com cláusulas importantes para a partilha do poder. O referido documento foi assinado por parte da UNITA por Eugénio Manuvakola e do MPLA, Venâncio de Moura. Estavam presentes figuras importantes de África, como Nelson Mandela e outros chefes africanos. O presidente José Eduardo dos Santos como o anfitrião estava presente, ao contrário do líder do Galo Negro, Jonas Savimbi que mais uma vez perdeu a oportunidade de ressuscitar politicamente. Neste encontro, criou-se uma Comissão Política (CP) para supervisionar o processo).

Todo o empenho diplomático para extinguir o conflito civil em Angola foi retomado com o protocolo de Lusaka, que pretendia recuperar os acordos de Bicesse. Esses acordos previam a realização de eleições sob tutela das Nações Unidas e o envio de uma força de Manutenção de paz, a UNAVEM III⁴⁰, com cerca de sete mil soldados. Esse período em que o protocolo durou foi caracterizado como um tempo de “nem paz, nem guerra” devido à instabilidade e aos conflitos periódicos.

Por meio do acordo de Lusaka, as tropas de paz da ONU monitoraram o desarmamento das forças, incluindo o dos insurgentes em Cabinda. Em Abril de 1997, tomou posse o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional⁴¹, que incluía o MPLA e a UNITA, no qual se constatou a ausência de Jonas Savimbi. As forças de paz cumpriram seu papel, tendo desarmado 81% dos soldados da UNITA e as forças paramilitares ligadas ao MPLA, sendo que esses indivíduos passaram a ser incorporados às Forças Armadas Angolanas. Savimbi, porém, se entrincheirou e manteve ações de guerrilha (FILOMENA e CHERON, 2023). A partir de 1998, a UNITA começou a revelar-se frágil face às manobras feitas pelo governo com apoio direto das Nações Unidas. Entretanto, sofrendo derrota após derrota, a direção da UNITA fragmentou-se. Em

⁴⁰ No dia 8 de Fevereiro, a ONU aprovou a resolução que criou a UNAVEM III, força internacional de verificação do Protocolo de Lusaka (MUEKALIA, 2011, p. 293).

⁴¹ O Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) foi o mecanismo encontrado no período do governo de transição que contava com participações pontuais da UNITA na estrutura do poder e ao nível local, já que, na prática, nunca houve uma partilha efetiva do poder (CHIMANDA, 2010, p. 39).

finais de 1998, em Luanda, alguns dirigentes da UNITA membros da Assembleia Nacional subtraíram-se ao jugo de Savimbi e formaram um grupo dissidente, a UNITA-Renovada (WHEELER; PÉLISSIER, 2009, p. 370).

O grupo dissidente liderado por Eugénio Ngola “Manuvakola” e Jorge Valentim apresentou-se como futuro parceiro do governo na implementação do Protocolo de Lusaka, substituindo os titulares dos mecanismos da sua implementação (MUEKALIA, 2011, p. 314). A UNITA-Renovada começou assumindo o papel que estava destinado ao movimento original. Nesse particular, Muekalia (2011, p. 314) conclui que

[...] no dia 7 de setembro, o governo exortou ainda a ONU no sentido de reconhecer a UNITA-Renovada. Logo a seguir, foram suspensos todos os deputados da UNITA à Assembleia Nacional assim como os membros do GURN, tendo sido reconduzido apenas aqueles que fizeram prova de fidelidade à UNITA-Renovada.

O conflito continuava, mas a UNITA estava um tanto fragilizada e, durante o ano de 1998, o mediador da ONU para paz em Angola, Alioune Blondin Beye, morreu em virtude da queda de um avião na Costa do Marfim, no qual fazia uma viagem que o levaria a cinco países africanos, a fim de encontrar solução para a paz em Angola.

As lutas que se desenrolaram em Angola, quer para o alcance da independência, quer para pôr termo ao conflito armado, sempre contaram com a presença de uma ou outra potência estrangeira. Após o surgimento da II República, vários países se empenharam para o alcance da paz e a reconciliação nacional. Assim sendo, o processo pós-Bicesse tornou evidente a presença destas potências:

Três atores externos desempenharam um importante papel nos processos de paz pós-Bicesse, como observadores oficialmente designados. Destes, faziam parte Portugal, como antiga potência colonial intermediária dos Acordo de Bicesse, e as duas superpotências, os Estados Unidos e a URSS, em virtude do seu anterior papel como principais apoiantes externos das duas partes em conflito. (HODGES, 2002, p. 31).

No início da década de 1990, a intensa atividade diplomática por parte da Troika (Portugal, Rússia e EUA) conduziu a um cessar-fogo que estava relacionado com os acordos de Bicesse de 1991 e a realização das primeiras eleições da história de Angola em 1992. Depois de completada a desmobilização, o Conselho de Segurança autorizou uma nova missão da ONU. Embora se tenha criado uma Comissão Conjunta, compreendendo representantes do Governo, da UNITA, da ONU e da Troika, para fiscalizar a implementação do Protocolo de Lusaka, o Governo angolano insistiu que esse processo fosse encerrado o mais breve possível.

No entanto, a Comissão só foi dissolvida em outubro de 2002 (CHIMANDA, 2010, p. 45). A intervenção das referidas potências teve um grande impacto no fim da guerra, pois as medidas conjuntas (sanções) que eram aplicadas à UNITA foram enfraquecendo este movimento. Nesse contexto, o Ocidente passou a apoiar o governo do MPLA, o que marcou o declínio militar e político da UNITA. Este movimento passou a ter cada vez mais dificuldades para financiar as suas compras militares perante o avanço no terreno das FAA e por conta do embargo internacional e diplomático a que se viu submetida. Em dezembro de 1998, Angola retornou ao estado de guerra aberta, que só parou em 2002, com a morte de Jonas Savimbi.

Passados alguns anos após a cerimónia de Lusaka, a UNITA ainda controlava cerca de 60 localidades, incluindo o Planalto Central no Bailundo e no Andulo, onde Savimbi mantinha o seu quartel-general⁴². Essa situação frustrou a Comunidade Internacional, que teve que aplicar sanções com o fito de pressionar a UNITA para encontrar a solução definitiva da guerra. No âmbito desse pensamento, Hodges (2002, p.34) ressalta:

A crescente frustração internacional ante a delonga da UNITA acabou por levar a duas novas imposições de sanções contra a organização. Em 28 de Agosto de 1997, nos termos da Resolução 1127, o Conselho de Segurança da ONU decidiu proibir os mais destacados elementos da UNITA de viajar para o estrangeiro, encerrar as delegações da UNITA no exterior e proibir a circulação de quaisquer aviões de e para todas as zonas controladas por ela. Na sequência de mais atrasos da UNITA na entrega de zonas estratégicas do País, o Conselho de Segurança votou, a 12 de junho de 1998, a Resolução 1173, de que resultou a imposição de uma terceira série de sanções. Desta vez, uma tentativa de lhe subtrair os meios para continuar a guerra, o Conselho de Segurança proibiu a compra de diamantes angolanos não acompanhados de um certificado de origem passado pelo Governo e ordenou o congelamento de todas as contas bancárias da UNITA.

Com essas sanções, a UNITA se viu mais enfraquecida, com poucos caminhos para dar continuidade ao conflito armado. Savimbi acabou isolado do resto do mundo, tendo como amigos apenas os traficantes de armas e diamantes e, por fim, perdeu o seu território político-militar. Em relação à presença de potências estrangeiras na solução do conflito angolano, Wright (1997) conclui que as pretensões internacionais em torno da situação dos colonizados e martirizados pela guerra, respectivamente, podiam conter objetivo duplo: por um lado, satisfazer os interesses dessas potências e, por outro, as aspirações dos angolanos.

⁴² Grande parte dos municípios que a UNITA atacou e controlou era rica em diamantes e ouro. Entre 1992 e 1994, chegou a controlar 90% da produção de diamantes de Angola (FERNANDO, 2012, p. 295).

O cerco do governo em relação a Savimbi se estreitou no início de 2002⁴³. Na noite de 22 de fevereiro, o governo comunicou a morte de Savimbi no confronto com uma patrulha das forças governamentais no norte de Moxico. Ele morreu precisamente no local onde começou com a sua luta. Dessa forma, Wheeler & Pélissier (2009, p. 371) argumentam:

Em inícios de 2002, as forças do governo angolano encurralaram os mais altos dirigentes da UNITA na província oriental do Moxico, onde as forças rebeldes se encontravam disseminadas e subnutridas. O vice-presidente da UNITA, António Dembo, que era diabético, tinha morrido por não ter acesso a medicamentos. Savimbi tinha fugido para o Moxico depois de o governo ter capturado as regiões de Bailundo e Andulo. Numa emboscada remota levada a cabo por comandos a 22 de fevereiro de 2002, Jonas Savimbi foi morto.

Gomes (2009, 144) afirma que, “com a morte de Savimbi, a UNITA encontrou-se numa posição bastante difícil: internacionalmente isolada, alvo de sanções da comunidade internacional, militarmente repudiada e dividida”. A UNITA, então, iniciou negociações com o Governo com vistas à deposição das armas e assumindo-se como mera força política e não militarizada. O mesmo autor acrescenta que “à 13 de março de 2002, o Governo apresentou em Luanda uma Agenda para a resolução das questões militares do conflito armado, anunciando o cessar-fogo a partir do dia seguinte” (Ibidem:144). Em 16 de Março, as partes expressaram em Moxico a sua determinação de pôr fim à guerra civil. Em 4 de Abril, os chefes militares de ambos⁴⁴, UNITA e Governo, assinaram, em Luena, o Memorando de Entendimento⁴⁵. Esse Memorando pôs cobro a um conflito que tinha devastado milhares de vidas humanas e levou longos anos. Nesta senda, Nelson Domingos António (2013, p. 117) salienta o seguinte:

A morte de Jonas Savimbi, a rendição da UNITA armada e a assinatura do Memorando de Luena, deram início a uma nova fase ao processo político angolano. O período que compreende a assinatura do Memorando de Luena (2002) à realização das segundas eleições legislativas (2008) caracterizou-se pela conjugação de esforços por parte do governo do MPLA, das lideranças da UNITA e das igrejas para a pacificação dos espíritos. Os processos de democratização de países advindos de longas e sangrentas guerras civis podem ser facilitados mediante um efetivo processo de reconciliação nacional.

⁴³ Conforme afirma Fernando (2012, p. 309), Savimbi estava encurralado entre os rios Lutuai, Lungue-Mbungo e Munguai, precisamente na zona onde tinha sido fundada a UNITA. Foi ali que, em círculos constantes, mudando de margens, foi fitando a perseguição das FAA até ser encontrado

⁴⁴ Pela UNITA, General Abreu Muengo Ukwachitembo (Kamorteiro) e, pelo Governo, o Comandante Chefe das Forças Armadas Angolanas, José Eduardo dos Santos.

⁴⁵ Trata-se do Memorando de Luena, que finalmente colocou fim ao conflito. No entanto, nem todos os confrontos em Angola se encerraram com o memorando. Em Cabinda, região norte do país, um enclave territorial rico em petróleo, permaneceram as tentativas da FLEC de separação da região do restante de Angola. Os separatistas de Cabinda não participaram nas negociações de paz nem subscreveram o acordo, de modo que, no enclave, prosseguiu uma guerra de pequena escala (HODGES, 2002, p. 31).

O Memorando de Entendimento foi concebido e assinado em um período inferior a 45 dias, contrariamente aos Acordos anteriores, que levavam meses ou anos. Foi um plano de quinze pontos elaborados pelo Governo para assegurar a paz, diferentemente dos demais Acordos, que eram convencionados por peritos internacionais e levados à concordância dos angolanos, igualando o poder e a legitimidade dos beligerantes. O regulamento tinha, mais uma vez, disposições para o aquartelamento e desmobilização das forças da UNITA, a integração deles nas FAA e na Polícia Nacional, a desmobilização e a reintegração dos demais combatentes em outros ramos empresariais, sem falar da sua inserção na sociedade civil (CHIMANDA, 2010, p. 44). Durante esse período, renovou-se o GURN (Governo de Unidade e Reconciliação Nacional) e foram atribuídas várias funções governamentais à UNITA. Estava, assim, concluído o processo de Lusaka e o alcance da paz definitiva em Angola. E esse ambiente proporcionou outros passos importantes para o país, como a realização das eleições de 2008, alteração da constituição de 2010 e a realização das eleições de 2012, 2017 e 2022. A experiência dos processos eleitorais iniciados na década de 1990 foi importante no sentido de despertar a Liberdade política, bem como de proporcionar alternativas de participação política por meio do surgimento de organismos da sociedade civil. Todavia, os limites da abertura política e as fragilidades do modelo de desenvolvimento adotado ainda permanecem como características estruturais de um sistema de poder que se mantém hegemônico em detrimento de outras forças políticas.

A seguir, procuraremos discorrer sobre patrimonialismo, autoritarismo e processos de democratização em Angola. O propósito é de entender a gênese do patrimonialismo e autoritarismo em Angola, fazendo um recuo histórico ao colonialismo, ao tempo do partido-estado e ao contexto da guerra civil que marcou a gênese da democracia. Esses elementos são usados como fundamentos para entender o contexto de lutas travadas por jovens ativistas que se opuseram, primeiramente, ao governo de José Eduardo dos Santos e, mais tarde, a João Manuel Gonçalves Lourenço, exigindo a democratização do país.

2.5 Patrimonialismo e Autoritarismo: os caminhos da democracia angolana

As discussões sobre democracia nessa parte do texto são desenvolvidas a partir das visões da filosofia e da ciência política. Por isso, fazemos a seguinte questão: como o contexto angolano poderia ser chamado de democrático? Ao lançar as bases do conceito de democracia, a filósofa Marilena Chauí (2019, p.11-12) destaca:

A democracia é uma forma sociopolítica que busca enfrentar as dificuldades acima apontadas conciliando o princípio da igualdade e da liberdade e a existência real das desigualdades, bem como o princípio da legitimidade do conflito e a existência de contradições materiais introduzindo, para isso, a ideia dos direitos (econômicos, sociais, políticos e culturais). Graças aos direitos, os desiguais conquistam a igualdade, entrando no espaço político para reivindicar a participação nos direitos existentes e sobretudo para criar direitos. Estes são novos não simplesmente porque não existiam anteriormente, mas porque são diferentes daqueles que existem, uma vez que fazem surgir, como cidadãos, novos sujeitos políticos que os afirmaram e os fizeram ser reconhecidos por toda a sociedade.

A democracia é o sistema político em que os principais responsáveis pelas decisões coletivas são escolhidos em eleições periódicas, honestas e imparciais, caracterizadas pelo direito de voto à população adulta e pela concorrência livre pelos votos dos eleitores. Esse regime político envolve a contestação e a participação e implica a existência das liberdades políticas e civis de expressão, de publicação, de reunião e de organização, necessárias para assegurar o debate político e as campanhas eleitorais. De acordo com Nelson Domingos, figuram entre os critérios da democracia: a livre escolha dos principais governantes em eleições justas, livres, transparentes, periódicas e competitivas; alternância no poder; o direito ao sufrágio a todos ou à maioria dos cidadãos adultos; a igualdade de voto; a cidadania inclusiva; o gozo aos direitos e liberdades de expressão, de imprensa, de acesso a fontes diversificadas de informação, de manifestação, de greve, de associação, de escolha das questões da agenda, visando a satisfazer a efetiva participação, a competição e a inclusão (ANTÓNIO, 2013).

Chauí (2019) deixa explícito que uma sociedade é realmente democrática quando, além de eleições, partidos políticos, divisão dos três poderes da república, respeito à vontade da maioria e das minorias, institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando institui direitos. Mas não é só isso. Essa instituição deve ser uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática social se realize como um contrapoder social que determine, dirija, controle e modifique a ação estatal e o poder dos governantes.

A transição para a democracia angolana ocorreu a partir do ano de 1991, como atrás fica dito, e isso ficou reforçado com a promulgação da denominada “Constituição Atípica”, que deu início a uma nova etapa do processo de transição para a democracia em Angola e deu origem ao “poder hegemónico autoritário adaptado ao multipartidarismo exercido pelo MPLA” (PECLARD, 2008, p. 15). Dentre as demais previsões legais, a nova “Lei Magna” ditou regras inéditas para a eleição dos principais governantes, bem como determinou a competência dos órgãos de soberania. A lei previu a salvaguarda de certos direitos e liberdades individuais e

coletivas, à semelhança daqueles estatuídos em constituições de países considerados democráticos ou em democratização (ANTÓNIO, 2013). Infelizmente, o estado angolano ficou conhecido como sendo não democrático ou autoritário, o que também ocorreu em outros países africanos⁴⁶.

Se abordarmos a questão da democracia angolana a partir da perspectiva clássica das eleições e instituições, deve-se reconhecer que Angola, tal como foi supracitado, há dez anos, tem demonstrado retorno ao autoritarismo, regime que se corporifica na forma de golpes constitucionais e regressão das liberdades políticas. A parte mais visível da onda autoritária é a série de revisões de medidas constitucionais que visam a prolongar os poderes presidenciais em vigor. A constitucionalidade tem sido frequentemente questionada por líderes que se recusam a submeter-se a ela para manter seu acesso aos recursos materiais e simbólicos no sentido de evitar ação legal. Em África⁴⁷, as “democracias” combinam constituições democráticas e comportamentos autoritários. Graus de repressão política são muito variáveis nesses regimes, mas todos se caracterizam por um forte desequilíbrio nas relações de poder político (MAGNANI e VIRCOULON, 2019).

O termo autoritarismo é usado nesse texto em consonância com a visão de Huntington (1991) para designar todos os sistemas não democráticos e que historicamente assumiram formas variadas como são as monarquias absolutistas, aristocracias feudais, sistemas de partido único, sistemas totalitários, ditaduras personalistas e regimes militares. Esses sistemas suprimiram tanto a competição quanto a participação política dos cidadãos. No caso de Angola, acrescenta-se que “a

⁴⁶ A questão da democracia em África é, muitas vezes, vítima de um reducionismo: reduz-se a dimensão eleitoral ao fato de saber se as eleições são livres, transparentes e regulares. Para as chancelarias ocidentais, a holding de eleições que satisfaça esses critérios é suficiente para conceder uma patente de democracia. Essa visão reducionista da democracia negligencia os aspectos fundamentais, que são o ambiente institucional (neutralidade política das instituições, estado de direito real e não apenas teórico) e, de forma mais geral, a situação do mercado político (comportamentos e estruturas políticas, inclusão da cidadania, oferta política real, equilíbrio político de poder) (MAGNANI E VIRCOULON, 2019).

⁴⁷ A África contou com, pelo menos, 15 governos autoritários em toda a sua história. Desde os primórdios do colonialismo, o continente africano sofreu com diversas manifestações de violações aos direitos naturais. São muitos casos de ditadores que governaram e governam por décadas o mesmo país, violando todos os princípios de uma constituição democrática. Esses governos vêm ganhando cada vez mais visibilidade como, por exemplo, os casos de Robert Mugabe, no Zimbábue, de José Eduardo dos Santos, em Angola, e de Muammar Gaddafi, na Líbia. Mesmo com toda a incapacidade do poder público africano de julgar esses ditadores, alguns casos sobressaem e, nesses casos, há a possibilidade de eles serem levados à justiça pela população, a fim de pagar pelos crimes cometidos quando estavam no poder. Nomes como Teodoro Obiang Mguema Mbasogo (1979-), José Eduardo dos Santos (1979-), Robert Mugabe (1987-), Omar al-Bashir (1989-), Hisséne Habre (1982-1990) e Muammar Gaddafi (1969-2011) revelam que, até pouco tempo, esses líderes políticos estavam no poder. E o ponto em comum entre eles é o fato de que todos lideraram ou lideraram regimes autoritários ou ditaduras (MAGNANI; VIRCOULON, 2019)

manipulação dos símbolos políticos arbitrariamente, a glorificação do governante, a mobilização com uso de métodos repressivos e clientelistas, e o recurso a grupos paraestatais para reprimirem a oposição e a sociedade civil” (ANTÓNIO, 2013, p. 39) tornaram-se parte integrante desta estrutura autoritária. Portanto, é mister afirmar que, do ponto de vista formal, Angola é um país democrático. Todavia, na realidade, é um regime autoritário que se iniciou historicamente com um processo de liberalização em que o espaço público é partidarizado e controlado.

A compreensão do estado autoritário contribui para perceber o caminho seguido pelas autoridades angolanas depois do alcance da independência física, ou seja, a libertação do território. No entanto, a colonialidade psicológica foi mantida na forma como tratam os seus semelhantes. Por isso, o novo regime endocolonial adotou as mesmas práticas de vigilância, à semelhança do que fazia a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE). Na reprodução da mesma lógica colonial, os novos senhores, assoberbados com a captura do estado, criaram a Direção de Informação e Segurança de Angola (DISA, 1975-1981), cujo *modus operandi* se assemelhou ao dos mestres coloniais: vigiar, punir, perseguir, assediar e assassinar os divergentes. O Ministério da Segurança do Estado (MINSE), entre 1981 e 1992, foi a instituição que tomou o lugar da DISA e seguiu o mesmo padrão de atuação (CRUZ, 2021). Instalou-se pelo país uma “cultura do medo” por meio da coerção e intimidação com base no monopólio estatal da capacidade de exercer a violência. Isso ganhou respaldo com a sua construção, inscrição e significado na mente das pessoas: “torturar corpos é menos eficaz que moldar mentalidades [...] os seres humanos criam significado interagindo com seu ambiente natural e social, conectando suas redes neurais com as redes da natureza e com as redes sociais” (CASTELLS, 2013, p. 10). O pesquisador António (2013, p. 154-157) faz uma análise interessante sobre como se configura esse autoritarismo em Angola:

Os fatos revelam a perseguição de jornalistas, ativistas, políticos e manifestantes não alinhados ao partido no poder, o que nos permite concluir que quanto a este critério o país ainda não é democrático [...] Os longevos trinta e três anos de governação do presidente da república (1979-2012) sem alternância no poder e desprovido de legitimação popular durante aquele período apontam para um país ainda não democrático [...] Outro fator que possibilita sustentar que o país ainda não é democrático reside na partidarização da sociedade, dos órgãos de soberania e demais agências estatais. A partidarização parece constituir-se em um condicionamento para o acesso aos bens do Estado, apontando para uma forma de governação clientelista supressora da democracia. O clientelismo torna o cidadão servil e incapaz de realizar escolhas livres de condicionamentos [...] A supressão dos canais de acesso ao governo implica em eliminar a possibilidade de

participação efetiva dos cidadãos no controle da agenda e na exigência de prestação de contas, permitindo que abusos sejam cometidos sem a devida responsabilização ou que decisões sejam tomadas de forma arbitrária sem a auscultação da sociedade, sobretudo daqueles afetados diretamente por certa política [...] A despeito das limitações impostas pelo governo aos partidos políticos de oposição e organizações da sociedade civil não associadas ao partido no poder, algumas destas instituições têm conseguido promover algum espaço de cidadania. Alguns jornalistas, por sua vez, apesar das perseguições, espancamentos e prisões frequentes têm possibilitado algum acesso a informação diversa da produzida pela comunicação social pública que é manifestamente partidária.

Para Messiant (2018, p. 171), Angola, “com a abertura democrática em 1990, havia iniciado uma tripla transição: da guerra à paz; de um Estado ditatorial de tipo marxista-leninista a um Estado democrático multipartidário; e de uma economia ‘socialista’ administrada a uma economia liberal de mercado”. Mais ainda: “o partido-Estado é obrigado, em 1990-1991, a proceder à liberalização econômica e depois política, a negociar e a engajar-se numa ‘transição democrática’ e até mesmo na realização de eleições que supostamente poderiam resolver o conflito armado” (Ibidem: 05).

O ambiente democrático permitiu emergir mais partidos políticos e processos eleitorais, como foi destacado na subseção anterior. O sistema autoritário foi desenhado para a manutenção do mandato do presidente José Eduardo dos Santos, que se desdobrou nas eleições de 2008, na alteração da Constituição de 2010 e na realização das eleições de 2012. Todavia, seu consulado ficou marcado pelo autoritarismo, neopatrimonialismo, clientelismo e pobreza extrema da maioria da população. Para Chabal (2006, p. 32), a “configuração do poder gira em torno de uma forma de neopatrimonialismo que depende de uma astuta cooptação e de um autoritarismo modulado em formas que transcendem o que é frequentemente entendido como domínio crioulo”. O patrimonialismo descrito anteriormente existe desde a conquista do novo Estado independente, uma vez que as elites no seio do partido no poder criaram um sistema de apropriação e distribuição dos recursos públicos com o objetivo de assegurar a hegemonia política e econômica, gerindo equilíbrios políticos internos e cooptando, sempre que possível, potenciais ou declarados rivais ligados à UNITA ou à sociedade civil em uma clara visão de enfraquecimento da oposição política em Angola. O partido único foi rapidamente encarado como o instrumento central de gestão de todo o sistema, operado mediante a afetação de cargos na estrutura partidária e governamental (VIDAL, 2006).

O interessante é que essa prática tinha sido desenhada ainda durante o governo de António Agostinho Neto, mas foi aprofundada com o mandato de José Eduardo dos Santos que, ao mesmo tempo que decorria a guerra civil fratricida, se constituiu como uma espécie de

Estado paralelo com uma administração político-formal centrada na Presidência da República. Essa estrutura paralela era representada pela petrolífera estatal Sonangol, que mantinha relação intrínseca com o capital internacional por meio da venda do petróleo às multinacionais que operavam no território nacional. Isso impulsionou o surgimento de um pequeno grupo de pessoas no interior do partido MPLA, configurando, assim, a “Oligarquia capitalista angolana” (OLIVEIRA, 2015). Por um lado, o neopatrimonialismo foi caracterizado pela privatização dos principais setores produtivos do Estado, marcados por ilegalidades, desinstitucionalizações, compadrios, nepotismos e favorecimento à família do presidente José Eduardo dos Santos e à *nomenklatura* do partido-Estado (há a partidarização das instituições do Estado como uma continuidade do regime de partido único iniciado em 1975), o que fomentou a “acumulação primitiva do capital” por via do petróleo. Do outro lado, houve uma viragem clientelista que possibilitou a essa *nomenklatura* rentabilizar, com lucros, seus privilégios em uma economia “informal”, na prática “dolarizada”, ilegal e da qual ela foi a principal beneficiária. Segundo Messiant (2018, p. 5):

A centralização do poder para conduzir a guerra depois de 1992 vai permitir uma concentração crescente da riqueza ao nível da cúpula: a predação contínua do petróleo, as comissões sobre os grandes negócios de armas que continuaram, depois de Lusaca, para uma possível guerra em Angola e, a partir de 1996, guerras além-fronteiras, as comissões sobre as importações que dão aos que mais se beneficiam da predação.

Os lucros do petróleo são, assim:

Investidos em atividades produtivas, mas antes usados para enriquecimento pessoal e objetivos patrimoniais, em grande parte improdutivo. O montante das receitas de exportação é tal que permite aos governos comprarem apoio político ou comprar a solução para a maioria dos seus problemas políticos. (CHABAL, 2006, p. 37).

O patrimonialismo angolano do pós-independência começou sendo de natureza partidária (durante a administração de Agostinho Neto) para, depressa, tornar-se presidencial. O patrimonialismo presidencial continuava a significar que o partido era o principal instrumento de distribuição de benefícios e privilégios sociais e materiais. Contudo, dadas as receitas decrescentes causadas pelo esforço de guerra e pela ruptura do setor produtivo fora da indústria petrolífera, a distribuição foi se contraindo e aqueles que se situavam nas margens da pirâmide patrimonial – social e economicamente mais desfavorecidos – perderam uma boa parte dos seus recursos. O usual desequilíbrio entre elites governantes e populações governadas com relação ao acesso aos bens do Estado agravou-se, e o patrimonialismo tornou-se crescentemente

“elitista” na medida em que se tornou presidencialista (sobretudo durante a administração do presidente Eduardo dos Santos, ao longo dos anos 1980). Tornou-se extremamente concentrado no topo, nas mãos de poucos (da presidência e de uma elite) e praticamente excluiu a maioria da população de qualquer participação política efetiva no âmbito do “patrimonialismo pós-moderno para o distinguir do patrimonialismo moderno que existiu durante a administração de Agostinho Neto” (VIDAL, 2006, p. 53).

Angola, o segundo maior produtor de petróleo na África Subsaariana, tem sido repetidamente perseguida por alegações de extrema corrupção e má administração. Durante a década de 2000-2010, Angola foi uma das economias que mais cresceu no mundo. O PIB cresceu a um ritmo anual de 11,6% de 2002 a 2011, impulsionado pela produção de petróleo, que aumentou mais que o dobro, para 1,8 milhão de barris por dia. O orçamento do governo em 2013 era de US\$ 69 bilhões, quase dez vezes mais que os US\$ 6,3 bilhões de uma década atrás. Para se ter uma ideia, em 2004, a *Human Rights Watch* documentou que o governo não conseguiu explicar o desaparecimento de aproximadamente US\$ 4 bilhões entre 1997 e 2002. Ato *continuum* se deu entre 2007 e 2010, período em que pelo menos US\$ 32 bilhões em receitas do petróleo desapareceram do livro-caixa federal, de acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional), que posteriormente rastreou a maior parte do dinheiro para “operações parafiscais”.

A Transparência Internacional, uma pesquisa realizada em 163 países, classificou Angola em 142º lugar no seu Índice de Percepção de Corrupção de 2006. Em sua pesquisa de 59 países em 2006, Angola foi um dos países mais obscuros na transparência do orçamento (HUMAN RIGHTS WATCH, 2006). Em 2013, Angola estava em 157º lugar entre 176 nações classificadas pelo Índice de Percepção de Corrupção da Transparência Internacional. Ficou atrás de grandes defensores da democracia participativa, como o Iêmen e o Quirguistão. A corrupção endêmica em Angola é uma das principais causas de subdesenvolvimento, o que, de forma muito especial, mantém uma grande parte da população numa situação de pobreza extrema. A pobreza e as enormes desigualdades mantêm-se generalizadas por todo o país. De acordo com números recentes, 43,4% da população vive abaixo do limiar da pobreza (com menos de 1,25 USD por dia), uma taxa que aumenta consideravelmente nas zonas rurais (MASUKU, 2015). Enquanto a elite usava o rendimento do petróleo para comprar ativos no estrangeiro, em Angola, as crianças passavam fome e miséria. A taxa de mortalidade infantil de Angola, até os cinco anos, estava no topo da lista; era a oitava maior do mundo, com 161 mortes em 1.000 crianças por ano, o que representava 116 mil mortes todos os anos. A subnutrição explicava um terço desses óbitos de crianças (AFRICA PROGRESS PANEL,

2013). Até 2013, cerca de 70% dos angolanos viviam com menos de US\$ 2 por dia. E, pela própria contagem do governo, 10% da população do país lutava por comida devido à seca e ao descaso burocrático (DOLAN, 2022).

O futuro político de Angola passou a ser provavelmente condicionado pelo fato de ser rico em minerais, mas as receitas do petróleo estavam totalmente nas mãos da Sonangol, que era controlada pelo presidente e, deste modo, em grande parte, fora do alcance do governo e de qualquer supervisão administrativa-parlamentar. Essa realidade deixa clarividente o patrimonialismo presidencial que exerce o controle sobre o principal recurso angolano, o petróleo, e que beneficia apenas determinada elite política atrelada ao partido no poder (CHABAL, 2006). A título de exemplo, temos Isabel dos Santos, filha de José Eduardo dos Santos, uma mulher que investiu fortemente em Portugal e adquiriu posições estratégicas em empresas de petróleo, telecomunicações e turismo. A **Princesa Isabel**, considerada a mulher mais poderosa da África pela Forbes, passou a ser a face mais visível de um movimento que envolvia toda a elite angolana que enriqueceu fabulosamente no governo dos Santos. Foi nesse cenário que a filha de José Eduardo dos Santos se tornou a mulher mais rica da África, com uma fortuna que chegou a US\$ 3,7 bilhões em seu auge, em 2014, atuando em setores como bancos, cimento, diamantes e telecomunicações (DOLAN, 2022). Em junho de 2016, Isabel dos Santos assumiu a presidência da petroleira Sonangol, de modo a assegurar a presença da família dentro da empresa mais importante do país durante a transição política (ALENCASTRO, 2016).

Esse quadro da emergência da democracia e do neopatrimonialismo, concebido de acordo com os fundamentos partidários e depois o presidencial, construiu a nova sociedade civil que, naquele contexto, cumpria duas funções, a saber: promover a paz e a reconciliação nacional (em um momento de guerra civil) e exigir o respeito pelos direitos civis, políticos e econômicos, apoiando e defendendo os mais desfavorecidos e denunciando o autoritarismo instalado no país. As reformas legais de 1991-1992 e o processo eleitoral abriram espaço para a sociedade civil – organizações religiosas, Igrejas, *mídias* privadas, sindicatos independentes e ONGs que surgiram dentro de um quadro legal concedido pelo Estado, o que pressupunha limitações e controle.

A primeira associação vinculada à sociedade civil dissociada dos marcos político-partidários foi a Associação Cívica Angolana (ACA), criada em 1990, em circunstâncias de lutas, resistências e oposição ao regime. Posteriormente, emergiram organizações não governamentais, grupos comunitários e associações profissionais, como a Associação Cívica de Angola (ACA); a Ação Angolana para o Desenvolvimento (AAD); a Ação para o

Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA); a *Open Society*, um Instituto Democrático para Assuntos Internacionais (NDI; *Search for Common Ground*; *Open Society Angola* (OSISA)); a Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD); o Instituto de Sistemas Eleitorais e Democracia; a Associação Mãos Livres; o Conselho de Direitos Humanos; a Plataforma de Mulheres em Ação (PMA); a Fundação 27 de Maio; a Omunga; a Mpalabanda (Associação Cívica de Cabinda); o S.O.S. Habitat e o Centro Cultural Mosaico. Essas organizações foram, em sua maioria, financiadas por instituições estrangeiras. Nesse novo quadro legal, foi criada, em 1996, a Central Geral de Sindicatos Independentes e livres de Angola (CGSILA), acabando com o monopólio da União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA) (Sindicato criado desde o período colonial e que foi cooptado no pós-independência pelo MPLA para defender os interesses dos trabalhadores ligados ao partido-estado). Além desses, surgiram outros sindicatos, como o dos professores (SINPROF) e dos jornalistas (SJA) (VIDAL, 2006). Esses movimentos sociais se transformaram “num verdadeiro *pivot* do processo de consciencialização dos cidadãos para a causa da paz e da reconciliação nacional” (ANDRADE, 2006, p. 103) e, posteriormente, pela luta em prol dos direitos humanos elementares, como habitação, saúde, educação, imprensa e alimentação.

A sociedade civil angolana, assim, apresentou alguma evolução em termos qualitativos e quantitativos em Luanda, mas também em outras províncias, onde, ainda que timidamente, foram se multiplicando iniciativas de caráter cívico por parte de organizações de natureza e âmbito diversos. Diferentes organizações têm se coligado e feito parcerias para vários projetos e iniciativas. Temos, hoje, a Coligação para a Terra, a Coligação para a Transparência e a Coligação para a Reforma Constitucional. É óbvio que a ação e eficácia dessas iniciativas está, em parte, dependente da própria maturação dos seus atores cívicos e, em parte, da abertura do Estado em reconhecer a inevitabilidade e as vantagens da interação com a sociedade civil e das parcerias público-privadas no quadro da gestão democrática das instituições públicas (VIDAL, 2006). Mas isso nem sempre ocorre. A esse respeito, cita-se como exemplo o caso ocorrido entre os anos de 2002 e 2006, em que o governo de Angola levou a cabo pelo menos 18 despejos em massa, envolvendo violência e utilização excessiva da força, violando as suas obrigações internacionais e nacionais. O governo não respeitou as salvaguardas processuais consagradas no direito internacional e interno nem concedeu uma indenização adequada (apesar de algumas pessoas posteriormente terem tido acesso a residências no projeto evolutivo e terrenos para a construção de residências nas seguintes zonas de Luanda: Zangu, Panguila, Sapu, Camama e

Fubu)⁴⁸. O governo ignorou as consequências humanitárias dos despejos, particularmente de grupos vulneráveis, como os idosos, mulheres e crianças, e não apurou se os moradores tinham direitos sobre as suas terras ou habitações antes de proceder ao seu despejo. Felizmente, foi desse quadro que se formou a organização *SOS Habitat*, que se juntou às vítimas dos despejos e desenvolveu lutas pela preservação da dignidade das populações afetadas, fato que fez dos ativistas alvos de detenções por parte das instituições do Estado, isto é, pela polícia nacional repressiva do Estado. Sobre esse assunto, Vidal (2006, p. 82) argumenta o seguinte:

A “*SOS Habitat*” é provavelmente aquela que mais dificuldades enfrenta na medida em que tem desafiado importantes interesses imobiliários em Luanda. O seu líder – Luís Araújo – e vários outros membros da associação foram recentemente agredidos e presos por se oporem a mais uma ação de expulsão violenta. Para além destes problemas têm ainda uma acrescida dificuldade de acesso aos doadores e organizações internacionais financiadoras, que não raras vezes evitam financiar a associação para não ferir suscetibilidades no governo. Juntamente com a representação local da *Open Society* e o presidente da Frente para a Democracia (FpD – partido da oposição parlamentar, membro da AD-Coligação), a “Associação *Mãos Livres*” desempenhou um papel igualmente relevante no primeiro grande caso de expulsão violenta de comunidades – bairro da Boavista em 2001 –, feita pelo governo provincial para prosseguir projetos de urbanização em Luanda. As pressões combinadas destas organizações levaram o governo provincial a prometer compensações e realojamento aos moradores expulsos dos seus lares. Casos similares de expulsões violentas de moradores de bairros periféricos continuaram a ocorrer nos anos seguintes e a associação levou alguns deles a tribunal. Uma nova associação surgiu em 2002 no bairro do Benfica para lidar especificamente com estas situações – “*SOS Habitat*” – juntando algumas organizações comunitárias de base.

Se, de um lado, existiu este tipo de ativismo voltado para o direito à habitação ou mesmo da terra, de outro, novas personalidades do ativismo também despontaram, como é o caso dos trabalhos de Makuta Konde, de William Ntone, de Rafael Marques, do deputado Mfulupinga Nlando, de Víctor e do jornalista Ricardo de Melo (citados na introdução). Notemos que, nessa altura, já havia manifestações dos jovens do Partido de Apoio Democrático e Progresso de Angola (PADEPA) contra o silêncio da Procuradoria-Geral da República (PGR) em relação a casos de desvios de fundos públicos, como a que ocorreu no dia 16 de junho de 2004, comandada pelo líder Carlos Leitão. Esse partido sem assento parlamentar já vinha se posicionando contra a estrutura governativa desde os anos de 2000 (LANÇA, 2015).

Os limites da abertura política e as fragilidades do modelo de desenvolvimento adotado permanecem como características estruturais de um sistema de poder que se mantém

⁴⁸ Nomes de bairros localizados na cidade de Luanda.

hegemônico em detrimento de outras forças políticas. Essas associações cívicas, culturais, recreativas e Organizações Não Governamentais (ONGs) ampliaram-se vertiginosamente, em um esforço que pode ser entendido como a resposta dinâmica da sociedade civil em busca de uma identidade e de uma legitimidade capazes de dar corpo a uma cidadania ativa, a um ambiente democrático e participativo (ABREU, 2006; TELO, 2012). Porém, esse contexto foi inaugurado pura e simplesmente por uma democracia eleitoral, na medida em que os Estados africanos, em particular o angolano, procuraram controlar e limitar a opinião pública ao invés de conceder mais liberdades (BUSSOTTI; MUTZENBERG, 2016). Esses eventos ficaram marcados por processos fraudulentos derivados da ação do partido no poder.

Os múltiplos obstáculos que o processo de democratização tem enfrentado se têm feito sentir a um tal ponto que certos autores questionam a validade heurística do emprego da expressão ‘transição política’, preferindo, em vez dela, os significados veiculados pelas expressões ‘de reconversão’ ou ‘de recomposição do poder’. Essas expressões procuram precisamente assinalar, teórica e empiricamente, as dinâmicas de continuidade e de recomposição das formas de exercício de poder e de governação de cariz autoritário, excludente e repressivo.

Ocorre que, nesse contexto, o controle da esfera pública da parte do regime controlado pelo MPLA ocasionou violações dos direitos humanos, repressão política e cerceamento das liberdades desses jovens ativistas. A visão filosófico-política desses jovens conduziu à constatação de que os angolanos têm sido governados por um regime bárbaro, uma ditadura traduzida numa governação mafiosa assente nos ditames do presidente da República, cujo estilo de gestão do país continua a promover a depredação do erário público, o nepotismo, a violação grosseira da Constituição, a corrupção e o assassinato de cidadãos contestatórios ao regime, realizando eleições encenadas politicamente, ou seja, “para inglês ver”, um mero instrumento de manutenção do regime de José Eduardo dos Santos e sua ditadura.

O neopatrimonialismo presidencial se configurou como um instrumento de poder por meio do qual se elaborou cuidadosamente a estratégia do cooptação e repressão dos grupos defensores dos direitos humanos. Na medida em que passou a ter o controle absoluto sobre as receitas do país, tendeu a utilizar esses fundos patrimoniais para angariar e gerir os apoios, controlar as forças armadas e a polícia, de forma a exigir obediência e evitar os perigos de qualquer desafio significativo. A estrutura de cooptação assentava-se em uma *nomenklatura* do regime – deputados, ministros e vice-ministros, chefes do exército e da polícia, altos magistrados, mas também próximos do presidente, Conselho da República, a quem se atribui, pelo exercício das suas funções, vantagens exorbitantes, mas também a toda uma parte “da

sociedade civil”, nomeadamente um pequeno número de organizações não governamentais que se beneficiava de subvenções do Estado (CHABAL, 2006). A hegemonia política e a manutenção do poder passaram a ser feitas com base na criação de uma “sociedade civil de fantoche”, ou seja, associações manipuladas e coniventes com os interesses do partido no poder, defendendo um falso pluralismo democrático. Como ressalta Chabal (2006, p. 81):

Começaram a emergir Organizações da Sociedade Civil “politicamente corretas”, financiadas por bônus sociais do petróleo e privilegiadas no relacionamento com as estruturas estatais e governamentais; um processo que se iniciou em 1996 com a “Fundação Eduardo dos Santos – FESA”, seguida pelo “Fundo Lwini de Solidariedade Social”, da primeira-dama Ana Paula dos Santos, e por várias outras organizações dentro da mesma lógica, criadas por membros do topo do regime ou cooptadas ao longo dos anos. (AJAPRZ, “Criança Futuro”, “Ação Solidária”, “Amigos do Rangel”).

José Eduardo dos Santos é o nome do ex-presidente de Angola falecido aos 79 anos, no dia 8 de julho de 2022, vítima de AVC (Acidente Cardiovascular), na Espanha. Ficou no poder por cerca de 38 anos, deixando um legado de violação dos direitos humanos, corrupção e má governação (NEGRÊ, 2022) em um país cujas organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais esperavam apenas o cumprimento da Constituição, que destacava Angola como Estado Democrático de Direito. Após o memorando do Luena de 4 de abril de 2002, não houve marcas de efetiva democratização do regime:

A presidência e os escalões cimeiros do MPLA mantêm um apertado controlo sobre o Estado, as suas instituições e recursos, usando-os para manter a sua hegemonia política e econômica. Os partidos da oposição e as Organizações da Sociedade Civil – OSC, enfrentam graves constrangimentos. (VIDAL, 2006, p. 68).

Todavia, os ativistas dessas organizações da sociedade civil agiram como freios à tendência regressiva, ditatorial e monolítica que se pretendia impor no período de guerra, na década de 1990 e no pós 4 de abril de 2002, em que protagonizaram o compromisso de lutar pelos Direitos Humanos, democratização das instituições e por uma governação transparente (VIDAL, 2006). Em Angola, os novos movimentos sociais tratarão de lutar pela extensão dos direitos e obrigações dos cidadãos, manifestada em sua participação na vida pública.

Como sabemos, a concomitância entre liberalização e democratização só ocorre se os membros do antigo regime, a oposição e a sociedade civil estiverem comprometidos com a democracia. Caso contrário, podem ser colocados obstáculos ao curso da transição, bloqueando-a ou fazendo-a retornar a alguma forma de autoritarismo. A redemocratização, em contrapartida, implica o estabelecimento de instituições democráticas representativas,

descentralizadas e participativas:

[...] a cidadania, que nas chamadas democracias liberais se define apenas pelos direitos civis, numa democracia social real, ao contrário, amplia o sentido dos direitos, abrindo um campo de lutas populares pelos direitos econômicos e sociais, opondo-se aos interesses e privilégios da classe dominante. A democracia propicia uma cultura da cidadania. (CHAUI, 2016, p. 08).

E a autora continua o seu raciocínio, dizendo que, em uma “sociedade democrática, indivíduos e grupos organizam-se em associações, movimentos sociais e populares, classes se organizam em sindicatos e partidos, criando um poder social que, direta ou indiretamente, limita o poder do Estado” (CHAUI, 2016, p. 08). Em Angola, esse movimento surgiu como parte de um amplo movimento social que se valeu de “instrumentos para organizar a resistência coletiva, disputar de corações e mentes, portar o projeto de emancipação” (MIGUEL, 2019, p. 22).

O surgimento da série de protestos iniciados em Angola a partir de 2011 esteve relacionado à miséria sistemática de uma grande parte da população angolana, que aglutinava em sua maioria jovens. Do outro lado, havia, em todo o país, o enriquecimento ilícito de uma classe política e de suas famílias (indivíduos do partido no poder) que, até certo ponto, sobreviviam da acumulação primitiva do capital. A crise da economia mundial atingiu o país (com a queda do valor mundial de seu principal produto, o Petróleo) e os mais de 30 anos de autoritarismo de um único presidente no poder tornou-se um forte elemento para questionar a ausência de democracia de fato e a falta de respeito às liberdades individuais, principalmente a liberdade de expressão. Nas ruas, surgiram faixas, palavras de ordem com frases clamando por “democracia agora” e a “saída do Presidente José Eduardo dos Santos”, ao mesmo tempo em que grupos de jovens criaram mecanismos de protestos por meio do ativismo digital. Esses jovens passaram a ser denominados nas mídias sociais e nas redes sociais por “Revús”, tendo ocasionado processos de democratização (MARCON, 2019).

A seguir, conheceremos os protestos em prol da democratização em vários países africanos, com destaque para a Tunísia e o Egito, e a sua implicação e inspiração para a realidade angolana. Nessa parte do texto, pretendemos investigar o percurso histórico da emergência e desenvolvimento dos protestos pacíficos ou não violentos iniciados na Tunísia, com a autoimolação de Mohamed Bouazizi, e que se proliferaram rapidamente em outras partes do Médio Oriente, dando origem àquilo que ficou conhecido como a “Primavera Árabe”. Essas manifestações pacíficas que se estenderam em vários países da “África Negra” acabaram

impactando Angola, que deu o seu “grito da alvorada” com a manifestação do dia 07 de março de 2011. Pretendemos, nesse sentido, demonstrar como o movimento dos Revú, mais tarde conhecido como Movimento dos 15+2 (duas), foi criado e organizado, que causas foram defendidas, que veículos de mobilização e divulgação dos protestos foram utilizados durante a luta, que tratamento foi dado pelo estado autoritário e que resultados foram alcançados no âmbito da luta pela democratização.

3 PROTESTOS EMERGENTES: A EXIGÊNCIA DA DEMOCRATIZAÇÃO EM ÁFRICA

3.1 Os estudos sobre o Movimento Revolucionário “Revús”: uma aproximação ao “estado da questão”

A temática sobre o movimento dos 15+2 (duas) já foi de certo modo estudada, mas ainda requer mais abordagens. Em gesto de “mapeamento”, procuramos identificar e discutir a seguir alguns referenciais teóricos sobre os movimentos sociais em Angola e seus desdobramentos do Movimento Revolucionário “Revú” ao Movimento dos 15+2 (duas). Iniciamos e tomamos como ponto de partida o texto de Rodrigo de Souza Pain (2007), intitulado **A centralização política e sua influência no desenvolvimento da sociedade civil angolana**. O autor procura demonstrar que a população angolana sofreu com a exploração e a repressão do poder colonial português. Com o surgimento da independência, o povo vivenciou o regime de partido único, a falta de liberdade de expressão e a economia planificada trazida pelo movimento marxista-leninista na 1ª República. O excesso de centralização política e administrativa em Angola passou a ser o fator que dificultou a participação da sociedade civil e impediu a democratização do país. Em 1991, Angola adere às políticas democráticas, adotando o multipartidarismo, a economia de mercado e a liberdade de expressão. Nesse contexto, conhecido como 2ª República (para diferenciar da 1ª República de partido único), começam a surgir organizações no seio da sociedade e, ao longo da década, passam a ganhar voz e assumir trabalhos importantes na luta pelo desenvolvimento. Além disso, a sociedade civil angolana manifesta-se de várias maneiras e de forma significativa contrária à guerra entre o governo e a Unita. Não obstante, depois de tantos conflitos e instabilidades, a sociedade angolana ainda é observada como possuidora de uma cultura que não valoriza o diálogo, sendo a desconfiança um pilar importante nas relações entre pessoas e instituições. As dificuldades que essa sociedade enfrenta – principalmente no que diz respeito às restrições de sua atuação, à dificuldade de inserção na formulação de políticas públicas e ao desenvolvimento de parcerias junto ao governo – caracterizam a sociedade civil angolana.

Fortuna e Mukuta (2011), no texto cujo título é **Os Meandros das Manifestações em Angola**, ressaltam questões vinculativas ao processo das manifestações em Angola que visavam retirar o presidente José Eduardo dos Santos do poder, que governara o país a mais de 32 anos. Esse processo ficou marcado por

manifestações populares e, em relação ao estado, fomentou a lógica do terror para intimidar os jovens.

Branch e Mampilly (2015), com o artigo *Africa uprising: popular protest and political change*, faz uma interessante discussão sobre os protestos em África, destacando, inclusive, as ondas da primavera árabe. O autor começa por defender dois padrões de protesto da sociedade política: “protestos localizados” e “revoltas gerais”. Ambos irrompem de dentro da sociedade política, mas diferem de acordo com a forma como são capazes de superar a fragmentação interna da sociedade política para alcançar mobilizações de massa. Protestos localizados ocorrem quando círculos eleitorais específicos, organizados em torno de bairro, situação de moradia, ocupação, gênero, etnia, idade ou outros fatores, se mobilizam nas ruas para fazer exigências a um Estado que se mostra indiferente em trazer melhorias em suas condições de vida. Estes protestos localizados representam esforços para forçar o Estado a abordar uma demanda específica.

Para os autores, há quase uma década que muitas pessoas de todas as populações urbanas de África têm saído às ruas das suas cidades para exigir mudança através de protestos que absorvem várias dimensões. O protesto popular tem varrido o continente, irrompendo em dezenas de países: do Egito à África do Sul, da Etiópia ao Senegal e do Sudão a Angola (a partir da primeira manifestação de 2011). Esses manifestantes procuram transformar fundamentalmente a situação política e econômica de África e os protestos são apresentados como o desafio final ao capitalismo, uma rejeição da democracia liberal, uma revolta da “multidão”, o trabalho de jovens conhecedores das redes sociais ou uma explosão de classes médias frustradas. As contas mais hiperbólicas carecem de consciência da situação nacional e das histórias regionais fora do Ocidente, e nenhuma é imediatamente útil na compreensão da recente onda de protestos populares em África, que surgiu em resposta a uma situação distinta da conjuntura de desenvolvimentos econômicos, políticos e sociais.

A onda de protestos populares nos países africanos, do Norte e do Sul, do Leste e do Oeste, deve ser levada a sério olhando necessariamente para as questões endógenas. Isso significa olhar para o passado de África e para a sua própria história de protestos antes de olhar para os acontecimentos no restante do mundo, a fim de entender melhor a situação atual da onda de protestos do continente. As revoltas de hoje baseiam-se em uma história de protestos africanos que remonta à luta anticolonial, um legado que sobreviveu apesar de chances esmagadoras. As duas grandes ondas de protesto

anteriores – aquelas do final do período colonial e do final da década de 1980 para início da década de 1990 – precederam as mais importantes transformações políticas em todo o continente dos últimos cem anos. A primeira culminou com o fim do domínio colonial e a segunda marcou o fim de muitos estados militares e do partido único, estabelecendo governos multipartidários e democráticos em toda a África. Da mesma forma, a onda de protestos de hoje deveria encorajar-nos a perguntar que transformações políticas podem ser previstas. O protesto não deve ser visto como parte de uma luta perene de “o povo” contra a opressão política colonial, pós-colonial ou neocolonial. Protestos ocorrem em uma realidade social complicada e cheia de tensão, a qual é composta por forças cuja política interna é complexa, repleta de antagonismos e limitada por contradições. O protesto assume muitas formas e pode ter significados diferentes a depender de quem está envolvido, quais são as suas reivindicações e como se relacionam com outros grupos sociais e políticos. Em África, terá havido três ondas de protestos: os protestos anticoloniais do final da década de 1940 e década de 1950; os protestos anti-austeridade do final da década de 1980 e início da década de 1990 e a onda que se estende da Tunísia à África do Sul, como é o caso de Angola.

Blanes (2016), no artigo **A febre do arquivo: o efeito Benjamim e as revoluções angolanas**, olha para a situação dialética incorporada pela história e a memória em Angola frisando que a atual dinâmica política produz uma distinção entre arquivos hegemônicos e subalternos em confronto. Para o acadêmico, o arquivo subalterno do chamado movimento “Revú” cria uma epistemologia alternativa à narrativa oficial do regime angolano.

Barbeitos (2016), no artigo **Sociedade, Estado, sociedade civil, cidadão e identidade em Angola**, afirma que o regime colonial recusava ao dominado a mínima vantagem de uma sociedade civil. Essa realidade se estendeu para o contexto pós-colonial, em que o sistema soviético influenciou a construção de uma sociedade política que cerceava os direitos dos cidadãos. Por desgraça, tampouco os programas dos partidos do contrapoder ofereciam alternativas emancipadas e dignas, pois os maiores também eram fiéis ao modelo do partido único e à ditadura que dele advém. Como herança desse passado, prevaleceu entre nós uma série de duros obstáculos que se metem no caminho do esclarecimento do cidadão, ou seja, houve uma evolução pós-independência na qual se desenhou a manutenção de determinados parâmetros de cepa colonial.

Blanes (2019), no artigo *Austerity en route, from Lisbon to Luanda*, entende

que a história da África pós-independência é uma história de neocolonialismo e neoliberalismo – entendida aqui como a imposição externa de estratégias financeiras que perpetuaram um sentimento precário de soberania – bem como a narrativa da crise na maioria dos países africanos. No caso de Angola, o resultado da crise financeira vivida desde 2014 chegou inesperadamente depois de uma fase de prosperidade crescente que se seguiu após o fim da Guerra Civil em 2002. Alimentada pelo petróleo e pela economia diamantífera, o estado criou milionários na época, enquanto milhões de cidadãos viviam na indigência. Essa prosperidade não resultou em uma sensação generalizada de melhoria em todo o país, mas em um agravamento das desigualdades sociais. Essa situação fomentou uma contestação antigovernamental dos partidos políticos, sociedade civil e ativistas do movimento dos revús, sendo esse último a confluência de ativistas apartidários emergidos da crise econômico- financeira e das políticas de austeridade.

Blanes (2017), no artigo *The Current State of Anomie in Angola in Durkheimian Studies*, entende, sob o olhar da anomia de Durkheim, que o Movimento Revolucionário se engajou em “diagnósticos anômicos”, atuando como oposição ao atual regime do país. Os ativistas – de origens diversas e com trajetórias sociopolíticas diversas, como músicos de Hip-Hop, ativistas dos direitos humanos, advogados, estudantes do ensino secundário e universitário e professores angolanos – veem a anomia como o ponto de partida para uma proposta política progressista e produtora de rupturas contra o regime (entendido como o governo suportado pelo MPLA) que estava a “definhando-se de podre” diante da degeneração política, social e cultural que levou, entre outras coisas, à pobreza extrema, à desigualdade, à corrupção sistêmica, conformidade, autocensura e cultura do medo imposta pelo regime autoritário. O autor entende que esses jovens angolanos, influenciados pelos protestos da Primavera Árabe do norte da África, começaram a estabelecer redes e a colaborar na prossecução de uma série de estratégias de protesto, incluindo debates, comícios e performances de protesto, para conscientizar e aumentar a exposição na mídia. Apesar de suas origens diversas e pontos de vista políticos heterogêneos, eles encontraram uma causa comum ao fazer protestos partilhados contra a narrativa oficial do regime. O coletivo lutou por mudanças políticas na direção de uma democracia genuína, governação justa e uma distribuição equitativa da riqueza (Blanes, 2016). O conceito durkheimiano de anomia é tratado no texto como sinônimo de afro pessimismo ou falta de esperança enquanto argumento conformista e fatalista contra o progresso, a criatividade e a inovação derivadas de uma narrativa neocolonialista,

construída pelos regimes autoritários africanos. Os jovens do movimento dos “Revú” acabam tomando visões políticas e ideológicas antipessimistas, reivindicando mais direitos dentro do espaço democrático enquanto lutam pela “Nova Angola” (fora da lógica instituída pelo regime).

Blanes (2021), no artigo *The optimistic utopia: sacrifice and expectations of political transformation in the Angolan Revolutionary Movement*, apresenta uma análise panorâmica sobre o comportamento dos jovens ativistas que se auto sacrificam em nome dos interesses coletivos, mesmo quando são submetidos à brutalidade policial, prisão e discriminação social. O autor toma o exemplo de Adolfo Campos, com o qual ele dialoga afirmando que “seu próprio corpo era uma ilustração visual desta história: cicatrizes no crânio, falta de dentes e dores persistentes nas costas” (Ibidem: 05). Ao invés de se vitimizarem, eles atuam enquanto pessoas bem-humoradas, otimistas e protagonistas que se propõem a fabricar algo novo. Os Revús cultivaram uma postura proativa que desafiava o estado atual das coisas e abria novos futuros a partir, inclusive, do movimento dos 15+2 (duas), ocorrido a partir do ano de 2015. A utopia se revela na procura por uma solução social e ruptura política com um presente específico e uma projeção hegemônica do futuro em Angola, promovendo uma mudança abrangente na ‘cultura’ e na ‘mentalidade’ a partir dos princípios de justiça, solidariedade e igualitarismo. Essa utopia para muitos Revús se aplicava na condição da mudança da liderança com a saída do presidente José Eduardo dos Santos do poder desde 1979.

Blanes e Samussuku (2022), que escreveram o artigo *Afro-Autarky Onjangos and Utopias of Contemporary Angolan Activism*, examinam a dimensão Contemporânea do ativismo, os movimentos sociais, suas utopias e a sua relevância para a cidadania e governança. O texto foca no debate em torno da implementação das autarquias, um movimento que emergiu após a soltura dos 15+2 (duas), e na tomada do poder pelo presidente João Manuel Gonçalves Lourenço em 2017 logo na sua investidura.

Entre os seus protagonistas, destaca-se Hitler Tchissonde Samussuku, José Gomes Hata e Fernando Sakuayela Gomes, responsáveis por discutir e construir o “Projeto AGIR” no município de Cacuaco. Esse movimento local e idealizado para ações comunitárias tinha como objetivo melhorar as condições de vida dos seus moradores através de iniciativas como bibliotecas, solidariedade, campanhas de cidadania e debates comunitários. O Projeto AGIR, mais tarde, somou-se a outros movimentos, como a PLACA (Plataforma Cazenga em Ação), LDM (Libertadores de

Mentes-Cazenga), MUDAR (Viana), PIKK (Plataforma de Intervenção - Kilamba Kiaxi) e NBA (Núcleo de Boas Ações - Benfica), Okulinga (Matala, Huíla), Kintwadi (Uíge), Lauleno (Moxico), MRB (Lobito) e Balumukeno (Malanje). Tais projetos emergem como uma espécie de segunda onda de ativismo após o processo 15+2 (duas) e desenharam novas formas de luta contra o estado autoritário, em um processo bem articulado que envolvia estatutos, liderança, sede e no qual os membros desempenharam papéis importantes que estimulavam a democracia participativa. Até 2015, o movimento dos Revú operava a partir de mobilizações não formais ou institucionais que se concretizavam em manifestações contra o regime. Era uma confluência de um grupo heterogêneo de pessoas que era composto por estudantes, professores, artistas de hip-hop, jornalistas e advogados sem liderança ou regência estatutária. No ano de 2018 a 2020, fundaram o Movimento Jovens pelas Autarquias enquanto plataforma interessada na implementação das autarquias, construindo aquilo que o autor irá chamar de Afro autarquia – que seria uma espécie de Reconstituição do poder popular presente na luta anticolonial, porém sequestrado pelo MPLA – (BLANES, 2022).

Susan Aparecida de Oliveira (2015), pesquisadora brasileira que trabalhou em sua dissertação sobre a distinção entre a política da memória pública, de caráter oficial, e a política da memória coletiva, de caráter popular, escreveu textos importantes para compreensão da emergência do movimento “Revú”. No texto **O rap e o ativismo pelos direitos humanos em Angola**, a autora destacou que, em 2013, esses jovens ficaram conhecidos como fundadores do Movimento Revolucionário Angolano (MRA) e fazem parte da geração que soma a herança de duas guerras, a independência (1961-1974) e a Civil (1975-2002), vivendo um período recente de paz e, ao mesmo tempo, percebendo o que restou do projeto de nação após esses conflitos. Eles são os descendentes dos revolucionários que dedicaram suas vidas à luta pela independência que culminou no atual regime (o qual se anunciava democrático, mas demonstrou o contrário ao longo dos anos). Hoje, essa geração mais jovem enfrenta, sem perspectivas, as mazelas de um país capitalista e profundamente desigual que próspera economicamente e cultiva, a despeito disso, um caos social decorrente da falta de políticas públicas em vários setores – como saúde, educação, habitação, saneamento básico, geração de empregos – e do ataque sistemático aos direitos humanos, promovido pelo atual governo de José Eduardo dos Santos, que assumiu o poder em 1979 e sucedeu Agostinho Neto (1974-1979) (OLIVEIRA, 2015).

É de suma importância a dissertação de Manuel Zangado Cavela, cujo título é

Participação e ativismo político nos estudantes angolanos do Ensino Superior, em que o autor defende que as formas mais usadas de participação política e até cívicas passam para além da dimensão do voto eleitoral, seguindo por via das manifestações/protestos pacíficos definidos pela constituição. No dia 7 de março de 2011, houve uma tentativa de manifestação antigovernamental na Praça da Independência, em Luanda, convocada anonimamente por um desconhecido do Movimento Revolucionário do Povo Lutador de Angola (MRPLA) e assinada com o pseudónimo Agostinho Jonas Roberto dos Santos. No dia do evento, a Polícia Nacional (PN) deteve 12 cidadãos, incluindo o rapper Luaty Beirão e a jornalista Ana Margoso, do Novo Jornal. Sucederam-se outras manifestações e protestos, como, por exemplo, a de 22 de abril, 3 de setembro e 3 de dezembro do mesmo ano, mas essas foram reprimidas com o desdobramento de fortes dispositivos policiais, forças de segurança e milícias pró-governamentais, dispersando violentamente manifestações contra o presidente José Eduardo dos Santos, forçando o cancelamento de algumas manifestações previstas para esses dias entre Luanda, Bengo e Huíla (CAVELA, 2017).

Domingos da Cruz, um dos membros do movimento dos 15 + 2, escreveu a obra **Ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura: filosofia política da libertação para Angola**. O autor, ao observar a evolução do movimento contestatário que vinha ocorrendo desde o ano de 2011 em Angola e com forte influência da Primavera Árabe, recomenda avançar em uma luta não violenta, apoiando-se nas teorias de Gene Sharp e aprendendo com grandes líderes, como o são Mahatma Ghandi e Martin Luther King. Nesse sentido, o autor questiona se é realista desencadear o desafio político ou a desobediência civil frente a um regime feroz, selvagem e delinquente? Sim! Mas não é fácil e nem sequer deve ser em um piscar de olhos. A luta contra a ditadura deverá durar anos. Os democratas pacíficos deverão cultivar uma ética da libertação em que a paciência, a inteligência e os planejamentos são fundamentais para destruir a ditadura paulatinamente e, no momento exato, levar a cabo um movimento das massas populares de grandes proporções (CRUZ, 2015).

Nuno Álvaro Dala (2016), outro dos membros do movimento dos 15 + 2, escreveu a obra **O Pensamento Político dos Jovens Revús - Discurso e Ação**, na qual aglutina a visão política dos jovens ativistas em relação a Angola e o mundo. A obra faz uma revisão histórica dos acontecimentos e explica como são as manifestações em Angola, dando destaque ao período compreendido entre os anos de 2011 a junho de 2015, quando aconteceu a detenção injusta e autoritária dos jovens do movimento 15 +

2.

Luaty Beirão, que também é um dos membros do grupo dos 15+2 (duas), escreve as suas memórias sobre o evento no seguinte título: **Sou mais livre: diário de um preso político angolano**. Em nota prévia, o autor deixa antever que foi detido no dia 20 de junho de 2015. Uma cena tirada de um filme que cruza ação e comédia *low budget*, envolvendo um contingente de mais de 10 veículos policiais, acima de 50 homens, a rua fechada ao trânsito, pistolas e câmeras de filmar, mas sem algemas suficientes, sem conseguir manter as coisas de cada uma separada e bem identificadas e, extremamente grave, sem a exibição de mandado de captura ou sequer a leitura de direitos no ato de detenção. Depois de ultrapassada a fanfarra intimidatória e a tortura psicológica inicial, de se fechar o primeiro portão metálico por trás dele, começou o longo processo de reclusão que viria a durar pouco mais de um ano com um intervalo de 3 meses em prisão domiciliária e uma greve de fome de 36 dias (BEIRÃO, 2016).

Sedrick de Carvalho (2021), um dos membros do movimento dos 15 + 2, escreveu a obra **Prisão Política**, que relata sobre o início do processo que se inicia em 20 de junho de 2015 na Vila Alice (Luanda) quando um grupo de jovens se encontrou no ILULA para realizar uma leitura coletiva da obra **Da Ditadura à Democracia**, de Gene Sharp. Esses jovens foram violentamente presos por uma força especial de intervenção rápida do Serviço de Investigação Criminal (SIC) e, mais tarde, assistiram a um bizarro julgamento no qual foram acusados de terrorismo. Sofreram uma prisão prolongada até 29 de junho de 2016, data em que foram libertados por ordem do Tribunal Supremo.

Todavia, há outras fontes que registaram o movimento dos 15+2 (duas) por meio de atas, acórdãos e relatórios em posse de advogados, tribunais e os membros do processo, dando a conhecer os meandros dos acontecimentos. Portanto, são documentos produzidos pelo tribunal, pelos advogados e pela mídia pública e privada, tendo sido recuperados como caráter de memória histórica documental. Outrossim, tornou-se importante a localização de reportagens a canais jornalísticos de divulgação material ou online, públicos e privados, que acompanharam e divulgaram o movimento em estudo, entre os quais, destacam-se: Club K- Notícias Imparciais de Angola; África- DW; Central Angola e Observatório - Notícias, opinião, especiais e explicadores. Esses jornais foram importantes na divulgação de notícias sobre o processo do movimento dos 15+2 (duas), permitindo-nos compreender que as informações veiculadas entre os anos de 2011 a 2019 promoveram a construção de memórias cujos marcos sociais estavam em uma dicotomia, pois uns defendiam o regime do presidente José Eduardo

dos Santos e, outros, os jovens “Revú”.

A seguir, abordaremos sobre a “Primavera Árabe”, um acontecimento que remonta aos anos de 2010 e que atravessou os processos contestatórios em Angola. A recuperação desse evento serve para compreender como a morte de um jovem na Tunísia foi fundamental para iniciar atos de protestos que derrubaram presidentes autoritários e ditadores que tinham longevidade no poder em regiões como o norte da África, Médio Oriente, a “África Negra” e, particularmente, Angola.

3.2 As implicações da “Primavera Árabe” nos protestos angolanos

O conceito “Primavera Árabe” emergiu de um contexto de protestos que visou derrubar regimes longevos na região do Norte de África e no Médio Oriente. Todavia, não há consenso na utilização do termo para remeter todos os povos dessa região a uma dimensão identitária árabe sem ter em conta a diversidade cultural que a região apresenta. Daí voltarmos a utilizar a ideia de Said (2003), que vê nisso o repescar do “orientalismo” como uma visão de inferiorização ou subalternização dos povos dessa região, tal qual acontecia no contexto colonial e, hoje, no mundo ocidental. Como diz o especialista Samir Amin (2010, p. 221), “quando se trata do *mundo árabe*, é sempre perigoso generalizar, ignorando a diversidade das condições objetivas que caracterizam cada um dos países deste mundo”. Destarte, talvez a isso se conjugue a visão de que foi a imprensa ocidental, por meio do jornal de Samuel Huntington, que utilizou o termo para se referir a guerra EUA-Iraque em 2005. Com o tempo, a “Primavera Árabe” passou a se referir às manifestações ocorridas nessa região do mundo, levando ao descambar de vários governos longevos e autoritários. “A diferença entre revolta e protestos regulares exigindo reformas é captado sucintamente no slogan popular do Revoltas da Primavera Árabe: *ash-shaʿyb yurýd isqÿy an-niyyim*, ‘o povo quer a queda do regime’” (RUTLEDGE, 2024, p. 1).

A par dessa discussão, elementos comuns entre os países podem ser localizados no tempo e no espaço como principais vetores para a combustão revolucionária ou reformadora que se seguiu. Para Matta, a emergência da Primavera Árabe está ligada às seguintes razões objetivas:

A vasta maioria dos países árabes combinava duas características: a primeira, é que eles eram Estados rentistas, ou seja, países onde as rendas (derivadas de recursos naturais ou de funções estratégicas) constituíam uma parte considerável das verbas do Estado. A segunda, é que eles também eram Estados que estavam pendendo para uma posição ‘patrimonial’ ou

‘neopatrimonialista’, onde a maior peculiaridade era a existência de um núcleo de Estados *patrimoniais*, ou seja, Estados que eram ‘propriedade’ de um grupo dominante que o utilizava para seus interesses e propósitos, diferente do ‘Estado moderno’ onde os grupos dominantes nada mais eram do que funcionários públicos. (MATTA, 2016, p. 11).

A situação levantada por Matta pode ser desenvolvida se tivermos em conta que a emergência desse movimento foi ocasionada: pela desigualdade e elevado desemprego; pelo aumento da juventude e urbanização; pelo estado fraco ou estrutura instável; pela proliferação da Internet e das redes sociais; pelo Islamismo e sectarismo; e pela dependência das economias da riqueza petrolífera. As explicações econômicas das revoltas tendem a assumir a forma de dois quadros básicos. O primeiro deles é um tipo mais amplo de narrativa que enfoca o papel de fatores como a desigualdade de rendimentos e o desemprego e as ramificações de programas de privatização e ajustamento estrutural pós-Guerra Fria, que vão desde a década de 1980 até a década de 2000. A outra explicação centra-se mais estritamente no papel das rendas do petróleo e no modelo “petroestado”, comparando os resultados dos países árabes com economias fortemente dependentes das exportações de energia com os resultados de países que têm pouca ou nenhuma energia. As explicações que surgem em termos de estruturas políticas podem ser muito mais diversificadas e detalhadas. Alguns centram-se no tipo de regime – repúblicas árabes versus monarquias – bem como repúblicas quase monárquicas, nas quais o poder autocrático passou para o filho ou foi planejado fazê-lo. Alguns explicam as revoltas em termos de inclusão política e pluralismo, se o estado tinha um eleito a partir de um número significativo de posições – se havia uma sociedade civil ativa – ou se havia um grupo religioso ou étnico privado de direitos no país e ressentido com os privilégios do grupo dominante (RUTLEDGE, 2024).

Obviamente, esse movimento contestatário, iniciado na Tunísia no dia 17 de dezembro de 2010, acabou se proliferando pelo Norte da África, Médio Oriente e África Subsariana. Os acontecimentos (protestos) acoplavam causas de índole social e, no caso da Tunísia e Egito, apoiados pelo exército, foram causados por fatores demográficos estruturais, como as condições de vida duras promovidas pelo desemprego, forte violação dos direitos humanos, regimes corruptos e autoritários que asfixiavam a oposição política. Ainda nesta senda, Quitunga diz o seguinte:

Politicamente, a situação foi se degradando há décadas criando condições propícias para uma revolta popular. Quer na Tunísia como no Egito, os manifestantes exigiam a queda dos regimes. Em Marrocos e na Argélia exigia-se maior abertura política. Os problemas que motivaram a ira pública no Norte de África são razões conhecidas – restrições das liberdades civis, corrupção,

aumento das disparidades na distribuição da riqueza, impunidade política e eleições fraudulentas. (QUITUNGA, 2015, p.51).

Ao quadro descrito acima, pode ser anelado o fato de o Egito, por exemplo, nas circunstâncias coetâneas dos acontecimentos, ser um país cujas taxas de desemprego eram alarmantes. Aqueles que originaram e desempenharam o papel proativo nos protestos foram principalmente jovens desempregados com instrução superior. Com efeito, enquanto a taxa de desemprego na Tunísia era de 13,1%, ela chegava a 21,1% entre os jovens com diploma universitário. Essa mistura de educação com falta de oportunidades foi um terreno fértil para a revolta tanto na Tunísia como em todos os outros países árabes (CASTELLS, 2013). Cerca de 90% dos desempregados em todo país eram jovens na faixa etária dos 15 aos 30 anos. Em meio a essa realidade, havia uma juventude mais instruída em termos universitários e mais intrépida em participar da gestão pública comparativamente aos seus pais, cujas vidas ficaram marcadas pelo silenciamento, assassinatos, perseguições políticas, prisões injustificadas, tortura, exílio, suicídio ou colaboração nos atos hediondos do estado. Todavia, apesar de terem boa educação, passaram a pertencer a uma geração mais frustrada, anestesiada e oprimida pelo regime de Mubarak por cerca de trinta anos. Outro aspeto que deve ser destacado é a longevidade destes regimes (QUITUNGA, 2015).

Quer na Tunísia (Zine El Abidine Ben Ali, 1987-2011), no Egito (Muhammad Hosni Said Mubarak 1981-2011), na Líbia (Muammar Al-Gaddafi, 1969-2011) ou no Iêmen (Ali Abdullah Saleh, 1990-2012), os presidentes estavam há mais de 30 anos no poder, com exceção de Ben Ali na Tunísia que estava há 23 anos. Esses governos estavam caducos e administravam o poder político com cortes da liberdade, da igualdade de gênero e por meio do monopólio da força e da coerção. Na Tunísia, Egito, Líbia e Iêmen, os presidentes foram depostos depois de várias semanas de protestos.

No contexto em que se estava a criar as condições para as grandes manifestações, vários são os fatores que conduziram a processos de mobilização, incentivos e suporte. Aqui merece destaque os meios de comunicação que foram imperiosos na disseminação e fortalecimento das manifestações populares. Para Matta (2016), as “primaveras” seriam resultado de uma mutação política e cultural nascida a partir de uma nova geração que estaria conectada a uma cultura global, graças às novas tecnologias de informação e comunicação. Isso diz respeito a emergência de uma classe média bastante jovem que fazia uso das redes sociais através do uso do *Twitter* e o *Facebook*. Sobre isso, Quitunga diz que “as demonstrações são largamente conduzidas por cidadãos jovens, usam telefones celulares e redes sociais para contornar o controlo estatal. Não há lideranças visíveis nesses movimentos. Usam os mesmos slogans e

táticas tal como os cidadãos árabes em outros países, aprendem do sucesso dos movimentos revolucionários de outros países árabes” (QUITUNGA, 2015, p. 52).

Ao abordar as Mídias Tradicionais, é imperioso destacar a propagação da televisão via satélite e o surgimento de redes de notícias de países árabes, como o portal Al Jazeera, fundado em 1996. A sua atuação foi objeto de controvérsia política durante a “Primavera Árabe” por conta da divulgação das ações dos manifestantes. Portanto, esses meios de comunicação foram superados pelas chamadas Novas Mídias que estavam intrinsecamente ligadas a espaços transfronteiriços que conectavam povos da região do Norte da África e do Médio Oriente (RAMOS, 2015). Essas revoltas cada vez mais livres se espalharam pela internet a despeito da censura e da repressão, encontrando um aliado poderoso na televisão por satélite fora do controle governamental, em particular na Al Jazeera. Houve uma relação simbólica entre jornalistas, cidadãos utilizavam seus celulares para carregar imagens ou informações no YouTube e a Al Jazeera usava desses dados para transmitir a população geral (40% dos tunisianos de áreas urbanas assistiam aos programas, enquanto a televisão oficial tinha sido reduzida a uma primitiva ferramenta de propaganda). A Al Jazeera chegou ao ponto de desenvolver um programa de comunicação para permitir que celulares fossem diretamente conectados a seus satélites sem necessidade de equipamentos sofisticados (CASTELLS, 2013).

De acordo com o relatório da *Dubai School of Government* (2011), durante o período dos protestos, houve um crescimento no número de usuários do *Facebook* em todos os países do mundo árabe, com exceção da Líbia devido a cortes de internet. Destacam-se o Egito e o Iêmen com 29% e 47%, respetivamente. Na Tunísia, o crescimento foi de 17%. No período de 1 de janeiro a 30 de março de 2011, houve igualmente aumento na taxa de crescimento de usuários do *Twitter*. O número de vezes twittado foi de 22.750.000, o que equivale a 252.000 twittes por dia ou 175 twittes por minuto. Os países com maiores indicadores de aumento foram o Egito, a Tunísia, o Bahrein e a Arábia Saudita. O número de usuários do *Facebook* no mundo árabe cresceu de 14,8 milhões para 27,7 milhões no período de um ano, entre fevereiro de 2010 e 2011. Muitos manifestantes, a maioria dos egípcios e tunisinos, ao serem inquiridos sobre como obtinham as informações durante os protestos, afirmavam que o faziam através das redes sociais *Facebook*, *Twitter* e outros blogs, atingindo uma cifra acima dos 84% a 90%. A rádio, jornal e televisão privada vinham em segundo lugar. Só 36% na Tunísia e 40% no Egito é que admitiram terem obtido a informação através dos órgãos de informação estatal. A organização dos movimentos civis, a difusão da informação e a organização de ativistas e suas ações aconteceram graças à contribuição das redes sociais, estando na ordem dos 30% (QUITUNGA, 2015). Estes meios foram uteis pelo facto de milhões de pessoas terem sido mobilizadas a

saírem às ruas exigindo dignidade, democracia e justiça social, tendo ocorrido na Tunísia, Egito, Líbia, Iêmen e Síria transformando as dinâmicas políticas e sociais de toda uma região.

Um outro elemento digno de realce foi o surgimento de uma classe operária relativamente sofisticada cujo sindicalismo serviu de suporte a luta em alguns países como a Tunísia. Para Gilbert Achcar, em uma entrevista cedida a Nada Matta,

A UGTT (do acrônimo francês de Sindicato Geral dos Trabalhadores Tunisianos) é uma considerável organização e que desempenhou um papel central na história social e política do país. Entre os seus organizadores há muitas pessoas de esquerda. A UGTT foi a grande organizadora dos levantes na Tunísia assim que tudo começou a ocorrer. Sem ela, o movimento nunca teria conseguido a vitória que teve num período tão curto de menos de um mês. Sob a pressão de alguns de suas ramificações, tais como o sindicato dos professores, a UGTT se envolveu na organização do movimento e proveu a ele um forte ímpeto. Suas ramificações locais também tiveram um importante papel nas regiões onde as insurreições começaram a se espalhar e elas seguiram pressionando a liderança da UGTT a entrar na briga. A UGTT começou a organizar greves gerais itinerantes, numa região após a outra. O dia que Ben Ali fugiu da Tunísia, em 14 de janeiro de 2011, é o dia em que a greve geral havia chegado até a capital. Então, a UGTT era, de facto, a grande organizadora das revoltas na Tunísia. (Entrevista com Gilbert Achcar cedida a Matta, 2016, p. 12).

Portanto, “na Tunísia entre essas organizações destacamos o Movimento Sindicalista, a UGTT, a *Ligue Tunisienne des Droits de l’Homme* (LTDH), O *Comité National des Libertés en Tunisie* (CNLT), que eram semi-independentes ou que desempenhavam um papel semiclandestino” (QUITUNGA, 2015, p.53). Claramente, a UGTT lida com as lutas básicas da economia, mas não estão almejando mudar a natureza classista do poder. E é por isso que ela busca compromissos com os patrões e com o Estado e, também, que ela teve um papel conciliador diante de duas fações contrarrevolucionárias do país – o antigo regime e o movimento islâmico – ao invés de lutar contra ambas por uma mudança social radical. No caso do Egito, houve o envolvimento de cerca de 24.000 trabalhadores têxteis de El-Mahalla El-Kubra que foram a vanguarda da luta de classes egípcias antes dos levantes até os dias de hoje. Em cada momento crucial, eles estão sempre na linha de frente (ACHCAR, 2016). As greves operárias de 2007 (as mais fortes do continente africano desde os últimos 50 anos), a resistência obstinada dos pequenos camponeses ameaçados de expropriação pelo capitalismo agrário e a formação de círculos de protesto democrático nas classes médias (os movimentos Kefaya e do 6 de abril) anunciavam a inevitável explosão (AMIN, 2010).

Esse tipo de argumentação defendida por Achcar (2016) e Amin (2010) olham para aquilo que ocorreu com a “Primavera Árabe” dentro da lógica da luta de classe, reservando-os

as pautas de esquerda. Por isso, mancomunam que a existência da UGTT, enquanto sindicato dos trabalhadores operários, passou a ser um dos fatores que permitiu que os eventos tomassem um diferente rumo na Tunísia – acrescidos do fato de que não há no país uma tradição de governos militares: a Tunísia era um Estado policial sob o governo de Ben Ali, mas não uma ditadura militar (ACHCAR, 2016). Esse movimento gigantesco do povo egípcio associa os seguintes ativos no dizer de Amin (2010, p. 228): “os jovens repolitizados pela sua própria vontade e em formas modernas que inventaram, as forças da esquerda radical e aqueles reunidos pelas classes médias democratas. Os protestos tinham produzido mobilizações gigantescas, em torno de 15 milhões de manifestantes”.

Essa visão não é assegurada de forma perentória por Castells (2013) ao afirmar que, em qualquer caso, há provas suficientes para refutar a teoria de Marx de uma maior probabilidade (ou mais precisamente a sua previsão definitiva) de revolução nos países industrialmente mais avançados. As revoluções do século XX ocorreram predominantemente em sociedades agrícolas atrasadas (ou em sociedades parcialmente modernizadas). Assim, outros atores alargam o perfil dos participantes dos protestos, trazendo a dimensão da diversidade na luta contra o estado autoritário. Para Lopes (2013), os participantes eram incomuns: pobres urbanos, trabalhadores sindicalizados, membros existentes dos partidos da oposição, radicais Islamistas ou minorias sociais. Eles eram de classe média, educados e jovens subempregados, relativamente sem liderança e conhecedores de tecnologia. Eram homens e mulheres que assumiram papéis importantes na liderança.

Apesar de haver um significativo movimento de trabalhadores sindicalizados quando o movimento atingiu o seu ponto mais alto, várias críticas foram lançadas às suas lideranças de sindicatos, como a *Union Générale Tunisienne du Travail* (UGTT), que tinha sido deslegitimada por sua profunda conexão com o regime (em particular, o secretário-geral Abdeslem Jrad). Portanto, os quadros da base e de nível intermediário aproveitaram o ensejo para verbalizar suas demandas e desencadearam uma série de greves que contribuíram para fazer com que as autoridades perdessem o controle do país. Os partidos políticos de oposição foram ignorados pelos ativistas e não tiveram presença organizada na revolta. Os manifestantes geraram espontaneamente sua própria liderança (CASTELLS, 2013). E autores como Howard e Hussain (2013, p. 48) defenderam que esses não eram “movimentos marxistas ou islâmicos e, embora houvesse uma grande diversidade nas expectativas sobre o que poderia ser a democracia, havia uma fadiga partilhada com o regime autoritário”.

Uma interessante nota sobre esse movimento é que embora não tivessem líderes, os membros conseguiram se organizar de modo informal com a presença de pessoas que cuidavam

da logística e aplicavam regras de participação nos debates da praça. As discussões tinham de ser educadas, respeitadas e sem gritarias e todos tinham direito de expressar sua opinião, mas sem longos discursos, de modo a garantir tempo suficiente para que todos pudessem exercer a recém obtida liberdade de expressão. Uma discreta rede de vigilância, organizada pelos próprios manifestantes, garantia que as regras fossem respeitadas. A mesma organização informal protegia os acampamentos da violência e da provocação, fosse de fora ou de dentro (CASTELLS, 2013).

Assim, em 17 de dezembro de 2010, o vendedor de legumes Mohammed Bouazizi incendiou o seu próprio corpo, na pequena cidade de Sidi Bouzid. Ao ato de desespero deste jovem cidadão tunisino seguiram-se os primeiros protestos em massa contra Ben Ali, na altura presidente.

Tudo começou num lugar totalmente inesperado, em Sidi Bouzid, uma cidadezinha de 40000 habitantes na empobrecida região central da Tunísia, ao sul de Túnis. O nome de Mohamed Bouazizi, vendedor ambulante de 26 anos, agora está gravado na história como o daquela que mudou o destino do mundo árabe. Sua autoimolação a fogo às 11 e 30 da manhã de 17 de dezembro de 2010, diante de um prédio do governo, foi seu último grito de protesto contra a humilhação que era para ele o repetido confisco de sua banca de frutas e verduras pela polícia local virgula depois dele recusar-se a pagar propina. O primo de Mohamed, Ali, registrou o protesto e distribuiu vídeo pela internet. Houve outros suicídios e tentativas de suicídio simbólicos que alimentam a ira e estimularam a coragem da Juventude. (CASTELLS, 2013, p. 24-25).

Os policiais corruptos que passavam reiteradamente pela bancada de Mohamed Bouazizi tinham o hábito de confiscar os legumes do jovem tunisiano. Nas últimas ocasiões em que tinha sido apreendido, apenas foi liberado mediante pagamento de propina. Ao tentar reaver novamente os itens, o vendedor teria recebido um tapa no rosto, dado por uma agente, que, além da agressão física, utilizou frases para humilhar o pai do tunisiano, morto quanto Bouazizi tinha três anos (RAMOS, 2015). Depois da morte desse jovem, constituiu-se um movimento de protesto que defendia o afastamento de todo o pessoal do comando do regime, exigindo Liberdade política e de imprensa e pedindo eleições verdadeiramente democráticas, sob nova lei eleitoral. Eles gritavam as seguintes palavras de ordem: degage! degage! (fora) para todos os poderes constituídos: políticos corruptos, especuladores financeiros, policiais violentos e mídia subserviente. A difusão em vídeo dos protestos e da violência policial pela internet foi acompanhada de uma convocação para uma ação nas ruas e praças das cidades de todo o país, iniciada nas províncias centro ocidentais e, depois, atingindo a própria Túnis. A conexão propiciada pela comunicação livre no Facebook, Youtube e Twitter e a ocupação do espaço

urbano pelos manifestantes criou um espaço público híbrido, no qual formaram-se comboios de solidariedade com centenas de carros convergindo para a capital (CASLTELLES, 2013).

A crônica de Bouazizi, a culminar com a sua autoimolação, provê uma narrativa poderosa para a identificação da coletividade com o indivíduo vitimado, cujo sacrifício serviu de faísca aos levantes iniciais. Mais intensamente do que na Tunísia, percebe-se no Egito um dos principais exemplos de identificação da coletividade: a morte do blogueiro Khaled Said após ser espancado por dois policiais por publicar na internet um vídeo com evidências de suborno de agentes estatais de segurança. Tal acontecimento levou à criação do movimento “Somos todos Khaled Said” (Ramos, 2015, p. 8) e a queda de Ben Ali em Túnis dá forte impulso às manifestações contra Mubarak no Cairo. O declínio de Ben Ali na Tunísia tornou-se um ponto de viragem fundamental no efeito “bola de neve” das reivindicações de outros países da região e Quitunga (2015, p.57) realça que “seguiram-se a ela vários protestos em diferentes países do Norte de África e do Golfo: no Egito, Argélia, Líbia e Marrocos, na Arábia Saudita, no Iêmen, no Bahrein, na Síria, no Kuwait, na Jordânia e no Líbano”.

Portanto, os acontecimentos no Egito, por sua vez, impulsionaram sobremaneira os protestos em outros países, dada sua maior projeção geopolítica se comparada à Tunísia. Organizando os eventos de forma cronológica, os protestos começaram na Tunísia em dezembro de 2010; 28 de dezembro do mesmo ano na Argélia; 13 de janeiro de 2011 na Líbia; 14 de janeiro na Jordânia; 17 de janeiro em Mauritânia; 17 de janeiro em Omã; 18 de Janeiro em Iêmen; 21 de Janeiro na Arábia Saudita; 24 de Janeiro no Líbano; 25 de janeiro no Egito; 26 de janeiro na Síria e 30 de janeiro em Marrocos. Em fevereiro, os manifestantes também saíram as ruas no Iraque, Djibuti, Bahrein e Kuwait. De acordo com Samir Amin (2010, p. 228), as manifestações no Egito tiveram os seguintes objetivos:

Os jovens e a esquerda radical apontam três objetivos comuns: a restauração da democracia (o fim do regime militar e policial), a aplicação de uma nova política econômica e social favorável às classes populares (a rutura com a submissão às exigências do liberalismo globalizado) e uma política internacional independente (a rutura com a submissão às exigências da hegemonia dos Estados Unidos e do desdobramento do seu controle militar sobre o planeta).

Como consequência, esses episódios tiveram repercussões em várias paragens do continente africano, fazendo emergir uma espécie de Primavera Negra. Como nos diz Ramos (2015, p. 8):

[...] episódios como a queda de Ben Ali na Tunísia, ou como a morte de Gaddafi na Líbia, furta dos governantes a ‘aura de intangibilidade’ construída

ao longo dos anos e simultaneamente informa às sociedades vizinhas da possibilidade efetiva de conquistas políticas por meio da manifestação civil.

Foi assim que outros acontecimentos ocorreram, sobretudo na região da África Subsaariana. Como descreve Quitunga (2015, p. 60):

Mauritânia: Yakoub Ould Khatry imolou-se pelo fogo junto aos portões do palácio presidencial pouco depois da queda do Presidente Tunisino Zine El Abidine Ben Ali; Burkina Faso: Entre abril e junho eclodiu uma série de protestos com slogans como “a Tunísia em Kougaudou” e o “Burkina terá o seu Egípto”.; Gabão: Em janeiro, a polícia dispersou protestos em Libreville nos quais os manifestantes carregavam cartazes que diziam Na Tunísia, Ben Ali saiu. No Gabão, fora com [o presidente] Ali Ben; Uganda: Durante as eleições nacionais em Fevereiro de 2011 a Comissão de Comunicação Ugandesa deu ordem aos operadores móveis para interceptarem e bloquearem as mensagens SMS contendo as seguintes palavras “Egípto”, “Tunísia”, “Mubarak”, “Ditador”, “Ben Ali” e “Poder do Povo”; Malawi: Durante uma greve nacional em Setembro de 2011, um dos principais activistas da sociedade civil disse aos jornalistas: A Primavera Árabe foi uma grande inspiração para nós.

Os protestos produziram em alguns países bons resultados e, nesse sentido, é de bom tom recordar os derrubes do presidente da Tunísia, Zine El Abidine Ben Ali – que fugiu para a Arábia Saudita em 14 de Janeiro de 2011 na sequência dos protestos revolucionários tunisinos e que ficariam reconhecidos como a **Revolução de Jasmim** –, do presidente do Egito, Hosni Mubarak – em 11 de Fevereiro de 2011 na sequência de 18 dias de protestos em massa na celebrada Praça Tahrir, (Praça da Libertação), também reconhecidos por *Revolução da Juventude*, finalizando um mandato de 30 anos do déspota egípcio – e do presidente da Líbia Muammar al-Kadhafi – com a **Revolução Líbia**, iniciada em 13 de fevereiro de 2011 e finalizada com a morte de Kadhafi em 20 de outubro, dando fim a 42 anos da “Revolução Verde” *kadhafiana*. (LUAMBA, 2017).

Não foi só no norte do continente que o fenómeno foi acompanhado de perto. Em 2014, um movimento de massa levou o presidente do Burkina Faso, Blaise Compaoré, a demitir-se depois de 27 anos no poder. No Sudão, os protestos chegaram em 2012. Apesar de não ter havido manifestações, os sudaneses foram às ruas principalmente contra a pobreza e problemas económicos. O presidente Omar al-Bashir respondeu duramente: a polícia usou cassetetes e gás lacrimogéneo, opositores aos regimes foram presos e os protestos sufocados. A instabilidade infetou os vizinhos do sul, como o Mali. Depois da desintegração da Líbia, armas e combatentes islâmicos foram para o Mali, onde rebeldes tuaregues lutam há décadas por um Estado separado (LUAMBA, 2017).

A seguir, iremos conhecer os processos que levaram à formação do movimento dos

15+2 (duas) dentro do quadro histórico que fecundou a democracia na década de 1990. O texto recupera debates travados dentro do quadro legal-constitucional com a emergência de várias organizações da sociedade civil e que se opõem a guerra civil, ao neopatrimonialismo e ao autoritarismo de estado. Esses movimentos tinham sido fundamentais na aquisição de direitos, mas com o dealbar dos anos de 2010, uma geração nascida entre as décadas de 1980 e 1990 toma a dianteira, constituindo uma nova forma de ativismo que vê nos protestos uma clara oportunidade de exigir a democratização do estado angolano.

3.3 Das Manifestações aos 15+2 (duas): possíveis caminhos pela democratização em Angola

É preciso recuarmos um pouco na história das manifestações para entender quando começaram as fortes mobilizações dos cidadãos angolanos para pôr fim ao regime Eduardista. E é precisamente a partir do ano de 2010 e dentro do contexto desembocado pela Primavera Árabe, que envolveu países do Norte da África (Egipto, Argélia e a Líbia) em manifestações que levaram ao derrube de governos longevos, que emergiu em Angola um movimento que irá conduzir as manifestações a partir de 2011. Uma nota importante sobre “Primavera Árabe” foi proferido por Luaty Beirão (2016, p. 190) ao compará-la com a situação de Angola:

A gente sabe que a realidade desses países do norte é muito diferente da nossa, sobretudo a nível da educação que esses povos receberam. Nós, aqui, desinvestimos na educação, temos um povo altamente analfabeto, sem nenhuma noção de cidadania. Portanto, o quadro não era todo igual. A única coisa que tínhamos de semelhante era um líder no poder a muito. Isso, alguns de nós, inspirou-nos de certa forma, e achamos que devíamos fazer igual. Ouve uma pequena esperança de que aquilo se podia arrastar para cá.

E tudo ocorre num contexto em que o país acabava de fazer mudanças constitucionais. Portanto, do ponto de vista constitucional, o país era democrático, como diz o artigo 2 da Constituição promulgada em 2010, que passamos a destacar:

República de Angola é um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa. A República de Angola promove e defende os direitos e liberdades fundamentais do Homem, quer como indivíduo quer como membro de grupos sociais organizados, e assegura o respeito e a garantia da sua efetivação pelos poderes legislativo, executivo e judicial, seus órgãos e instituições, bem como por todas as pessoas singulares e coletivas. (ANGOLA, 2010, art. 2).

Ao contrário do que determina a Constituição, o governo angolano violava sistematicamente os valores da liberdade, justiça, democracia, solidariedade, construção inclusiva da paz, igualdade e progresso social, pois sua atuação não respeitava os princípios basilares da soberania popular, primados da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa (DALA, 2014).

A história das manifestações permite as mobilizações dos cidadãos angolanos, a fim de pôr fim ao regime “Eduardista” que durava mais de 32 anos. Elas estavam ligadas à eclosão da “Primavera Árabe” a partir do ano de 2010, que envolveu países do Norte da África (Egito, Argélia e a Líbia) em manifestações que levaram ao derrube de governos longevos. O artigo *O ano das manifestações*, publicado pelo jornal Maka Angola no dia 06 de janeiro de 2012 e de autoria de Maurílio Luielele, deixa estampado as seguintes conspeções:

Desde a Tunísia, estopim da primavera árabe, passando pela agora célebre Praça Tahrir do Cairo, no Egito, verdadeiros vulcões sociais entraram em erupção este ano. Varreram do mapa longevas ditaduras que teimavam em desafiar o mundo, sufocando liberdades fundamentais dos seus cidadãos e enriquecendo vergonhosamente pequenas elites e famílias à custa da miséria e sofrimento da maioria. Na Líbia, as manifestações degeneraram numa verdadeira guerra civil que, com o auxílio da OTAN, pôs fim ao regime abominável de Kadhafi. Assistimos, ao vivo, as horripilantes imagens da execução do ditador líbio, num verdadeiro show de horrores. A Síria parece seguir mais o percurso da Líbia do que da Tunísia e do Egito, mas as condições particulares daquele país são substancialmente diferentes das existentes até então na Líbia e tudo aponta para um desenvolvimento diferente. (LUIELELE, 2012).

E tudo ocorre num contexto em que o país acabava de fazer mudanças com a aprovação da constituição “atípica” de 2010⁴⁹. Obviamente, na visão legal, o país era de direito e democrático, como diz o artigo 2 da Constituição promulgada em 2010 ao explicitar que:

⁴⁹ A CRA foi aprovada, em votação final e definitiva, em 3 de fevereiro de 2010, sem quaisquer votos contra e com 186 votos a favor e 2 abstenções, totalizando 220 votos. Os deputados se reuniram na Assembleia Nacional e a Constituição foi promulgada em 5 de fevereiro de 2010. Os Deputados da UNITA, maior partido da oposição, faltaram à reunião no dia da aprovação da CRA e foram eles que cunharam o conceito de constituição atípica, para designar uma constituição “sui generis” e sem qualquer compatibilidade com muitas constituições mundiais, como a inglesa, francesa, norte-americana, sul africana ou portuguesa (GOUVEIA, 2017, p. 236). A promulgação da denominada Constituição Atípica 73 deu início a uma nova etapa do processo de transição para a democracia em Angola. Dentre as demais previsões legais, a nova Lei Magna ditou regras inéditas para a eleição dos principais decisores governamentais, bem como determinou a competência dos órgãos de soberania. Prescreveu, outrossim, a salvaguarda de certos direitos e liberdades individuais e coletivas à semelhança daqueles estatuídos em constituições de países considerados democráticos ou em democratização. A nova Constituição tinha sido aprovada para assegurar a permanência do presidente José Eduardo dos Santos no poder. (ANTÓNIO, 2013, p. 128).

A República de Angola é um Estado Democrático de Direito que tem como fundamentos a soberania popular, o primado da Constituição e da lei, a separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa. A República de Angola promove e defende os direitos e liberdades fundamentais do Homem, quer como indivíduo quer como membro de grupos sociais organizados, e assegura o respeito e a garantia da sua efetivação pelos poderes legislativo, executivo e judicial, seus órgãos e instituições, bem como por todas as pessoas singulares e coletivas. (ANGOLA, 2010, art. 2).

Angola, enquanto Estado de Direito e Democrático, inclui na sua Constituição a aplicação dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos, articulando-os à Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), à Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos e a outros tratados internacionais ratificados⁵⁰ (Art. 26º). A Constituição prevê ainda que os tribunais angolanos devem aplicar as disposições destes tratados internacionais sobre direitos humanos, mesmo que não sejam invocados pelas partes interessadas (Art. 26º) e que os direitos e liberdades fundamentais devem ser diretamente aplicáveis e vinculativos para as entidades públicas e privadas (Art. 28º). Os direitos e liberdades fundamentais consagrados na Constituição incluem o direito à vida (Art. 30º), o direito à integridade pessoal (Art. 31º), o direito à liberdade física e à segurança pessoal (Art. 36º), à liberdade de expressão e de informação (Art. 40º), à liberdade de imprensa (Art. 44º), à liberdade de reunião e de manifestação (Art. 47º), à liberdade de associação (Art. 48º), bem como à liberdade sindical (Art. 50º). A Constituição contém ainda um conjunto de recursos e garantias judiciais (Art. 56º e 75º) e proíbe a pena de morte (Art. 59º), tortura e tratamentos degradantes (Art. 60º). O Art. 56º prevê como invioláveis os direitos e as liberdades fundamentais consagrados na Constituição e prevê que o Estado deve não só criar as condições necessárias (políticas, económicas, sociais e culturais) a fim de garantir a sua efetivação e proteção, mas também garantir que as autoridades públicas respeitem e assegurem esses direitos e liberdades. O acesso ao direito está previsto no Art. 29º, no qual as garantias durante o processo criminal ficam ao

⁵⁰ Os mecanismos de direitos humanos regionais e internacionais ratificados por Angola incluem a Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos (ratificada em 1991); o Protocolo à Carta Africana sobre os Direitos das Mulheres em África (2007); a Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança (1992); o Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos (1991); o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1991); a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (1984) e seu respetivo Protocolo Facultativo (2007); a Convenção sobre os Direitos da Criança (1990); Convenção da União Africana sobre a Prevenção e o Combate à Corrupção (2006); Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção e o Protocolo da SADC (2005) (Observatório para a Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos, 2015).

abrigo do Art. 67º e o direito a julgamento é previsto pelo Art. 72º (Relatório do Observatório para a Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos, março de 2015).

Contrariamente ao que determina a “Carta Magna”, o governo angolano suportado pelo partido MPLA violava sistematicamente os valores da liberdade, justiça, democracia, solidariedade, construção inclusiva da paz, igualdade e progresso social, pois a sua atuação não respeitava os princípios basilares da soberania popular, primado da Constituição e da lei, separação de poderes e interdependência de funções, a unidade nacional, o pluralismo de expressão e de organização política e a democracia representativa e participativa. O ano de 1992 fomentou a transição democrática, tendo instalado um sistema político baseado na pluralidade e na salvaguarda dos direitos humanos. A revisão constitucional dessa época consagrou o direito de reunião e manifestação⁵¹, enquanto a lei ordinária passou a regulá-las através do poder discricionário dos governos provinciais⁵². Os governantes sempre obstaculizaram o pleno exercício desse direito fazendo “*jus*” a argumentos absurdos – desde discursos musculosos movidos de ódio, como acusações de que os jovens manifestantes são “marionetas do ocidente”, até a repressão policial, que suporta no seu âmago a divulgação do terror, bem como ações judiciais manipuladas pelo “sistema” (LUIELELE, 2012). De acordo com Frank Marcon (2019, p. 194), a situação angolana tinha o seguinte quadro:

Também é importante registrar que até 2002 o país viveu um longo período de guerra civil e nos primeiros anos após o fim dos conflitos, mesmo com o pluripartidarismo, a burocracia do Estado continuou sendo ocupada hegemonicamente pelos mesmos grupos e pessoas, restringindo-se muitos dos direitos políticos à sociedade civil em geral, seja pelas consequências económicas ou sociais dos efeitos do longo período de guerra, seja pela desconfiança ou violência das instituições com relação aos opositores do governo.

Nuno Álvaro Dala, um dos ativistas do movimento dos 15+2 (duas), em um artigo publicado no club K em 25 de outubro de 2014, argumentava o seguinte sobre o contexto das lutas dos ativistas:

[...] apenas o período pós-2002, nossa leitura filosófico-política de Angola nos conduz à inferência segundo a qual, os angolanos têm sido governados

⁵¹ No dia 11 de maio de 1991, foi promulgada e oficializada a lei sobre o direito de reunião e das manifestações previstas no Artigo 1º, a saber: “É garantido a todos os cidadãos o direito de reunião e de manifestação pacífica, nos termos da Lei Constitucional e da presente lei” (Lei sobre o direito de reunião e das manifestações, 1991).

⁵² O governo continua a perseguir jornalistas e ativistas que expressam suas opiniões com processos judiciais de difamação, detenções arbitrarias, julgamentos injustos, intimidação, perseguição e vigilância. A polícia faz uso excessivo da força e promove prisões arbitrarias para impedir protestos pacíficos contra o governo e outras manifestações (Relatório Mundial 2015 sobre Angola da *Human Rights Watch*).

por um regime bárbaro, uma ditadura traduzida numa governação mafiosa assente nos ditames do Presidente da República, cujo estilo de gestão do país continua a promover a depredação do erário público, o nepotismo, a violação grosseira da Constituição, a corrupção e o assassinato de cidadãos contestatários ao regime, que possui uma máquina que tem feito das eleições uma encenação política ‘para inglês ver’, um mero instrumento de manutenção do regime de José Eduardo dos Santos. (DALA, 2016).

Nuno Álvaro Dala voltou a reforçar as suas ideias sobre o sistema político angolano na obra **O Pensamento Político dos Jovens Revús**, publicada no ano de 2016. Ele demonstra insatisfação e critica o estado atual das coisas em Angola, um país que – após 40 anos de independência e 14 anos de paz e crescimento económico – continua a revelar problemas sistêmicos no que se refere à igualdade perante a justiça, distribuição de riqueza, liberdade de expressão e direitos humanos. Além disso, fome, insegurança, incerteza, injustiça e violência continuam a fazer parte do cotidiano da maioria dos angolanos (DALA, 2016).

Foi nesse diapasão que emergiram, desenvolveram-se e consolidaram-se as manifestações fomentadas por essa nova geração de jovens ávidos por mudança política. O movimento contestatário que passou a assumir a realização de manifestações foi motivado por uma série de fatores relacionados com os longos anos de má governação perpetuado pelo governo de José Eduardo dos Santos e seu partido. Afinal, os protestos eram o corolário da “situação política, económica e social que o país vem enfrentando nas últimas três décadas: falta de liberdade política, pobreza, um governo corrupto e paternalista, o desemprego entre a maioria dos jovens, desvio de fundos públicos do Estado, bem como a influência da ‘Primavera Árabe’” (QUITUNGA, 2015). Tudo isto ocorre em um país que se tornou independente em 11 de novembro de 1975 e que está em paz desde 04 de abril de 2002, mas que “experiencia graves problemas no que diz respeito às condições de vida da grande maioria dos seus cidadãos, distribuição da riqueza, justiça social, pluralidade política, liberdade de expressão, etc., fruto de um sistema oligárquico, nepotista e autoritário” (LLERA, 2016, p. 74).

Com estes argumentos, as manifestações tomaram o seu início a partir do dia 07 de março de 2011, um marco que representa a intensificação da luta em prol do aprofundamento da democracia por meio de manifestações de rua. Em 23 de Fevereiro de 2011, um cidadão anónimo convocou, através do *Facebook*, uma manifestação contra o Governo de Luanda na madrugada de 7 de março desse ano. A pretensão tornou-se pública com o apelo feito pelo rapper e ativista Luaty Beirão em um espetáculo em Luanda (LUAMBA, 2017). Com esses argumentos, as manifestações tomaram o seu início. Todavia, apesar do esforço que havia da parte dos manifestantes em exigir os seus direitos, o espaço estava tomado por um pesado cordão de segurança policial no dia marcado para o ato, inibindo o movimento. Os angolanos

saíram às ruas para pedir a destituição do Presidente Eduardo dos Santos e do seu regime. Os protestos foram violentamente reprimidos pela polícia. Vários ativistas, apelidados pela imprensa de “Movimento Revolucionário”, foram detidos e sujeitos a maus-tratos nas cadeias de Luanda. A manifestação convocada para o Largo 1º de Maio, no centro da capital angolana, não se chegou a realizar. No entanto, a polícia deteve vários ativistas, como Casimiro “Carbono” e Luaty Beirão, bem como jornalistas, entre os quais estavam Ana Margoso, Afonso Francisco, Pedro Cardoso e Idálio Kandé.

Os jovens foram levados para a Direção Provincial de Investigação Criminal (DIPC) no Comando Provincial de Luanda para possíveis investigações, sofrendo momentos de intimidação antes de serem soltos. Sobre este cenário, o escritor Luielele (2012) é perentório ao afirmar que a primeira manifestação em Angola foi convocada pelas redes sociais para 7 de março de 2011 e deixou o governo atônito. As reações dos governantes foram totalmente desproporcionais e expuseram a natureza autoritária do regime e toda a sua carga de arrogância. A estratégia adotada foi claramente a da exaltação do medo, fazendo crer que a realização de tal manifestação significaria o retorno à guerra e, para variar, atribuindo a autoria da manifestação a certos setores da UNITA.

Todavia, apesar do esforço que havia da parte dos manifestantes em exigir os seus direitos, no dia marcado para o ato, o espaço estava tomado por um pesado cordão de segurança policial, inibindo o momento. A primeira manifestação em Angola foi convocada pelas redes sociais para 7 de março de 2011 e deixou o governo em estado de barata tonta. As reações dos governantes foram totalmente desproporcionais e expuseram de resto, a natureza autoritária do regime e toda a sua carga de arrogância. A estratégia adotada foi claramente a da exaltação do medo, fazendo crer que a realização de tal manifestação significaria o retorno à guerra e, para variar, atribuindo a autoria da manifestação a certos setores da UNITA (LUIELELE, 2012).

As conclusões advindas dessa manifestação frustrada pelo sistema, para Nuno Álvaro Dala (2021), estão ligadas ao fato de que, em 7 de março de 2011, o regime de José Eduardo dos Santos não caiu. Entretanto, naquela data, uma dúzia de jovens madrugou para fazer audível o seu grito por liberdade no Largo da Independência. A tentativa de manifestação foi o ato fundacional, ou seja, que iniciou um movimento de lutas de rua voltado ao combate à ditadura de José Eduardo dos Santos e seu MPLA. O ato marcou a emergência de uma franja contestatária da juventude angolana, que decidiu, a despeito dos riscos, incluindo o de morte, empreender uma jornada que entendiam como imperativa, tanto à luz da História e do tempo como à luz de princípios como o Interesse Nacional e o Estado democrático de direito. O processo ocorreu naturalmente com alguns jovens se juntando na perspectiva de defenderem

um objetivo comum: uma sociedade mais atenta aos seus direitos, uma sociedade mais livre e com maior liberdade de expressão.

Essas manifestações, como nos garante Quitunga (2015, p. 73), tinham como “alvo o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, cujo governo é conhecido pelos altos níveis de corrupção, nepotismo, tráfico de influência, é repressivo e está a bastante tempo no poder”. As palavras de ordem eram “Juventude de Angola é contra a corrupção”, ou “Fora o Presidente Zé Dú – abaixo a ditadura” e “32 anos é muito”. Esse movimento era, no início, bastante desarticulado pelo fato de o convocador da manifestação não mostrar o rosto e nunca assumir a posição de alguma liderança. Isso podia ser compreensível se tivermos em conta a onda de repressões fomentada pelo sistema.

Esse movimento raramente é programático, exceto quando foca em um problema único e claro: abaixar o regime ditatorial. Eles têm demandas variadas: na maior parte do tempo, podem-se incluir todas as demandas concebíveis pelos cidadãos ansiosos por decidirem as condições de suas próprias vidas. Pelo fato de as demandas serem variadas e as motivações ilimitadas, dificilmente formalizam alguma organização ou liderança, pois o seu consenso depende de deliberação *ad hoc* de protestos e não de um programa pleno construído em torno de metas específicas. Portanto, essa estratégia atua como instrumento de força (amplo apelo), assim como de fraqueza (como algo pode ser alcançado quando os objetivos a serem alcançados são indefinidos?). Eles não se focam em uma tarefa ou em um projeto. Atendendo a essa postura, os jovens se desvincilham dos partidos políticos, embora esses partidos possam lucrar com a mudança de pensamento provocada pelo movimento no âmbito das suas lutas. Eles são movimentos sociais que visam modificar os valores da sociedade e que podem ser também movimentos da opinião pública com consequências eleitorais. Eles visam transformar o estado, mais não prendê-lo. Eles expressam sentimentos e movimentam debates, mas não criam partidos ou apoiam governos, embora possam se tornar alvo de escolha para o marketing político. Os movimentos são muito políticos em um sentido fundamental: quando propõem e praticam a democracia deliberativa direta baseada na democracia em rede. No caso de Angola, esses jovens procuraram projetar uma nova utopia da democracia em rede baseada em comunidades locais e em comunidades virtuais, fomentando focos de interação. Esses movimentos em rede estão propondo em sua prática uma nova utopia no coração da cultura da sociedade em rede: a utopia da autonomia do sujeito em face das instituições da sociedade (CASTELS, 2015). O processo ocorreu naturalmente quando alguns jovens se juntaram na perspectiva de defenderem um objetivo comum: uma sociedade mais atenta aos seus direitos, uma sociedade mais livre e com maior liberdade de expressão.

Assim, com toda fragilidade que o movimento vinha vivendo por conta de, em parte, a redução de manifestantes, as ações passaram a ter menos força também. Essa linha de pensamento é mancomunada com alguma pujança pelo Nuno Álvaro Dala (2021) quando afirma que, com o transcorrer dos anos, o número de jovens manifestantes manteve-se reduzido por diversas razões, sendo uma das principais as violentíssimas repressões (levadas a cabo pela Polícia Nacional e pelas milícias), sobretudo no período 2011-2014. A partir de 2013, a polícia passou a usar a tática de prender os manifestantes e levá-los aos arrabaldes de Luanda, onde eram deixados completamente entregues à sua sorte, tendo havido casos em que foram deixados em províncias como Bengo e Kwanza Norte. De 2011 a 2015, as manifestações eram literalmente atos perigosos para os que nelas participavam e, por razões óbvias, o núcleo duro dos revús era bastante exclusivo.

Destarte, Nuno Álvaro Dala afirma que foi desse grupo que se deu as bases para a discussão sobre o futuro do movimento “revú” (abreviação do termo revolucionário, como passaram a ser conhecidos). Por isso, desembocaram propostas no sentido de haver um conhecimento profundo da causa de luta, do foco de luta, dos valores e princípios de luta, dos objetivos, métodos e instrumentos de luta. Isso irá ocasionar vários encontros com os ativistas, como conta a seguir Nuno Álvaro Dala:

Todavia, as reuniões das principais figuras da revuada já em 2013-2014 – sobretudo no bunker (na Vila Alice) - refletiam sobre a necessidade de o movimento iniciado em 2011 fazer inflexões evolutivas. Surgiram correntes divergentes, e duas se tornaram eminentes: uma defendia que era necessário que os revús se organizassem, que tivessem uma estrutura organizacional que, como plataforma, seria útil aos jovens para a salvaguarda segura do capital político conseguido desde 7 de março de 2011 e para viabilizar de forma organizada a articulação com os outros entes da esfera pública, tais como os partidos políticos, entres outros. A outra corrente defendia que era melhor que o movimento se mantivesse sem organização nem estrutura definida e muito menos burocracia, sendo que o movimento se contrairia e se atrofiaria segundo seus diversos efluxos e influxos de dinâmica política e social. Basicamente, as duas correntes podem ser denominadas como organizacionista (formalista) e inorganizacionista (não organizacionista ou informalista).

1. Os revús organizacionistas criaram o Movimento Revolucionário (MR, e destaque aqui o Aldolfo Campos, o Pedrowski Teca, o Raúl Mandela, o Albano Bingo Bingo, o Arante Kivuvu, o Nito Alves, apenas para exemplificar) e outros criaram o Movimento Revolucionário de Angola (MORANGO, e destaque aqui o Osvaldo Caholo).

2. Os revús não-organizacionistas simplesmente continuaram a fazer uma luta em moldes não estruturados. Em todo o caso, pode-se dizer que fizeram algumas concessões, pois, passaram a valorizar a cobertura sistemática dos actos cívicos (manifestações, marchas, reuniões etc.) dos revús. Criaram o blogue Central Angola 7311. Com o tempo passaram a ser designados como centraleiros, a saber, o Emanuel Piitra, o Mbanza Hanza, o Carbono Casimiro (de feliz memória), o Nelson Dibango, o Abraão Chissanga, o Hitler Jessy

Tschikonde, o Luaty Bierão, o José Gomes Hata, o Bitão Felisberto Holua e outros (DALA, 2021).

Os revú inorgacionistas acabaram sendo aqueles que defendiam como desnecessário haver alguma liderança do movimento, mas, ainda assim, continuaram a fazer lutas constantes em torno da cidadania. Foi desse grupo que se deu a gênese dos membros do célebre processo dos 15+2 (duas), com exceção de Nito Alves, do Albano Bingo Bingo e do Osvaldo Caholo. Apesar de tudo isso, o movimento revolucionário passou a significar que o conjunto de jovens que desenvolviam atos de cidadania através da organização de protestos, grupos de estudo e críticas diretas e frontais ao governo nas redes sociais (DALA, 2021).

O Movimento dos 15+2 (duas) emergiu em 20 de junho de 2015 na sequência da detenção de 17 defensores dos direitos humanos que participavam de uma reunião cujo objetivo era discutir o livro de Gene Sharp, intitulado **Da Ditadura a Democracia**, a fim de aprimorar os métodos pacíficos de protestos que visavam retirar do poder o presidente José Eduardo dos Santos, que já tinha mais de 32 anos de governação. Entre os ativistas, destacam-se: Domingos da Cruz, Afonso Mayenda (Mbanza Hanza), Luaty Beirão, Manuel Nito Alves, Albano Bingo, José Gomes Hata, Hitler Samussuko, Nuno Álvaro Dala, Osvaldo Caholo, Dito Dali, Francisco Mapanda, Laurimda Gouveia e Nicolas, o Radical. Os Jovens foram detidos e acusados de planejarem um golpe de estado contra a antiga estrutura governativa. O movimento dos 15+2 (duas), de acordo com Ana Dias Cordeiro (2015), podiam ser caracterizados como jovens presos com Luaty Beirão (filho do amigo do antigo presidente) e que vivem nos bairros da periferia de Luanda. São músicos, engenheiros, professores universitários, trabalhadores por conta própria e estudantes. Não abdicam dos livros nem dos estudos. Estão presos há 126 dias. São estudantes universitários, jovens dos musseques de Luanda, músicos e rappers, intelectuais de blogues e sites que querem fazer ouvir a sua voz muito além da capital angolana.

A seguir, veremos como o movimento dos 15+2 (duas) emerge de debates que entendiam que era necessário lutar contra o regime autoritário e democratizar o país seguindo a via não violenta. Nesse sentido, se torna fundamental as leituras de Gene Sharp e as obras de Domingos da Cruz (um dos integrantes do movimento) que defendiam a necessidade de não avançar para o lado da violência, pois isso iria legitimar fundamentalmente o regime diante da comunidade internacional. Os jovens estudam os livros para aplicar ações de desobediência civil, boicotes, greves, passeatas e panelões como forma de protestos.

3.4 Do Estado Autoritário à Democracia: caminhos da luta não violenta aplicados em Angola

Um dos protagonistas do grupo dos 15+2 (duas), Domingos da Cruz (2015), com base na obra de Gene Sharp, publicou a obra **Ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura: Filosofia política da libertação para Angola**. O autor afirma que a tese que defende é radicalmente pacífica, fraterna, mas realista, tendo em conta a luta pela democratização em Angola. O livro – que se parece com um manifesto dirigido para o povo angolano revoltado com a situação política, econômica e social do país – revela que existem três caminhos possíveis na luta contra a opressão: a guerrilha, como a de Cabinda, por exemplo; a guerra convencional, do tipo que a UNITA levou a cabo durante mais de 20 anos de guerra civil, e o “desafio político”, que é sinónimo de “desobediência civil”. O grupo hegemónico e o ditador atingiram um nível de ascensão no controle da sociedade e, por isso, o único caminho parece ser a via pacífica, a resistência civilizada ao estilo de Mahatma Ghandi, Nelson Mandela e todas as resistências contemporâneas que assistimos na Tunísia e no Burquina Faso (CRUZ, 2015).

A não-violência passava a ser o meio pelo qual indivíduos e grupos ou mesmo movimentos sociais procuram agir politicamente sem recorrer à violência, utilizando como recursos passeatas, bloqueios, vigílias, palestras, greves, boicotes, ocupações, jejuns e a formação de governos paralelos dentro de processos previamente planeados e fora da legislação vigente. A não-violência diz respeito a certos atos não convencionais para intervir direta, política e estrategicamente através da combinação de um plano de ação, fazendo com que os agentes exerçam o poder político que detêm enquanto integrantes de uma sociedade⁵³.

[...] Resumidamente, o praticante da não-violência busca vencer seu oponente por meio de um repertório de intervenções sociopolíticas, as quais não atentam contra a vida de seres humanos e, em sua maioria, estão previamente proibidas pelas legislações dos Estados-nação. Tais intervenções sociopolíticas têm por finalidade pressionar os governantes para que atendam as reivindicações populares ou, em caso de recusa governamental, expor sua ilegitimidade e

⁵³Existe uma clara diferença entre a ação não violenta e um ato legal normal: No que diz respeito a política convencional e não-violência, a distinção ocorrerá de acordo com o estabelecido para a prática política formal no interior dos países. Em uns, a greve é um direito garantido pela legislação e inserido no conjunto de atos políticos tidos por legítimos perante o Estado. Em outros, uma paralisação de trabalhadores com o mesmo perfil será prontamente combatida como crime, porquanto será reconhecida pelas instituições estatais como atitude que ultrapassa as balizas da política convencional. No primeiro caso, mesmo sendo um dos muitos métodos de ação não violenta possíveis, a greve não será classificada como ação não violenta, exceto se a mesma for mantida após ser declarada ilegal pelo Judiciário. No segundo caso, dada sua ilegalidade, a paralisação dos trabalhadores será uma ação não violenta desde seu primeiro momento. No mesmo sentido, uma simples panfletagem política contrária ao governo, em sistemas autoritários, pode ser rotulada de subversiva e colocar os envolvidos na ilegalidade; ao passo que sistemas representativos costumam incluir maior quantidade de intervenções políticas que não fazem uso da violência como parte constituinte da política convencional. Enfim, quando uma intervenção política que não se valha de métodos violentos desencadear quaisquer retaliações por parte das autoridades estatais, tal intervenção pode ser classificada como uma ação não violenta (SANTOS, 2018, p. 26).

retirar o consentimento que os governantes obtêm da população para o exercício de seus mantados. As ações não violentas são engendradas a fim de que um grupo social politicamente organizado ganhe força política suficiente para não necessitar da violência na mudança do *status* quo estabelecido. (CRUZ, 2015, p. 12).

A não-violência ocorria como uma luta política que atacava os pontos importantes do assenhoreamento do poder. E como dizia o próprio Sharp, se você consegue identificar as origens da força de um governo, como a legitimidade, o apoio popular ou o apoio institucional, você descobre do que a ditadura depende para ter sucesso. Todo poder depende da boa vontade, cooperação, obediência e ajuda de pessoas e instituições (polícia, instituições religiosas, o exército, escolas, mídias, funcionários públicos e privados). Basta causar uma diminuição no apoio, na legitimidade, na cooperação ou na obediência e o regime vai enfraquecer. De forma explícita, o autor chama atenção ao fato de que esses pilares não devem ser destruídos, mas transferidos para o movimento democrático.

O livro **Da Ditadura à Democracia** de Sharp agrupa de modo organizado as principais linhas de luta a seguir. A ideia de que basta improvisar e de que o improvisado garante um resultado melhor é bobagem. Ocorre exatamente o oposto. Foi isso que aconteceu na China (Pequim) durante a Praga da Paz Celestial de 1989 ao longo dos protestos contra o regime. Muita gente acabou morrendo por falta de estratégia, preparação e organização, pois não havia decisões estratégicas e não havia planejamento para saber quanto tempo eles deveriam ficar na praça ou quando era hora de sair. Os estudantes agiam com grande coragem, mas não sabiam o que estavam fazendo, pois não havia um plano. Por isso, muita gente tinha morrido.

Contando desde o ano de 2011, a marcha pela democratização de Angola provocou sequestro, intimidações, chantagens, expulsões nos empregos, prisões e detenções arbitrárias e morte de vários membros dos movimentos sociais. O regime que tinha a imagem desgastada no plano externo esperava uma reação violenta dos manifestantes para, em seguida, usar de violência física, ativando a polícia ou o exército para o efeito. A máquina repressiva também tinha criado um ambiente de atomização e, aqui, o conceito se revela próximo ao de Sharp (2015) ao dizer que a atomização surge quando o regime tenta transformar os indivíduos da sociedade em uma unidade isolada. É uma das principais maneiras que os sistemas totalitários utilizam para tentar controlar a população: eles fazem todos temerem uns aos outros e terem medo de se manifestar e de agir juntos. Nunca se diz aos vizinhos ou aos membros da família o que se pensa de verdade. Assim como Domingos da Cruz tinha percebido, esse é o plano macabro do sistema. Autores como Santos argumentam o seguinte:

Ao se aproximar a política convencional da violência, percebe-se que o uso da violência por parte das forças armadas dos Estados, para fins de defesa, costuma ser considerado legítimo e estar legalmente assegurado. Não obstante, quando agrupamentos não-governamentais se utilizam da mesma violência, seja para atacar ou defender-se, o comum é que sejam apontados como agindo fora da política convencional e identificados como infratores da legislação estatal. A propensão dos Estados em resguardarem o monopólio legal dos meios violentos de interferência empírica na realidade social é mais nítida quando se olha para a relação interna entre Estado e cidadão. Resistir a ordens de agentes oficiais, ainda que por simples negativa verbal ou inatividade, corresponde a uma transgressão passível de ser respondida com violência pelas forças de segurança. (SANTOS, 2018, p. 25).

Imbricados às ideias de Sharp e aplicados à realidade política angolana, Domingos da Cruz admoesta que os democratas pacíficos deverão cultivar uma “ética da libertação” na qual a paciência, a inteligência e os planeamentos são fundamentais para destruir a ditadura paulatinamente e, no momento exato, levar à cabo um movimento de grandes proporções em massas populares. Pegar em armas levaria a ditadura a agradecer, na medida em que teria legitimidade tanto interna quanto externa para exterminar (CRUZ, 2015). Sobre isso, em entrevista, Gene Sharp (2017) alega que muitas pessoas em situação de conflito gostariam de usar a violência, mas o adversário tem mais armas militares e violentas, que são mais potentes do que as dos resistentes. Logo, se a resistência decide lutar com a violência, o adversário tem a vantagem nessa situação por que escolheram lutar contra as melhores armas que ele tem.

Mas você pode optar por lutar com armas diferentes e de forma não violenta, coisa que é mais difícil para o adversário.

Numa reação compreensível a situações de crueldade, tortura, desaparecimentos e mortes, a tendência é para concluir que uma ditadura só pode ser derrubada pela violência. Em determinados momentos, grupos de vítimas enfurecidas organizaram-se para combater ditadores brutais, recorrendo, contra todas as probabilidades, aos meios violentos e militares ao seu alcance. Estes indivíduos lutaram corajosamente e pagaram um preço elevado em sofrimento e perda de vidas humanas. Alcançaram feitos notáveis, por vezes, mas raramente conquistaram a liberdade. As rebeliões violentas podem desencadear uma repressão brutal que não raro deixa o povo ainda mais impotente do que antes. Sejam quais forem os méritos da opção violenta, um aspeto é muito claro: quando recorremos a métodos violentos, estamos a escolher o mesmo tipo de luta em que os opressores são quase sempre superiores. Os ditadores têm meios para responder com uma violência esmagadora. Por maior ou menor que seja a capacidade de resistência dos democratas, as duras realidades militares acabam por se impor. Os ditadores são quase sempre superiores em equipamento militar, munições, transportes e dimensão das forças militares. Apesar da sua bravura, os democratas muito raramente são um adversário à altura. (CRUZ, 2015, p. 27).

No contexto angolano as amarras para a luta eram maiores do que os membros do movimento social. Havia a cultura do medo, a partidarização das instituições do estado, bem como a domesticação da sociedade civil. Por essa razão, Domingos da Cruz adiantava o seguinte:

Uma vez que as forças internas estão domesticadas – os artistas, a igreja, os empresários, as forças militares, a administração pública, a mídia, as autoridades tradicionais, espaços do conhecimento, a oposição parlamentar, os desportistas, as ONGs e associações — incluindo a comunidade internacional e agências das Nações Unidas, resta-nos desde logo contar única e exclusivamente com as nossas forças coletivas que se podem construir na base da solidariedade, tendo como fator de unidade a luta pela liberdade, democracia e dignidade humana. Se formos capazes de mobilizar os oprimidos, certamente terão confiança para acreditar na sua capacidade de desintegração e erosão definitiva da ditadura. Quando estivermos na rua em massa, dar-se-á o desequilíbrio na correlação de forças a nosso favor e dali a comunidade internacional apoiará as forças pró-democracia. (CRUZ, 2015, p. 13).

Em síntese, Cruz declarava o seguinte: a) a luta pacífica – desafio político ou desobediência civil — é o melhor caminho para a conquista da liberdade e democracia; b) a guerra não garante vitória aos democratas e as possibilidades de perdas humanas do lado das forças democráticas é inevitável; c) um Golpe de Estado representa retrocesso civilizacional e viabilizaria o nascimento de uma nova ditadura militar; d) o povo angolano é “órfão” e, por isso, deve contar exclusivamente com suas forças internas, que virão da solidariedade e da confiança coletiva; e) as possibilidades da comunidade internacional ajudar-nos são boas quando já estivermos há segundos de ruir o edifício da ditadura e f) finalmente, os democratas devem ter cuidado com ajudas de última hora porque elas possuem interesses instalados. Caso sejam necessárias, há que celebrar acordos que beneficiem socialmente os cidadãos. E de preferência envolver as múltiplas fontes de poder democrático nas negociações como forma de demarcar-se da imagem anterior. Os acordos devem ser claramente de esquerda.

O incentivo de Gene Sharp permitiu que de forma airosa na Sérvia, nos anos de 1996 e 1997, em meio ao frio e com a sistemática repressão da polícia, que as pessoas ficassem em casa e fizessem o movimento dos protestos a partir do barulho com panelas, o famoso panelaço. Ele geralmente ocorria a partir das 19h30 e como resposta à TV estatal, já que eles não assistiam aquilo (que chamavam de bobagem). O livro não se espalhou por propaganda ou como uma estratégia de venda, mas se difundiu porque as pessoas o consideraram útil e importante. As ações não violentas, que tiveram como influência a obra de Sharp, ocorreram em países como Guatemala, Austrália, Tailândia, Birmânia, Tailândia, China, Japão, Geórgia, Sérvia, Irão,

Quirguistão, Rússia, Ucrânia, Venezuela, Vietname e Zimbábwe. A primavera árabe teve impacto na obra de Gene Sharp e, sobretudo, teve influência nos líderes dos movimentos egípcios. Em Angola, permitiu emergir o grupo de leitura no qual estava o movimento dos 15+2 (duas), acusados em seguida de tentativa de golpe de estado contra o presidente José Eduardo dos Santos no pretérito ano de 2015.

Quando Gene Sharp se tinha apercebido dessa situação, ele disponibilizou os direitos autorais para a Editora Tinta-da-china para que fizesse a divulgação e venda do livro, sendo que o valor arrecadado seria direcionado aos membros do processo 15+2 (duas). Sobre este momento, membros do processo prestaram depoimento na reedição do livro – como é o caso de Luaty Beirão, observando o seguinte:

[...] Confortando-me a constatação de que muitas das sugestões de Gene Sharp já eram por nós promovidas e aplicadas instintivamente. Dois anos mais tarde, vi um documentário sobre o autor e a obra que mostrava como a Birmânia (Myanmar) a inspirou, de como vários países do bloco de Leste, mormente ex-repúblicas soviéticas, a usaram como manual de instruções para as suas revoluções ‘coloridas’, de como o Irão e a Rússia a diabolizaram e baniram, equiparando Gene a um agente da CIA. (SHARP, 2017, p. 15).

De acordo com Gene Sharp, é imperioso realizar quatro tarefas para derrubar uma ditadura de forma eficaz e com um mínimo de custos: a) Reforçar a determinação da população oprimida e a sua autoconfiança, assim como a sua capacidade para resistir; b) Fortalecer os grupos sociais independentes e as instituições da população oprimida; c) Criar uma força poderosa de resistência interna e d) Desenvolver uma grande estratégia de libertação ambiciosa e ponderada e executá-la de forma competente (2015, p. 32).

Apesar dessa contribuição de Gene Sharp, muitas são as críticas que se fazem e se fizeram por conta do Movimento dos 15+2 (duas) em Angola, sendo que isso foi usado durante toda a sessão de julgamento dos jovens como a principal prova do crime. Gene Sharp passou a ser o agente da CIA financiado a escrever um livro subversivo com o objetivo de derrubar governos contrários aos interesses dos EUA, mesmo quando a diretora executiva da IAE (Instituto Albert Einstein), Jamila Raqib, havia desmentido que a instituição tinha sido financiada pelo Pentágono ou pelo governo dos EUA. Neste diapasão, o cronista angolano José Mena Abrantes alega que quem percebeu de imediato o interesse e alcance dessa proposta foi o Pentágono norte-americano que, logo após a publicação do livro, decidiu financiar, através da AEI, a difusão das ideias de Gene Sharp para todo o mundo e, em especial, para aqueles países na contramão dos interesses geoestratégicos norte-americanos. Nos anos 80, ainda em pleno período da Guerra Fria, vários estudos foram desenvolvidos pela CIA e pela NATO sobre

formas de resistência popular à eventualidade de uma invasão comunista vitoriosa, em especial em países da Europa ocidental. O livro de Sharp surgiu nesse contexto, mas, como já caíra o Muro de Berlim (1990), as ideias nele contidas passaram a ser utilizadas para acelerar a desagregação da ex-URSS (ABRANTES, 2015).

Dados indicam que, em meados da década de 1960, Thomas Schelling, um teórico nuclear vencedor do Prêmio Nobel, recrutou Sharp, de 29 anos, para ingressar no Centro de Assuntos Internacionais de Harvard, bastião da alta defesa, inteligência e segurança da Guerra Fria. Ele liderava a chamada “CIA em Harvard”, na qual estavam Henry Kissinger – o futuro Conselheiro de Segurança Nacional –, McGeorge Bundy e Robert Bowie – o futuro chefe da CIA. Sharp ocupou esse cargo por trinta anos. Lá, com fundos do Departamento de Defesa, ele desenvolveu sua teoria central de ação não-violenta: um método de guerra capaz de desmoronar Estados por meio de movimentos sociais teatrais, os quais eram destinados a dissolver a vontade comum que sustenta governos e tudo isso sem disparar nenhum tiro. De seu posto na CIA em Harvard, Sharp instava a liderança de defesa dos EUA e da OTAN a usar seus métodos contra a União Soviética. Com a ascensão da política externa da era Reagan de “reversão” comunista, a Sharp começou a promover a “não-violência estratégica” internacionalmente por meio de sua Albert Einstein Institution (AEI). Sharp fundou a AEI com seu ex-aluno Peter Ackerman, que era simultaneamente o seu braço direito. Mais tarde, Ackerman foi membro do conselho do Cato Institute e defensor do estripamento da previdência social. Sharp passou as décadas de 1980, 1990 e 2000 treinando ativistas, formuladores de políticas e líderes de métodos não violentos, apoiando inúmeras “revoluções coloridas em todo o mundo” – ocorridas repetidamente em países socialistas de estados cujas administrações estavam tentando se opor, políticas de austeridade e desregulamentação sendo usada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e EUA (SMITH, 2019).

Apesar de toda controvérsia que se pode criar, a obra de Gene Sharp foi crucial para o despertar de uma luta pacífica. O autodenominado “Movimento Revolucionário”, inspirado na Primavera Árabe, sempre contestou a longevidade do então Presidente da República no poder. Em vários protestos, eles usaram *t-shirts* com dizeres “32 é Muito”. Em 2015, os manifestantes tinham encontrado outra forma de luta: estudar no centro de Luanda o livro adaptado do autor e ativista norte-americano, intitulado **Da Ditadura à Democracia**. Infelizmente, em 20 de junho, 15 ativistas foram detidos sob acusação de preparação de golpe de Estado, fato que viria, nos anos seguintes, mudar a situação sociopolítica do país. (LUAMBA, 2018).

Dando continuidade aos nossos objetivos, trabalharemos o movimento dos 15+2 (duas) a partir das entrevistas e do cruzamento delas com os dados produzidos pelos jornais, blogs, e

artigos científicos em relação aos eventos do processo. No primeiro momento, o texto irá analisar a origem sociogeográfica dos ativistas – respectivamente locais de nascimento, origem familiar, condição socioeconômica, formação acadêmica, atividades profissionais e como esses eventos foram fundamentais na formação de suas consciências cívicas e políticas. No segundo momento, o texto cingir-se-á a analisar a presença dos elementos culturais e intelectuais como o Hip-Hop (rap), imprensa (sobretudo a privada), universidades e a circulação de livros e seu contributo na formação da consciência cívica e política dos ativistas, bem como na forma como são utilizados como mecanismo de crítica ao regime.

4 OS ATIVISTAS DO MOVIMENTO DOS 15+2 (DUAS): ORIGEM SÓCIOGEOGRÁFICA E TRAJETÓRIA FORMATIVA DA CONSCIÊNCIA POLÍTICA E CÍVICA

4.1 Trajetória dos ativistas do Movimento dos 15+2 (duas)

A trajetória desses jovens ativistas não pode ser evidenciada sem nos atentarmos aos marcos sociais da memória de que se originam, ou seja, sem referendar seus locais de origem quer sejam comunitários, regionais, nacionais etc. Para Halbwachs (2006), não existe memória sem um contexto espacial criado e recriado por via das relações dos grupos sociais. Isso pressupõe que as memórias individuais se movimentam segundo o lugar, os espaços ocupados por seus grupos de referência. Nas entrevistas com os 6 jovens ativistas, nos foi possível adentrar na realidade das províncias e esmiuçar suas origens em Luanda, lugar de origem da família. É notável como esse ambiente colaborou para ancorar suas relações sociais e políticas, visões ideológicas, bem como a consciência cívica e política.

Os 15+2 (duas) são originários de regiões sociogeográficas, de bases políticas e condições econômicas distintas, mas vão partilhar o encontro por terem uma situação comum: a insatisfação e a crítica contra o estado atual das coisas em Angola, ou seja, um país que após 40 anos de independência, 14 anos de paz e crescimento econômico, continua a revelar problemas sistêmicos e conjunturais que se referem à igualdade perante a justiça, distribuição da riqueza, liberdade de expressão e direitos humanos (BLANES, 2016). Um mapeamento sobre suas origens geográficas revela que as províncias do Moxico, Lunda Norte, Kwanza Sul, Kwanza Norte, Luanda, Bengo, Uíge e Cabinda se destacam com alguma veemência, tal como fica ilustrado no mapa abaixo.

Figura 2 – Locais de nascimento dos membros do movimento dos 15+2 (duas)



Fonte: produzido pelo autor (2023) com recurso do Mapchart (2015), que pode ser localizado no site <https://www.mapchart.net/africa.html>.

Nesse sentido, ressaltamos que, inicialmente, realizamos entrevistas com quatro (4) dos dezessete (17)⁵⁴ membros do movimento: Benedito Jeremias Dali “Dito Dali”, José Gomes Hata “Hata”, Inocêncio Antônio de Brito “Drux” e Hitler Jessy Tshikonde “Samussuku”. Depois, realizamos as entrevistas com Laurinda Gouveia e Rosa Kusso Conde.

O ativista José Gomes Hata nasceu em Luanda, município do Sambizanga, e ressalta a sua circulação entre os espaços ligados às províncias do Bengo e Luanda, tendo nascido de uma família cujo pai é natural do Uíge⁵⁵ enquanto a mãe é natural do Bengo⁵⁶. Depois da independência, o seu pai passou a ser um pequeno empresário. Sua mãe lecionou por algum momento

⁵⁴ Precisamos ressaltar que Luaty Beirão, um dos protagonistas do movimento dos 15+2(duas), não tinha sido entrevistado por várias dificuldades. Todavia, nunca é demais salientar que ele se destaca do grupo por duas razões: por ser mestiço e filho cujo pai era militante do topo do MPLA e por ser amigo do antigo presidente José Eduardo dos Santos, o primeiro responsável da FESA. O jovem ativista, formado em Engenharia Eletrônica e Economia, publicou em 2016 o seu livro de memórias que destaca o seguinte:

- Eu nasci com os privilégios todos, cresci com os privilégios todos da minoria que beneficia deste sistema desequilibrado pelo MPLA, o partido que governa o país desde 1975.

Quando à tomada de consciência, ele diz:

- A dada altura, quando começo a ter esse *awakening*, eu começo a perceber que estando a beneficiar de um sistema injusto, estando dos poucos que tem o privilégio de beneficiar dele, eu tinha um qualquer dever moral de retribuir de alguma forma. E não sentia isso como uma prisão. Sentia-o como algo encorajador e valioso. Algo de altruísta. Eu devo fazer alguma coisa para melhorar a condição dos outros, para que outros possam ter a oportunidade de experimentar isso que eu estou a experimentar (BEIRÃO, 2016).

⁵⁵ Uíge é uma das 18 províncias de Angola, localizada na região norte do país. Sua capital está na cidade e município de Uíge. Disponível em: <https://governo.gov.ao/provincia/u%C3%ADge>. Acesso em: 15 de junho de 2024.

⁵⁶ O Bengo é uma das 18 províncias de Angola, localizada na região centro-norte do país, sendo adjacente à província de Luanda. Sua capital está na cidade de Caxito, no município de Dande. Disponível em: <https://bengo.gov.ao/ao/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

como professora no Ensino Normal (expressão que remete ao período colonial e à fase do Monopartidarismo). Seu pai era desconfiado ou mesmo ciumento pelo fato da mãe ser bonita, inteligente, ter alguma projeção político-partidária e ter muitos amigos influentes e, por isso, proibiu ela de continuar a dar aulas, mas continuou como membro do braço revolucionário ligado ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) durante vários anos. Nascer e crescer em uma família de pessoas alfabetizadas e ligadas a movimentos políticos, como é o caso do MPLA, e a experiência da vivência em Luanda (entre Cacucaco e Sambizanga) o proporcionou momentos de muito aprendizado, trazendo impactos significativos para a sua vida juvenil e ajudando-o a tomar consciência sobre sua participação na “esfera pública”. Hata é formado em Relações Internacionais e Direito (HATA, 2022), atuando como professor do Ministério da Educação de Angola, o que, de certa forma, torna-o um acadêmico atento aos livros, à política e à geopolítica africana e global.

Esse jovem, ao longo da sua trajetória de vida, salvaguardou determinado capital político, social e cultural, derivado do ambiente familiar e dos pais de forma geral, aprendendo a prestar atenção ao confronto político e de ideias derivado de várias forças (partidos políticos, movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil) e tendo vivido ou recebido essas memórias a partir dos espaços familiares, já que os seus pais eram pessoas esclarecidas, estudadas e ativistas políticas iniciadas nas bases do MPLA. O nascimento e crescimento dentro deste ambiente espacial, familiar e, concomitantemente, social contribuiu para a formação do seu capital político reivindicativo diante das lutas pela preservação dos direitos humanos, alargando as bases do processo de redemocratização por via das lutas não violentas. O ativista confessa que “algumas pessoas dizem que herdei o lado da mãe, o lado político, o lado religioso, também o lado acadêmico como professor” (HATA, 2022).

Observa-se que Rosa Kusso Conde é uma ativista social, natural de Cabinda, província mais ao norte de Angola, e que possui formação média em Enfermagem, vivendo em Luanda desde o ano de 2006, momento em que seus pais se deslocaram para a província de Luanda, onde passaram a viver no bairro Malueca, município de Cazenga. O seu bairro não oferecia condições e as pessoas viviam desumanizadas e excluídas pelo poder público, sendo assoladas pela ausência de assistência escolar, sanitária e securitária (sobretudo a condicionada pela polícia nacional), bem como falta de energia e água. Nessa altura, os bandidos colocavam em risco a segurança dos moradores daquela comunidade, fomentando assaltos, estuprando ou matando pessoas indefesas e inocentes:

Eles entravam, arrombavam as portas, violavam, matavam e ninguém falava

nada, ninguém fazia nada. Estávamos atiradas a sorte. Uma vez sofremos um assalto, chegou a nossa vez de nos assaltar. Eles entraram, todos mascarados e ficamos com muito medo, porque na nossa casa era um quarto e sala de chapa. Então, como tínhamos algumas coisitas ali: botija, fogão, tínhamos televisores e um gerador, então eles levaram as coisas que eles precisavam que lhes dessem dinheiro, assim, mais rápido. Felizmente, graças a Deus, eles não chegaram a fazer mal a ninguém. Nem a mim, nem a minha mãe e as minhas irmãs. (CONDE, 2024).

A Rosa Kusso Conde diz que não conheceu o seu pai biológico, mas teve um pai de criação cuja formação na área Aduaneira aconteceu na vizinha República Democrática do Congo. Infelizmente, chegado a Angola, não tinha sido reconhecido o seu certificado de habilitação e, por essa razão, ele ficou desempregado durante vários anos, buscando sobrevivência nas regiões diamantíferas do leste de Angola e, depois, vendendo no mercado do antigo Rock Santeiro. Não era envolvido em política, pois achava um assunto bastante sensível: “Mas meu pai é alguém muito medroso. Muito medroso, muito medroso! Ele é mesmo muito medroso, quanto a isso, você nunca vai ouvir meu pai falar da política, nunca! É muito medroso” (CONDE, 2024). Ao juntar-se às primeiras manifestações, afirma que foi por influência de sua mãe, uma mulher que era empregada doméstica, sem formação acadêmica, nascida de uma família cuja cultura oportunizava aos homens frequentar a escola enquanto elas eram preparadas para cuidar da casa, dos irmãos e do futuro marido e filhos. Todavia, era uma exímia amante da rádio, pela qual circulavam as intervenções do analista político Makuta Nkondo que inclusive, em alguns programas de 2011, terá enfatizado sobre a primeira manifestação a que os jovens eram convocados para destituir o presidente José Eduardo dos Santos. Como ela diz: “Se não houvesse essa conexão da minha mãe com a rádio, eu não saberia, eu não ouviria sobre a manifestação. Eu não tinha o domínio das redes sociais. Eu diria que o Makuta Nkondo⁵⁷ só abriu a porta para eu ir fora e me manifestar, manifestar o meu descontentamento” (CONDE, 2024).

A outra mulher que participou do processo dos 15+2 (duas) foi Laurinda Gouveia. Natural do Kwanza Sul, município da Gabela. Seu pai é de Quibala (outro município do Kwanza Sul) e formou-se até a quarta classe no período colonial. Com a independência de Angola banhada pela guerra civil, passou a ser perseguido e acusado de ser militante da UNITA (um dos contendores do conflito). Por essa razão, foi viver na Gabela, onde passou a praticar a

⁵⁷ Augusto Pedro Makuta Nkondo, é um jornalista, formador de opinião e político, nascido aos 5 de abril 1948, no município Tomboko, província do Zaire. Foi deputado a Assembleia Nacional pela Coligação Eleitoral CASA-CE. Durante o Monopartidarismo, foi detido 13 vezes pela DISA - Direcção de Informação e Segurança de Angola. A última foi em 1985, quando ficou cinco meses preso, acusado de traição e tentativa de golpe de Estado. Disponível em: <https://www.voportugues.com/a/angola-fala-s%C3%B3-bilhete-de-identidade-makuta-nkondo/5174408.html>. Acesso: 10 fev. 2024.

agricul- tura. Sua mãe nasceu na Conda, mas cresceu na Gabela e, infelizmente, não teve formação acadêmica, pois era vendedora e, mais tarde, passou a se dedicar à agricultura. A ativista refere que tem vivências desde os seus 7 anos em Luanda, altura em que o seu pai decidiu levá-la para ter uma vida diferente daquela da sua área de origem, que era marcada pela miséria. Ele também queria evitar qualquer impacto negativo em relação à separação com a sua esposa, mãe de Lau- rinda, pois o seu pai, por conta do conflito civil e devido às perseguições políticas, teve que se ausentar da sua família e, no regresso em 1998, descobriu que a sua esposa havia se casado com outro homem. Nessa altura, Laurinda (2024) revela:

Quando o meu pai regressa, pega eu e a minha irmã e traz-nos para Luanda, e eu vou diretamente para o Catambor, onde eu fiquei com uma tia minha, ele também tava lá com a sua esposa que já não era a minha mãe. Ai lá nos fazíamos a vida. Anos depois o meu pai teve que sair de lá e alugar um... alugar não, ele estava a controlar um terreno na Gamek. Depois aparece uma prima dela que pede ao meu pai para me levar, pra eu ir viver com a filha dela para ajudar em casa, a cuidar dos filhos, que na verdade, não eram muito mais velhos em relação a mim. E pronto, foi basicamente ali no Canzenga, onde eu comecei a estudar. Estudei na Rainha Nzinga, mesmo bem próximo lá de casa. Depois fui para o Canine.

A experiência de vida no município do Cazenga, a levou a se incorporar em uma agremiação religiosa por via da família e da igreja Sagrada Esperança, fazendo parte do coral Santa Cecília. Na igreja, ela fez catequese, crisma, batismo, primeira comunhão e já naquela época, de modo primário, criticava a forma como as jovens mulheres se apresentavam, fazendo desfrise do cabelo, usando saltos altos ou mantendo-se com o corpo ideal para serem aceitas pelos homens – como uma espécie de vítimas da “ditadura da beleza”. Tendo crescido com a sua tia e depois com a sua prima, as pessoas não eram muito engajadas politicamente. Porém, ela acredita que, ainda assim, o contexto sociopolítico da capital Luanda impactou sua decisão de ter uma vida diferente e se engajar nas manifestações, pois ela acredita que se ainda estivesse vivendo na Gabela, possivelmente não teria o mesmo destino. Para ela: “Eu penso que se eu tivesse no Kwanza Sul e eu gosto de falar assim, se calhar, eu ia ser uma bêbada. Desfiguradas, destruídas, outras morreram. E a minha irmã, por parte de mãe, é um exemplo disso. Depois a minha mãe também entra para o mundo do álcool” (GOUVEIA, 2024). Das suas memórias e quando já tinha iniciado a militância pelo ativismo (vivendo em meio a vários processos de perseguição), ela se lembra de dois acontecimentos interessantes que lhe eram contados pelos seus familiares. Primeiro a da sua tia, que lhe contou que esteve ligada à UNITA e que seu esposo tinha sido morto durante os acontecimentos do 27 de maio de 1977. Segundo, mesmo sem ter vivido com o seu pai (aliás, diz que a imagem que tem do pai enquanto menina deriva

do conflito civil onde viu ele ser levado a força para ingressar ao exército), os seus familiares diziam que a inclinação política dela tinha sido a mesma do pai.

O meu tio diz que eu saí o meu pai, porque o meu tio viu, acompanhou toda a trajetória do meu pai, a forma dele ser, o que ele defendia. Então ele dizia sempre, o meu tio, assim como uma outra irmã dele... ele diz que quando me viu nas ruas a reivindicarem, "não, a Laurinda só está seguindo o que meu irmão fazia, nada mais do que isso". Mas é algo que eu, pronto, vou dizer, porque eu não o vi diretamente. (GOUVEIA, 2024).

O jovem ativista, Inocêncio António de Brito, “Drux”, tem o percurso marcado por nascer na província do Kwanza Norte, com passagens por Malanje e Cuanza Sul até a sua instalação em Luanda. Esse movimento de uma província à outra foi importante na compreensão dos fenômenos políticos existentes no país. Foi em Porto Amboim, município da província do Cuanza Sul e depois em Luanda onde, através de meios de comunicação social, como a Rádio Despertar⁵⁸, que começou a perceber com alguma profundidade a necessidade de criticar a elite cleptocrática e autoritária que se tinha instalado no poder, exigindo mudanças democráticas pela via não violenta (DRUX, 2022).

O jovem ativista Dito Dali afirma que Dito é o nome de casa, sendo que até pela cédula na altura se encontrava registado. Mas, depois que foi para a identificação, passou a chamar-se de Benedito Jeremias Dali. O Dali na língua Tchokwe⁵⁹ tinha de entrar o N, Ndali, que significa força, resistência e determinação. Mas a herança colonial portuguesa, introjetada pelos assimilados (NASCIMENTO, 2020), decidiu omitir o N. Para o ativista, o Dali também coincide com o nome de um escritor e artista plástico espanhol Salvador Dali. Dito Dali é natural do Luena, capital do Moxico, e é pai, estudante de Administração Pública e Ciência Política e morador algures de Luanda (DALI “DITO DALI”, 2022).

Já o ativista Samussuko, que é também oriundo da província do Moxico, apresenta-se como Hitler Samussuko, porém seu nome no Bilhete de Identidade (BI) é Hitler Tchossonde. É um jovem solteiro, formado em Ciência Política, membro do Movimento Terceira Divisão com a função de porta-voz [...] atualmente estuda no curso de Mestrado em Ciência Política pela Universidade de Brasília (SAMUSSUKU, 2022).

Os jovens ativistas Benedito Jeremias “*Dito Dali*” e Hitler Jessy Tshikonde Samussuko

⁵⁸ A Rádio Despertar, mais conhecida como RD, é uma rádio angolana instalada em Luanda, capital do país. A emissora é sintonizada na FM 91.0 MHz, cobre as províncias de Luanda e Bengo e possui uma linha editorial que fomenta notícias críticas ao regime.

⁵⁹ Os Tchokwés são o grupo etnolinguístico bantu predominante do leste de Angola, tendo-se estabelecido, nos anos finais do século XIX, nas províncias administrativas da Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico, estendendo-se, posteriormente, até o interior da província da Huila. Esse grupo fala a língua tchokwe e, no passado, tinham fundado o reino Lunda-Tchokwe (Porto Editora, 2023).

são originários da província do Moxico, uma província que ficou conhecida pejorativamente como “as terras do fim do mundo”. Eles são filhos do grupo étnico *Tchokwe* que, historicamente, tinha sido excluído do cenário político, sobretudo em relação à representatividade diante dos cargos de estado, mesmo quando tinham sido úteis na luta contra o colonialismo e alcançado a paz em 04 de abril de 2002, depois dos longos 27 anos de luta fratricida entre o MPLA e a UNITA. Tudo isso acabou introduzindo outro ingrediente interessante, que tem a ver com a dimensão acadêmica ou mesmo intelectual das lutas diárias pela construção do estado de direito e democrático. A entrada espontânea deles no movimento dos 15+2 (duas) passou a garantir a oportunidade de lutar pelo legado histórico, bem como evitou novos processos de exclusão geográfica, étnica, social e econômica que o seu povo vinha sendo vítima. Ambos são formados em universidades angolanas e em cursos bem específicos: “estudei Administração Pública e Ciência Política” (DALI “DITO DALI”, 2022); “formado em Ciência Política” (SAMUSSUKO, 2022). Isso reverbera ao nível do entendimento intelectual e da consciência política, pois o fato de terem estudado esses cursos em universidades localizadas dentro de Luanda, capital do país, os permitem interagir e conviver com professores, livros, intelectuais e meios de comunicação social, estabelecendo debates profícuos sobre a realidade política nacional e internacional.

Os ativistas Dito Dali e Hitler Tchissonde Samussuko (2022), que reivindicaram a questão da representatividade em termos geográficos (Leste de Angola) e étnicos (*Tchokwe*), são perentórios ao afirmar que

[...] na verdade, a nossa presença quer do Hitler, quer a minha aqui em Luanda sobretudo no mundo político e do ativismo, é uma questão também da representatividade. Não é questão de vaidade, precisamos mesmo fazer história e nos impormos ao nível nacional’. ‘Mesmo na distribuição dos cargos político-militar, os combatentes do Leste eram excluídos. Se procurares um ministro que seja do Leste, só agora que meteram o Liberdade, é uma gota no oceano. Se olhares nos departamentos ministeriais, a questão da representatividade não existe. Mas esse problema não é só do MPLA, na própria UNITA também existe o problema de excluir o povo do Leste’. (DALI “DITO DALI”, 2022).

Os ativistas defendem a existência de forma explícita da condição de exclusão e subalternização das províncias do leste do país, sobretudo a do Moxico, bem como a precária condição do grupo étnico dos *Tchokwés*, que já tinham sido importantes durante as várias etapas da história de Angola na conquista da independência e da paz, consecutivamente. A luta pela representatividade (o mesmo ocorre contra a exclusão política e econômica) soa como algo histórico. Nesse sentido, Dito Dali é conclusivo em dizer que “eu fui lendo também a história

do MPLA ou a criação do MPLA com o contributo dos povos do leste de Angola. Percebi que esta exclusão é histórica, não é recente” (DALI “DITO DALI”, 2022). De acordo com Pearce (2015, p. 01), “esse planeamento urbano foi o legado de uma administração portuguesa que tinha visto o sudeste e leste de Angola como ‘as terras ao fim do mundo’, as ‘terras no fim da terra’, pelo que foi aprofundado com a emergência da independência e o fim da guerra civil”.

Destaca-se a história da luta de libertação (1960-1975) e a emergência, no seio do MPLA, da Revolta do Leste⁶⁰ em novembro de 1969, liderada por Barnabé de Freitas, conhecido pela alcunha de Jiboia⁶¹, seu nome de guerra. Jiboia era do grupo étnico *mbundo*⁶² e se destacou por ser um grande agitador político na região Leste (Lunda Sul, Lunda Norte e o Moxico), fato que lhe conferiu uma importante influência sobre as populações locais Tchokwe. Além de protestarem contra o autoritarismo que marcava as relações entre os chefes militares e os combatentes do MPLA, exemplificado pela execução de António Camango, a Revolta Jiboia também apresentava outras críticas, como: a utilização de armamentos obsoletos do Leste; as dificuldades logísticas para se fazer a guerrilha; a crescente situação de penúria vivida pelas bases do movimento; a ausência dos dirigentes do MPLA nas frentes de batalha e a exclusão das populações do Leste das oportunidades de instrução que o movimento conferia a militantes do Norte do país. Ainda se pode ilustrar a revolta do Leste com o contributo de Daniel Chipenda, que levou consigo cerca de 1.500 ex-companheiros do MPLA que já não se viam nas causas da luta das lideranças do seu antigo partido (PINTO, 2016).

Depois da independência, o leste de Angola foi alvo de assimetria regional, mesmo tendo a região a maior produção diamantífera. O ativista dos direitos humanos Rafael Marques, na sua obra **Diamantes de sangue: Corrupção e Tortura em Angola**, narra que, no ano de 2010, Angola produziu diamantes avaliados em US\$955 milhões, segundo dados oficiais, colocando-se na posição de quarto maior produtor mundial de diamantes. As gemas, depois do petróleo, são o segundo maior produto de exportação de Angola e gerador de receitas para o Orçamento Geral de Estado. A sua produção industrial mantém-se concentrada na região nordeste das Lun- das. As populações dessa região encontram-se sujeitas a um regime de corrupção e violência, de arbitrariedade e impunidade, o qual não deixa dúvidas quanto à adequação do conceito “di- amantes de sangue”. Quando se negocia com a indústria

⁶⁰ Sobre essa revolta, é importante ler os seguintes textos: *A geração da utopia*, de Pepetela; **Guerrilhas e Lutas Sociais - O MPLA Perante si Próprio (1960-1977)**, de Jean-Michel Mabeko-Tali e a tese de João Paulo Henrique Pinto, com o título **A identidade nacional angolana – definição, construção e usos políticos**.

⁶¹ Grande serpente que vive nas árvores, da família dos boídeos e cujo comprimento pode chegar aos 4 metros. Tem dorso amarelado, acastanhado ou cinza, é desprovida de veneno e mata suas vítimas por constrição, pressão que causa a diminuição do tamanho.

⁶² Grupo étnico dos *Ambundo*.

diamantífera angolana, negociam-se, de fato, diamantes de sangue. A comunidade internacional e as organizações internacionais têm de assumir este fato. Efetivamente, e apesar de toda a legislação e de todo o discurso oficial contrário, as comunidades locais são torturadas e assassinadas na prática e não dispõem do mais ínfimo acesso a mecanismos legais de justiça. Para além disso, têm sido sistematicamente e intencionalmente impedidas de desenvolver atividades de sustento que não o garimpo. As terras são-lhes expropriadas, as colheitas destruídas e as únicas vias rodoviárias circuláveis (do Cuango a Cafunfo e à comuna do Luremo) foram privatizadas e o seu acesso é interdito às populações. Para sobreviver, ficam, portanto, inteiramente dependentes da atividade de garimpo e, assim, absolutamente vulneráveis aos abusos de poder por parte das forças armadas e de segurança privada, que agem com total conivência – quer das empresas diamantíferas, quer das autoridades locais e do governo angolano (MARQUES, 2011). Tal como defendido por Dali “Dito Dali” (2022), os povos do leste de Angola são povos pouco ou não respeitados pelo estado. Quanto aos mais velhos que lutaram nos maquis e vieram para Luanda, muitos deles ficaram atrapalhados e corrompidos tentando se aproximar de um homem da elite achando que eram amigos, mas foram descartados depois.

A centralidade dessa informação reverbera um estado de abandono que, inclusive, levanta discussão sobre a condição acadêmica de alguns quadros dessa região. Durante muitos anos, a exploração de diamantes e o abandono da região em termos de investimento e até de gestão da guerra fizeram com que a formação não fosse prioridade, sendo a atividade de garimpo a preferência de muitos jovens dessas regiões. Com o fim da guerra civil, o descaso continuou e, apesar de ter emergido o despertamento de vários jovens, o investimento na educação formal não gerou um fomento da qualidade das escolas e universidades e do quadro docente. Com a realização do Censo no ano de 2014, os dados produzidos tinham produzido informações que davam conta que a região leste de Angola manifestava uma das taxas de analfabetismo mais elevadas do país, pois cerca de metade da população com 15 ou mais anos não sabia ler, escrever ou calcular. As diferenças variam entre 52% (Moxico) e 44% (Lunda-Sul) da população que não sabe ler nem escrever nas três províncias, o que indica que em qualquer delas se regista uma taxa de analfabetismo significativamente superior à média nacional (34,4%) (INE, 2016 *apud* Lopes *et al.*, 2022).

Ainda se pode aludir a dois outros casos. O primeiro diz respeito ao Partido de Renovação Social (PRS), fundado por Eduardo Kuangana. Esse partido, com representação na Assembleia Nacional, foi fundado em 18 de novembro de 1990 na altura em que ocorreu a abertura do processo de democratização. O partido político tem ligações orgânicas com as Lundas, duas

províncias do leste de Angola, e tem como bandeira de luta o federalismo, no qual acreditam ser o caminho do usufruto do bem-estar social, proveniente da liberdade tributária e econômica a serem adotadas pelos diferentes estados. O PRS, cujo eleitorado é principalmente de origem Tchokwe, decidiu fazer a luta dentro do parlamento, atuando timidamente na defesa dos direitos humanos de povos dessa região. Com a relação da operação “Operação Transparência” e “Resgate”, vários jovens ficaram sem fonte de renda e sentiram-se perseguidos pelo poder do estado, visto que foram considerados como garimpeiros ilegais. O líder dessa agremiação política, em uma conferência de imprensa em 2019, alertou ao executivo que procurasse soluções para os jovens, uma vez que a presença das forças da ordem e segurança do estado violavam em alguns casos os direitos dos cidadãos (quando houvesse excesso de zelo). Todavia, as críticas dirigidas a esse partido estão relacionadas ao fato de ter passado a padecer de dois problemas: a falta de cultura democrática – que levou o líder fundador Eduardo Kuangana a assumir o cargo por mais de 20 anos e quase sem oposição, tendo sido substituído recentemente por Benedito Daniel a partir do ano de 2017 (outro líder autoritário) – e o fato dele ser acusado de ser conivente aos interesses do partido no poder que fomenta a pilhagem daquelas terras, também conhecida como “terras do fim do mundo”(ABIAS, 2017), não manifestando ações mais concretas de oposição ao partido no poder, como ocorre com o grupo que iremos descrever a seguir.

O segundo exemplo é o Movimento do Protetorado Português de Lunda Tchokwe (MPPLT), que nasceu em 2006. Esse movimento defende que a Lunda Tchokwe merece independência em função do direito natural e juridicamente plasmado nos tratados de protetorados assinados pelos ancestrais Lunda com os portugueses entre os anos de 1885 e 1894, ou mesmo autonomia, à semelhança do que ocorre com as ilhas de Madeira e Açores em Portugal (NETO, 2011).

Os casos supracitados revelam não somente a existência do problema da exclusão estrutural e transversal dessa região do país, mas também demonstram o grau de resistência com que os povos daquela parcela do território angolano despoletam sobre o regime autoritário instalado em Luanda. Afinal, na atualidade, o caso específico da província do Moxico tem dificuldades infraestruturais, como a ausência de estradas que ligam os demais municípios, fábrica, indústria, faculdade ou universidade e a falta de acesso à água, energia, serviços de saúde e educação de qualidade. “Tudo isto nos remete a não ficarmos calados e nos levantarmos” (DALI “DITO DALI”, 2022). Para realmente lutar contra este processo de ostracização social, política e econômica, os jovens se juntaram aos movimentos sociais que deram origem aos 15+2 (duas).

Uma nota digna de realce é que esses jovens ativistas acabaram convergindo na cidade de Luanda, tomada como acolhedora de um lado, mas, por outro lado, excludente no plano

social. Essa cidade historicamente foi fundada em 1575 por Paulo Dias de Novais, sendo a capital da colônia de Angola ao longo dos tempos. Desde o período colonial que ela ficou marcada por ser uma cidade dividida e com musseques, fomentando uma espécie de *apartheid* socioeconômico entre ricos e pobres (do contexto colonial entre brancos e negros) e, no pós-independência, entre a elite política detentora do poder político e povo (NASCIMENTO, 2020; ALVES, 2015). Essa parcela de Angola, emaranhada pela guerra civil que perdurou mais de 25 anos, viu sua infraestrutura ficar defasada em relação ao vertiginoso crescimento urbano resultante do êxodo rural – sobretudo por deslocamentos forçados de milhares de pessoas de províncias que tinham sido afetadas pelos ataques violentos dos beligerantes. Todavia, com a paz, as deslocamentos ficaram marcadas pela procura de melhores condições de vida e busca por emprego. É interessante lembrar que, nesse caso, foram formados bairros informais, musseques espraia- dos horizontalmente e sem quaisquer planos de ocupação, que gravitavam em torno do centro urbano. *Musseque*, tal como foi dito no capítulo 3, é um nome que deriva da língua local “*Kim- bundu*” e que significa terra vermelha. Estes musseques são bairros periféricos suburbanizados ou de urbanização progressiva, que podem ser classificados como ordenados, se forem passí- veis de se ordenar com instrumentos de ordenamento do território, ou desordenados, se forem de difícil ordenamento face à sua densa e caótica ocupação. Os musseques quase sempre foram espaços de exclusão socioespacial desde o século XVIII, quando aconteceu a primeira configu- ração urbana da cidade de Luanda. Nesse caso, entra em cena a presença do bairro do Malueca que emerge como parte desse processo desarticulado de construções de bairros sem quaisquer condições e com altas taxas de criminalidade (DAIO, 2020). Por essa razão que irá se desen- volver a veia crítica e revolucionária de Rosa Kusso Conde (2024) através do seguinte fato: “Bem, eu já me revolucionava, ou seja, eu já me revoltava só vendo o que acontecia ao meu redor e já revolucionava a minha mente, já me perguntava: ‘mas até onde a gente vai chegar com isso? Estamos em que país afinal? Onde não há autoridades para proteger o próprio cidadão’”.

A fraca presença da Polícia Nacional se reverbera no aumento das taxas de criminalidade e da justiça por mãos próprias. É válido notar que, em 2018, face à situação da delinquência no bairro e devido à falta de efetivos da polícia nacional para repor a ordem e a tranquilidade nas ruas daquele bairro, os moradores contrataram um grupo composto por cidadãos estrangeiros de nacionalidade congoleza, costa marfinense e nigeriana para fazer vigilância no período noturno com armas de fogo do tipo AKM, com o propósito de reduzirem o índice de criminalidade na zona (FAUSTINO, 2018). O contexto em que se nasce, cresce e vive é fundamental para definir a trajetória desses jovens, os quais deixam isso explícito nas

respostas dadas nas entrevistas. Observa-se que as experiências vividas na infância, adolescência ou juventude acabaram interferindo na construção de suas trajetórias cívicas e políticas.

Dando continuidade à linha argumentativa, pretendemos recuperar a questão dos marcos culturais na formação da consciência cívica e política dos jovens ativistas, destacando o contributo derivado do movimento cultural hip-hop, da formação académica (escolas secundárias e universidades) e de livros, jornais e rádios privados.

4.2 Marcos culturais e formação dos jovens ativistas do movimento dos 15+2 (duas)

Tal como já ressaltamos, nossa memória se ancora em marcos materiais, morais, sociais (HALBWACHS, 2006) e culturais. Diríamos que a construção de uma memória cívica e política desses jovens ativistas se ancora: em movimentos culturais presentes na música *rap* (pelo movimento cultural Hip-Hop); nas relações construídas nas universidades públicas e privadas que frequentavam; na cultura da discussão política desenvolvida nesse e em outros espaços; na literatura de bibliografias divulgadas pela imprensa; nos processos de debates e na democratização da informação por via das redes sociais. Como referenda Thompson (1981), são as relações entre classe e cultura que se manifestam nos novos movimentos sociais. Os jovens do movimento dos 15+2 (duas), assim como muitos jovens angolanos, são vítimas do descaso do estado em relação a educação, mas são amantes da leitura e da arte ou, propriamente, do conhecimento. O movimento aglutina músicos, engenheiros, professores universitários, trabalhadores por conta própria e estudantes que são, infelizmente, incompreendidos e chamados de arruaceiros por quem detém o poder político (CORDEIRO, 2015).

O Hip-Hop atuou como instrumento de luta para a transformação da realidade social e política de acordo com o acúmulo histórico e material desses jovens ativistas – apesar dessa situação não abarcar todos os que participaram do movimento. Olhando para a trajetória da ativista Rosa Kusso Conde (2024), por exemplo, podemos observar que ela afirma que não tinha conexão com o movimento hip-hop e que o espírito de revolta foi derivado das condições precárias da sua casa ou da sua comunidade (bairro). Diferente dela, Hitler Tchissonde Samusuko (2022), forjado nas lides da Terceira Divisão do movimento hip hop, assume que “antes de 2011 já fazíamos coisas ligadas ao ativismo porque eu comecei no movimento Hip-Hop e no movimento Hip-Hop tinha coisas que fazíamos que já estavam ligadas ao ativismo”. Jelin (2002, p. 38) advoga que “a memória, é produzida enquanto houver sujeitos que compartilham

uma cultura, enquanto houver agentes sociais que tentem "materializar" esses significados do passado em diversos produtos culturais que são concebidos como, ou se tornam, veículos de memória”.

O *rap*, um dos elementos do movimento Hip-Hop em Angola, surgiu entre o final da década de 1980 e início da década de 1992 e, nesse período, o país africano vivia grandes transformações no plano político, econômico, social e cultural (Júnior, 2018). É nesse contexto de transição para a democracia e de evolução do neopatrimonialismo (Chabal, 2006), construído dentro dos fundamentos partidários e, depois, no âmbito presidencial, que se construiu o movimento cultural Hip-Hop enquanto instrumento de incentivo à população para exigir mais direitos à luz da Constituição (BLANES, 2016). A expressão *hip* (quadril) e *hop* (balançar) é uma gíria que significa balançar o quadril. O Movimento foi criado pelas equipes de baile norte-americanas com o objetivo de apaziguar as brigas e contrariedades frequentemente manifestadas pelos jovens agrupados em gangues. O termo Hip-Hop designa um conjunto cultural amplo que inclui música (*rap*), grafite (pintura) e *break* (dança). O *rap*, sigla em inglês derivada de "*rhythm and poetry*" (ritmo e poesia), é a música do movimento e se constitui como o seu elemento de maior destaque. MC é a sigla de "Mestre de Cerimônia". É ele que canta o rap e, na maioria das vezes, também compõe as letras. Esse movimento, iniciado no final da década de 1960 nos Estados Unidos, atuou como forma de reação aos conflitos sociais e à violência sofrida pelas classes menos favorecidas da sociedade urbana.

Em Angola, a história do movimento tem como gênese a década de 1980, período marcado pela queda do muro de Berlim e momento em que os jovens luandenses passaram a ter influência direta da cultura afro-americana. Nesse período, a cultura era massificada com a divulgação da música Rap nas rádios de Luanda. Muitos jovens passaram a se organizar em grupos, como a Consciência de África, DC Unit (Kol Klever), Ação Positiva, as Raparigas com Atitude, Príncipe Wadada e Nelo Boy da Zabuda. De 1993 a 1994, o Mister Pol criou o primeiro estúdio de gravação de música rap – esse estúdio que surgiu no município do Cazenga e ajudou na divulgação e massificação do rap em Luanda, principalmente nas regiões periféricas. Em 1995, Nelo Boy da Zabuda fundou um programa de rádio sobre o movimento Hip-Hop, que era conhecido como Rap Cidade na rádio Luanda. Em seguida, surgiu o Miguel Neto com o programa Top Rc na Luanda Antena Comercial (LAC). O Mister Pol, em 1995, realizou um dos grandes espetáculos de rap no Largo Sueto, centro da cidade de Luanda, onde consagrou artistas como o Tetembwa, Joseph, Keita Maianda e a Consciência Ativa (HATA, 2024).

Esse movimento, que se formou como uma cultura das ruas, tornou-se protagonista na

reivindicação por direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos por causa das letras questionadoras, do ritmo forte e intenso e das imagens grafitadas pelos muros das cidades. Os jovens passaram a questionar o neopatrimonialismo presente na gestão governativa do país, sendo que sobre esse papel coube ao *Rap Underground*, conhecido como um estilo de Hip-hop voltado à necessidade de pontuar algumas questões com enfoque na política e religião, demonstrando aversão à violência, à violação sistemática dos direitos humanos e à degradação da democracia vigente (LOURENÇO, 2010). Através do rap, figuras públicas destacadas, como o Brigadeiro 10 Pacotes⁶³, o grupo Filhos da Ala Leste, os coletivos do Circuito Corrente Contínua (CCC, do bairro dos Blocos), o Movimento Monangambe e a 3ª Divisão (de Cacuaco) produziram áudios e vídeos com conteúdo de contestação explícita contra o regime. Como *rappers*, estes jovens já faziam manifestações nas ruas com atividades culturais, como exemplificam as ações do Movimento terceira Divisão e do Movimento Monangambe em Cacuaco. Nesses eventos, as pessoas cantaram, grafitaram paredes e proporcionaram momentos para debater sobre questões do país em várias ocasiões (DOMINGOS, 2024).

Dessas músicas, destaca-se o rap de MCK (pseudônimo de Katrogi Nhangá Lwamba) cujo título é **Sei Lá Quê** do álbum **A técnica, as causas e as consequências** (MENDONÇA JÚNIOR, 2018; BLANES, 2016). A título de exemplo, segue abaixo um extrato da música:

Cidadão angolense acorda antes que o sono te enterra
 Se deres ouvido a minha poesia conhecerás a cara e o nome do mosquito que nos ferra
 Saberás que a causa do caos do povo não foi apenas a guerra
 O quotidiano mostra a cor da corrente que nos cerra: preto em baixo, vermelho em cima e amarelo no meio envolvida por anéis de utopia na parte externa⁶⁴
 A inocência fabrica e multiplica as vítimas da escravidão moderna.
 Como a massa desconhece a técnica da manipulação popular de lixamento angolense ninguém sente o peso da algema
 O teu caso é uma prova visível da arte dos lobos
 Os teus argumentos são frases incompatíveis da filosofia moderna
 Não tens abrigo, procuras emprego há séculos, mas contínuas fiel ao sistema.
 Estás preso sob uma frequência de controlo automático de grades invisíveis (eles trancaram o teu futuro no ventre da tua mamã)
 Sofres diariamente, não sabes como reclamar
 As armas calaram, mas o teu estômago continua em guerra
 A tua luta começa no dia do teu parto com a primeira gasosa que os teus pais

⁶³ Brigadeiro 10 Pacotes: pseudônimo do *rapper* e ativista angolano Bruno dos Santos. Ele incorpora na sua música o espírito *Underground*, o estilo de *rapper* mais revolucionário, também conhecido como *Rapper alternativo*. Ficou muito conhecido com as músicas: **O kambwa está a nos matar**, **A carta ao povo angolano** e **O governo toca guitarra**.

⁶⁴ Nota do autor: caracteres da bandeira do partido político que governa o país desde 1975, ano da independência, até os dias de hoje.

pagam à equipa médica em serviço e só acaba com o último batimento do teu coração!

Guerra é luta e luta é mesmo isto!

A tua esperança anda mais de 40 anos no verão

E afastaram-te dos livros desde criança, aos 12 anos uniram-te às cervejas
Encheram o teu final de semana com maratonas e deram-te uma educação
mutilada!

Aniquilaram o teu espírito de revolta com igrejas!

Tens uma década de escolaridade, sobre a vida não sabes nada Cultivam em
ti o medo que semearam nos teus pais.

As tuas atitudes dependem da rádio e da televisão. Já sei que não vais
compreender o refrão

Isto é uma figura de estilo irônica, pede explicação.

A música apresentava-se como um retrato da vida de milhares de angolanos agrilhoados por um sistema político suportado pelo partido MPLA, que vinha “desgovernando” e desumanizando milhões de angolanos há mais de 40 anos. As três cores da bandeira do partido, que se confundem com as da bandeira nacional, citadas na música correspondem a um dos símbolos nacionais, mas o autor ironicamente incluiu as cores no seu discurso para reafirmar o quanto o partido tinha proporcionado pobreza e miséria aos angolanos, ratificando que era o momento de os jovens lutarem pela liberdade e pela democratização do país. A música de MCK teve repercussão nacional e, em 2003, o jovem Cherokee de 26 anos de idade foi morto afogado por agentes da Unidade de Guarda Presidencial no embarcadouro do Mussulo por cantá-la enquanto lavava os carros. Sobre isso, Luaty diz que “temos todos a noção de que, aqui, falar contra o regime é quase morte assegurada” (BEIRÃO, 2016, p. 179). Em resposta reivindicativa, Luaty Beirão escreveu a música *sou um Kamikaze*, na qual dizia o seguinte: “o desespero fez com que me tornasse um kamikaze; agora sou persona non grata e amizade indesejada; sou um kamikaze angolano e esta é a minha missão; não tenho tempo para repetição não tenho tempo para refrão” (JORNAL ESQUERDA, 2015).

Portanto, o movimento hip-hop angolano tornou-se, por via da música, uma força motriz que levou os jovens às ruas dentro do quadro democrático instituído. Através da vanguarda cultural, como é o caso do uso do *Rap Underground*⁶⁵, rap consciente⁶⁶ ou microfone

⁶⁵ O termo *rap underground* pode estar ligado ao estilo de música descrito como hip-hop alternativo (no qual os próprios artistas se relacionam com gravadoras independentes) ou também como *rap* alternativo (no qual se define como um estilo musical próprio, que se diferencia do *rap* mais comum, como, por exemplo, o *Gangsta rap* e o *Political Hip-Hop*).

⁶⁶ Hip-Hop consciente ou hip-hop socialmente consciente é um subgênero do hip hop que incide sobre questões sociais. Não é necessariamente abertamente político, mas discute os problemas e conflitos sociais. Temas do hip-hop consciente incluem religião, aversão à violência, o lado afro-americano e latino-americano da cultura, o avanço da economia ou representações de vida simples nos projetos de habitação, que revelam a luta das pessoas comuns. *Grandmaster Flash* foi um dos primeiros e de grande influência política da música hip-hop consciente, condenando a violência, pobreza e questões sobre a vida e morte da juventude negra da época.

político, os jovens (re)elaboraram um projeto político como expressão da luta cívica e política, reivindicando na esfera pública diante das vivências das pessoas, sofrimentos, exclusões, violência e dominação autoritária do poder político. No cerne dessa proposta, apoiada na transformação cultural e política dos jovens angolanos, estão vários rappers que, em suas letras e vídeos e em suas participações ativas nos protestos, produziram discursos de forte impacto e penetração social sobre a violência policial, denunciando a corrupção e os ataques aos direitos humanos por parte do governo e promovendo, através de sua poética, os valores igualitários dos jovens das periferias angolanas.

Foi com a coragem advinda do rap que aconteceu a convocação para a primeira manifestação do dia 11 de março de 2011 – evento historicamente importante para delimitar a nossa pesquisa –, a qual foi anunciada pelo Ikonoklasta, alcunha artística de Luaty Beirão, membro do movimento dos 15+2 (duas). No dia 27 de fevereiro de 2011, ele estava fazendo participação no show do rapper angolano Bob da Rage Sense e soube que o filho do presidente, Eduane Danilo dos Santos, estava na plateia. Ele mandou avisar ao “papá” que “Não queremos mais ele aqui. 32 é muito. É muito!”. A analogia era para dizer ao pai dele que 32 anos no poder já era muito tempo sem uma condução democrática. Além disso, o rapper ainda puxou gritos de “Fora!” contra o presidente e os dirigentes do partido Dino Matros (secretário-geral do MPLA) e Virgílio de Fontes Pereira (líder da bancada parlamentar do MPLA). Ikonoklasta ainda exibiu a faixa “Ti Zé tira o pé – Tô prazo expirou há bwé!”, para afirmar que José Eduardo dos Santos deveria sair do poder, pois já estava há muito tempo no comando do país. Por último, ele convocou cerca de três mil jovens para um protesto, marcado para o dia 07 de março na Praça da Independência, no centro de Luanda, capital do país. Para incentivar o público, ele questionou quem seriam os verdadeiros “Revú”, alcunha dada aos revolucionários em Angola (Júnior, 2018). A maior parte dos jovens que passaram a participar das primeiras manifestações eram *rappers*, como o Exclusivo Mental, Sanguinário, Inamoto, Isidro Fortunato, Luaty Beirão, Hitler Samussuko, José Gomes Hata, Mona Dya Kidy, Pobre Sem Culpa, Fly Squad, Jaime Mc (DOMINGOS, 2024).

O movimento passou a fazer parte das vidas da maioria dos ativistas políticos em estudo. A partir de músicas, danças e grafites, eles denunciavam o sistema autoritário e construíam uma nova consciência política e crítica nos cidadãos. O discurso sobre a participação do movimento cultural Hip-Hop nos protestos em Angola e no caso dos 15+2 (duas) é comprovado pelo fato de que, entre os jovens presos, quatro deles eram rappers (a Laurinda era ouvinte e apreciadora assídua do movimento, sobretudo da música rapper), com realce para: José Gomes Hata, conhecido como Cheik Ahmed Hata; Inocêncio António de Brito, conhecido por Drux; Hitler

Tchissonde Samussuku e Luaty Beirão, conhecido por dois nomes artísticos no Hip-Hop: Ikonoklasta e Brigadeiro Mata Frakuz. Cheik Ahmed Hata e Hitler Samussuku compõem o grupo chamado Terceira Divisão enquanto Drux e Ikonoklasta fazem rap solo (SANTOS, 2019).

Isso fica evidente no depoimento de José Gomes Hata (2022) ao explicar que é rapper, ByBoys⁶⁷ e grafiteiro⁶⁸ e que são estas partes todas que o fazem um ativista político. Ele explica que, nos últimos dias, a sociedade não entende se eles são ativistas ou políticos (HATA, 2022). José Gomes Hata, membro do movimento Hip-Hop Terceira Divisão em Cacuaco, comuna do Kicolo⁶⁹, revela que já carregava um acúmulo de experiência cultural e política por via do rap. Ele recua no tempo e traz à tona alguns momentos que marcaram a formação do movimento contestatário em Angola, assegurando que tem dificuldade de dissociar o ativismo do movimento Hip-Hop (HATA, 2022). Para ter alguma ideia, ele indica que os protestos são anteriores à detenção desses jovens que, com o suporte do rapper, contribuíram para a manifestação de 07 de março de 2011:

Os organizadores das primeiras manifestações eram todos rappers, estava o Carbono⁷⁰ estava o Luaty, estava o grupo completo do Carbono, a CCC (Circuito da Corrente Cognitiva), mesmo o Estigma, atualmente Isidro Fortunato, também esteve ali. Éh!. Diante das violações de direitos humanos em Angola, o rap esteve presente constantemente como ferramenta de denúncia e críticas abertas ao regime do presidente José Eduardo dos Santos, chefe de estado do país entre 1979 e 2017. (HATA, 2022).

Portanto, o rap tinha se constituído como “microfone político” portado por jovens excluídos da sociedade angolana. Luaty Beirão, um dos membros do processo dos 15+2(duas), acrescenta o seguinte: “não tenho mais dúvidas que a consciência política e a consciência cívica dos jovens que começaram os movimentos de resistências foram influenciados pelo hip-hop. Todos eles conhecem artistas e músicas, boa parte deles tentou fazer música em algum momento da vida deles” [...]. Ele acrescenta: “é inegável, o rap teria sido o grande gatilho que despertou todas essas movimentações sociais, não só em Angola” (BEIRÃO, 2018 *apud* SANTOS, 2019, p. 169-170).

⁶⁷ *BBoy* (pronuncia-se bi-boi) é a abreviação do termo *Break Boying*, nome de quem pratica o *break*, dança que representa um dos três elementos do Hip-Hop. (SUPER INTERESSANTE, 2014).

⁶⁸ Os grafiteiros, termo que se liga ao *graffiti* enquanto expressão, retratando a realidade social por meio das formas, cores e traços nos muros. Junto a outras expressões artísticas, o grafite faz parte da cultura popular do Hip-Hop, traduzindo as vivências da rua por meio da arte. (AFONSO, 2014).

⁶⁹ É um distrito urbano angolano que se localiza na província de Luanda, pertencente ao município de Cacuaco.

⁷⁰ Carbono Casimiro, apelido de Dionísio Gonçalves Casimiro, rapper e ativista angolano nascido em 1982, morreu vítima dessa doença em 2019.

Uma das mulheres do processo, Laurinda Gouveia, adentrou ao movimento dos protestos por via do Hip-Hop após o consumo de músicas reproduzidas no ambiente familiar, especificamente por seu primo. Ela fala que: “o meu primo ouvia muito rap e de alguma forma eu também acabei incondicionalmente a abraçar o rap. E quando tinha esses shows eu ia. Lembro-me de ter ido, um deles que eu fui foi o do Bob da Rage Sense”. A ativista conhecia Kool Klever e seu amigo, o Francis. Foi no show do Bob que conheceu o Luaty Beirão, cantando e fazendo apelo à manifestação. Laurinda (2024) disse que queria se manifestar por via do rap: "porque não, vamos se manifestar, vamos não sei o que... e eu disse: uau, eu acho que é isso que eu estava precisando. Porquê? Porque eu já vinha praticamente construindo uma consciência anteriormente?" (LAURINDA, 2024).

Por sua vez, o Inocêncio de Brito “Drux”, um dos membros do movimento dos 15+2 (duas), descreve que o Rap esteve presente nas suas primeiras intervenções políticas e que foi amadurecendo o cunho de intervenção ao longo do tempo enquanto esteve no Porto Amboim, província do Kwanza Sul. A veia “hipopática” manifestou-se entre 2001-2002, sem necessariamente ter alguma preocupação com as questões sociais ou políticas. Só ao regressar em Luanda, entre 2005 e 2007, que ele começou a ganhar uma outra visão e passou a ter a preocupação de escrever músicas de intervenção social (DRUX, 2022). No dizer de Luiz Pimentel (2020), a produção artística e cultural atua como instrumento de subversão em relação às narrativas oficiais produzidas pelos períodos ditatoriais, pois mobilizam diversas estratégias de linguagem, organizam críticas e sátiras contra regimes autoritários. O movimento hip-hop atua como um campo de experiências em termos culturais, o que envolve sistemas de valores, ideias e formas institucionais que se tornaram importantes no processo de tomada de consciência pelas lutas cívicas e políticas (THOMPSON, 1981). A arte, mobilizada através do movimento hip-hop e todas as suas formas de existência foram instrumentos importantes na luta contra a repressão e autoritarismo. Suas músicas escondiam mensagens de resistência, a poesia criticava a censura e incentivava a existência da liberdade, ou seja, existia um certo cruzamento entre as experiências culturais desses jovens ativistas e a resistência popular (JÚNIOR, 2010). E, no caso de Angola, o Hip-Hop serviu também como estímulo para os jovens mudarem as suas mentalidades e seguirem carreiras por vários setores laborais, como revela Luaty:

[...] Ao chegar na esquadra deixaram-me sentado sozinho num sítio e apareceu um polícia de trânsito, sentou-se ao lado de mim e disse: ‘tu és o Matafrakus’, eu disse: yé, e ele começou a cantar uma música minha e disse que eu não tinha ideia de como tinha mudado a vida dele e a maneira dele ver as coisas e, depois também, quando fui para o procurador para ser interrogado, o escrivão,

quando viu-se sozinho comigo, revelou-me que também era artista e que tinha crescido também nisso, que me conhecia [...] alguém contou-me que tinha sido julgado por um juiz que também tinha sido rapper, então essas coisas dão uma ideia que depois de 20 anos algumas pessoas que atingiram idade laboral, que deixaram de fazer a música e passaram a fazer outras coisas na sociedade, ocupam cargos de chefias, pois o rap sempre foi visto como música marginal, de bandido, de drogados, de pessoas que não chegam a lado nenhum, e ver essas pessoas chegarem a esses sítios com esses elementos de consciência [...] dá uma noção satisfatória do que tem sido um esforço que vale a pena porque realmente influencia positivamente as pessoas. (BEIRÃO, 2018 *apud* SANTOS, 2019, p. 169-170).

O'Donnell e Schmitter (1988) argumentam que os artistas e intelectuais são os primeiros a manifestar oposição pública ao regime autoritário com frequência antes de a transição ter sido alcançada. Ao se expressarem através de metáforas oblíquas por meio do Rap, isso sem dúvidas os protege, tal como o fato de pertencerem a um sistema internacional de intercâmbio cultural. O talento e a coragem de poetas, músicos, dramaturgos, romancistas e humoristas fazem furos na pretensão do regime de encarar os supremos valores e virtudes nacionais, submetendo, muitas vezes, essa pretensão ao ridículo. Determinados artistas, especialmente cantores e atores, passam a simbolizar pela sua simples presença uma resistência ao regime e a sobrevivência de valores alternativos.

Ainda sobre os marcos culturais, cabe destacar também a emergência da imprensa, que passou a valorizar expressões culturais, notícias críticas ao regime político, contribuindo para a legitimação de grupos sociais subalternizados e tendo estimulado a necessidade de abraçar a luta pelos direitos civis e políticos, como ocorre no caso dos 15+2 (duas). Em Angola, o surgimento de uma certa imprensa privada ou contrária ao poder autoritário remonta ao contexto colonial (tal como ficou debatido no capítulo II), na qual os periódicos – como **O Farol do Povo**, **O futuro de Angola**, **A civilização da África portuguesa**, **A Aurora**, **O Desastre**, **O Tomate** e **O Arauto africano** – serviram para manifestar o seu sentimento de revolta contra a ocupação colonial ao denunciarem a discriminação e a violência contra as populações indefesas. Eles promoviam ainda espaços de debate político através das páginas de periódicos, a fim de gerar conscientização política e cultural nos angolanos. Quando o partido MPLA tomou o poder em Angola com a independência, determinou que as estações de rádio, televisão, jornais impressos e até os filmes produzidos no país se constituiriam como instrumentos da luta ideológica e política a favor do novo regime. Por isso, o partido-estado tornou-se detentor do maior número de veículos de informação. Porém, com a abertura democrática nas décadas de 1990, foi publicada a primeira Lei de Imprensa e criou-se o Conselho Nacional da Comunicação Social, que continuou subordinado à lógica político-

partidária. Os partidos da oposição, ativistas políticos e sociais passaram a exigir da imprensa maior abertura política, jornalismo pluralista, isento, contraditório e imparcial na divulgação das notícias, mas isso seria mitigado pela presença de uma mídia privada.

Nesse caso, o país passou a ter duas estações televisivas: a Televisão Pública de Angola (TPA) e a TV Zimbo (anteriormente privada, mas que passou para a alçada do estado angolano). O país passou a contar com 13 estações de rádio e 3 pertencem ao Estado (a Rádio Nacional de Angola, com emissores regionais em todas as províncias; a Rádio N'GolaYeto, uma estação em línguas nacionais com difusão para todo o território angolano e a Rádio 5, uma estação desportiva transmitida para as distintas regiões do País). As outras oito estações radiofônicas são de capital privado, a saber: Rádio Mais (em Luanda, Benguela, Huambo e Huíla); Rádio Morena (Benguela); Rádio Eclésia (emissora da Igreja católica, em Luanda); Rádio Despertar (emissora do principal partido da oposição UNITA, em Luanda); Rádio LAC (Luanda); Rádio Kairós (emissora da Igreja Metodista, em Luanda); Rádio Comercial de Cabinda (Cabinda) e Rádio 2000 (Huíla).

O Jornal de Angola é o único impresso diário sobre acontecimentos do mundo e do país e é o de maior tiragem nacional, com 25 mil exemplares publicados por dia. Já o jornal sul-africano é o de maior tiragem enquanto o *Daily Sun* vende 400 mil exemplares diários, um índice de circulação maior do que o do jornal **Folha de S. Paulo**, o impresso de maior tiragem do Brasil, com uma distribuição nacional média de 301.299 exemplares. Em Angola, também são distribuídos outros títulos impressos de propriedade do Estado: um jornal diário nacional dedicado exclusivamente às atividades desportivas, chamado **O Jornal de Desporto**; um jornal quinzenário de artes e cultura, **O Jornal Cultura** e, ainda, o semanário **Economia e Finanças**, todos com uma tiragem de 5 mil exemplares por dia. O setor privado investe sobretudo em semanários. Treze títulos se destacam, porém com tiragens pouco expressivas. São eles: **Agora** (2 mil exemplares), **Semanário Angolense** (3 mil exemplares), **A Capital** (2 mil exemplares), **Expansão** (2 mil exemplares), **Continente** (5 mil exemplares), **Factual** (mil exemplares), **Folha 8** (3 mil exemplares), **Novo Jornal** (5 mil exemplares), **O Independente** (mil exemplares), **O País** (5 mil exemplares), **Sol** (3 mil exemplares), **Gazeta** (2 mil exemplares) e **República** (2 mil exemplares). Além dos tabloides semanais, também circulam em Angola algumas revistas mantidas por sociedades e empresas privadas, como **Africa 21**, **Caras, Lux, Figuras e Negócios** e **Talento** (BECKER e CARLOS, 2015).

Apesar de existir a lei de liberdade de imprensa, o sistema autoritário fomenta perseguição aos jornalistas – como os casos de Rafael Marques e William Tonet – e mídias privadas passaram a ser parte da estrutura governativa, ou seja, o sistema político local passou

a manter o controle sobre a mídia, sendo corriqueiros os casos de censura e ameaças aos jornalistas. Todavia, há alguns veículos que são exceções e realizam críticas ao regime desde as suas respectivas fundações, como são os casos do jornal semanário **Folha 8** e de alguns sites independentes, com destaque para **Club-K**, o **Central Angola 7311**, o **Angola 24 Horas** e o **Maka Angola**. Há rádios com algum nível de coragem, como são as emissoras Eclésia, ligada à Igreja Católica, e a **Despertar**, pertencente ao partido opositor UNITA, que apresentam críticas ao regime.

A Rádio **Despertar**, herdeira da Rádio **Vorgan** (Voz da Resistência do Galo Negro), fundada em 1979 pela UNITA, emitia em ondas curtas a partir do exterior através dos idiomas português, inglês, quimbundo e umbundo. A emissora tinha como escopo contrapor a visão do MPLA durante a guerra civil. Aliás, atuava como instrumento de propaganda político-ideológica e militar que visava se contrapor ao programa **Angola Combatente**, do MPLA, transmitido pela Rádio Nacional de Angola. No início dos 1990, a **Vorgan** conseguiu uma concessão para atuar de forma legalizada em Luanda, capital de Angola, mas infelizmente foi fechada em 1998. O surgimento da rádio **Despertar** em 2007 enquanto reconfiguração da **Vorgan** se enquadra dentro de um ambiente formalmente democrático, mas com pouca liberdade de imprensa, expressão e informação, visto que o sistema público de comunicação ficou cerceado pelo partido no poder. Essa e outras rádios passaram a ser vítimas de excessivo controle por parte do partido-estado dos veículos de comunicação públicos, fazendo com que a rádio, o jornal e os dois canais de televisão nacionais servissem aos seus interesses. A mídia privada e os jornalistas dos veículos não estatais passaram a ser frequentemente abordados para negociar notícias e comentários que interessassem ao MPLA (JÚNIOR, 2021).

Quando o ativista Inocêncio de Brito “**Drux**” dos 15+2 (duas) faz questão de frisar sobre o papel da Rádio **Despertar** no acesso à informação, chama atenção para a importância da salvaguarda do direito à liberdade de se formar e ser informado sem qualquer discriminação. Isso explica o fato dele defender que a partir da “Rádio **Despertar** comecei a ter mais informação e quando em 2011 surgiram as manifestações, fiquei, estava interessado” (DRUX, 2022). Rosa Conde (2024) afirma que “um desses dias a minha mãe como é amante da rádio, ela não podia ficar distante da rádio, eu ouvia o Makuta Nkondo a falar na Rádio **Despertar**, sobre uma suposta marcha que podia acontecer no dia 07 de março de 2011” (CONDE, 2024). Nesse sentido, observa-se que a rádio ajudou a romper “com as práticas discursivas que impõem o “silêncio” e a hegemonia de opiniões como é feito comumente na mídia comercial, cuja maioria é declaradamente ‘descompromissada’ com o interesse coletivo, e indicar novas formas de construção da agenda pública” (Nunes, 2004, p. 65). A emissora, através dos debates e

noticiários, contribuiu para a construção do arcabouço intelectual e político do Dito “Dito Dali”, como ele advoga ao afirmar que:

[...] fui acompanhando a notícia através da radio despertar. Alguém me falou da Rádio Despertar. Tem uma rádio chamada despertar, está ligado a UNITA e tem havido debates ao Domingos. Então fui me conectando a Rádio Despertar e aí foi aumentando o meu ar do ativismo, foram aumentando as minhas convicções sobre o país. Em 2010 quando venho pela segunda vez a Luanda para dar continuidade aos estudos eu promovia debates lá na minha casa no Benfica. Recebíamos ali várias personalidades como Makuta Nkondo⁷¹, Domingos da Cruz⁷² Miguel Neto⁷³ Sedrick⁷⁴ e outros e então procurávamos já refletir a situação do país (DALI “DITO DALI”, 2022).

A Rádio Despertar apresentou uma programação diversificada com rádio jornais e programas de entretenimento com ênfase na música rap, conhecida como sendo de intervenção social. A inclusão do programa *Akapella Show*, liderado pelo rapper MCK – crítico do regime – aos sábados alargou o repertório das músicas rap proibidas e censuradas por outras rádios, sobretudo pela rádio pública. Em 2017, a Rádio Despertar ainda propiciou o primeiro show de rap de Ikonoklasta, depois de ser liberado de prisão relativa ao caso 15+2 (duas) (JÚNIOR, 2021). Essa rádio, apesar de ser partidária da UNITA, permitiu aprofundar o exercício da cidadania e o entendimento do sentido de apropriação da vivência comunitária. Aliás, as experiências midiáticas vividas pelos membros dos 15+2 (duas) ajudaram a construir os fundamentos necessários para o surgimento dos novos movimentos sociais em Angola.

Os jovens ativistas angolanos, que também eram blogueiros, jornalistas e influenciadores digitais, decidiram criar a Central 7311 a partir do ano de 2012, *site* que passou a servir de espaço de comunicação pública dos jovens ativistas que organizaram a manifestação pela “Liberdade de Expressão em Angola”, no dia 02 de abril de 2011. O número 7311 surge na sequência da primeira manifestação, que aconteceu no Largo da Independência no dia 07 de março de 2011, e se transformou rapidamente no maior acervo do movimento revolucionário. O blog ajudou a produzir arquivos do movimento “Revú”, tendo em conta a construção de uma narrativa epistemológica fora da lógica do poder responsável por produzir uma narrativa hegemônica através das suas estruturas midiáticas. Seguiu-se a isso o surgimento da Central Angola, os projetos “Não Vota” durante as eleições de 2012, bem com o início dos debates que

⁷¹ Augusto Pedro Makuta Nkondo, mais conhecido por Makuta Nkondo, nasceu em Tomboco, província do Zaire, em 05 de Abril de 1948. É jornalista e político angolano na oposição.

⁷² Membro do processo do movimento dos 15+2.

⁷³ Miguel Neto, jornalista e pioneiro do movimento Hip-Hop, nascido em 19 de agosto de 1960, na província de Luanda. (RÁDIO VOZ DA AMÉRICA, 2017).

⁷⁴ Membro do processo do movimento dos 15+2 (duas).

redundaram, finalmente, na leitura do livro de Gene Sharp **Da Ditadura à Democracia** e na detenção dos jovens. As redes digitais e multimodais, da comunicação horizontal, atuaram como veículos rápidos, autônomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores das ações de luta desses jovens. Através da rede social Facebook, fomentou-se debates em torno da situação política e social do país, fato que tornou o suporte um mecanismo de coordenação dos eventos do movimento (CASTELLS, 2013).

Ratifica-se que esses jovens ativistas afluem de várias regiões e encontram-se na capital do país, Luanda, procurando por formação, instalação de moradias ou à procura de melhores condições de vida. Nesse processo, eles aceitam o desafio de facilitar a circulação de livros e organizaram-se em alguns casos em movimentos culturais e artísticos, como os movimentos de Hip-Hop, afirmando-se como novos intelectuais que quebram as correntes da ignorância e se manifestam publicamente contra o regime. Do outro lado, estando instalados na capital do país, passaram a acompanhar mais de perto a realidade excludente da política angolana, bem como forjavam a construção do estado autoritário e neopatrimonialista. Esses jovens, que mais tarde se assumem como ativistas, aprenderam a forjar-se como ativistas que reivindicavam, no âmbito da esfera pública e dos novos movimentos sociais, seus direitos e um processo de democratização do estado com base na luta não violenta e na arte do protesto.

As referências dos jovens ativistas sobre as suas áreas de origem, seu ambiente familiar, assim como a concentração em Luanda, incorporam a visão de que esses espaços/lugares não são vazios, mas habitados por homens e mulheres conectados racional e emocionalmente. Nesse caso, o espaço frequentado pelos ativistas acaba recebendo a marca do grupo e vice-versa. Assim, tudo o que o grupo faz pode ser traduzido em termos espaciais e o lugar que ocupam nada mais é do que o encontro de todos os tempos. Cada aspeto, cada detalhe desse lugar tem um significado para os membros do grupo porque todas as partes do espaço que ocuparam correspondem a tantos aspetos diferentes da estrutura e da vida da sua sociedade, pelo menos na sua faceta mais estável (HALBWACHS, 2006).

Observa-se que as memórias e os valores transmitidos ou apreendidos nos seios familiares e pela comunidade ajudaram a moldar a percepção dos jovens sobre a opressão instalada pelo estado autoritário. As narrativas sobre o passado político e social de ostracização muitas vezes passadas oralmente – como a dos jovens Dito Dali e Hitler Samussuku na região das Lundas – ajudaram a formar uma identidade coletiva e uma melhor compreensão do quanto a luta por direitos foi universal no contexto daquelas terras. As práticas sociais e políticas desses jovens passaram a estar intimamente associadas às práticas espaciais ligadas à cidade de Luanda fundamentalmente. Desse modo, a “noção de cidade” representa uma materialidade – ainda que

não se encerre apenas nesse aspeto –, fazendo parte da produção dos atores sociais que vivenciam o espaço “urbano” (GAUTÉRIO; ALBERNAZ, 2022, p. 02). Assim, nota-se que esses jovens ativistas dentro da cidade de Luanda compõem uma noção de memória. Esse lugar serve de encontro entre os jovens, que formam valores e visões ideológicas partilhados de forma comum por via, sobretudo, dos debates (SEEMANN, 2003).

A recordação desses jovens ativistas sobre a cidade reverbera uma dimensão da memória coletiva que se ancora em uma estrutura espacial, compartilhada na sua relação com a cidade de Luanda, no geral, em um bairro, ambiente familiar e ambiente político excludente em si.

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo [...] Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem o pensamento [...] O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a experiência modificada; e essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. (THOMPSON, 1981, p. 16).

Dessa forma, a memória cultural ancorada no Hip-Hop e na sua música *rap underground* foram importantes na luta contra o autoritarismo do governo do presidente José Eduardo dos Santos. Suas músicas carregavam mensagens de resistência, sua poesia criticava a censura e incentivava a existência da liberdade, ou seja: “existia um certo cruzamento entre as experiências culturais destes jovens ativistas e a resistência popular” (JÚNIOR, 2010, p. 10). O movimento Hip-Hop atuou como um campo de experiências em termos culturais, envolvendo sistemas de valores, ideias e formas institucionais que se tornaram importantes no processo de tomada de consciência a respeito das lutas cívicas e políticas em torno da democratização de Angola. A par da música, houve ainda a presença da imprensa, universidades e livros que, em conjunto, enriqueceram a dimensão da produção artística e cultural e dessa memória cultural.

A experiência vivida, percebida e modificada pelos jovens ativistas em estudo refere-se a experiências diretas, imediatas e subjetivamente capturadas da realidade, mediada pela linguagem musical do rap e, de forma mais alargada, pelo quadro cultural do Hip-Hop interpretativo, o qual expressa uma realidade pensada e conceituada para trazer à tona quais realidades devem ser reveladas e transformadas.

Dando continuidade ao percurso deste trabalho, apresentaremos as origens da formação do movimento dos “Revús” e sua ramificação no movimento dos 15+2 (duas). Trataremos, a

seguir, do contexto da realização dos primeiros protestos e da conseqüente formação do movimento revolucionário “Revú”. Tal movimento corresponde a uma nova dimensão de movimento social constituída de jovens cujas idades são entre 18 e 35 anos, despartidarizados, sem (ou com frágil) vínculo com ONGs (sociedade civil), sem liderança e munidos de novos instrumentos de mobilização e divulgação de atividades com as redes sociais online, dando origem a uma espécie de ciberativismo (ativismo digital), compondo uma rede de contrapoder ao sistema vigente. Durante as suas ações, são confrontados com a máquina repressiva do estado e, por isso, optam pela via não violenta para exigir direitos e processos políticos mais amplos a partir do plano da democratização de Angola. Todavia, seus atos serão incompreendidos e, por isso, serão detidos, julgados, presos e absolvidos pelo crime de tentativa de golpe de estado contra o consulado do presidente José Eduardo dos Santos, dando origem ao movimento dos 15+2 (duas). O texto revela a forma como a arquitetura legal (pólicia nacional, tribunais e serviços prisionais) será sistematicamente manipulada pelo poder autoritário através da lógica das “ordens superiores”, determinando a detenção, sentenças, prisão ou mesmo a violação de direitos básicos dos ativistas, como terem acesso ao advogado, pedido de *habeas corpus*, contato com a família ou mesmo com os seus advogados.

5 DO MOVIMENTO DOS REVÚS À FORMAÇÃO DOS 15+2 (duas): A LUTA NÃO VIOLENTA EM UM ESTADO AUTORITÁRIO

Nesta seção, ressaltamos os meandros da memória socialmente construídas, coletiva e politicamente pelos jovens ativistas do movimento dos 15+2(duas). Essa memória vivida é manifestada pelos ideais pacifistas prodemocracia iniciadas com a formação do movimento de protesto dos “Revús” e, mais tarde, com os 15+2 (duas), mas que se resvala a uma memória violenta diante das ações violentas do estado angolano que terá despoletado perseguição, espancamento, prisão e que vai se evidenciando nos meios de comunicação e nas mídias sociais online. Como diria Halbwachs (1990; 2006), trata-se de um passado que não permanece em alguma “galeria subterrânea”, mas sim na sociedade, onde estão todas as indicações necessárias para reconstruir tais partes desse passado. Um processo de construção sobre o passado, que brota em um contexto extremamente autoritário e violento, que é testemunhado pelos jovens ativistas em seus aspectos comuns, permanecendo como um passado/presente que permanece vivo e marca suas existências. É dessa perspectiva, que trata de recuperar a historicidade da memória de um movimento que revela correntes de pensamento (Halbwachs, 1990), que alicerçam experiências sociopolíticas que são reconstruídas ao longo do tempo, mas que ainda reverberam como uma memória política. Como consequência, o tema continua sendo premente na sociedade angolana, ganhando relevância nas mídias sociais, nas investigações sobre os sobreviventes do processo e acerca das instâncias institucionais que vão sendo criadas para registrar, penalizar, mas também materializar a memória (LIFSCHITZ, 2014).

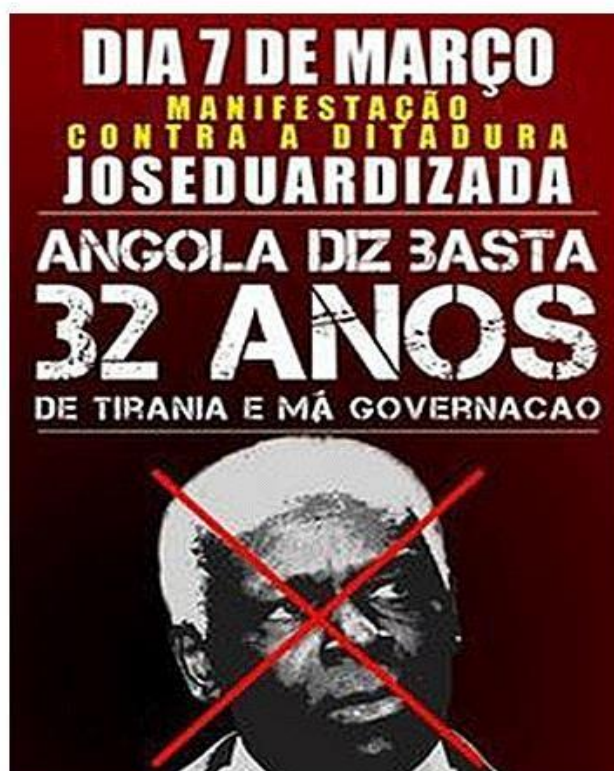
5.1 070311: Dos protestos às origens do movimento dos revús

Como já foi ressaltado anteriormente, o processo de democratização em Angola teve início na década de 1990, a partir de reformas constitucionais que instauraram a democracia multipartidária. Durante esse período, emergiram partidos políticos, organizações da sociedade civil e movimentos sociais importantes para o processo de consolidação da democracia, apesar da oposição por parte do estado vigente. Esses propunham soluções para o conflito civil, a justiça social e promoção do bem-estar coletivo. Todavia, a presença do neopatrimonialismo, como observado por Messiant (2006), com as desigualdades sociais, miséria nas décadas de 1990 e nos anos subsequentes fizeram emergir, dentro de um quadro endógeno e exógeno, os movimentos sociais ligados aos revús, isso é, a partir do ano de 2011.

O dia 7 de março de 2011 marcou o princípio dos protestos de rua em Angola. Os jovens ativistas prontamente protagonizaram protestos dentro de espaços públicos simbólicos

do estado angolano, como é o “parque da independência”. Eles estavam cientes das memórias do quanto aquele lugar significou a conquista da independência em 11 de novembro de 1975 e luta pela dignidade do povo angolano depois de longos anos de domínio colonial. “Frequentemente, prédios são ocupados, seja por seu simbolismo, seja para afirmar o direito de uso público de propriedades ociosas especulativas” (CASTELLS, 2013, p. 15). As manifestações não violentas desenvolvidas por esses jovens ativistas nesses lugares públicos ratifica a formação de uma consciência coletiva e política. Assim, os números da data, 070311 (como apresentado logo na introdução), passaram a simbolizar o crescente movimento contra o governo do presidente José Eduardo dos Santos como ilustra o cartaz abaixo:

Figura 03 – Cartaz da manifestação 070311



Fonte: Jornal Esquerda (2013)

A imagem estampada no cartaz fazia referência ao presidente José Eduardo dos Santos. “32 anos é muito!” foi o lema dos jovens ativistas para se referirem à longevidade do presidente no poder e exigiam a sua saída (SUL D`ANGOLA, 2014). As ondas de protestos iniciadas a partir de 07 de março de 2011 e organizadas por uma dúzia de jovens tinham produzido um quadro social e político que favoreceu aos jovens estudantes, professores e jornalistas a se organizarem em um movimento (mais ou menos) estruturado, que passou a ser conhecido mais tarde como “movimento revolucionário” ou simplesmente “Revú”. No dizer de Nuno Álvaro

Dala (2021), o ato marcou a emergência de uma franja contestatária da juventude angolana, que decidiu, a despeito dos riscos, incluindo o da morte, empreender uma jornada que entendia imperativa tanto à luz da História e do tempo como à luz de princípios como o Interesse Nacional e o Estado democrático de direito.

Luaty Beirão, um dos membros do movimento dos 15+2 (duas), diz que o grande avanço alcançado com a manifestação do dia 07 de março de 2011 está relacionado ao fato de se desenvolver uma certa tomada de consciência da sociedade civil para os problemas que a assolam. Quer fosse a favor ou contra a suposta manifestação, ninguém ficou indiferente ao assunto. Os jovens sentiram uma euforia indescritível comparada com as vitórias de futebol da seleção angolana. Houve alguma mobilização de indivíduos, independentemente de partidos políticos ou ideologias e cada um, à sua maneira, foi catalisador de uma ideia que gostaria de ver materializada no plano da governação. Uns inventaram *banners* e *flyers*, outros organizaram debates à porta fechada com amigos, outros espalhavam a ideia em surdina e outros ainda vinham inflamar-se em comentários na internet (LANÇA, 2015). Esses jovens emergiram um movimento de protesto contra a longevidade do poder do presidente José Eduardo dos Santos, o que representa uma violação sistemática e propositada dos direitos humanos. Foi no contexto do ano de 2011 que os jovens ativistas, sem vínculo político-partidário ou ONGs supracitadas, decidiram realizar protestos contra o presidente José Eduardo dos Santos. Como é defendido por Laurinda Gouveia, jovem mulher ativista: “Nós vivemos uma ditadura, porque se fosse democracia na verdadeira essência, os jovens não estariam presos” (GOUVEIA, 2015).

Esse movimento, responsável por protagonizar os protestos, passou a integrar o conjunto de jovens que desenvolviam atos de protestos não violentos, grupos de estudo e críticas diretas e frontais ao governo liderado por José Eduardo dos Santos nas redes sociais, mídias privadas (como na Rádio Despertar, Eclésia e LAC) e grupos de debates protagonizados por algumas associações comunitárias ligadas ao rap. Os protestos ocorreram em um contexto social de insatisfação popular cujo mote eram as duras condições de vida promovidas pelo desemprego, forte violação dos direitos humanos e regimes corruptos e autoritários. A oposição desse contexto era feita por via de protestos, greves, pressões e manifestações populares. O termo Revú passou a ter alguma identificação extremamente complexa, embora fosse legitimada pelos meios de comunicação em meio a todo tipo de controvérsia e deslegitimação da luta, no qual os jovens eram apelidados de “arruaceiros”, “frustrados” ou “fomentadores da instabilidade da ordem pública”.

Para se ter uma ideia, alguns desses jovens não tinham se assumido como revús, pois o

conceito tinha sido criado de fora para dentro, sobretudo pela mídia e por algumas pessoas que passaram a tratar estes jovens como corajosos por enfrentarem o regime autoritário. Para Conde: “esse apelido, veio das pessoas que através das nossas ações e tudo mais, foi nos apelidando como revús. ‘Vocês têm muita coragem, vocês conseguem enfrentar, não sei o quê, o seu nome é Revú’” (CONDE, 2024). A Rosa Kusso Conde, membro do processo dos 15+2 (duas), afirma que sempre defendeu que não é revolucionária por acreditar que quando esse vai à manifestação, apresenta-se como um sujeito extremamente corajoso, termina o seu propósito depois de ter a ditadura caída, sem se importar com o tempo e as circunstâncias repressivas. Ela prefere ser tratada como uma ativista que se manifesta em prol dos direitos humanos e dos processos de redemocratização, como aconteceu nas manifestações em que participou. O mesmo pode ser evidenciado em Luaty Beirão (2016, p. 193):

Evito sempre descrever-me como um revolucionário, porque o discurso é bonito, mas falta materializá-lo. Passar das palavras aos atos. Não me imagino fardado, portanto, não gosto muito do termo revolucionário. Acho que o termo revolucionário acarreta uma responsabilidade que eu não estou disposto a assumir. É para mim algo que quase roça o sagrado. Se os outros me rotulam assim, tudo bem. Mas eu não vou dizer que eu sou um revolucionário. Sou um cidadão consciente, tenho os meus direitos e os meus limites, e não abduco de uns em detrimento dos outros. Quero exercer os meus direitos da mesma forma que me exigem os meus deveres. Se isso, no nosso contexto, é rebeldia e é ser revolucionário, não sou eu que o vou dizer. No meu entender, tudo o que eu faço é reclamar o meu espaço enquanto cidadão de bem.

Por sua vez, José Gomes Hata destaca na entrevista que “primeiro era conhecido como o Movimento dos Jovens Estudantes, sendo que o revolucionário começou a aparecer depois da segunda ou terceira manifestação que foi convocado pelo Miles, do Movimento Revolucionário de Intervenção Social, onde havia esses manos, Bingo e nuceque⁷⁵” (HATA, 2022). O movimento alcançou uma dimensão internacional com o incremento da plataforma digital, já que as redes sociais e mídias digitais passaram a ser mecanismos de salvaguarda dos registos de todos os atos, tornando-se instrumento de denúncia das atrocidades vividas no processo e se transformando em um ambiente de protesto digital.

O movimento Revolucionário ou “Revú” não é um nome que foi atribuído pelos jovens ativistas, mas um nome que a mídia, por via da Rádio Despertar e através do acompanhamento das manifestações, atribuiu a todos aqueles que aderissem a uma manifestação. Aliás, os jovens individualmente se autoconsideravam como revolucionários, uma expressão oriunda dos movimentos hip-hoppers, sobretudo do

⁷⁵ Gíria angolana para significar *ét cetera* (etc.), que quer dizer “e outras coisas”.

underground, que lembrava os grandes líderes revolucionários da América Latina, como Fidel Castro e Che Guevara. Quando se desenvolvem as manifestações pacíficas, o conceito é retomado, de um lado, para significar os jovens que lutam pela democratização do país e, de outro lado, como forma de abuso do aparelho político na situação, tal como ficou expresso acima. O movimento não é algo que tinha sido pensado ou estruturado, ou seja, não houve algum momento em que os jovens se sentaram para construir uma cosmovisão do que seria o movimento e para decidir com quem iriam contar, quem iria liderar, se teriam um manifesto político ou o que claramente pretendiam alcançar. Na verdade, quem se juntou ao movimento o fez por razões de pobreza extrema, falta de emprego, água, energia, acesso à escola, assim como aqueles que pretendiam, de modo mais abrangente, lutar pela saída do presidente José Eduardo dos Santos. Esses jovens se juntaram voluntariamente e, por acidente e ao longo do tempo, passaram a se autodeclarar enquanto movimento revolucionário, já que, por causa dos encontros constantes, eles ficaram cada vez mais próximos uns dos outros. A título de exemplo, cita-se a dinâmica da ligação que esses ativistas estabeleciam uns com outros através da ideia de que os de Cacuaco tinham de fazer amizade com ativistas daquela circunscrição geográfica, ocorrendo o mesmo como os de outros municípios (DOMINGOS, 2024). No dizer de Llera (2016, p.76):

A categoria de ‘Revú’ engloba confluências e sensibilidades contestatárias ao regime que vão mais além do chamado Movimento Revolucionário, um movimento de associação política por parte de alguns dos ativistas que expressa apenas uma dimensão desse ativismo, que inclui artistas, jornalistas, advogados, estudantes.

Com base nessa estratégia, surgiram os núcleos de cada região. O de Viana integrava Nito Alves, Alemão Monstro Imortal e Nelson Cultura; O núcleo de Cacuaco tinha Carlos Ibraim, Mbuta Mbala, Isidro Kanganjo, o Lucio Mabiala, o 27 de Maio, o Buda, o Filho da Pátria, John Pascoal, Lusto Russefi, Rusto Mabiala e Kota Capapa; O núcleo do Cazenga contava com Alex Chabalala, O Mujinga, Mário Domingos e Carlos Lupini e o Núcleo do Bunker (localizado no centro da cidade de Luanda, propriamente na Maianga e Rangel) tinha como alguns integrantes Carbono, Mona Dy Kidi, Mbanza Hanza e Luaty Beirão. Esses faziam parte do núcleo duro e já mexiam com as questões de informática, fazendo *flyers* e gerindo a Central Angola. Com o tempo, entre os anos de 2012 e 2013, depois de vários atos de protestos e compreendendo que as manifestações careciam de serem feitas à luz de uma formalização legal – fazia-se a subscrição de uma carta aos órgãos do estado como parte do aviso prévio,

marcava-se a data, elegia-se um porta-voz que poderia conceder entrevista às rádios, fazia-se o roteiro a ser seguido durante o protesto, adotava-se estratégias de despistes contra a polícia na entrada dos membros dos vários núcleos e, no caso de haver detenções, traçavam-se estratégias de soltura – surgiram reuniões mais alargadas, sobretudo na casa da ativista Ermelinda de Freitas, juntando Pedrowski Teca, Carbono Casimiro, Pedro Malembe e Adolfo Campos.

Nessa altura, os debates sobre as manifestações passaram a ser mais democráticos por conta da criação de um colégio decisor (eram parte dessa estrutura todos os membros participantes dos protestos), tornando tudo melhor articulado aos interesses dos jovens ativistas, sem que pudessem falar da existência de alguma liderança ou um Estatuto. Com o tempo, o ativista Pedrowski Teca havia sugerido a construção de um Estatuto, Código de Conduta e Liderança, mas não teve sucesso ou não foi acatado pelos membros do movimento revolucionário. Outras reuniões eram realizadas na praia de Cacuaco, onde se juntavam os membros de outros núcleos. A escolha do local público era estratégica, visto que os ativistas pretendiam distrair as atenções dos serviços secretos diante da preparação das próximas manifestações. Fingiam que estavam a divertir-se enquanto banhavam, comiam e bebiam, mas estavam na verdade a traçar as novas estratégias de luta sem que houvesse algum boicote de algum infiltrado ou dos agentes do estado (DOMINGOS, 2024).

A partir da sigla MRPLA (Movimento Revolucionário do Povo Lutador de Angola), emana o movimento dos “Revú” (revolucionário). Traduzindo-se em uma redução vocabular, o termo é uma alcunha dada aos novos lutadores pela redemocratização do país ou, pelo menos, àqueles que lutam contra a fome, a insegurança, a incerteza, a injustiça e a violência do estado. O antigo presidente José Eduardo dos Santos os designava na imprensa como jovens frustrados que não tinham tido sucesso na vida escolar ou no mercado de trabalho (MUKUTA, 2013). Ainda assim, o movimento alastrou-se a várias cidades, como Malange, Benguela e Zaire, abrindo portas ao direito constitucional da manifestação (JOSÉ, 2021).

Durante as eleições de 2012, os Revús criaram a Campanha de Observação Paralela e, em seguida, denunciaram a ocorrência de fraudes eleitorais, mas o MPLA foi o grande vencedor do pleito e José Eduardo dos Santos voltou a ser conduzido à presidência pelo voto indireto, dadas as especificidades do sistema eleitoral em Angola. Várias manifestações continuaram acontecendo e, em 2013, ocorreu o desaparecimento e assassinato de dois manifestantes (Alves Kamulingue e *Isaías Cassule*) e, por causa disso, outros ativistas mobilizaram novos protestos contra a violência do Estado e pela liberdade de expressão⁷⁶. Em 2014, as manifestações

⁷⁶ António Alves Kamulingue e Isaías Cassule foram mortos pelos serviços secretos. O corpo do Cassule, morto

continuaram, o ativismo aumentou e o descontentamento e as formas de intervenção continuavam crescentes e ativos tanto nas ruas quanto na internet, embora sempre intimidados, isolados, criminalizados e judicializados (MARCON, 2019, p. 197).

Do outro lado, novas formas de protestos para incentivar a população a optar pela abstenção eleitoral foram utilizadas. Em 2012, a abstenção subiu para 37%, como nota de repúdio aos esquemas do processo eleitoral. Os jovens defendiam que, no estado autoritário, as eleições são o instrumento predileto utilizado pelo ditador para se legitimar no poder. Todavia, o contexto tinha mudado pelo fato de muitos membros do movimento ‘‘Revú’’ terem desistido ou decidido se agrupar em forças político-partidárias angolanas, adentrando, inclusive, no parlamento como deputados. Sobre isso, Samussuku (2022) diz que: ‘‘em 2012, antes das eleições, também tinha muita força e depois começaram a criar ilhas porque alguns ativistas começaram a aparecer na lista de deputados, como o Libertador. Alguns ativistas ficaram mesmo pelos partidos, como o Mbanza estava no Bloco Democrático⁷⁷; Adolfo Campos, num sei lá que; o Nfuka Muzemba⁷⁸ é o único que aparece como deputado. Do outro lado, havia uma certa cansaça pela luta, sendo que muitos jovens da geração anterior ‘os mais velhos’ (Carbono, Libertador, Luaty) deixaram como eu posso dizer: para essa nova geração. Os dois mais velhos que tinham ficado eram o Adolfo Campos e o Pedrowski⁷⁹, esses continuaram. Isso vinculava-se à visão segundo a qual os membros da comunidade política, mesmo tendo a oportunidade de escolherem a política a ser adotada, necessitavam de instrumentos de controle sobre as decisões tomadas, bem como do controle sobre os governantes, possibilitando, dessa forma, o monitoramento, a transparência das ações e a responsabilização dos eleitos, por meio de mecanismos legais previamente definidos (ANTÓNIO, 2013).

Com o decorrer dos anos, os protestos passaram a absorver menos manifestantes por diversas razões, sendo uma das principais razões as violentíssimas repressões levadas a cabo pela Polícia Nacional e por milícias do Bento Kangamba, político ligado ao MPLA, sobretudo no período 2011-2014. As milícias, conhecidas como os ‘‘caenches’’⁸⁰ tinham sido criadas pelo general Bento Kangamba e protegidas pelo Comité Provincial do MPLA em Luanda com o objetivo de torturar, violentar, sequestrar e assassinar os ativistas que exigiam a saída do

em resultado de espancamento, foi atirado aos crocodilos no rio Dande. Quanto ao de Kamulingue, abatido com um tiro na cabeça e não chegou a ser encontrado.

⁷⁷ Partido fundado em julho de 2010 e que congrega vários dissidentes do MPLA e outros ativistas políticos angolanos.

⁷⁸ Mfuca Fuacaca Muzemba nasceu em 07 de agosto de 1981, na localidade de Beú/ Maquela do Zombo (Uíge). É político e fundador do partido Esperança.

⁷⁹ Membros do movimento revolucionário e promotores de várias manifestações em Angola

⁸⁰ Expressão que significa musculoso.

presidente José Eduardo Dos Santos. Como o estado pretendia livrar-se da acusação de estarem sistematicamente a violar os direitos humanos, passou a atuar timidamente por via desse grupo para fomentar a cultura do medo e da violência. Esse comportamento não é recente, pois, na década de 1992, o estado havia criado um grupo com as mesmas funções conhecidas como os "fitinhas". Esses acabaram por vitimar vários dirigentes da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), bem como assassinar pessoas que tivessem conotação com a UNITA. Por conta deles, muita gente inocente morreu. As milícias de Kangamba⁸¹, conhecidas como os "caenches" e liderado pelo João Makoso (Godzilla)⁸², atuavam junto com agentes da Polícia Nacional e as forças de segurança (Jornal Esquerda, 2013). Rosa Kusso Conde (2024), uma das participantes dessa manifestação frustrada descreve o seguinte:

E das experiências mais tristes que eu já vivi em minha vida, ali eu diria que nunca mais viria a participar das manifestações, foi do dia 10 de maio de 2014, que aconteceu no Tanque do Cazenga. Praticamente eu ficava sozinha no meio de muitos homens e quando fazíamos as nossas reuniões... 'epa, vamos sair, vamos nos manifestar, mas dessa vez vamos nos manifestar no Tanque do Cazenga, ou seja, vamos nos concentrar no tanque do Cazenga'. E eu sempre fui a apologista que 'não, o Tanque do Cazenga não é um sítio muito estratégico, porque no Cazenga há muita gente do MPLA, a maioria são do MPLA então não teremos onde nos refugir se por acaso acontecer um massacre. Então, ali no êxito estratégico, é melhor ficarmos em um lugar habitual e ali se estiver a acontecer o que sempre aconteceu, as pessoas vão filmar e pronto as pessoas vão saber. Já no Tanque do Cazenga é aquilo estreito e depois a sua maioria são do MPLA'. Infelizmente os meus manos não me davam ouvidos, não sei se era por ser mulher, e avançamos mesmo assim com a ideia de que vamos ficar no Tanque do Cazenga. 'Tá bom, vamos então no Tanque do Cazenga'. Foi esse dia, o Bento Kangamba, lhe foi dado a responsabilidade de contactar as milícias, os caenches. Aqueles feiticeiros. Eles apareceram ali e fizeram um massacre. Aquela foi uma das manifestações mais sangrentas que eu já participei em toda a minha vida. Você podia ver o Godzilla, era muito grande, ele já morreu. Levantou um dos manos, pegou-lhe nas pernas, virou as pernas da cabeça pra baixo, ele bateu a cabeça dele no asfalto, essa parte abriu assim, ficou bem aberta. Olha, vendo aquilo eu me descontrolei na totalidade. Eu disse, vocês vão nos matar mesmo aqui. Era para eu fugir, enquanto os outros fugiam, eu não consegui fugir, porque o que eu vi, eu preferi mesmo a morte. Eu preferi a morte. Eu disse: vocês vão nos matar mesmo aqui, eu não vou sair daqui, não vou fugir. Tal como vocês estão fazendo a esses jovens, vocês vão ter que fazer a mim. (CONDE, 2024).

⁸¹ Bento Kangamba é um político e empresário ligado ao MPLA. O seu nome foi associado ao alegado recrutamento de "caenches", indivíduos que teriam batido em manifestantes no ano de 2011 (LUAMBA, 2020).

⁸² Era conhecido por ser segurança da equipe de futebol do Kabuscorp do Palanca, equipe cujo presidente era Bento Kangamba. Morreu vítima de acidente em agosto de 2012.

Figura 04 – Foto do Luaty Beirão



Fonte: *Jornal Maka Angola* (2013).

No dia 10 de março de 2012, partidos políticos e a sociedade civil (cerca de quarenta manifestantes) decidiram realizar uma manifestação para exigir o afastamento de Suzana Inglês da presidência da Comissão Nacional Eleitoral (CNE) e a demissão do Presidente José Eduardo dos Santos, há 32 anos no poder. A concentração tinha sido marcada para o tanque do Cazenga, em Luanda. Os manifestantes foram surpreendidos com o ataque de agentes da Polícia Nacional e das milícias dos “caenches” de Bento Kangamba à paisana, armados com bastões, facas, cavos elétricos e pistola. Beirão (2016, p.189-190) afirma que:

O pessoal associa a milícia ao Bento Kangamba. Porque dizem que são langas, e o bairro dos Langas aqui é o Palanca. É o bairro onde quem manda é o Bento Kangamba, onde tem a equipe dele, o Kabuskorp, Kangambo Bussines Corporation. Aquilo é o Strongbolb dele, o bastião de Bento Kangamba. Eram gajos a civil. Gajos corpolentos, de óculos escuros e ferros nas mãos. E em carrinhas brancas, daquelas pick up.

Como consequência, Luaty Beirão foi ferido na cabeça e três jornalistas e o secretário-geral do Bloco Democrático, Filomeno Vieira Lopes (que procurou refúgio em uma residência), foram barbaramente torturados, tendo apresentado fratura no braço esquerdo, um golpe profundo na cabeça e equimoses. As milícias forçaram a entrada na residência, agredindo-o com barras de ferro. As imagens de Luaty e de Filomeno Vieira Lopes, com os rostos ensanguentados e a roupa rasgada, provocaram grande comoção e

revolta em Luanda, inclusive em círculos próximos do poder. Muitos dos manifestantes tiveram de ser levados ao hospital e serem submetidos a cirurgias. Como era de se esperar, depois de dois dias, a Televisão Pública de Angola (TPA) ofereceu cobertura a um suposto “Grupo de Cidadãos Angolanos pela Paz, Segurança e Democracia na República de Angola”, que reivindicou os ataques e prometeu mais atos de violência contra todos aqueles que se manifestassem contra o regime de José Eduardo dos Santos (SUL D'ANGOLA, 2012; AGUALUSA, 2016). Sobre esse evento, Luaty Beirão (2016, p. 187-188) lembra o seguinte:

Bom, estávamos a tentar reunir-nos para nos concentrarmos no ponto marcado, que era no Cazenga. No sítio onde tínhamos marcado a concentração costumava haver uma esquadra móvel, uma espécie de roulotte que fica a beira da estrada. Nesse dia, reparamos logo que a esquadra tinha sido retirada. Não havia nenhum carro da polícia e havia um monte de gajos corpulentos, com um metro e noventa de altura, no mínimo; braços do tamanho da nossa cabeça. Uma milícia. Nós estávamos no separador central. Eles estavam posicionados ao longo dos passeios, de um lado e do outro. Alguns dentro de carrinhas. Quando passava um jovem, eles não sabiam se esse jovem estava a ir para a manifestação ou não. O objetivo deles era evitar a todo custo que a manifestação engrassasse. Então, estava um jovem a vir e eles desciam da carrinha com bastões e começavam a bater no miúdo. Mesmo simples transeuntes a caminhar no passeio levava porrada e saía daí a correr. Vi, inclusivamente, baterem dentro do espaço de uma escola. Numa espécie de campo de futebol, mas dentro de uma escola. Entraram e bateram nos miúdos. Estava um ambiente muito tenso, de grande agressividade no ar.

Enquanto decorria a situação em Luanda, na província de Benguela, a polícia destacou unidades de intervenção rápida, brigadas caninas e carros de jato de água por toda a cidade. Polícias fardados e à paisana, armados com pistolas, dispersaram um grupo de cerca de 60 manifestantes pacíficos e detiveram três ativistas: Hugo Kalumbo (um dos organizadores do protesto), Jesse Lufendo (membro da organização de direitos humanos Omunga) e um motorista de táxi que estava a assistir aos acontecimentos.

Figura 05 – Foto de Carbono



Fonte: *Jornal Maka Angola* (2013)

No dia 23 de maio de 2012, as milícias de Bento Kangamba entraram novamente em ação, intensificando seus atos contra os manifestantes. Um grupo de cerca de 15 indivíduos afetos às milícias pró-governamentais, armados com pistolas, catanas e barras de ferro, atacaram o núcleo de jovens que se havia notabilizado na organização de manifestações. O ataque ocorreu na residência de Dionísio “Carbono”, onde vários jovens estavam reunidos (*Jornal Esquerda*, 2013).

Figura 06 – Manifestantes exibindo as ordens de libertação do tribunal



Fonte: *Jornal Esquerda* (2013)

No dia 27 de maio de 2012, houve o rapto de Alves Kamulingue, 30 anos, quando circulava, ao meio-dia, na baixa de Luanda. Kamulingue dirigia-se a uma manifestação que deveria ter juntado antigos membros da Unidade de Guarda Presidencial (UGP) e antigos combatentes para a reclamação de pensões. Em 29 de Maio, o seu companheiro Isaías Cassule, 34 anos, um dos organizadores da manifestação, também foi raptado para, em seguida, serem assassinados pela polícia nacional. No dia 27 maio de 2013, alguns jovens ativistas saíram em uma vigília a fim de protestar pelo desaparecimento dos dois jovens. Infelizmente, agentes da Polícia Nacional dispersaram à bastonada os manifestantes e um dos manifestantes, Raúl Lindo “Mandela”, de 27 anos, foi brutalmente espancado. Emiliano Catumbela foi detido durante quase um mês e torturado sob ordens diretas da comandante provincial da Polícia Nacional, Comissária Elizabeth “Bety” Rank Frank (JORNAL ESQUERDA, 2013).

Figura 07 – Funeral de Carvalho Hilberto Ganga



Fonte: *Jornal Esquerda* (2013)

No dia 23 de novembro de 2013, Manuel de Carvalho Hilberto Ganga da coligação partidária CASA-CE foi morto a tiro nas primeiras horas da madrugada por um agente da Unidade de Segurança Presidencial (USP). O malogrado foi detido enquanto colava cartazes nas paredes do Estádio dos Coqueiros e foi levado para a unidade da USP, junto à presidência, onde foi morto com um tiro nas costas. Uma manifestação convocada pela UNITA, em protesto pelas notícias recentes por conta da execução dos ativistas Isaías Cassule e Alves Kamulingue, foi violentamente reprimida com disparos sobre os manifestantes, canhões de água quente e granadas de gás lacrimogéneo. Foram registados vários feridos, incluindo o presidente da UNITA. Quase três centenas de pessoas foram detidas em todo o país, sendo a maioria militantes da CASA-CE, que se tinham antecipado à manifestação com atos de colagem de cartazes nas ruas. No dia 27 de novembro de 2013, realizou-se a marcha funerária do militante, mas ela infelizmente foi impedida de prosseguir na Avenida Deolinda Rodrigues, nas imediações do Jumbo, por causa de um forte dispositivo policial, que incluiu o uso de helicópteros, Polícia de Intervenção Rápida, Polícia Montada, duas viaturas com canhões de água e disparos de gás lacrimogéneo. O funeral prosseguiu após mais de uma hora de impedimento.

Figura 08 – Foto de Laurinda Gouveia dias após espancamento



Fonte: *Jornal Voz da América* (2014)

Em novembro de 2014, Laurinda Gouveia (uma das integrantes do processo dos 15+2 (duas) e outros membros do movimento revolucionário procuraram solidarizar-se na manifestação da CASA-CE para homenagear Ganga, assassinado no ano anterior. A orientação da polícia nacional era que os jovens ativistas não deviam fazer-se presente (GOUVEIA, 2024). Ainda assim, a ativistas foi ao protesto e, para sua desilusão enquanto estava distraída fazendo papel de repórter, um oficial da Polícia Nacional recebeu forçadamente o seu telemóvel, enquanto o outro deu-lhe uma bofetada. Na mesma hora, arrastaram-na pelos cabelos, por poucos metros, até um patrulheiro da Polícia Nacional para, em seguida, viver o calvário da tortura. O patrulheiro da Polícia Nacional levou-lhe para a Escola 1º de Maio (Instituto Médio Comercial de Luanda), junto ao Largo. Seis comandantes da polícia e oficiais à paisana do Serviço de Inteligência e Segurança de Estado (SINSE) fizeram um círculo e começaram a torturá-la, enquanto os subordinados assistiam à violência e, para que ela não pudesse defender-se dos golpes, um dos oficiais algemou as suas mãos pelas costas. Os comandantes atingiram-na continuamente com mocas, porretes e cabos de

ação, trocando entre si os instrumentos de tortura à medida em que lhe iam batendo. A certa altura, o comandante disse-lhe: “Oh, sua puta de merda, você está aqui a fazer confusão” para, em seguida, desferir socos entre os olhos da ativista. Laurinda implorava e pedia perdão, mas certo comandante disse: “você não vai se mijar só, vai ter de se cagar aqui com a porrada”. A certo momento, um certo oficial do SINSE perguntou a ela se o conhecia e ela respondeu que não. Esse foi a busca de uma barra de ferro e, na sequência, pisou-a nas pernas e pôs-se a espancá-la com a barra de ferro nas costas. Ele dizia que a barra de ferro tinha gindungo⁸³. O comandante ordenou ao motorista para arrancar com a viatura e atropelá-la, mas ela conseguiu escapar. Viraram-na de barriga para baixo e puseram-se a espancar nas nádegas com um bastão durante muito mais de 50 vezes. Depois, fizeram o mesmo nas plantas dos pés e, em seguida, na cabeça. Para demonstrar o quanto o sistema era violento, usaram mecanismos de filmagem daquele momento horrível e, quando perceberam que a ativista estava em estado moribundo, largaram-na defronte da União dos Escritores Angolanos, no Largo das Escolas, a menos de 300 metros do local de tortura (MORAIS, 2014). A tática da tortura tinha desestimulado bastante os jovens ativistas em relação às manifestações e, como afirma Rosa Kusso Conde (2024):

Você era brutalmente agredida, levam-te para esquadra, fica lá e sofre uma tortura psicológica, sofres agressões verbais por parte da polícia e sendo então mulher, pior ainda. [e a polícia dizia] Tens de estar essa hora em casa, lavar a tua cueca ou então cuidar da casa e vocês perdem o vosso tempo e ficam aí sujando, estragando. Não são vocês que vão endireitar isso e tudo mais.

De 2011 a 2015, as manifestações eram literalmente atos perigosos para os que nelas participavam e o núcleo duro dos revús atuava com exclusividade por razões de integridade da sua segurança. Como refere Gouveia (2024), “de 2014 até 2015 quando começa já o processo, era só perseguições atrás de perseguições. Mesmo quando eu ia para as leituras lá na Kiazele, também me seguiam. Quando ia para minha tia para lavar minha roupa, também tão na minha cola, assim sucessivamente”. Já a Conde revela que tinha sido humilhada pelas milícias ligadas ao poder autoritário:

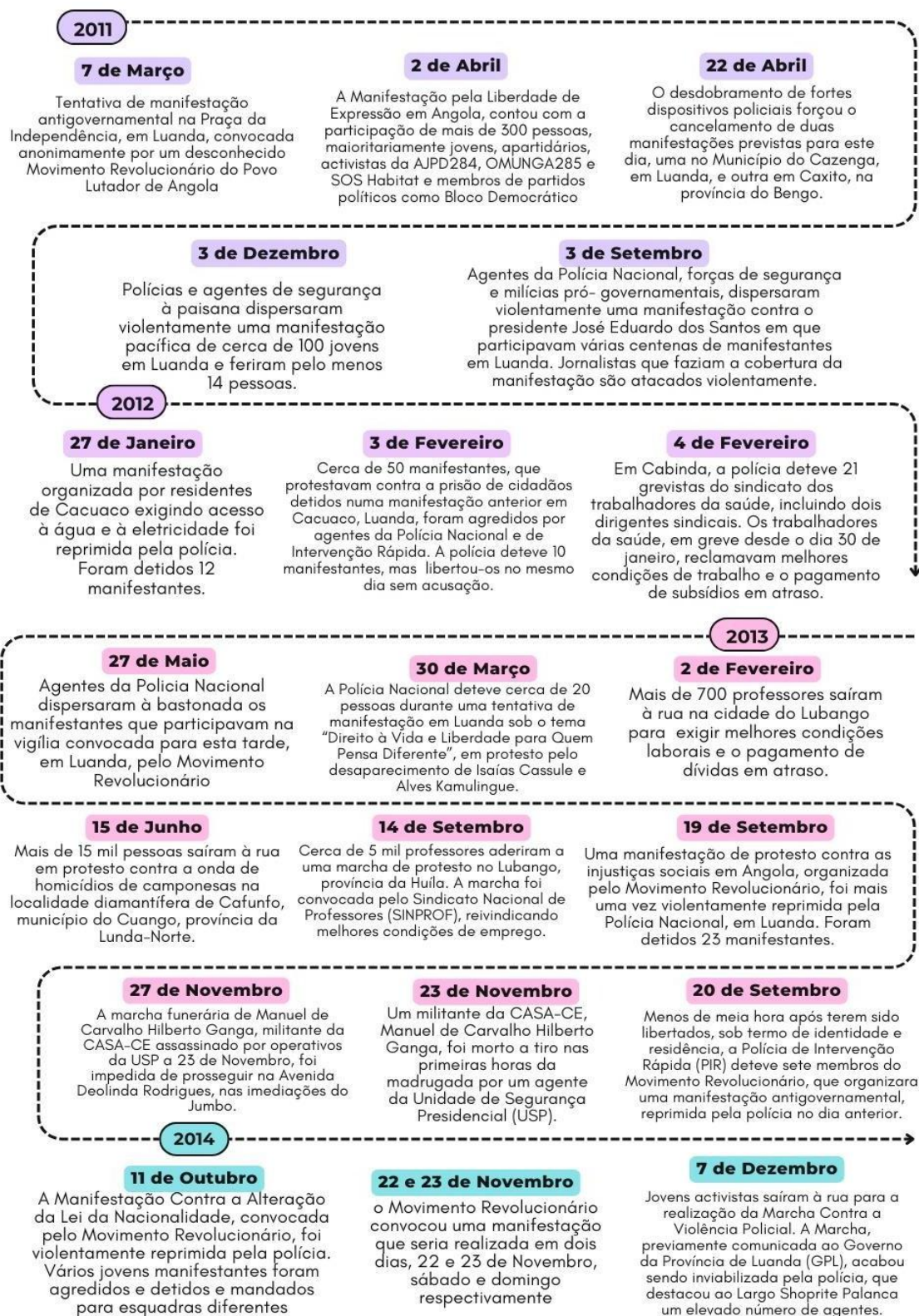
Uma das vezes eu ia para uma atividade e eu usava uma t-shirt "32 é muito". Então eu usei aquela t-shirt e fui indo, antes de eu chegar na paragem eu encontrei com os jovens e me privam, cercaram e eu no meio. Eu disse: ho! é o que? Será que vocês vão me assaltar? Eles disseram: não, não vamos te assaltar, só queremos que você se rebole aí nessa lama. Eu disse: como assim? Não posso me rebolar na lama, estou a sair. Eu não queria. Um deles me dá

⁸³ Pimenta.

uma queda, eu caí, esfregaram meu rosto na lama e o outro foi fazendo fotos. Quando eu levanto um jovem rasga a t-shirt um pouco e me deixaram.

Como refere Bauer (2006, p. 117): “os regimes que fazem largo uso da violência conseguem não somente paralisar a oposição, mas também forçar a adesão ao regime dos membros passivos da comunidade”. Essa adesão coerciva se manifesta pela presença incessante da violência dos órgãos do estado e, para todos os efeitos, devido ao caráter extremo, os ativistas se deparam com duas possibilidades maniqueístas: ser vítima ou carrasco. A desmobilização do movimento de protestos, bem como a sua organização era conduzida pelas instituições do estado, através do Serviços de Investigação Criminal (SIC), Serviços de Investigação Nacional de Segurança do Estado (SINSE) e Polícia Nacional de Angola (PNA), que materializava a tortura psicológica e física. Portanto, enquanto a tortura em outras experiências autoritárias como no caso do Brasil tenha alcançado a dimensão institucional através da Segurança Nacional (instituição abertamente ligada ao estado), em Angola passou a atuar de forma extrajudicial, através de grupos milicianos que tinham a responsabilidade de expandir a cultura do medo, com repercussão ao nível institucional, cultural e psicológico. Essa realidade terá reduzido a realização das manifestações pacíficas com o tempo, visto que elas continuaram a ser apenas uma tentativa, como fica destacado na figura a seguir.

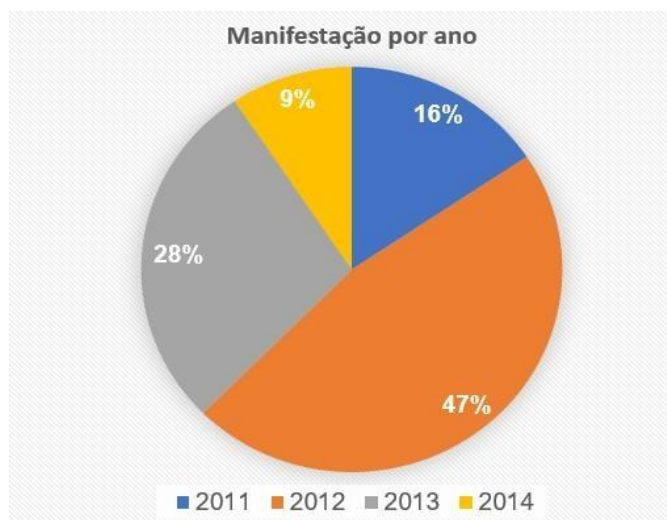
Figura 09 – Mapa cronológico das manifestações (2011 a 2014)



Fonte: Mapa elaborado pelo autor com base nos dados da obra de Nuno Álvaro Dala (2021) e do jornal *Esquerda* (2013).

Na sequência, o próximo gráfico (figura 10) demonstra as manifestações realizadas pelos jovens ativistas entre os anos de 2011 e 2014, enquanto protestavam contra o regime autoritário de José Eduardo dos Santos.

Figura 10 – Gráfico das manifestações (2011 a 2014)



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nos dados da obra de Nuno Álvaro Dala (2021) e do jornal *Maka Angola*.

No gráfico, procuramos demonstrar qual foi o ponto mais alto dessas manifestações e até que ponto ou momento as ações foram sendo enfraquecidas. Repare que essas manifestações tiveram início em 2011, tendo nesse ano alcançado um número de 16%. A partir de 2012, a onda de manifestações aumenta, tendo alcançado a ordem de 47%. Em 2013, começar a regredir para 28% e, por fim, em 2014, o número abaixou para 9%. O enfraquecimento dos atos de protestos pacíficos deve-se aos acontecimentos repressivos da parte do estado, como foi salientado nos jornais e nas entrevistas de Laurinda Gouveia e Rosa Conde.

Apesar dessa realidade, o movimento foi capaz de realizar cerca de 32 manifestações de 2011 a 2014, sendo a última de 07 de dezembro, em que os jovens ativistas saíram à rua para a realização da Marcha Contra a Violência Policial. Quem delas participou, entende aquilo como um momento de descoberta de si mesmo e de liberdade para exprimir na rua a insatisfação diante do presidente, denominado de ditador (DRUX, 2022). Laurinda lembra que o ativismo tinha começado a enfraquecer tendo em conta a ordem da violência institucional instalada, sobretudo com o ano de 2014, altura em que tinha sido brutalmente espancada. As chantagens, intimidações, ameaças de morte, perseguição de policiais à paisana e insinuações a familiares para que fosse afastada da igreja e de casa tiveram resultados. Tal como ela deixa claro, a ativista foi pressionada a deixar as manifestações e o líder, irmãs e familiares alegavam estar

conotadas no caso de Laurinda continuar no grupo. Infelizmente, ela foi afastada do Grupo Coral Santa Cecília da Sagrada Família e, em casa, a sua prima também arrumou as suas coisas e a colocou na rua (JORNAL CLUB K, 2014). “Enquanto eu saia do hospital, até chegar em casa, ela sentada: olha Laurinda, estamos mesmo a falar de você, você não vai poder ficar mais aqui em casa, vais ter que ver outro sítio pra ir ou então vais ter que deixar esse caminho” (Laurinda Gouveia, 2024). Depois de ser expulsa de casa, quem a acolheu em sua casa foi o ativista Mbanza Hanza e sua mãe, onde ficou durante três meses e voltou a estudar na Universidade Católica de Angola o curso de filosofia. No entanto, a ativista nunca mais voltou a ser a mesma pessoa, pois passou a ser constantemente seguida, passou a sentir-se perseguida com fotos suas a serem tiradas e, por conta do trauma da tortura de novembro de 2014, vive uma espécie de síndrome de pessoa perseguida.

Enquanto isso, os jovens ativistas passaram a desenvolver novas estratégias de manifestações através de protestos espontâneos. Geralmente, as manifestações deviam ser comunicadas às entidades do governo provincial e da polícia nacional, o que não acontecia, pois os jovens se juntavam secretamente, faziam panfletos e, em seguida, colocavam-nos na frente de uma instituição para exigir direitos. A polícia não conseguia preparar-se para responder adequadamente a esta situação. Os jovens ativistas gritavam palavras de ordem e tiravam fotografias enquanto eram publicados e divulgados pelas redes sociais. Essas manifestações eram ocasionadas por situações pontuais, como o caso da manifestação protagonizada pelos ativistas Luaty Beirão (Ikonoklasta), Benedito Aurélio, Bitão Felisberto, Dago Nível, Rid Miguel, Laurinda Gouveia, Mbanza Hamza, Abraão Chissanga, Rolim Montenegro e Emanuel Pitra, junto à entrada do Ministério da Educação, em solidariedade a greve dos professores na Huíla, em 2014 (NDOMBA, 2014).

Esses jovens ativistas constituíram-se dentro de um quadro histórico imbuído da violência do estado contra grupos opositores no poder. Ressalta-se os acontecimentos de 27 de maio de 1977, em que um movimento de oposição interna no MPLA, liderado por Nito Alves, foi brutalmente reprimido pela liderança de Agostinho Neto com a ajuda das forças armadas cubanas, motivando igualmente uma perseguição e execução sumária dos seguidores e simpatizantes de Nito Alves em Luanda. O resultado foi o massacre de dezenas de milhares de angolanos, naquilo a que Dalila e Álvaro Mateus chamariam de “purga em Angola”. Em 22 e 23 de janeiro de 1993, teve lugar ainda outro massacre: a chamada “sexta-feira sangrenta”, que vitimou igualmente dezenas de milhares de angolanos de etnia Bakongo (BLANES, 2016). A luta desencadeada pelos jovens ativistas também pode ser vista como uma luta pela memória política acerca do estado violento, conforme Beirão assinala:

A violência é sempre uma estupidez, a violência por parte do estado, sobretudo quando praticada sobre meia dúzia de pessoas de forma tão desproporcional, a única justificação que encontro é que eles já sabem que não podem doparnos, mas querem desencorajar qualquer outra pessoa de se juntar. O receio deles é que as pessoas, ao aperceberem-se de que não há repressão, apareçam imediatamente em grande número e num instante se passe de 500 para 5000 mil. Para mim é essa noção que eles têm, esse receio de ver isso acontecer, que faz com que prefiram fazer má figura ao reprimir-nos serem criticados, por que depois podem recorrer sempre aos Luvualu de Carvalho. (BEIRÃO, 2016, p. 191).

A seguir, falaremos sobre a formação do movimento pacifista ou de luta não violenta gerado pelos jovens ativistas do Movimento Revolucionário. Esse grupo, como será demonstrado ao longo do texto, é desenvolvido com base nos debates em torno do livro de Domingos da Cruz, uma adaptação da obra de Gene Sharp. É na esteira da leitura dessa obra que os jovens serão detidos e acusados de tentativa de golpe contra o presidente José Eduardo dos Santos.

5.2 Da gênese do movimento pacifista à detenção na Livraria Kiazele

Desde o início dos protestos no ano de 2011, iniciados pelo grupo que ficou conhecido como o Movimento Revolucionário “Revú”, que as ações de luta contra o estado autoritário e em prol da redemocratização do país optavam pelas ações não violentas e pacíficas⁸⁴. Foi a pensar nisso que, a partir do final do ano de 2014 e início de 2015, os jovens defensores dos direitos humanos idealizaram e concretizaram o plano de debates tematizados em propostas políticas, económicas, sociais e culturais imbricadas à realidade angolana. José Gomes Hata, um dos membros do processo dos 15+2 (duas), narra que em 2015, antes da detenção e muito antes dos debates na Vila Alice, havia acaloradas discussões sobre direitos humanos, avaliação do ativismo, a liberdade de manifestação, a esfera pública e, mais tarde, discussões em torno das autarquias locais em 2014 nas *Quintas do Rapper*⁸⁵, cujos preletores foram Osvaldo Caholo e Domingos da Cruz. Esse último, percebendo em dado momento a importância desses debates, solicitou um local para dar uma melhor articulação e organização ao projeto, tendo iniciado, mas, em seguida, perdido o local. O grupo do Samussuko e Hata acabaram dando continuidade

⁸⁴ Como já foi frisado nos capítulos anteriores, o movimento estava dividido em duas alas: I) a radical, conhecida pela primeira região e liderada por Nito Alves e II) a ala da cidade, ou do blog central Angola, a qual era liderada por Luaty Beirão, Mbanza Hanza, Carbono, Laurinda Gouveia e outros jovens. Os primeiros defendiam processos violentos, levando objetos como pedras, facas e garrafas nas manifestações para responder à polícia enquanto os segundos defendiam ações não violentas para a redemocratização (GOUVEIA, 2024; CONDE, 2024).

⁸⁵ Evento de Hip-Hop idealizado e coordenado pelos jovens de Cacucaco e que, posteriormente, passou a juntar ativistas sociais e políticos.

a partir da escola do Gika” (HATA, 2022). Nessa altura, a Laurinda Gouveia era vista como a ativista que mobilizava os jovens a participar dos debates, bem como era quem fazia as cópias e a entrega do material do Domingos da Cruz sobre a luta não violenta (GOUVEIA, 2024).

Esses jovens pretendiam por via dos debates desenvolver ações que visavam consciencializar cívica e politicamente uma certa juventude sobre a realidade política nacional e internacional. Tal empreitada objetivava, sobretudo, a questão da descentralização do poder por via das autarquias, o que demandava maior participação e representação democrática das populações. Nota-se que a Lei Constitucional de 11 de novembro de 1975, a Lei de Revisão Constitucional de 7 de fevereiro de 1978, a Lei de Revisão Constitucional de 6 de maio de 1991, a Lei de Revisão Constitucional de 16 de setembro de 1992 e a Constituição da República de 5 de fevereiro de 2010 tinham abrigado esse dispositivo democrático, mas nunca o executado. Em função do debate acérrimo em 2014 que a oposição desenvolveu na Assembleia Nacional, o presidente no Discurso do Estado da Nação, ocorrido em outubro de 2014, afirmou que o país não dispunha de condições para a institucionalização das autarquias. O processo autárquico, assim, terá sido marcado por constantes avanços e recuos por parte do Executivo angolano. Infelizmente, as autarquias nunca foram implementadas por falta de vontade política do partido que suporta o poder. Os jovens procuravam definir os caminhos pelos quais o estado angolano teria de palmilhar da centralização administrativa para a descentralização administrativa, garantindo maior autonomia administrativa e financeira aos municípios, fomentando a governação de proximidade, bem como melhorando a qualidade de vida da população⁸⁶.

Esse debate tinha começado no município de Cacucaco (em um espaço periférico da cidade de Luanda), Instituto Médio Gika, com a participação de vários intelectuais da praça angolana para depois ser deslocado para a Vila Alice, o centro da cidade de Luanda. Fecundou-se desses debates a iniciativa de discutir o livro de Gene Sharp, intitulado ***Da Ditadura a Democracia***, a fim de aprimorar os métodos pacíficos de protestos que visavam redemocratizar o estado angolano. A luta não violenta passou a ser vista como meio em que indivíduos, grupos ou mesmo movimentos sociais procuravam agir nos marcos da lei sem recorrer à violência, utilizando como recurso passeatas, bloqueios, vigílias, palestras, greves, boicotes, ocupações, jejuns e a formação de governos paralelos justamente dentro de

⁸⁶ Com a absolvição dos jovens dos 15+2(duas) em 2016, alguns fundaram o Movimento Jovens Pelas Autarquias: Tendo em atenção aos discursos do novo presidente João Manuel Gonçalves Lourenço sobre a institucionalização das autarquias até o ano 2020, surgem várias organizações juvenis nalguns municípios de Luanda (Cacuaco, Viana e Cazenga) e em províncias como a Huíla (Matala), Bengo, Moxico e Uíge com o Movimento Jovens Pelas Autarquias. Este movimento tinha os seguintes objetivos: concorrer as eleições autárquicas nos seus municípios, organizações cujas áreas de jurisdição são o seu município e surgem na base da lei orgânica sobre as eleições autárquicas (DOS SANTOS, 2020).

processos previamente planejados e fora da legislação vigente. A não-violência consiste em certos atos não convencionais feitos para intervir direta, política e estrategicamente através da combinação de um plano de ação, fazendo com que os agentes exerçam o poder político que detêm enquanto integrantes de uma sociedade (SANTOS, 2018).

Domingos da Cruz, um dos ativistas do processo dos 15+2(duas), acreditava que ler e discutir sobre a não-violência poderia fortalecer os argumentos intelectuais dos jovens sobre a luta pela democratização em meio a dúvidas e incertezas de jovens ativistas, como Alex Chabalala, Nito Alves e José Gomes Hata. Hata (2022) revela em um primeiro momento que “as ideias que o Domingos defendia não me convenciam muito. Ele falava do princípio da não-violência e era na altura em que nós éramos muito radicais”. Depois, ao escutar com atenção os argumentos de razão, concluiu que: “O Domingos disse: nós quando estudarmos isso, no fim, cada um pode continuar com as suas opções, mas vamos só estudar porque o que se sabe até agora sobre Luther King e Ghandi são coisas muito superficiais”. O caminho da violência em Angola por via da guerra civil tinha demonstrado que o partido dominante tinha reforçado o seu poder ao eliminar o seu arquirrival, o partido UNITA, o que alavancou ainda mais o seu prestígio internacional. Conforme o tempo foi passando, intelectuais como Nuno Álvaro Dala, Domingos Da Cruz e Luaty Beirão tinham entendido o contexto político com toda a sua arquitetura de violência e, enquanto participes das grandes manifestações, perceberam que a solução para a saída do presidente José Eduardo dos Santos passava pela luta não violenta, como tinha sido ensaiada: pelo Movimento dos Direitos Civis nos Estados Unidos, coordenado por Martin Luther King Jr e Rosa Parks; pela Primavera Árabe, com jovens ativistas em vários países do Norte da África e Oriente Médio, como Tunísia, Egito e Síria, que organizaram protestos contra regimes autoritários, buscando reformas democráticas e direitos humanos; pela militância em favor do ambiente de Greta Thunberg e pelo movimento *Fridays for Future*, marcado com protestos e greves escolares para exigir ações urgentes contra as mudanças climáticas; pelo Movimento Estudantil Chileno, que exigia reformas educacionais e pelo Movimento *Black Lives Matter*, através da luta contra a injustiça racial e a brutalidade policial nos Estados Unidos e em outros países.

Esses jovens ativistas pretendiam evitar um “banho de sangue” ao chocar violentamente contra o regime autoritário angolano, fato que o teria legitimado na comunidade internacional. Por isso, eles evitavam ao máximo fazer o jogo do sistema e a luta não violenta, engendrada por estes jovens ativistas, passaria por capacitar os jovens e, de modo mais alargado, as comunidades, a fim de se tornarem agentes de mudança por meio da conscientização, educação e mobilização política e cívica, através de debates sobre treinamento em direitos humanos,

estratégias de resistência não violenta, arte de rua, música de protesto, mídia social e outras formas de comunicação visual e digital. Os jovens pretendiam se recusar a cooperar com sistemas ou instituições que perpetuam injustiças e violações de direitos humanos, negando-se a obedecer a leis injustas, participando de boicotes econômicos ou negando a legitimidade de governos opressivos, realizando, ainda, marchas e manifestações pacíficas, desobediência civil, sentinelas, ocupações pacíficas, greves e paralisações de trabalhadores.

O debate na Vila Alice passou a ter uma participação popular relativa (ou mesmo reduzida para ser mais preciso). No princípio apareciam muitas pessoas, mas, com o tempo, o número tendeu a reduzir, visto que alguns ativistas começaram a faltar. As razões podiam ser várias, desde a dedicação a outras atividades, dificuldade de deslocamento de bairros periféricos para o centro da cidade de Luanda, falta de entusiasmo pelas temáticas apresentadas no debate ou choques de agendas pessoais, profissionais ou familiares. Sobre isso, Inocêncio de Brito “Drux” (2022) argumenta: “por exemplo eu faltei dois sábados, um dos quais eu tive de viajar. Uma viagem para o Cuanza Sul por causa de um casamento”. E Hata reafirma que, no mesmo sábado em que foram detidos:

[...] parecia que as coisas já não iam bem. O Domingos faltou e as pessoas já não davam mais interesse naquilo e as respostas que cada um dava, deixou isso mais claro. Cada um tinha uma perspectiva bem diferente daquilo. Uns foram lá porque era um grupo de estudo; eu fui lá porque quis aprofundar um estudo sobre o movimento hip-hop ligado as manifestações; a quem foi lá porque estava a estruturar mesmo um movimento; a quem foi lá se calhar só quis ir ver alguém, tá vé! Yha e tinha tudo isso. (HATA, 2022).

Desse debate, começou a ser articulado um movimento com ideias focadas e firmes, a fim de fomentar uma revolução pacífica que conduzisse a uma democratização baseada nas mudanças políticas que o país necessitava dentro do quadro constitucional. José Gomes Hata afirma que, ao longo da evolução dos debates, a condução metodológica garantiu que houvesse algum momento em que já não era de se falar teoricamente de Jesus Cristo, Mahatma Gandhi, Martin Luther King, Nelson Mandela ou outro dirigente pacifista teoricamente, mas imperava a necessidade de criar ferramentas de lutas pacíficas contextualizadas ao contexto angolano com métodos práticos aplicados a cada contexto. Os jovens propunham estratégias que funcionavam na base de problema-solução ou ação-reação proporcional à dimensão do estado autoritário, como se explicita no seguinte argumento de Hata: “como é que vamos aproveitar a crise do petróleo para o derrube da ditadura?” (HATA, 2022). Tudo isso acontecia também dentro de uma situação em que vários jovens não levavam a sério os eventos, como declara Hata (2022):

Luaty pergunta: onde é que nós paramos? Ninguém sabia. Luaty também, tipo já havia algumas contradições no debate anterior. Mas como é, ninguém sabe onde nós ficamos? Será que nós estamos a dar importância nesse debate? Será que as pessoas sabem o que nós andamos aqui a fazer? E quase cada um ali tinha uma postura diferente. Luaty disse: ainda vamos saber o que cada tem sobre estes debates aqui. Lança uma pergunta: ali cada um tinha a sua resposta. O Dibango: olha, para mim, isto aqui é grupo de estudo.

Ainda era visível que os jovens ativistas, apesar de se reunirem, não se conheciam total e profundamente. Muitos ativistas chegavam ao local por via de convites de alguns amigos responsáveis pela organização dos debates, como, por exemplo, o caso de José Gomes Hata, convidado por Hitler Samussuko, e o de Dito Dali, convidado por Domingos da Cruz. Obviamente, existem outros exemplos que devem ser elucidados, como a primeira vez que o movimento revolucionário pretendia organizar um amplo movimento que acolhesse as várias alas ou núcleos ligados aos protestos. Sobre isso, Hata diz que: “eu me cruzo com o Hitler, num Sábado, yha, e o Hitler mostra novamente: olha, vai ter um curso de luta não violenta” (HATA, 2022). Por sua vez, Dali explana que: “Eu já tinha coordenado com o Domingos que eu fizesse parte destas reuniões. Só que nas primeiras semanas eu não vou por causa das provas que eu fazia na universidade e também a filha se encontrava incomodada” (DITO DALI, 2022).

O movimento responsável pelos protestos era bastante heterogêneo e sem qualquer alinhamento político partidário ideológico. Por causa disso, ocorreram no grupo de debates contradições internas (talvez causadas pelas diferenças de óticas filosóficas de luta). Nesse sentido, durante os eventos, muitos membros queriam saber se aquilo se tratava da formação de um partido político ou de um grupo de jovens organizados a fim de criar um projeto de sociedade alternativo na conjuntura política nacional dos partidos tradicionais, como o MPLA e a UNITA. Aliás, essa contradição ou diferença já tinha sido demonstrada com a situação da perspectiva da luta violenta *versus* luta não violenta, como ficou supracitado. Sobre isso, Samussuko afirma que “no outro sábado tínhamos discutido sobre a questão da liderança. Nesse dia eu disse: possas, eu já não estou a entender o que que é isso: primeiro vieram com a questão do líder, agora parece que estão a falar de bandeira, isto está tipo um partido” (SAMUSSUKO, 2022).

As questões colocadas por Samussuko e outros ativistas levantavam um debate antigo, visto que os jovens acreditavam que manter o movimento dos revús de modo descentralizado e sem alguma liderança no modo vertical teria evitado hierarquia e, caso o líder fosse aliciado (ou mesmo morto), o risco de o movimento se desmembrar seria mais complexo e improvável. Sem uma figura central na liderança, o grupo poderia se adaptar mais facilmente a novas situações, responder rapidamente a mudanças de contexto e integrar novas ideias de forma mais

fluida. A horizontalidade e igualdade no tratamento dos membros seria a solução para a democracia interna, dando aos participantes voz e poder de decisão (era a velha lógica do grupo ser gerido por uma estrutura igual a um colegiado). O mesmo aconteceu sobre a questão da bandeira, a qual não foi criada por conta da diversidade dos membros e das pautas defendidas por vários setores, apesar de todos primarem pela retirada do presidente José Eduardo dos Santos.

Destes encontros, tinham decorrido cerca de quatro debates e, no quinto, referente ao dia 20 de junho de 2015, nenhum dos jovens previa que seriam confrontados pelas forças de ordem e defesa do estado angolano, como ficou descrito pelos jovens a seguir. Era um dia de sábado normal igual aos outros eventos e lá estavam os jovens preparados para discutir as vias pacíficas pelas quais teriam de utilizar para democratizar Angola de forma não violenta. Hata conta de forma pormenorizada como tinha sido o seu dia naquela altura:

No sábado seguinte, eu também estava sem fazer nada. Era já praticamente comum não ter nada para fazer. Yha, e de repente, eu lembro que tinha me encontrado com o Hitler e o Hitler me tinha falado de uns debates, mas faltei duas semanas. Epa, não tenho nada para fazer. Yha, o vizinho ali de lado, kota Carequinha, um kota já falecido, yha liga a viatura e eu sabia que o kota ia no Prenda. Kota Carequinha vai no Prenda? Yha, vou bazar. Yha, mas kota me espera então, só 30 minutos, era até muito cedo, eram tipo 12 horas. Tinha uns debates nunca mais fui para lá. kota quando tiver de regresso lá para as 17, nós terminamos lá para as 16 ou 17 vamos voltar juntos. Yha, o kota, fala yha fixe. Subimos na viatura, conversa também era estranha. Kota nunca tinha conversado nada comigo, era muito fechado. Yha, kota começa a me confidenciar coisas, tipo uma despedida. Estas a ver aquela vizinha? Yha, é minha dama. Comecei a rir nas calmas e fomos. Yha, me tirou mesmo da porta de casa, até a porta do debate. (HATA, 2022).

Hata percorreu do Panguila, um bairro localizado na província do Bengo, município do Dande a Vila Alice, bairro da cidade de Luanda, 28 km em uma viagem de uma hora, atendendo ao engarrafamento da cidade capital, tendo chegado ao local e encontrado apenas uma pessoa. Seu interesse principal era continuar os debates que passavam a ser importante a construção de uma consciência política capaz de ajustar-se a luta não violenta. Tao logo chegou ao local, contactou o seu amigo Hitler Samussuko, enquanto constatava outras situações.

Ligo no Hitler, wi estás aonde? Ainda estou no São Paulo, mas daqui a pouco chego ali. Yha, passa uns minutos chega o Nuno, assim com uma cara meio desconfiado, meio vaidoso. Nuno tem esse lado. Yha aquele truque de professor universitário. Me saudou: mano é como? Eu: Estou fixe. Tu também vieste para o debate? Yha, vim no debate. E eu já lhe conhecia da universidade aonde eu estudava, ele era meu professor. Mas não lhe falei que só que para não se baixar. Todo mundo naquele momento éramos colegas. Um gajo pausa. O Nuno vem, começa a ler as pautas aprovados e reprovados e passa mais

alguns minutos entrou o Luaty e ninguém aparecia e ficamos preocupados. (HATA, 2022).

Já o ativista Dito Dali foi ao evento a convite de Domingos da Cruz, um dos mentores do evento. Infelizmente, nesse dia, Domingos estava impossibilitado de aparecer e quem o recebeu foi Sedrick de Carvalho, como fica registado em seu depoimento:

Assim que eu chego a Vila Alice, estacionei a viatura, ligo ao Domingos e disse já cheguei, vem me pegar para me levar a sala nas palavras do Domingos foi: dito, eu não estou em Luanda, estou a caminho de Malange. Tenho um familiar que está doente e pediram-se para socorrer este familiar. Mas Sedrick vem ali te pegar. Então foi quando ligo ao Sedrick e veio ao meu encontro, levou-me até a sala do debate, saudei o pessoal. Yha, apresentei-me, e depois da apresentação seguiu a fase das intervenções. (DITO DALI, 2022).

Eram 13 horas, Luaty entrou com um molho de papéis para um projeto que ele tinha e que se chamava “Buzina Só”. Chegou e sentou-se em algum lugar do espaço de debate. Os jovens esperaram um pouquinho e, em seguida, veio o Sedrick e logo chegou o Inocêncio, o Mbanza, o Arante, o Nito e esperavam pelo Domingos. Depois, Sedrick recebeu uma ligação do Dito falando que estava em um sítio e que vinha também para o debate e, por isso, lhe foram buscar. O Dito apresentou-se com seu jeito bem vaidoso: vinha vestido de calção azul, um tênis verde bem novo e bonito. Hata conta o seguinte: “Eu lembro muito bem naquele dia. Assim bem vaidoso. Yha, quando ele senta, 5 minutos depois veio a polícia. Veio um indivíduo assim de corpo cheio” (HATA, 2022). Lá estavam os jovens frente a frente com a polícia, que adentrou o local de forma inesperada e sem cumprir qualquer procedimento institucional, vindo do Ministério Público, como revela Gouveia (2024). Desconfiado, o ativista Mbanza Hanza alertou que não se podia dizer com exatidão que aqueles senhores exageradamente armados fossem da polícia nacional ou de órgão similar, pois não exibiram um documento comprovativo e muito menos mandado de captura e busca para que fizessem revista aos jovens e ao local. O ativista chegou a levantar a hipótese de que eles até podiam ser gatunos disfarçados de agentes do SIC (Carvalho, 2022). Os acontecimentos a seguir foram arrasadores, como demonstram os jovens ativistas. Os policiais diziam: “Meus senhores, DNIC! Ninguém se mexe! Baixem as cabeças! Não estão a ouvir? Baixem as cabeças!”. Os agentes apontavam muitas armas para as cabeças dos jovens ativistas que em momento algum esperavam ter aquela visita inesperada e repressiva por volta das 13 horas na Vila Alice, Distrito Urbano do Rangel em Luanda, no Instituto de Línguas e Informática (ILULA) pertencente ao senhor Alberto Neto, ex-membro do MPLA e candidato a presidente da República em 1992 (CARVALHO, 2022). José Gomes Hata relata o caso da seguinte forma:

Então entra o indivíduo, assim de óculos escuros, chapéu, t-shirt vermelho um pouquinho apertada. Empurra a porta, a porta estava aberta. Ele empurra, começou a olhar, passou alguns segundos e disse: estão presos. Eu olhei, e ele repete; parece que fez a leitura da nossa expressão facial, percebeu que estávamos a ignorar aquilo, não estávamos a levar a sério. Ele diz: estão bem presos. Puxa a pistola, mas mesmo assim não entramos em pânico. Yha, eu quis perguntar ao Dito como estava sentado ali e percebi que o Dito também era novo. Eu pensei que era brincadeira de um activista, mas a questão da pistola? (txé), acho que isto não é brincadeira. Eram muitas ideias a girarem assim na cabeça num único instante. Estão presos. Depois entra um outro grupo de mais velhos com fatos e gravatas, mas bem-apresentado e aí percebi que era sério. Pediu para levantar e deixar tudo na carteira. Parece que também tinha câmara da TPA, não sei vocês lembram. Yha, tinha câmeras grandes, profissionais a filmarem tudo. Olha ponham as mãos no que, olhavam para o Luaty e o Mbanza e disseram: este mulato. Quer dizer já viram alguns nomes na lista: é, o rasta; este mulato! (o mulato estava bem calmo neste dia-Dito). Quase todos estavam calmos. (HATA, 2022).

A entrada inesperada dos agentes da ordem pública e dos serviços da segurança do estado, uniformizados como ocorre em “filmes de Hollywood” – com óculos escuros, fardados, alguns com roupa social, outros à paisana, pistola na cintura e outra nas mãos, algemas, bastões de ferros, rádios de comunicação, equipamentos de escuta e carros ligados aos serviços penitenciários – reverberou nos jovens ativistas um misto de sentimentos na hora da detenção, envolvendo, inclusive, o receio de serem mortos. Como ressalta Sedrick de Carvalho (2022, p. 19): “pensei que seríamos mortos ali mesmo, pior do que cães. O excesso de material bélico que ostentavam pressupunha uma execução sumária. Um agente meio encapuçado reforçou o baixar a cabeça e o ninguém se mexe”.

Do outro lado, havia o sentimento de raiva ou agitação por terem sido detidos injustamente ou sem motivo aparente. Como refere Dito Dali (2022), “Eu fiquei muito agitado e a minha maior preocupação são os meninos”. A presença da televisão talvez tenha sido a “cereja no topo do bolo” e aquilo prontamente reativou a memória dos jovens que estavam acostumados a ver na Televisão Pública de Angola (TPA) o “quarto do poder”, que legitimava o poder autoritário do partido que suporta o estado. Estar naquele evento significava produzir uma narrativa específica sobre os eventos que levaram à detenção dos ativistas, retratando-os como “inimigos do Estado”, “arruaceiros” ou como uma ameaça à estabilidade e segurança nacional, já que era da “praz”. A presença da televisão poderia fazer parte de uma estratégia mais alargada de controle de narrativas, intimidação dos jovens ativistas e deslegitimação do movimento da luta não violenta, que vinha sendo tranquilamente construída pelos seus principais protagonistas. Dito Dali acrescenta alguns eventos que foram fundamentais depois:

Depois da minha intervenção, acho que uns 8 ou 9 minutos foi quando fomos surpreendidos pelos agentes da SIC. Abriram a porta, pediram que levantássemos os braços sobre as cabeças e ninguém podia se mexer. Pediram-nos que tirássemos tudo o que estava no nosso bolso. Metemos ali por cima das mesas das carteiras que estávamos sentados. (DALI, 2022).

Entre as várias exigências, havia a de colocar as mãos à cabeça para, em seguida, começarem a algemar os jovens com os braços para trás. Finalizando o processo, foram colocados no quintal, sentados sobre o chão sujo. Mais policiais chegaram com armas empunhadas sobre os braços e sedentas de sangue inocente para, em seguida, fazer outra exigência: o recolhimento dos computadores, carregadores, mochilas, telefones, lapiseiras, pen drives, livros, documentos pessoais, discos externos, jornais e auriculares. “Não se entendia quem chefiava. Ambos se afastaram. Os vi a falar ao telefone, enquanto recebiam ordens superiores” (CARVALHO, 2022, p. 20). Sobre isso, Hata (2022) revela que:

O investigador Pedro, conhecido de Man-Pedro. Ele pergunta (investigador): aqui tem menor de idade: Nito responde: sim, tenho 18 anos de idade. Todo mundo começou a rir. Eu também levei aquilo na brincadeira. Deve ser um engano, vão nos levar a esquadra e depois irão nos soltar. Olha, tiravam os dados, os telemóveis meteram num saco e fomos lá numa esquadra na URP (Unidade Rádio Patrulha), no outro lado, lá no Jumbo. Ali na unidade comecei a ver algo estranho: estavam em prontidão, parados e as viaturas bem distribuídas, inclusive já havia viaturas dos serviços prisionais. O que não é normal quando há alguma detenção. Daí fomos divididos em duas ou três viaturas e fomos.

A apreensão desses materiais nessa primeira fase (ele será seguido quando forem em suas casas) visava possivelmente, de um lado, encontrar provas contundentes sobre a possível circulação de ideias de golpe de estado contra o presidente José Eduardo dos Santos. Do outro lado, poderia atuar como estratégia de controle de informação em relação a livros contrários ao regime autoritário, sobretudo àqueles que abordam sobre direitos humanos.

Havia excessiva presença de policiais para prender jovens que não representavam qualquer perigo. Talvez, naquele cenário “teatral ou fílmico”, retumbava alguma demonstração do poder autoritário do estado. A ação poderia objetivar levar à fuga ou intimidação dos ativistas ou, ainda, era um modo de demonstrar que a ditadura estava preparada para reprimir qualquer amotinação que viesse a surgir ou que colocasse em causa os 36 anos de mandato do presidente José Eduardo dos Santos. Carvalho (2022, p. 24) conta que

[...] três carros para cada um dos treze resultam em 39 viaturas, isto se não houve mais ou menos de três na escolta dos outros companheiros. No carro em que eu era transportado estavam cinco agentes. Em cada patrulha havia atrás seis homens, e na cabine, dois. Eram 23 agentes para um jovem civil, desarmado e algemado. Só faltaram helicópteros para nos acompanhar. Não

havia. Não ouvi barulho de helicóptero.

Em Nota Pública, a Polícia Nacional de Angola afirmou que, no seguimento da operação, várias equipas do SIC, apoiadas por forte aparato policial, escoltaram cada um dos 13 detidos no debate às suas residências, onde efetuaram revistas e confiscaram os seus computadores, assim como os de seus familiares, assim como câmeras fotográficas, telefones, livros, cadernos de apontamentos e outros materiais. A Polícia Nacional, em comunicado emitido no mesmo dia, informou que os jovens foram detidos em flagrante delito, enquanto supostamente preparavam atos contra a ordem pública e atentados contra a segurança de Estado (MORAIS, 2015). Os jovens foram levados em veículos policiais, tal como disse Hitler Samussuko: “primeiro nos tiraram do local do debate e nos levaram a URBI, da URBI nos levaram para as nossas casas. Só depois fomos para as celas” (SAMUSSUKO, 2022). Inicialmente, os jovens foram transportados até a Unidade de Rádio e Patrulha da Polícia Nacional (URP-PN), localizada a escassos metros do local da detenção e pouco depois do Supermercado Jumbo. Sobre essa parte, Carvalho afirma que “Quando ali chegámos, não me retiraram do carro. Os três agentes desceram, claro. Exposta ao sol, a carrinha aquecia cada vez mais e, lá dentro, eu transpirava como se estivesse a ser grelhado. Fiquei ali a torrar pelo menos uma hora” (CARVALHO, 2022, p. 23-24).

Deu para perceber que a operação era orquestrada em colaboração com três dos cinco organismos do MININT – faltando apenas o Serviço Nacional de Proteção Civil e Bombeiros (SNPCB) e o Serviço de Migração e Estrangeiros (SME). Nota-se que os jovens eram levados em condições desumanas, o que representa um total desrespeito pelos direitos humanos, em uma clara demonstração do quanto o estado autoritário estava preparado a sacrificar quem quer que lhe opusesse. Isso fica evidente nas condições da carrinha que os transportava, como relatou Carvalho (2022). O veículo que transportava Sedrick de Carvalho era dos serviços prisionais e o motorista era um agente prisional. Não os disseram para onde estavam sendo levados, contrapondo o direito constitucional de os informar os motivos da detenção, de explicar para onde estavam sendo dirigidos e o direito de contatar familiares e advogados. Como era habitual, a lei não foi respaldada, conforme defende a constituição no seu artigo 63⁸⁷. Sabiam apenas as

⁸⁷ Artigo nº 63 da Constituição angolana de 2010: (Direitos dos detidos e presos) Toda a pessoa privada da liberdade deve ser informada, no momento da sua prisão ou detenção, das respectivas razões e dos seus direitos, nomeadamente: a)- Ser-lhe exibido o mandado de prisão ou detenção emitido por autoridade competente, nos termos da lei, salvo nos casos de flagrante delito; b)- Ser informada sobre o local para onde será conduzida; c)- Informar à família e ao advogado sobre a sua prisão ou detenção e sobre o local para onde será conduzida; d)- Escolher defensor que acompanhe as diligências policiais e judiciais; e)- Consultar advogado antes de prestar quaisquer declarações; f)- Ficar calada e não prestar declarações ou de o fazer apenas na presença de advogado de

informações de conversa oficiosa que ocorria desavisadamente, típica dos agentes de serviços secretos, durante o momento em que eram levados para suas casas, a fim de recolher provas (CARVALHO, 2022). Nessa altura, os policiais tentavam abrir um diálogo informal com os jovens, buscando dados (informações) sobre possíveis financiamentos político-partidários, ONGs internacionais ou informações sobre os principais líderes do movimento ora criado, como destaca Hata (2022):

Tinham um rádio na cintura e faziam algumas perguntas e eu dizia apenas: yha, não sei, não, sim. As perguntas eram do tipo: mas vocês assim bem pequenos, não tem mais velhos ali, andam a reunir ali. Quem é que começou com esses debates? Tem líderes? Coisas assim, tás a ver? Tive de forma inocente, mas estavam mesmo a acusar, mas não explicavam. Eu perguntei, mas estão a acusar o que? (polícia): nós também não sabemos, mas é as vossas coisas de manifestação.

Os agentes envolvidos na operação, eram os velhos (novos também) policiais que subvertiam constantemente o estado democrático e de direito (já fraco), agindo de forma discricionária ou em nome de “ordens superiores” em situações anteriores, como são as manifestações reprimidas violentamente com histórico de detenções, intimidações, desaparecimentos, torturas, detenções e prisões arbitrárias. Em Angola, infelizmente, as forças policiais são frequentemente instrumentalizadas pelo regime para garantir sua permanência no poder. Para Carvalho (2022, p. 13), ao longo do processo “adicionemos-lhes umas 26 ocorrências com a expressão “ordem superior” (no singular ou plural), postas na boca dos guardas, policiais ou agentes para legitimarem ações injustificáveis” e atuar à margem da lei, como era de praxe. Essa estrutura revelava o quanto o estado tinha sido fragilizado através de detenções arbitrárias e sem justificativa legal, descumprindo totalmente o plasmado na constituição, que é a salvaguarda dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos. No mesmo dia, foram levados da URP para as suas casas, a fim de serem reviradas enquanto procuravam, pela segunda vez, as provas. Carvalho narra a situação da seguinte forma:

Da URP à zona residu é muito distante. São cerca de 30 quilômetros. O motorista dos Serviços Prisional parecia ter um compromisso inadiável. Conduzia desenfreadamente. Chegamos ao Zango 2 por volta das 17 horas. Duas ruas foram cercadas por homens fardados de azul com AKM's e outros materiais bélicos. Instantaneamente a rua ficou apinhada de gente. O aparato policial prendia as atenções dos vizinhos e todos que por ali passavam. Estava garantido o espetáculo. Suponho que todos quisessem saber se se tratava de

sua escolha; g)- Não fazer confissões ou declarações contra si própria; h)- Ser conduzida perante o magistrado competente para a confirmação ou não da prisão e de ser julgada nos prazos legais ou libertada; i)- Comunicar em língua que compreenda ou mediante intérprete.

um traficante de drogas, o chefe de uma quadrilha de assaltos a bancos. Mas logo perceberam que estavam enganados. Reforçou os batimentos, e ela apareceu. Pensando em ser alguma criança disposto a brincar com a nossa filhinha, abriu a porta, mesmo de toalha, porque se se preparava para ele tomar banho, disse-me depois. O agente mandou-a vestir. Assustada pelas armas, foi rápido e voltou. O agente-chefe da comitiva, um senhor calmo, aparentemente descontente com aquela operação, mandou que me tirassem do forno e me levassem para junto dele. Entramos em casa e depois tem confirmado com a minha esposa, que eu era, sim, esposo dela. Invadiram a casa quatros agentes, todos civis, e sem a apresentação de qualquer documento judicial, autorização minha ou da Neusa. outro ato ilegal. (CARVALHO, 2022, p. 25).

Os jovens começaram a ficar estupefatos quando verificaram que o trajeto feito pela polícia dava para o seu bairro e residência familiar. Oito agentes da polícia fortemente armados e três operativos do SIC conduziram o *rapper* Luaty Beirão, algemado, à sua própria casa no dia da detenção. Durante meia hora, segundo informação de familiares, os agentes confiscaram, sem qualquer mandado de busca e apreensão, o equipamento fotográfico da esposa de Luaty Beirão, avaliado em mais de US \$20,000. A esposa, que prefere não ser identificada, é fotógrafa profissional e ficou sem todo o seu equipamento de trabalho, que inclui cartões de memória, apontamentos, computadores, portfólio de fotografias já pagas por clientes e outros materiais. Já na casa de Nito Alves, os agentes “recolheram tudo o que tinha escrita, incluindo os livros da universidade”, de acordo com o seu pai, Fernando Baptista. Nito Alves não tem computador. Um terceiro ativista, Nelson Dibango, que era técnico de informática, viu a polícia confiscar cinco computadores e impressoras, incluindo o do seu pai, que estava na casa dele (MORAIS, 2015). Hata (2022) descreveu a situação da seguinte forma:

Eles não falavam nada, o crime que estávamos a ser acusados e só perguntaram (polícia): vives onde? Eu disse, eu tenho de mentir esses gajos. Na altura não estava no Kikolo, estava no Panguila. Eu sabia que tinha um óbito no Kikolo e a minha ideia era lhes levar até no óbito para o pessoal saber que eu estava preso. Yha, tenho de os levar ao Kikolo. Yha, viemos, ao longo da viagem davam uma conversa bem estranha, eu bem calmo e eu sempre a desconfiar que estão a gravar. Chegamos a Kianda e perguntaram: é nessa rua? Yha, é nessa rua. Fomos até na antiga ponte tinha óbito, fomos giramos porque os jovens fecharam a rua, tinha um óbito e ali pegamos um desvio. Fomos, giramos e paramos na ponta e eles perguntam por que tinha um cenário que eles acharam muito estranho (polícia): ó jovem estamos a desconfiar que você está a nos levar numa barricada. Você vive onde? Falei que é ali (respondeu Hata). Mas ali tem óbito (Polícia). Yha, eu vivo ali em cima depois do óbito. Em cima era a casa da minha tia, mas é mesmo ali onde estava a acontecer o óbito. Não jovem não mente (Polícia), desce. Eles puxam as pistolas, abrem a viatura e todo mundo do bairro viram é o Hata. Viram, sacam a pistola e eu algemado, e vinha um rapaz deficiente, ele me conhece, é sobrinho da minha esposa. Ele tinha naquela altura uns 7 ou 8 anos. Foi a única pessoa que teve coragem de se aproximar, veio mesmo a correr e me abraçou. Me perguntou (o menino): Hata é o que? (Hata): estes bandidos do MPLA. Todo mundo de

lado começou a rir. A polícia falou: ainda estão a me chamar de bandido! Você ainda pode rir nesse momento (polícia). Eles perceberam que eu não tinha noção do problema. Jovem vamos! Mostra a tua casa (polícia).

Foi isso que também aconteceu com Sedrick de Carvalho ao afirmar que mandaram a sua esposa, Neusa de Carvalho, buscar o computador dela e entraram no escritório, tendo recolhido três pen drives e um computador estragado. Era o computador de trabalho que continha os projetos de livros do Domingos da Cruz e do economista Gilberto Teixeira, editados e prontos para impressão. Também havia cadernos, jornais, papéis avulsos e livros.

A resistência em identificar a casa tinha a ver com medidas protetivas para si e seus familiares ao perceber a natureza da operação. Além disso, também seria uma boa forma de dificultar para as autoridades o acesso a informações importantes que estavam sendo procuradas pela polícia. Para Inocêncio António de Brito “Drux” (2022):

A minha situação é idêntica ao do Hata. Eu não queria mostrar a minha casa. Eu pensei que era uma simples detenção. Naquela altura eles tinham uma maneira de prender na manifestação e depois lhes levavam de carro da polícia para casa para não se manifestarem mais. Até chamávamo-nos aquilo de passeio policial. Eu disse que depois da vila tem a SGO⁸⁸ e mais a frente tem a minha casa. Paramos na SGO, epha, eles manobram e quando não havia rua para a passagem do carro, estacionaram e disseram vamos então a pé entrar no bairro e vamos para a tua casa. Descemos mesmos com o aparato todo, polícia e tudo mais e perguntaram a casa é mesmo aonde? Depois disse que a minha casa não é aqui. Ficaram zangados. Polícia: é aonde a tua casa? Começaram as ameaças: tens de mostrar a tua casa senão te iremos cortar a tua cabeça.

Durante o momento em que a polícia circulava com o jovem ativista José Gomes Hata para encontrar a sua residência e as provas para condenação, a viagem se tornava embaraçosa, visto que, quando chegaram à casa da sua tia, ela estava descontraída e a conversar com outras pessoas, entrando em choque (quase apanhava algum desmaio) ao ver nas mãos do Hata as algemas e as armas nas mãos da polícia. “Como essas cotas eram mesmo inteligentes pensaram: ‘aquilo só devia ser questão política’ e me perguntaram: ‘fizeste o que?’ Eu respondi: ‘são mesmo os teus colegas do MPLA’. E ela disse: ‘também essa sua boca, não ouve’. E a polícia disse: ‘tavé esse teu filho, é bandido’” (HATA, 2022). O uso do termo bandido não soa de modo isolado e despropositado e, talvez, isso seja parte da lógica da desumanização antropológica construída pelo estado autoritário (de ver o outro animalizado ou objetivado), que visava excluir

⁸⁸ Empresa angolana de transportes rodoviários.

social e politicamente esses jovens e coibir qualquer mecanismo de solidariedade que pudesse ser despertado pela sociedade civil – sem respeito também pelos seus familiares durante as ações repressivas em curso, como fica explícito no relato em apreço. Essa desumanização, como fica demonstrado ao longo de todo texto, é histórica no circuito político angolano e é antiga, ficando marcada pelas expressões “agentes do imperialismo”, “inimigos do estado”, “arruaceiros” e “fomentadores da desordem”. Os jovens se tornam apenas vítimas da linguagem estereotipada, preconceituosa e discriminatória vociferada pelas instituições do estado e, em particular, pelos órgãos do Ministério do Interior para legitimar e justificar a violência física ou emocional e os tratamentos injustos, abusos ou violações dos direitos humanos.

Enquanto o processo decorria na casa do Hata, procuraram de tudo para construir a narrativa da existência dos atos preparatórios de golpe de estado contra o presidente José Eduardo dos Santos. Constitucionalmente, a polícia precisa obter um mandado de busca emitido por um juiz ou magistrado judicial antes de poder entrar em uma residência para procurar evidências e consumir a detenção. Infelizmente, não aconteceu. A polícia precisava dos livros, pen drives, computadores ou de qualquer objeto que fosse importante como prova para o caso, sem se preocupar com a violação ao domicílio, como reza a constituição no seu artigo nº 33º:

(Inviolabilidade do domicílio) 1. O domicílio é inviolável. 2. Ninguém pode entrar ou fazer busca ou apreensão no domicílio de qualquer pessoa sem o seu consentimento, salvo nas situações previstas na Constituição e na lei, quando munido de mandado da autoridade competente, emitido nos casos e segundo as formas legalmente previstas, ou em caso de flagrante delito ou emergência, para prestação de auxílio. 3. A lei estabelece os casos em que pode ser ordenada, por autoridade competente, a entrada, busca e apreensão de bens, documentos ou outros objetos em domicílio. (ANGOLA, 2010, p. 16).

Apesar de existir esse argumento na lei, o domicílio foi frequentemente violado pelas autoridades do estado e, com veemência, no caso da detenção dos jovens ativista. Hata conta ainda:

Essa aqui, já não vive aqui. Ó jovem, mas é teu filho (polícia). Sim é meu filho (tia). A senhora está a mentir, mostra o quarto dele (polícia); ela disse não, esse aqui tem a vida dele, mulher dele, filho dele e a casa dele (tia). (Polícia), não, mostra ainda ali. e o outro mexeu ali e viu o quarto do Bambi e disse: não chefe, a casa dele é mesmo aqui. esta aqui o livro do amigo dele (polícia). (Hata), viu o livro do domingo da Cruz com o título “para onde vai a Angola”. Yha, naquele livro eu não sei o que deu na cabeça do Bambi escreveu lá o nome dele. o nome do Bambi é José Bambi e eu também sou José. (polícia), disse não, está aqui o livro do amigo dele tem o nome dele. (Hata), eu, hum! este livro é teu? eu disse: sim. (polícia) e este gajo não é o vosso líder? (Hata), eu falei nós não temos líder. (polícia), não! esse aqui é o outro que estamos a procurar. (Hata), eu percebi logo que estavam atrás do Domingos. (polícia), esse livro é teu ou não? e está aqui a fazer o quê? (Hata) é do meu primo.

(polícia) chama o teu primo. (Hata) eu não sei onde está, não vou lhe chamar. Falaram para tia Eva (polícia). (Tia Eva) explica: aqui tem outro primo dele não está, saiu. Ele não vive aqui. O chefe da polícia veio: jovem vive aonde? Não mente vais piorar no caso. Então tá bom, vamos no Panguila. Subimos e fomos ao Panguila (HATA, 2022).

Durante o percurso, alguém ligou para a irmã do Hata e explicou que ele tinha sido detido e que estavam à procura de provas, sobretudo dos livros. Sua irmã foi ao encontro de sua esposa e não a encontra e então começou a revirar a casa tirando o que fosse necessário para evitar incriminação, conforme o relato de Hata (2022):

O que é que faz? vê os livros da janela, chama o vizinho, e ela arromba a porta e recolhe todos os livros e as minhas roupas muçulmanas. A minha irmã fez uma leitura de todo o cenário e depois mete na viatura e sai sem muitos vizinhos se aperceberem, apesar de terem alguns que já a conheciam. Depois de 15 minutos entra a caravana da polícia. Eu ainda vi a minha irmã assim a distância e eu também sem saber de nada. Quando chegamos, os vizinhos chamam a esposa, ela estava ao lado. Ela vê a casa arrombada, achou estranho e eu também achei também estranho; não tinha quase nenhum livro, mas não quis falar. fiquei a pensar! Será que alguém roubou os livros? Será que a polícia terá mandado pessoas antes e levaram os meus livros? não! olhei na cara da esposa e me perguntou: fizeste o que? a polícia começou a reclamar: Tu sabes o que o teu marido anda a fazer, né? o teu marido é altamente perigoso. (Esposa): Hata, fizeste o que? (Hata): Eu também não sei, vou fazer o quê? (polícia): esse teu marido é altamente perigoso. senhora, mostra a arma do teu marido. (esposa): ele tem arma? quem tem arma se não é bandido é polícia! o meu marido não é bandido e não é polícia. (Polícia): Aié, estás a falar isso né? esse teu marido é altamente perigoso. Então, eles começam a revistar tudo e se concentraram nos livros. Não havia nenhum livro, mas tinha ali uma pequena brochura, aquele livro do Marxismo. eu tinha muito em casa porquê herdei de um tio que era Tenente-Coronel. yh! encontram um livro tipo era o papel do exército no congresso do socialismo. uma coisa assim! (polícia) chefe encontrei esse livro! (chefe): mete ali. Yha, encontram também o cabo do computador. Perguntaram, onde está o computador? falei não, o computador está convosco. (polícia): e o cabo está fazendo o quê jovem? (Hata): é portátil e acumula carga. aquilo faz 4 ou 5 horas por isso é que eu deixo o carregador. (polícia) Epa você está a mentir, mostra o computador! (Hata): eu falei o computador está convosco. (polícia): jovem, vamos te humilhar em frente da tua esposa. (Hata): eu falei yha, se vocês vão fazer isso podem começar agora. (chefe), o chefe liga e confirma. O chefe também era um mais velho, começou ou não sei se sabia, mas ele estava contacto com os outros que também faziam as buscas e parece que em nenhum sítio encontraram arma e nada e eu era das últimas pessoas. ele ficou assim um pouquinho. Naquela altura ele percebeu logo que não era verdade aquilo que estavam a dizer. E disse vamos embora. E lá os subordinados foram dizendo: Chefe encontrei mais um livro! Traz. Chefe encontrei mais um livro. Traz. Chefe, encontrei mais uma impressora. Traz!

A questão do vestuário muçulmano (*hijab*) e do alcorão passaram a ser escondidos por razões óbvias. Estava-se em fase de alguma restrição da liberdade religiosa e cultural

(contrariando a constituição). Todavia, apesar do uso do vestuário muçulmano não ser algo explicitamente proibido, Hata percebeu que o teriam associado a questões indesejáveis do fundamentalismo islâmico, passando a ser mais uma vez marginalizado por via da perseguição institucional.

Desde suas origens, o Estado angolano procura manter o controle das religiões no espaço público através de um modelo de gestão intervencionista, caracterizado, atualmente, pela Lei sobre Exercício da Liberdade de Consciência, de Culto e Religião, de 2004, que estabelece os requisitos necessários para que as religiões sejam reconhecidas legalmente e tenham capacidade para atuar em favor de seus membros. Nesse cenário, todas as tentativas de reconhecimento jurídico empreendidas por organizações islâmicas têm sido negadas, chegando ao ponto de, no último semestre de 2013, o governo angolano interditar e/ou destruir espaços de culto (mesquitas e centros islâmicos) em diversas províncias, levando a mídia internacional a propagar que Angola teria banido o Islam de suas fronteiras. Alegando que a religião muçulmana é praticada por estrangeiros (muitos dos quais em situação ilegal), que submete as mulheres à condição de submissão/opressão e que é uma crença estranha à cultura nacional, líderes religiosos e governamentais têm se expressado contra o Islam na mídia local, reproduzindo discursos islamofóbicos (SOUZA, 2018).

A comunidade muçulmana em Angola está concentrada, principalmente, nas províncias ao norte, entre Luanda e as “Lundas” (Lunda Norte e Sul). De acordo com o recenseamento feito em 2014, 0,4% da população residente em Angola professa a religião muçulmana. A maioria dos(as) muçulmanos(as), no entanto, é estrangeira, com destaque para os Oeste-africanos e congolezes (naturais da fronteira República Democrática do Congo), que dirigem quase todas as mesquitas do país, seja como administradores ou líderes religiosos. Nas últimas décadas, o número de nacionais que decidiram abraçar o Islã tem crescido, o que acarreta a necessidade da comunidade, com apoio internacional e local, de construir mais espaços de culto, mesmo contra a vontade das autoridades locais, que não reconhecem legalmente a religião muçulmana no país (JORNAL DE ANGOLA, 2023).

Paralelamente, Inocêncio também era conduzido em direção a sua casa com o mesmo nível de violência institucional, estrutural ou simbólica usada na busca de provas. Ele diz o seguinte sobre o ocorrido: “fomos e chegamos até em casa aonde encontramos os meus filhos. A minha filha tinha 3 anos e o mais velho tinha 4 a completar 5. Ao chegar em casa perguntaram: não tem ninguém que possas ligar? Ligaram para o meu pai, levaram o computador e montaram um cenário em que fecharam a rua. E depois levaram-me a esquadra de viana na estalagem” (DRUX, 2022).

Braços algemados, escolta policial armada “até aos dentes”, aquilo parecia ser um filme onde os jovens eram retratados como “vilões ou como criminosos altamente perigosos”. Houve invasão ao domicílio e sem qualquer respeito aos familiares dos jovens, sobretudo às crianças, que poderiam desenvolver memórias traumáticas, sentimentos de medo, ansiedade ou, ainda, pesadelos. Mas ao Carvalho (2022, p. 24) lhe foi dito simplesmente:

Ainda pedi que me desalgemassem, para que ela não me visse naquele estado, mas ouvi como resposta:

- Ela não vai lembrar isto. É muito pequena ainda. Virando-se para a minha esposa, o agente-Chefe disse-lhe:
- Fica calma. Vamos só fazer uma revista e levar os materiais informáticos.

No domingo, dia 21 de junho de 2015, as autoridades detiveram Domingos da Cruz – professor universitário e antigo jornalista – na cidade de Santa Clara, província de Cunene. Na quarta-feira, dia 24 de junho de 2015, prenderam Osvaldo Caholo, de 26 anos, tenente da Força Aérea e ativista. A sua família reportou que alguém teria tocado à campainha do seu apartamento, na Centralidade de Cacucaco, para o informar de que a janela do seu carro estava partida. Quando Osvaldo Caholo saiu para confirmar essa informação, foi imediatamente preso e arrastado para um carro com vidros fumados. Meia hora depois, os captores conduziram o detido ao seu apartamento, revistaram-no e confiscaram dois computadores, os telefones do casal e todos os livros que encontraram. A família confirmou que os agentes não exibiram qualquer mandado de busca (MORAIS, 2015). Feitas as quinze detenções, faltava apenas as duas mulheres que se juntaram na sequência do julgamento, que se iniciava posteriormente.

A seguir, daremos sequência com a recuperação do processo de detenção na livraria Kiazele e as primeiras acusações que aconteceram enquanto os jovens se encontravam na esquadra. Os jovens ativistas passaram a enfrentar a realidade das esquadras, o processo burocrático dos serviços de investigação criminal e as agruras de serem colocados encarcerados injustamente e sem condições humanas aceitáveis.

5.3. Da esquadra às primeiras acusações: os pergaminhos da emergência dos 15+2 (duas)

Depois de deixarem a residência dos jovens ativistas, foram levados para a esquadra policial, onde teriam seguido novos procedimentos administrativos e burocráticos do caso. Ao longo desse tempo, tiveram de enfrentar a fome e passaram as noites em celas precárias. Havia iniciado um processo que esses jovens ativistas não imaginavam chegar tão cedo:

No dia em que cheguei eu fiquei sem comer e sem beber água. No dia seguinte trocaram-se de cela e tinha completado 24 horas sem comer. Mais tarde veio um agente e pergunta: como é que foi? Não comeste nada? Respondi que não. La ele foi, comprou sumo, bolacha e água e trouxe. Só que estava a perder apetite. Tentei comer, mas não entrava a comida. Depois veio outro comandante veio e me levou para outra esquadra e neste lugar não havia colchão e acabaram por retirar de um dos policiais e entregaram para mim. Ficamos uma semana na esquadra, só depois de termos sido ouvidos. (DRUX, 2022).

A questão de serem levados para a esquadra policial poderia, de certa forma, servir para os acusados serem interrogados e realizar a colheita de evidências de informações fundamentais, como dados pessoais, impressões digitais e fotografias. Para José Gomes Hata (2022): “Saímos dali e fomos novamente a unidade policial (esquadra do Sequele) e eram já umas 20 ou 21 horas e tal e fomos a uma sala onde estavam novamente os outros. Encontrei o Nicolas que virou o chapéu tipo um americano; colocaram uma placa tipo tinham cometido um crime”. A colocação da placa de identificação reverberava a perspectiva da legitimação do crime, enquanto os jovens ativistas eram por isso mesmo intimidados e humilhados em “hasta pública”, assumindo o lugar dos “altamente perigosos” da sociedade angolana.

Enquanto detidos, eram interrogados a fim de obter mais informações sobre os debates, enquanto utilizavam de métodos coercitivos, torturas psicológicas e isolamento prolongado entre membros do mesmo grupo. Como nos referimos acima, essas questões aconteciam sem a plena observância da constituição e da lei, visto que estavam em detenção ilegal, sem acusação formal e em entrevista sem assistência jurídica formal, ou seja, sem a presença dos seus advogados. Já na esquadra, no pátio da unidade, havia uma “cordilheira” de objetos dos jovens ativistas, sendo que os agentes comunicaram que precisavam fazer o auto de apreensão manuscrito, porque os operadores dos computadores já não estavam em serviço, sendo, no final, assinado pelos jovens ativistas de forma compulsiva e intimidatória.

Apontaram a marca dos computadores apreendidos em casa e 3 pens drives. Um dos 3 agentes, com um Gorro à cabeça, assinou o auto improvisado. Obrigaram-me também a assiná-lo. Deram-me outro documento transcrito, com igual teor, como uma cópia, mas sem assinaturas. Nunca vi um auto de apreensão dos meus meios que antes foram apreendidos na Vila Alice. Levaram o papel, apressadamente. (CARVALHO, 2022, p.27).

Ainda sobre o sucedido, José Gomes Hata (2022) respalda: “Eu olho assim ao Dito e lhe puxo em um canto: vocês que já foram presos me explica ainda uma coisa: também vos metem em uma sala tão grande, várias mesas para tirar impressão digital? (Dito): isso nunca aconteceu. Eu falei: isso aqui está estranho! depois passei em cinco mesas para tirar a impressão

digital”. Ainda nessa senda, Sedrick de Carvalho (2022, p. 26) adianta:

Voltaram e levaram-me até a sala. Era a fase de recolha da identificação pessoal – impressões digitais, nome, filiação, residência, altura, fotografias etc. Aqui surge a primeira acusação do processo. Numa placa igual às que colocam no peito dos presos em filme, foi escrito o meu primeiro e segundo nome e, por baixo, um número – o meu primeiro registo numérico no processo – ainda a acusação de fazer parte de uma associação criminosa. Com tantas armas ali, nem era preciso adivinhar que levaria uma sova se não assinasse. Li e assinei. Permitiram-me lê-lo, pelo menos.

Nas outras vezes em que os jovens manifestantes tinham sido detidos pela polícia nacional, tinham sido levados à esquadra e, em seguida, soltos em uma região longínqua por não haver quaisquer provas de cometimento de crime. Nessa detenção, eles esperavam o mesmo procedimento e a reação do Hata deixa explícita essa situação ao demonstrar que não tinha ciência ou consciência do quão sério era o processo e o interesse da presidência da república. Só por essa razão é que ele acrescenta que

[...] depois disso, eu a pensar que me vão tirar as algemas ir já em casa. (Polícia): chefe, este gajo vai qual é a esquadra? na banda dele ou no que? (Chefe): na banda dele ou na esquadra da centralidade. Yha, nos dividiram novamente, me colocaram na viatura e a partir dali percebi que as coisas não estavam nada bem. (HATA, 2022).

Afinal, tal como afirma Carvalho (2022), os jovens estavam sendo acusados de associação criminosa e já não havia retorno para um crime político, pois, ao invés de ser levado para a esquadra perto de sua casa, novas ordens orientavam a esquadra da “Fubu”, no então município de Belas, outrora Kilamba Kiaxi e, atualmente, Talatona. Sedrick acabava por inaugurar a esquadra cuja cela era vazia, esburacada, cheia de mosquitos e sem iluminação, sinais que indicavam que sua noite seria selvática.

Apenas na terça-feira, depois de terem completado quatro dias encarcerados, cansados, desesperados, sem acesso a visitas familiares e com cheiro nauseabundo, foram comunicados que teriam a visita de funcionários da procuradoria-Geral da República (PGR) para serem interrogados. Sobre este momento, Hata (2022) diz o que se segue:

Fiquei 4 ou 3 dias fechado e surgiu o primeiro interrogatório. O Procurador chamava-se Matoso (gordo e com nguimbo), um assim vaidoso e andava a se gabar: Eu sou boa pessoa, pergunte ao vosso amigo Dito, aquele é meu camba, não me leva a mal. Yha, no fim disse: olha, nós sabemos quem é quem no processo. Mostrou uma lista onde tinham cinco ou seis nomes. Não, nós estamos à procura desses aqui.

Enquanto isto, na outra esquadra (FUBU), Sedrick de Carvalho (2022) descrevia o

procurador como um jovem um pouco abaixo de 1 metro e 70 centímetros de altura e com uma barba aparada. Vinha com um fato cinzento. Estava acompanhado por dois jovens: um com mais ou menos 1 metro e 75 centímetros de altura e atrapalhado nas ações e outro, que parecia um estagiário. Vestiu uma combinação de calças jeans, camisa cinzenta e blazer. Infelizmente, não conseguiram alcançar o intento nesse dia, o que somente foi possível no dia de quarta-feira, sem a presença dos advogados dos jovens. Abaixo fica registado o diálogo:

Questionou-me um monte de coisas que apenas serviam para me identificar, sem interesse para contar. Em seguida, iniciou a real inquirição. Aqui, as minhas respostas não são taxativamente as mesmas que dei no momento e que constam do alto de interrogatório. Espero que algum dia sejam tornadas públicas.

- Nas vossas reuniões ou sessões discutiam sobre como destituir o Presidente da República. Qual era o objetivo? – questionou-me o procurador.

- Não me lembro de termos discutido sobre formas de destituir o Presidente, pelo menos nos dias em que eu participei.

- Mas tinham essa intenção de destituir o Presidente da República? – insistiu.

- O debate sobre a destituição do Presidente da República seria muito interessante, até porque a Constituição o prevê, e eu, por entender um pouco sobre Direito, certamente diria alguma coisa sobre o tema – respondi.

- Com que então debateram... – disse lentamente.

- Pelo menos não nos dias em que fui... falei também vagarosamente.

- E sobre dinheiro nos bancos da Namíbia?

- Não me lembro de falarmos sobre dinheiro em bancos de Namíbia.

- Falaram que os bancos angolanos não são seguros e, por isso, seria melhor depositarem o financiamento que receberiam em bancos namibianos.

- Como disse, nunca abordamos isso, pelo menos comigo presente.

- O que Domingos da Cruz foi fazer à Namíbia?

- Sei que foi à Namíbia fazer a impressão do novo livro dele.

- Não estava aí levantar o financiamento nos bancos de lá?

- Não sei disso. Apenas sei que foi fazer a impressão do livro porque aqui já contactamos gráficas e nenhuma o quer imprimir.

Naquele momento fez-se uma pausa. O funcionário que fazia o papel de escrevão e deveria registrar as minhas declarações estava com dificuldades para manusear o computador. Este devia ser do procurador e não da

Procuradoria. Lembro-me de que o procurador ainda compultorizou algumas respostas que lhe dei e, depois, entregou novamente a uma pessoa de quem eu começava a desconfiar não ser funcionário, pelo menos não dá procuradoria.

O ‘escrevão’ continuava com dificuldades em acompanhar o interrogatório. Questionava sempre pelas teclas para acentuar as palavras. Por

último, o procurador disse-lhe:

- Escreve só assim e depois vejo antes de imprimirmos.

E então continuamos mas já não sei dizer taxativamente as perguntas que me fez em seguida foram muitas. O meu defensor officioso nada disse enquanto ocorria o interrogatório. Também eu não precisava. (CARVALHO, 2022, p. 34-35).

As questões colocadas em interrogatório seguiam praticamente a mesma cadência, pois buscavam identificar a prova do crime, que tinha a ver com a destituição do presidente e financiamento externo dos principais mentores da organização, como o Mbanza, o Luaty, o Domingos, o Nuno e o Caholo, que também era militar. Era por essa razão que existia uma lista específica sobre esses personagens e supostas encenações ligadas à ideia de que o Domingos tinha fugido para Namíbia e que o malogrado Carbono tinha se refugiado na embaixada dos EUA. Nesse cenário, o procurador que tentava fazer a cabeça do Hata atuava dentro de um jogo psicológico estudado:

esses aqui é que criaram toda a confusão. Você é inocente. Eu falei não, estás a ver esses aí que vocês meteram ali? (me lembrei do primeiro dia do debate) são muito calmos; esses indivíduos aí, são os que me fizeram mudar as minhas ideias de antes; esses indivíduos aí são os que têm as ideias pacíficas de Martin Luther King e Ghandi. (HATA, 2022).

Esse momento foi observado por Hata, que terá respondido algumas questões sobre o grupo quando não conhecia todos e, sobretudo, a visão ideológica de cada membro do grupo:

No início ele (procurador) olhou e perguntou: tens visto os outros? Não, só acabei de ver um agora (Inocência). Falou: oh, não conheces o Inocência? Vocês não são do mesmo grupo? Vocês são um grupo ou não? Um gajo assim a olhar, falei: não, nós não somos um grupo e prova disso é esse jovem. Eu não conheço. Procurador: não é possível! E o Domingos da Cruz conheces? Hata: conheci como escritor. Também estou a conhecer por conta do processo. Procurador: e o Luaty? Hata: esse conheci por causa de ser músico. Havia um mais, o mais velho Pedro, que estava assim com o telefone na mão como se não tivesse interessado na audição, mas ele a gravar tudo. No final me disse: oh Hata, você muito cuidado então com estes teus líderes; você não sabe de nada. (HATA, 2022).

Mais uma vez, observamos que o grupo que passou a reunir era difuso e sem qualquer ligação, tal como vimos acima no ponto anterior – os jovens vinham todos dos protestos iniciados a partir do ano de 2011, sem sequer ter alguma agenda ideologicamente articulada. Eles estavam aprendendo a se conhecer e a aprofundar os laços de solidariedade em prol de uma luta comum. Na mesma senda, Inocência acrescenta:

No dia seguinte quando fui ouvido pelo procurador Cachaca, aquilo foi um interrogatório longo. Aquilo ficou tipo um debate, estava na boa. Eu também estava bem à vontade. Falei sobre o processo todo e tudo mais. Eu percebi que tinham montado um cenário que iriam me soltar naquele dia. Mas diziam que vai lá falar das coisas e depois serás solto. Eu disse que não, os que já passaram não foram soltos. Eles: ah não, cada um tem a sua sorte. Montaram tudo nesta perspectiva. Já no final da audição eles fizeram a última pergunta: senhor

Inocência, estás arrependido? Eu de forma telegráfica respondi que não. Ele ficou chateado com aquilo: então não estás arrependido? Quer dizer que quando saíres irás continuar a lutar? Ele ficou mesmo passado com aquilo. (DRUX, 2022).

O interrogatório, que mais se parecia com uma tortura psicológica, teria durado duas horas e, sem alguma surpresa da parte dos ativistas, houve vários momentos em que o procurador interrompia a sessão para atender telefonemas, recebendo instruções das “ordens superiores” sobre as questões a fazer. A investigação era conduzida por magistrados encomendados pelo poder político para produzirem provas suficientes, a fim de que os jovens fossem condenados depois de julgados como culpados. Para Bauer, “os interrogatórios realizados de forma legal ou clandestina foram marcados pelas torturas físicas e psicológicas aplicadas de forma científica institucional e sistematicamente ao longo das ditaduras civil-militares argentina e brasileira” (BAUER, 2011, p. 125). Esses investigadores estavam a serviço da legalidade autoritária e as provas contra eles eram praticamente inexistentes, ou seja, havia falta de provas que embasassem a acusação. O processo deixou claro que, em determinado momento, existia uma espécie de legalidade autoritária, com sentenças que condenavam ideias políticas opositoras como se, como afirma Sedrick de Carvalho (2022, p. 37), “o regime estava a montar um filme”.

No dia 25 de junho de 2015 (quinta-feira), os jovens foram levados para a Direção Nacional do Serviço de Investigação Criminal para que tivessem a visita de “altas entidades” da coligação CASA-CE, composta por Félix Miranda (diretor adjunto do jornal folha 8) e Lindo Bernardo Tito (deputado). Já na sala separada do Nelson Dibango, outro ativista, ficaram algemados durante duas ou três horas sentados à frente do “chefe do porto-aeroporto”. O ar condicionado fazia muito frio e, por essa razão, os jovens ficavam cada mais friolentos enquanto aguardavam impacientemente pelos visitantes:

Fomos até o gabinete do então subprocurador-geral da República, Luciano Cachaca⁸⁹ Estava com mais duas pessoas, da quais reconheci uma – o agente

⁸⁹ Na quarta-feira, 23 de setembro de 2015, o presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, promoveu o Subprocurador Geral da República, Luciano Cachaca Kumbua, para o cargo de Procurador-Geral adjunto da República. A mesma nomeação, de acordo com uma nota de imprensa da Casa Civil do Presidente da República, aconteceu no dia 12 agosto de 2015 e, na quarta-feira, 23 de setembro, ocorreu a tomada de posse. É válido realçar que, ainda na qualidade de Sub-Procurador Geral da República, Luciano Cachaca Kumbua foi o alto funcionário do Ministério Público que liderou as interrogações dos 15+2 (duas), jovens ativistas cívicos detidos desde o dia 20 de junho desse ano e que foram acusados de tentativa de golpe de Estado e atentado contra a segurança do presidente José Eduardo dos Santos. Ainda como Subprocurador Geral da República, Luciano Cachaca Kumbua interrogou as jovens ativistas Rosa Conde e Laurinda Manuel Gouveia, no dia 31 de agosto, no seu gabinete do edifício Lusíada, no Kinaxixi, em Luanda. Consequentemente, as duas declarantes foram oficialmente constituídas arguidas, sendo acusadas de tentativa de Golpe de Estado e atentado contra o presidente

do SIC que foi o primeiro a entrar no local onde fomos detidos. Havia iluminação na sala, mas Luciano Cahaca estava com óculos escuros, como se estivesse com conjuntivite ou outro problema nos olhos. Uns diriam que os tinha posto para esconder a vergonha. Não parecia desse tipo. (CARVALHO, 2022, p. 38).

Infelizmente, nesse dia, não foi possível ver as visitas e tampouco houve o cumprimento da esperança de serem soltos. Algumas questões, como o crime do qual eram acusados, começaram a vir à tona. Como resposta à situação emocional, Sedrick de Carvalho, em meio a choros e prantos, desabou diante dos efetivos da polícia nacional. O sentimento talvez fosse de frustração, medo, angústia ou impotência diante da clara violação dos direitos humanos a que o estado autoritário impunha aos jovens. A sentença estava dada. Afinal era de crime político que os jovens estavam sendo acusados.

Na sala gelada, sentei-me novamente. Diante do chefe daquela secção, comecei a chorar, desta vez intencionalmente, embora estivesse mais convicto de que não sairia tão cedo. O objetivo era obter alguma informação, qualquer que fosse, sobre a nossa situação. Os choros surtiram logo efeito.

-O que se passa, jovem? – indagou o oficial.

-É que fui informado de que ainda não sairei, quando pensava que seria colocado em liberdade a partir daqui.

- Então... Vocês estavam a pensar o quê ao realizarem aquelas reuniões? Esse País tem regras. Nós estávamos atentos.

- Mas nada fizemos que seja crime!

-Quem disse? Sabemos dos vossos planos. Querem substituir o Presidente por pessoas da vossa conveniência. Não é assim. É preciso ter calma. Acha que eu também não quero ser diretor desta instituição? Mas não tenho pressa. Devo respeito ao meu superior hierárquico e, quando um dia for nomeado, então vou assumir. Tudo tem a sua vez. Agora têm pressa.

- Está bem.

-Sabemos que vocês estavam bem-preparados. Você era já o responsável pela difusão nos órgãos de comunicação para o golpe de Estado. (CARVALHO, 2022, p. 41).

Os discursos intimidatórios da parte dos investigadores se corporificavam por via da intimidação, a partir de falas como “Sabemos dos vossos planos. Querem substituir o Presidente por pessoas da vossa conveniência!”. Durante os interrogatórios, os detidos foram recorrentemente questionados se teriam a intenção de depor o presidente e com que objetivo. Substituir o presidente José Eduardo dos Santos pressupunha iniciar um golpe de estado, isso é, um mecanismo antidemocrático e ilegal que a constituição toma como proibida no artigo nº 4 que trata do Exercício do poder político:

da República. No mesmo dia, Luciano Cachaca Kumbua ameaçou as jovens ativistas para não divulgarem a informação da constituição delas como arguidas não detidas, principalmente na rede social *Facebook* e no website Club-K.

O poder político é exercido por quem obtenha legitimidade mediante processo eleitoral livre e democraticamente exercido, nos termos da Constituição e da lei. 2. São ilegítimos e criminalmente puníveis a tomada e o exercício do poder político com base em meios violentos ou por outras formas não previstas nem conformes com a Constituição. (ANGOLA, 2010, p. 08).

A tomada do poder por via do golpe de estado era um ato ilegal ou antidemocrático que poderia envolver atores diversos, como políticos, militares e órgãos da comunicação social. O filme (como disse Sedrick) tinha sido bem construído, forjando narrativas sobre a participação de Osvaldo Caholo (oficial das forças armadas angolanas), sobre Domingos da Cruz ter sido detido na fronteira da Namíbia (província do Cunene) e afirmando que Sedrick seria o suposto jornalista que faria a cobertura do ato final.

No dia 21 de junho de 2015, o procurador-geral da República, general João Maria Moreira de Sousa e o ministro do Interior, Ângelo Tavares, informaram para a Assembleia Nacional sobre a detenção de 15 jovens, acusados de preparação de rebelião e atentado contra o presidente da República. Na ocasião, as autoridades apresentaram um vídeo como prova inequívoca do ato. O vídeo foi secretamente filmado por um agente governamental infiltrado no grupo de jovens detidos enquanto eles realizavam um debate. A situação foi reiterada no dia 25 de junho de 2015, quando a Procuradoria-Geral da República (PGR) esclareceu que os jovens se reuniam regularmente desde o dia 16 de maio de 2015 com o objetivo de formar pessoas para mobilizar a população de Luanda para uma insurreição e desobediência coletiva. Para esta entidade, os instrumentos para a realização do golpe de Estado, eram “manuais de instruções e outros documentos, bem como escritos em cadernos com teores comprovativos das intenções criminosas do grupo” (MORAIS, 2015).

A narrativa sobre o suposto golpe de estado tinha sido tão bem “cozinhada” pelas “entidades superiores” do estado angolano que era reproduzida pelas instâncias subalternas. O uso do conceito era propositado se tivermos em conta que se pretendia legitimar e sustentar o “ônus” da acusação para manchar negativamente os jovens, afirmando que eles pretendiam colocar em causa a estabilidade política e a segurança nacional. Enquanto isso, uma forte onda de manifestações e denúncias aconteciam, as quais foram lideradas por duas mulheres, Laurinda Gouveia e Rosa Conde, rostos importantes dos protestos em Angola.

Dando continuidade às discussões, recuperaremos os acontecimentos dos jovens ativistas durante a estadia nas comarcas. Os jovens ativistas, mesmo encarcerados e juntando-se às vozes dos protestos externos que pediam sua libertação, realizavam greves de fome para exigir a liberdade, visto que se sentiam injustiçados.

5.4 A saga das comarcas e a justiça que também é injusta com as duas mulheres: caminhos dos protestos e a greve de fome

Entre os dias 25 e 27 de junho de 2015, os jovens foram surpreendidos pelas autoridades quando souberam que seriam distribuídos em comarcas, onde esperariam pela preparação dos seus processos. Os depoimentos proferidos pelos jovens deixam antever um cenário de aprofundamento do sistema de perseguição política e o autoritarismo se mostra no fato deles terem sido divididos em comarcas diferentes e distantes uma das outras. Sobre a divisão do grupo em prisões diferentes, Hitler Samussuko relata para onde foram os seus companheiros políticos: “Osvaldo Caholo, Nicolas o Radical, Nuno Ndala e o Mbanza lhes botaram na cadeia de Kaquila; Dito, Hitler Samussuko, José Gomes Hata, Nelson Dibango na cadeia da CCL e depois fomos a São Paulo; o resto do pessoal depois foi para Calomboloca, como Inocêncio, Luaty, Domingos, Sedrick, Arante” (SAMUSSUKO, 2022). Ainda nessa senda, Inocêncio Antônio de Brito “Drux” (2022) destaca que: “Eu, o Arante e o Sedrick fomos transferidos acho que foi em uma sexta-feira. O Luaty e o Bingo tinham ido um dia antes, quinta-feira. Quando eles chegaram, os homens dos serviços prisionais vinham extremamente agressivos e com correntes. Nós tínhamos as algemas. Colocaram as correntes nas pernas e algemaram nas mãos. Também havia as algemas das pernas. Daí fomos para Calomboloca”. As algemas nas mãos e nas pernas poderiam significar a necessidade de segurança, prevenção de fugas e cumprimento do protocolo prisional. Mas o que chama atenção é que os jovens até então não tinham histórico de crimes, sobretudo de pendor violento. Mas, como já estavam sendo arrolados a um processo cujo pendor era político, recebiam um tratamento político, a fim de dissuadir outros jovens manifestantes a não se envolverem em atividades políticas consideradas como subversivas. A divisão do grupo em cadeias separadas (ou mesmo em celas separadas) e distantes uma das outras, de um lado, exerceu uma pressão psicológica sobre os jovens, gerando isolamento e instabilidade emocional e sendo um fator inibidor de articulação de planos para as declarações prestadas diante dos magistrados. Carvalho (2022, p. 45) relata o seguinte:

Meus senhores, sejam bem-vindos! Se você se comportarem, não teremos problemas - Anunciou o diretor da cadeia de Calomboloca, subcomissário prisional Agostinho Diogo, quando chegamos ao estabelecimento prisional.
 - Traga tudo o que é teu – determinou um investigador careca, bigodes com fios brancos e que, mais tarde me revelou ser primo do advogado David Mendes, que também nos representou.
 Lá arrumei outra vez as coisas em dois sacos. Uma coberta branca que a minha mãe levou, dois pacotes de sumo de um litro cada, bolachas, escovas e pasta de dentes, sabonete, garfos descartáveis, duas garrafas de água de um litro e meio e comida.

Os ativistas, ao serem levados para essas prisões, tinham iniciado uma outra etapa do “calvário” ao entrarem em contato com as condições extremamente precárias das cadeias, as quais incluem ausência de energia, água com péssima qualidade (castanha), falta de higiene, má alimentação, falta de acesso a um sistema de saúde de qualidade, bichos, entre baratas, ratos, mosquitos, formigas e excesso de zelo da parte dos seguranças dos serviços prisionais. Carvalho (2022, p. 51) descreve que: “quanto à cela, tem uma porta de ferro e ainda uma portinhola quadrada de talvez de 30 centímetros de largura e altura [...] sentia-me como um altamente perigoso [...]”. As primeiras semanas ficaram caracterizadas por colocar alguns ativistas, como era o caso do grupo do Sedrick de Carvalho, em celas solitárias e sem necessariamente haver alguma justificação (em Calomboloca, o próprio chefe da prisão tinha dado as respetivas orientações para a separação dos jovens ativistas). Essas celas aprofundavam mais ainda o isolamento em relação à população penitenciária. A rotina ficou marcada apenas pelo abrir e fechar das portas, verificação dos presos, entrega de alimento e água. O autor relata ainda que: “Perguntava-me como era possível meterem um ser humano naquele lugar. Lamentava a capacidade de nós, humanos fazermos tanto mal a nós mesmo” (CARVALHO, 2022, p. 52).

Em função da pressão e repercussão internacional que o processo dos 15+2 (duas) começou a tomar depois de 15 dias, o presidente José Eduardo dos Santos, pela primeira vez, fez o seu discurso na reunião extraordinária do Comité Central do MPLA, no dia 02 de julho de 2015. O presidente apontou a necessidade de estudar a construção de um processo de transição política pacífica em Angola durante o momento em que completava 35 anos no poder. Durante o seu discurso, o antigo presidente chamou de tiranos e ditadores àqueles que pretendiam “derrubar” o seu governo eleito, referindo-se aos jovens do denominado Movimento Revolucionário (na época, alguns estavam em prisão preventiva), a quem sugeriu que criassem partidos para concorrer às eleições de 2017. Mas o discurso não deixou de demonstrar o quanto o poder judicial estava cerceado pelo poder executivo, o qual sentenciou em hasta pública os jovens, fazendo a colação aos fraccionistas de 1977, dos quais se destacam José Van-Dúnem, Sita Valles e Nito Alves. Os jovens foram acusados de tentar reeditar um golpe de Estado, como o do dia 27 de maio de 1977, ocorrido durante a vigência do monopartidarismo, liderado pelo falecido presidente António Agostinho Neto. Os dados apontam que esse momento da história angolana vitimou entre 20 mil e 80 mil pessoas e, dentre elas, estavam mulheres e homens inocentes.

O tempo seguia na prisão e os jovens ativistas eram maltratados pelos serviços prisionais sem que o mesmo discurso deferisse positivamente a prisão arbitrária. Os relatos dos jovens deixam antever um ambiente de pura desumanização, como descreve Carvalho (2022, p. 57):

Antes mesmo de fecharem a porta e a escuridão invadir a cela, abri rápido uma tigela e encontrei garfos e colheres descartáveis. Estava esfomeado. Mais de 24 horas sem comer. Ainda assim, comi pouco. Bebi mais a água e o sumo, que continuava a deixar-me com algumas coisinhas coladas nos lábios. Na manhã seguinte, segunda-feira, Victor preocupou-se em mobilizar os agentes do turno para iluminar a minha cela antes que eles ficassem substituídos e fosse necessário recomeçar o processo. Foram em busca da escada, mas não havia. A Solução era os jovens às cavalitas, um por cima do pescoço do outro. Não tardou e entraram dois reclusos. Alguns segundos depois, fez-se luz na caverna. Tão logo deram costas, pus-me a inspecionar o local. Assustei-me ao ver a sanita, fixada no chão, cheia de fezes e urina, apesar de lá ter despejado água que retirei do reservatório sem ver o que ali estava. Cheiro nauseabundo de cela já era, ao fim de dois dias, o meu cheiro e, por isso, de difícil diferenciação. As paredes estavam cheias de vários retângulos, por dentro deles inúmeros quadrados riscados ora uma vez, ora duas, fazendo um X. Eram os calendários de parede dos presos que por ali passaram, a forma para controlar o tempo. Contei os riscos em cada quadrado. Lembrei-me do que o Victor me dissera acerca dos 21 dias na cela e então notei que apenas uma pessoa completou este tempo de punição. Fiquei convencido, naquele momento, que ficaria, no máximo, 21 dias também.

Na semana do dia 07 de julho de 2015, os jovens ativistas tiveram a oportunidade de se reunir e discutir com os órgãos prisionais as suas condições de encarceramento, envolvendo, no caso, o direito às visitas e o recebimento de alimentos. O diretor da prisão admitiu que os jovens estavam em celas solitárias por orientações superiores. No mesmo período, tiveram a visita dos partidos políticos da oposição, como é o caso da UNITA, composta pelos deputados Raul Danda, Mihaela Webba, Navita Ngolo, Elsa Pataco e Agostinho Kamuango que, no dia 07 de julho de 2015, atuaram como escape para Inocêncio de Brito, Sedrick de Carvalho, Albano Bingo Bingo, Manuel Chivonde Nito Alves, Luaty Beirão e Domingos da Cruz. No dia 08 de julho de 2015, quarta-feira, foi a vez da delegação da CASA-CE, chefiada pelo seu então presidente Abel Chivukuvuku, Félix Miranda e Leonel Gomes, onde abordaram várias questões.

As primeiras alterações na prisão de Calomboloca surgiram depois desse encontro com o diretor-adjunto, Baptista Francisco, sob orientação superior, autorizando aos detentos o direito de receber visitas (sempre com conversas controladas e anotadas) e saídas para se expor ao sol, fora da cela máxima. Sedrick (2002, p. 66) afirma o seguinte: “No dia seguinte, recebi a visita da minha esposa. O encontro decorreu na mesma sala de reuniões. Dois agentes (um homem e uma mulher) foram colocados para nos vigiar. A agente foi encarregada de escrever o que falávamos”.

Os momentos em que os jovens recebiam as visitas serviam para que eles pudessem se ver por alguns instantes. Depois de uma ou duas vezes terem ocorrido na sala de reuniões do bloco administrativo na cadeia de Calomboloca, as visitas passaram a ser no espaço onde se

fazia a recepção geral dos visitantes dos reclusos, localizado pouco depois da entrada da cadeia, à direita da administração. Lá havia imensos bancos de Betão e algumas mesas, também de Betão. Nesse local, ocorreu o primeiro encontro geral com os advogados, representados pelo escritório de Luís Nascimento e pelo advogado Walter Tondela.

No dia 13 de julho de 2015, o advogado Walter Tondela interpôs junto ao Tribunal Supremo um pedido de *habeas corpus* para a libertação dos ativistas por considerar que não existiam provas que consubstanciassem as acusações e porque havia várias ilegalidades processuais (SUL D'ANGOLA, 2015). No entanto, isso foi negado pelo Tribunal Supremo no dia 16 de setembro de 2015 com a justificativa de ser improcedente (LUAMBA, 2015).

Os jovens colocados na prisão de Calomboloca já tinham ficado 32 dias na solitária e, no dia 23 de julho de 2015, houve mudanças em relação a celas e blocos. Segundo o Chefe da Reeducação Penal da cadeia, Manuel Pessoa Lito, isso “era uma medida punitiva”. Mais uma vez, tal medida funcionou como um jogo psicológico que levou jovens como Domingos a protestar através de gritos disparados contra os agentes, entre os quais estavam alguns oficiais. O jovem ativista negava-se a entrar na cela sem as suas coisas, as quais foram deixadas ao relento no bloco, no chão e, dentre os pertences, estava seu alimento. No entanto, as armas foram manipuladas, um agente queria bater nele e um alvoroço tinha começado.

No mês de agosto de 2015, os jovens já se encontravam desgastados com a situação do encarceramento injusto. Os jovens estavam à beira do colapso psicológico e os protestos continuavam, como o caso de Sedrick de Carvalho (2022) que proibiu a chegada de comida à cela, dispensou os banhos de sol e pediu que mantivessem as portas da cela abertas para pegar ar, principalmente. Ao nível internacional, a pressão assumia proporções alarmantes, tendo proporcionado alterações nos quartos dos jovens ativistas com a entrega de lençóis, cobertores e mosquiteiros. Enquanto os inspetores dos serviços penitenciários faziam este trabalho, procuravam filmar e tirar fotografias para, em seguida, justificar alguma forma de tratamento humano que estava sendo dado aos jovens ativistas, enquanto as celas eram sarjetas caóticas, com bichos saídos dos esgotos. A ação dos serviços penitenciários anunciava a visita de entidades dos serviços prisionais ou mesmo do ministro do interior que, na altura, era Ângelo da Viegas Tavares (2012-2019).

Por não haver respostas adequadas ao caso dos jovens, muitos deles, como Sedrick de Carvalho (2022), entraram em crise de desespero ao tomar conhecimento de que não sairia tão cedo da prisão. A sua família enfrentava sérias dificuldades financeiras e ele começou a manifestar crise asmática, dores de cabeça e, em seguida, chorou.

Em 02 de agosto de 2015, aconteceu o concerto de apoio aos presos políticos em Lisboa

na Galeria Zé dos Bois, contando com a presença de Alek Rein, Aline Frazão, B Fachada, Bilan, Dino D’Santiago, Éme, Kalaf, Joaquim Albergaria e Selma Uamusse. Simultaneamente, ocorria o concerto no Elinga Teatro em Angola, que contou com as participações de Abadá Capoeira – Zwela Hungu, Laurinda Manuel Gouveia, Manuel Victoria Pereira, MCK, Jack Nkanga, Mona Dya Kidi, Sábio Louko & Ngamba Spoken Word, Pretos Racionais, Sanguinário, Jang Nómada, Emmanuel Pittra, Globo 112, Fat Soldiers e Dinamene. Esses concertos ocorreram com o objetivo de defender a liberdade de expressão em Angola e exigir a libertação imediata dos 15 ativistas detidos (Rede Angola, 2015).

Figura 11 – Concerto pela libertação dos ativistas



Fonte: Jornal DW (2015)

No dia 07 de agosto, os ativistas completaram 49 dias presos, dos quais 42 foram em cela solitária. Enquanto isso, no dia 08 de agosto de 2015, mais protestos eram realizados para a libertação dos jovens detidos injustamente. No dia 11 de agosto de 2015, os jovens continuavam em Calomboloca quando os bispos da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), por meio de Dom Manuel Imbamba, apelavam para que não se criassem fantasmas e medos e que não se produzissem monstros a partir dos atos dos jovens do processo. A declaração tinha sido feita na sequência dos discursos inflamatórios dos partidos políticos, sobretudo do MPLA e do seu presidente José Eduardo dos Santos. No dia 11 de agosto de 2015, o ativista Fernando Tomás “Nicola Radical” encontrava-se em greve de fome e em uma cela solitária “de segurança máxima”, no estabelecimento prisional de Kakila, onde passou cinco dias sem ver o sol e com sinais de enlouquecimento (MAKA ANGOLA, 2015).

Esses acontecimentos tornaram possível o terceiro encontro conjunto com os jovens

(Sedrick de Carvalho, Arante Kivuvu e Albano Bingo) com o procurador Luciano Cachaca no dia 17 de agosto de 2015. Sedrick de Carvalho (2022) diz que tinha sido colocado na sala do então chefe do Gabinete Central de Operações do SIC, Fernando Receado, e ali ficou alguns minutos sem saber o que lhe aguardava para, em seguida, aparecer o instrutor processual Pedro João. Esse senhor, Pedro João, que se sentou perto dele, tinha iniciado alguma conversa sobre a participação do Sedrick de Carvalho nos supostos “preparativos para o golpe de Estado”. Na altura, revelou que o conhecia, afirmando inclusive que o jovem era inocente, que tinha uma família para cuidar e uma formação em direito para concluir. O tipo de conversa cheirava a encenações para angariar provas que fossem necessárias para incriminar os jovens ou mesmo para promover alguma divisão do grupo, pois o procurador Cachaca viria retomar o mesmo diálogo. Esse cenário também tinha sido constatado pelo José Gomes Hata (2022), que tinha enxergado de modo inteligente as várias armadilhas dos agentes da legalidade. Lá, Sedrick (2022, p. 90) acrescenta que “recomendou que dissesse ao procurador que a minha participação era apenas no âmbito do jornalismo e edição de livros e o resto era o Domingos que sabia, que nem éramos amigos e a nossa relação era profissional apenas”. A ideia de que o Domingos da Cruz era o responsável-mor do ato continuava a ser estimulada para legitimar o suposto golpe de estado contra o presidente José Eduardo dos Santos.

Nesse momento (e mais uma vez, como havíamos dito no discurso do presidente José Eduardo dos Santos), o procurador procurou trazer a sua vida pessoal, falando sobre os confrontos ligado ao massacre do 27 de maio de 1977 e à guerra civil angolana de 1992 com discursos musculados e violentos, acusando, sem quaisquer provas, os jovens como supostos responsáveis da instabilidade da paz e da reconciliação nacional, afirmando que “custou caro essa paz, tanto que o outro (Jonas Malheiro Savimbi) morreu no Lukusse” (Carvalho, 2022, p. 95). O discurso do procurador era politicamente alinhado ao do presidente da república, José Eduardo dos Santos, e conduzido por uma orientação ideológica-partidária do grupo dominante, que também já havia feito justiça em hasta pública. Enquanto isso, o ativista Luaty Beirão revelava exaustão com o processo, tendo demonstrado descontentamento por via do escrito com fezes nas paredes do WC da prisão, o qual dizia: “Zé Du⁹⁰, não vales a merda que sai do cu⁹¹” (CARVALHO, 2022, p. 91). Os outros, como o Sedrick, manifestavam reações diferentes, conforme o autor explana:

⁹⁰ Apelido ou alcunha que tinha sido criado positiva ou negativamente para designar o antigo presidente José Eduardo dos Santos.

⁹¹ Gíria angolana para se referir ao ânus.

No dia 19 de agosto de 2015, estava a lavar pela primeira vez a minha camisola prisional. Enquanto a lavava, pensava em como a dor se mede pelo que se perde. Contava as minhas perdas por estar naquela cela e a dor crescia e doía cada vez mais. Continuava a lavar a camisola, falando para mim mesmo enquanto as palavras eram molhadas pelas lágrimas que caíam. (CARVALHO, 2022, p. 96).

O sistema repressivo do estado continuava descontrolado e irascível, sendo que, no dia 01 de setembro de 2015, organizou mais uma ação que visou deter Laurinda Gouveia e Rosa Conde, que passaram a ser partes do processo, tendo, em seguida, construído a denominação 15+2 (duas), enquanto aguardavam o julgamento em liberdade provisória. Elas contam que tinham sido notificadas pela subprocuradoria que fica no edifício do Kinaxixi (Luanda) e, ao chegarem ao local, foram declaradas como arguidas e, no dia do julgamento, seriam tidas como declarantes (ISSUFO, 2015). O pior viria a acontecer por terem sido julgadas como culpadas. Laurinda (2024) estava na festa da sua prima quando recebeu uma ligação dizendo que o seu nome estava arrolado ao processo, mesmo que ela já tenha se sentido presa por conta da detenção dos seus companheiros. Após algumas semanas, foram interrogadas pelo procurador Cachaca durante três horas com base nas seguintes questões: “ô Laurinda, mas por que que vocês fazem manifestação? Quem anda a vos mandar? Quem anda a vos mandar nesse momento está em casa a comer um funje com carne, a tomar seu champanhe. Vocês vão ir presas”. Rosa acrescenta que:

Chegamos lá só foi ameaças as pessoas que vos mandam se manifestar essa hora estão a beber um bom vinho, vinho caro de 200 dólares, a comer um bom churrasco e vocês aqui querem se perder, vocês vão morrer se continuarem assim, sabe né? Olha, a partir de hoje vocês são arguidas de processo, estão proibidas a sair do país e outra, se o que estamos falando aqui for parar nas redes sociais, vamos vos prender já, porque isso aqui fica como segredo do Estado. (CONDE, 2024).

As ativistas comungam da visão de que foram arroladas ao processo pelo fato de estarem ligadas às manifestações e aos debates sobre as ações não violentas que haviam iniciado na livraria Kiazele. De acordo com Rosa Conde, isso era um modo de intimidação e coação utilizando pelo sistema judicial para amotinar os ativistas após a detenção dos seus companheiros. Enquanto isso, o procurador Cachaca forjava provas sobre as duas mulheres, tal como revelado nos seguintes termos:

É como eu tava a dizer ali, eles começaram fazer ‘caça às bruxas’, porque na verdade, eles tinham os rostos que participavam ativamente das manifestações. O que eles queriam no processo 15 + 2 é mesmo silenciar e matar o espírito de fazer manifestações. A princípio o crime que tava a pesar

sobre mim era que eu juntei um grupo de crianças que amarraram lenços brancos na cabeça com catanas para irmos no palácio presidencial. (CONDE, 2024).

Como era da praz, as ativistas ignoraram a questão do segredo de estado e decidiram comunicar aos jornalistas. Entre eles, estava Pedrowski Teca, que acabou divulgando o caso nas suas redes sociais e, em seguida, em outros canais de notícias, procurando dar um maior destaque à situação das duas mulheres que aguardavam o julgamento em liberdade.

O tempo na prisão, a falta de condições nas celas, sobretudo de iluminação, o convívio como os mosquitos, moscas, roedores e baratas e o excessivo prazo de prisão preventiva tinha produzido doenças físicas e mentais nos jovens. Eles começaram a ganhar problemas de visão por falta da assistência médica adequada, como é o caso de José Gomes Hata, Sedrick de Carvalho (esse ativista tinha dificuldade de reconhecer as suas visitas algumas vezes), Luaty Beirão, Nito Alves e Nuno Álvaro Dala. Aquela realidade levou-os a terem problemas na pele. Foi assim que eles entenderam que somente com mais protestos que eles conseguiriam pressionar o sistema jurídico, exigindo que se respeitasse a questão da prisão preventiva estabelecida por lei e que, pelo menos, eles fossem levados a julgamento para se fazer justiça. O nível de frustração era enorme, tendo chegado a uma fase em que os advogados de defesa (ligeiramente frustrados) tinham visto o seu *habeas corpus* negado pelos juízes-conselheiros do Tribunal Supremo, presidido por Manuel Aragão. Ele conta que: “Já era setembro, três meses detidos, sem acusação e nem direito a aguardar pela acusação e julgamento em liberdade. Os prazos legais de prisão preventiva tinham expirado” (CARVALHO, 2022, p. 97). Por isso mesmo, no princípio de setembro de 2015, os jovens ligados à prisão de Calomboloca (Sedrick de Carvalho, Luaty Beirão, Domingos da Cruz e Inocêncio de Brito) entraram em greve de fome pela primeira vez. Sobre esse período, Carvalho disserta que:

Foi nesse dia que decidimos fazer uma greve de fome. Não era uma decisão fácil nem devia ser tomada de ânimo leve. Os nossos ânimos não estavam exaltados. Pedimos ao Walter que anunciasse a postura que adoptaríamos doravante. O objetivo da greve era pressionar o regime, para que nos colocasse em liberdade, enquanto aguardávamos pela acusação e julgamento, que estivemos sempre dispostos a enfrentar. [...] parecia que a greve de fome começava a atrair mais atenções para a nossa situação e de povos de outros países, também. (CARVALHO, 2022, p. 97-98).

Os jovens estavam física e psicologicamente abatidos ao entrarem na greve de fome a partir do dia 21 de setembro de 2015, mas tinham percebido o quanto aquilo era necessário para resolver a condição a que estavam envolvidos. Foi por essa razão que a direção da prisão

chamou o psicólogo-forense Fernandes Manuel para acompanhar os jovens, a fim de dissuadi-los da greve de fome, tendo êxito em relação aos outros jovens, mas não com Luaty, que continuava a greve de fome e parecia estar já muito debilitado fisicamente. Em 9 de outubro de 2015, aproximadamente às 14h, a direção da prisão (talvez por ordens superiores) se viu obrigada a levar o jovem para o Hospital-Prisão de São Paulo (geralmente um local para detidos ou presos que estejam doentes em situação grave), enquanto os outros o acompanhavam. Talvez uma situação reconfortante para Sedrick de Carvalho (2022, p. 106) foi encontrar o Dito Dali no hospital-prisão de São Paulo: “quem veio foi o companheiro do processo Dito ali. Para a minha completa surpresa, o indivíduo que entendi estar completamente alienado na cadeia estava, afinal, bastante fortalecido, robusto, com o cabelo e barba enorme, animei-me ao vê-lo”.

Quando os jovens como Arante Kivuvu, Nito Alves, Nuno Álvaro Dala e Nelson Dibango passaram a frequentar o hospital-prisão, alguns, como Sedrick de Carvalho, foram conduzidos para a ala D, defronte da ala dos presos com doenças cardiorrespiratórias e, em sequência, com os presos do caso Quim Ribeiro e, entre eles, o ex-comandante da Polícia Nacional de Luanda, o comissário Joaquim Ribeiro. Ele tinha sido condenado a 22 anos de prisão em 2013 pelo Supremo Tribunal Militar por ter sido o autor moral do assassinato de Domingos Francisco João, então oficial superior da Polícia destacado na Divisão de Viana e o seu amigo Domingos Fonseca Mizalake⁹². Os jovens passaram a conviver com criminosos ligados às instituições do estado que seriam colocados em liberdade condicional, momento em que completou metade da pena de 16 anos, após a redução da pena em 2016 pela Lei da Amnistia [sobre esta situação veremos mais adiante, ligando a amnistia ao processo dos 15+2 (duas)] (CORREIO DA KIANDA, 2019).

Em 12 de outubro de 2015, quatro defensores de direitos humanos, Adolfo Miguel Campos, Baixa Kassange, Viriato e Mário Sebastião foram presos enquanto participavam de uma missa na Igreja de São Domingos, em Luanda. A missa foi organizada para expressar solidariedade aos defensores dos direitos humanos que foram detidos em junho e à situação de deterioração da saúde de um dos detentos, Luaty Beirão, que se encontrava em greve de fome há 23 dias. Infelizmente, a situação do Luaty depois de 26 dias de greve de

⁹² Constava na acusação que, em agosto de 2009, alguns réus foram à residência de Fernando Gomes Monteiro, então funcionário do BNA, e levaram uma mala com dinheiro. Posteriormente, parte do dinheiro foi dividido entre os efetivos que efetuaram a busca e o então comandante Quim Ribeiro. O assunto veio a público devido a uma denúncia de Domingos Francisco João “Joãozinho”, então oficial superior da Polícia destacado na Divisão de Viana. De acordo com a acusação, Quim Ribeiro, apercebendo-se que Joãozinho sabia de tudo e estava disposto a revelar a verdade, mandou-o matar. A outra vítima mortal, Domingos Mizalake, foi morto porque dava carona ao seu amigo Joãozinho (MUKUTA, 2019).

fome piorava, tendo como principal manifestação desse movimento a dormência no rosto, não conseguindo manter-se em pé e passando a usar uma cadeira de rodas. Por essa razão, foi transferido no dia 15 de outubro de 2015 para a Clínica Girassol (Jornal **Angola 24 horas**, 2015). A pressão social, devido à greve, aumentava, sobretudo, internacionalmente com a União Europeia exigindo uma reunião com o então ministro da justiça, Rui Manguera, que autorizou a realização de uma visita à Clínica Girassol por parte dessa delegação. Para além das personalidades nacionais e internacionais, juntaram-se várias organizações à onda de solidariedade e indignação, com destaque para a Associação Justiça, Paz e Democracia (AJPD), a Omunga, a Amnistia Internacional, a *Human Rights Watch*, a Organização das Nações Unidas e a União Europeia. Já existia, desde a data da detenção, o Grupo de Apoio aos Presos Políticos Angolanos (GAPPA), do qual fazia parte o político e economista Filomeno Vieira Lopes. Enquanto isso, Sedrick de Carvalho (2022, p. 08) ressalta que: “a frase «Liberdade Já!» que se tornou refrão do hino à nossa libertação, escrito e cantado por Manuel Vitória Pereira, repetia-se cada vez mais em várias partes, e isto enfurecia o regime angolano, que reforçava a sua propaganda contra nós”. A música intitulada **Liberdade Já** dizia o seguinte:

(I estrofe)
 Nas celas sofrem
 cativos, filhos desta
 nossa terra
 pretendemos que saiam
 já! Saiam vivos.
 não toleramos a
 espera! (Refrão)
 Liberdade já! Liberdade já!
 Liberdade já! (II estrofe)
 Deixem florir uma
 acácia E as rosas da
 juventude
 Que mostra a força e
 audácia Respeitem sua
 atitude (Refrão)
 Liberdade já! Liberdade já!
 Liberdade já! (III estrofe)
 Oh portas da
 prisão,
 Abram-se já
 este dia
 Patrões da
 opressão
 Em vocês ninguém confia
 (Refrão)
 Liberdade já! Liberdade já! Liberdade já!

O espetáculo não terminou sem antes ter a presença icônica do músico MCK. Uma lenda do hip-hop angolano e que se destacou a partir dos anos 2000. MCK tinha sido a maior referência intelectual daquela época, sobretudo a partir do seu primeiro álbum, intitulado: **A técnica, as causas e as consequências**. A música **Sei Lá Quê** atua como manifesto revolucionário ao apelar que a juventude desperte para a necessidade de lutar e mudar a situação em que se vivia.

Os jovens estavam em protestos, assim como o autor da música, Manuel Vitória Pereira, que, na época, era vice-presidente do Sindicato Nacional dos Professores. A música carregava consigo um sentimento de indignação e injustiça, chamando atenção para a urgência de ver os jovens libertos da injustiça, violência estrutural e simbólica do estado. O refrão **Liberdade já!** demonstrava a urgência da liberdade para os jovens. Ao completar 30 dias de greve de fome, ficou claro que Luaty estava entre a vida e a morte. Nessa altura, o poder autoritário acelerava o processo comunicando que já havia data do julgamento, mas que a greve não cessava. Nesse contexto, um outro ativista e influente crítico da sociedade civil, Rafael Marques foi convocado, no dia 21 de outubro de 2015, a intervir junto a Luaty Beirão, a fim de dissuadi-lo, mas ele já tinha decidido morrer. A greve cessou apenas quando, junto dos gritos da multidão, os seus colegas do processo decidiram escrever uma carta e pedir que ele parasse, levando para ele o argumento da família, sobretudo o da filha (JORNAL PÚBLICO, 2015). Seis dias depois, isso é, no dia 27 de outubro de 2015, a situação estava resolvida. A greve tinha durado 36 dias. Em carta, Luaty Beirão escreveu o seguinte:

Tive a oportunidade de esperar lá fora e queria partilhar convosco o que vi: Vi pessoas da nossa sociedade, que lutaram pelo nosso país e viveram o que estamos a viver, a saírem da sombra e a comprometerem-se em nossa defesa, para que a História não se repita. Vi pessoas de várias partes do mundo, organizações de cariz civil, personalidades, desconhecidos com experiências de luta na primeira pessoa que, sozinhos ou em grupo, se aglomeram no pedido da nossa libertação. Já o sentíamos antes, mas não com esta dimensão. (CARVALHO, 2022, p. 110).

A gratidão de Luaty Beirão tinha revelado o quanto foi necessário o apoio nacional e internacional em relação ao processo, mas, por outro lado, o esforço coletivo e sobretudo individual em relação à greve de fome que já havia durado 36 dias tinha atuado como um instrumento importante em termos de protestos, a fim de provocar mudanças no processo político. O caso repercutiu muito na mídia, o que, de certa forma, influenciou as autoridades ou instituições e as autoridades locais a darem início ao julgamento. Mas é a carta dos ativistas,

escrita pelo punho de Nuno Álvaro Dala, que fundamenta todo o processo e a necessidade de haver a luta dos angolanos contra a ditadura sempre de modo pacífico:

CARTA ABERTA AOS ANGOLANOS

Prezados compatriotas,

São passados mais de 120 dias, isto é, quatro meses desde que, no dia 20 de junho, fomos detidos na Vila Alice, na sala de aula no instituto Luandense de línguas e informática (ILULA).

Cumpríamos então com mais uma secção de debate no quadro do curso do ativismo regido pela filosofia política consubstanciada no livro de ‘From dictatorship to democracy’ (Da ditadura a democracia), de autoria do filósofo e activista Gene Sharp.

Desde o dia da nossa detenção até hoje as acusações transformaram-se diversas vezes (de ‘preparação do golpe de estado’ a ‘actos preparatórios de rebelião’...), o isolamento, e a incomunicabilidade, a água bruta imprópria para consumo, a comida de má qualidade, a escuridão das celas, as camas de betão, os mosquitos e outras condições desumanas provocaram-nos diversas doenças, foram e continuam a ser uma terrível prova à nossa integridade ética e à manutenção dos nossos ideais em geral, em prol de uma Angola de todos e para todos.

É um facto que alguns companheiros foram agredidos fisicamente por agentes dos serviços prisionais e outros, tão ciosos que são em cumprir com as ‘orientações superiores’ que há muito substituíram a constituição e a lei. Mas mantemo-nos firmes.

Ao longo dos anos desenvolvemos um pensamento político e um conjunto de ações regidos por uma filosofia assente nos valores da dignidade humana, igualdade, justiça social, desenvolvimento, tolerância, angolanidade e reconciliação.

Nossa proposta de PROJECTO POLÍTICO FILOSÓFICO DE NAÇÃO depende, entre outras questões, que Angola deve ser construída por todos, e que a reconciliação nacional deve ser um processo de todos e para todos.

Temos sofridos tremendamente com a prisão e suas condições que provocaram diversos danos a nossa saúde: problemas de visão, infecções no sangue, infecções na pele, infecções urinárias, gastrite, hérnias, amigdalites etc. Mas não desenvolvemos qualquer ódio. Não odiamos o presidente da república nem aqueles que executaram a trauma urdida contra nós. O perdão é o melhor caminho.

Sabemos muito bem que a ética do mal que rege os agentes do regime também rege, inclusive, o juiz indicado para nos julgar em novembro, mês em que Angola completará 40 anos de independência. Estamos cientes de que já fomos condenados publicamente pelo regime de José Eduardo dos Santos.

Ainda assim, pedimos a todos os Angolanos de bem para que PERDOEM ESTA GENTE. Os detentores do poder estão cientes de todos os males que perpetraram contra os Angolanos ao longo de 40 anos. É compreensível que vivam permanentemente aflitos e com medo de perderem tudo (inclusive as riquezas que saquearam à nação) e de serem julgados por um povo que sente na carne e no osso os efeitos de uma paz perversa que morde mais que a guerra. Do presidente da república o último agente da opressão – todos eles precisam de PERDÃO.

Ódio e vingança não são o caminho para o futuro de Angola (uma Angola livre, democrática e de bem-estar).
Em alta estima subscrevo-me
Nuno Álvaro Dala com o consenso dos 14 ativistas detidos do Hospital
prisão de São Paulo.
Luanda, 27 de outubro de 2015. (CENTRAL ANGOLA, 2015).

A seguir demonstraremos os momentos em que os jovens tiveram que dividir a vida entre o processo do julgamento em tribunal e os interlúdios da prisão domiciliar.

5.5 Os enredos do tribunal e a longa marcha para a prisão domiciliar

Nesta parte do texto, procuramos demonstrar como o processo dos 15+2 (duas) – que tinha começado como sendo de caráter político arbitrariamente manipulado pelo partido no poder – violou sistematicamente o estado democrático e de direito, sobretudo em relação à separação de poderes, banalizando o poder judicial conferido aos tribunais. O processo deixou claro que, em estados ditatoriais disfarçados de democráticos, os tribunais servem como ferramentas de opressão e controle de defensores dos direitos humanos ao invés de salvaguardarem os direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos.

Ao longo do nosso texto, fica demonstrado que o tribunal orientado na pessoa do juiz Januário Domingos José usou do seu poder para processar, punir e castigar os opositores 15+2 (duas) do governo do presidente José Eduardo dos Santos, que esteve no poder há mais de 36 anos. O juiz, de acordo com as entrevistas, era manipulado constantemente pelas “ordens superiores”, o que comprometia a lisura e imparcialidade do julgamento⁹³. Os jovens foram alvos de sevícias irrazoáveis, como o excesso de prisão preventiva, julgamento com depoimentos longos, prisão domiciliar com excesso de controle policial, negação de *habeas corpus* e a construção de uma anistia que consistia em um arranjo político usado para ilibar o regime autoritário, o qual viola os direitos humanos, como ficou provado pela comunidade internacional.

Enquanto as coisas ficavam às claras, os jovens esperavam com alguma satisfação e expectativa pelo início do julgamento. Em certo momento, apareceu o ministro Tavares para constranger o segredo de justiça com os seus argumentos infundados e políticos, mas o mais grave são os depoimentos eivados de provas fabricadas. Segundo ele, nas reuniões de debate

⁹³ Em Agosto de 2016, depois do fim do julgamento, foi aberto um processo disciplinar pelo Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ), contra o juiz Januário Domingos, por ter ordenado a prisão dos chamados “revús”. Em resposta, o juiz admitiu ter sido usado e servido de “bode expiatório”. Naquela altura o mesmo revelava que estava a sofrer campanha de ódio, perseguição e humilhação em hasta pública (MANUEL, 2016).

que os jovens realizavam, alguns insistiam que era para analisar um livro, faziam a abordagem da incursão ao Palácio Presidencial, com crianças nos ombros, com mulheres e velhos à frente, enquanto o seu colega de grupo, Domingos da Cruz, defendia que, se houvesse intervenção das forças armadas, eles deveriam desistir dessa incursão para o Palácio Presidencial, para forçar a não demissão do Presidente da República. Por sua vez, o jovem Luaty defendia que não deveriam recuar, que deveriam deixar-se morrer. Na mesma senda, no dia 09 de novembro de 2015, o embaixador itinerante António Luvualu de Carvalho afirmou que os jovens pretendiam provocar a intervenção da NATO em Angola que conduzisse ao derrube do Presidente José Eduardo dos Santos (essa acusação já vinha sendo feita desde o mês de junho, época da detenção ilegal). A NATO, em seguida, fez questão de desmentir (CARVALHO, 2022).

A peça teatral estava montada, faltando apenas os atores assumirem os seus papéis junto ao tribunal competente, pois essas instituições eram (são) subservientes do regime autoritário, os quais são utilizados para defender os interesses das elites governantes enquanto punem “exemplarmente”, por meio de julgamentos injustos, os defensores dos direitos humanos, como foi o caso dos jovens dos 15+2 (duas).

Os jovens foram formalmente acusados no dia 01 de novembro de 2015 através do Ministério Público, junto ao Tribunal Provincial de Luanda. É necessário frisar, ainda, que o Ministério Público dava notícias de que as investigações conduzidas pelo Procurador-Geral da República de Angola haviam sido concluídas apenas no dia 28 de setembro de 2015. Na acusação, constava atos preparatórios para a prática de rebelião e atentado contra o Presidente da República ou outros membros de órgãos de soberania. O processo passaria a envolver os advogados e os seus 17 constituintes, o juiz Januário José Domingos e a procuradora Isabel Façonny. O cenário inicialmente escolhido era o da 14ª Secção da Sala dos Crimes Comuns do Tribunal. Mas, alguns dias depois, anunciaram a mudança da sala. Para ser exato, não mudaram, pois, a localização da sala é que mudou. A 14ª Secção deixou de estar em Cacuaco para ficar em Benfica. O julgamento já tinha data de início, ocorrendo impreterivelmente no dia 16 de novembro de 2015. Enquanto isso, os protestos e apoios continuavam com a Associação dos Advogados da SADC a declarar, no dia 12 de novembro de 2015, que enviaria dois advogados como observadores do julgamento. Em Portugal, a esquerda tinha dado um xeque-mate à direita, cortando os passos e fechando as portas ao Governo PSD-CDS. Surgiu a geringonça dirigida por António Costa e apoiada pelo Bloco de Esquerda e pela CDU (CARVALHO, 2022).

No dia 15 de novembro de 2015, durante o dia, os jovens tiveram reunião com os advogados para saber se havia algum impedimento legal ao entrar no tribunal descalço, sem os

uniformes prisionais ou, ainda, se poderiam deixar de responder às perguntas da acusação (procurador) e dos juízes. Quanto a isso, os advogados foram peremptórios ao afirmar que não havia nenhum problema. Os jovens pretendiam continuar a protestar enquanto exigiam a sua libertação das masmorras da ditadura e, por isso, organizaram-se e articularam planos conjuntos. Já no período noturno, por volta das 19 horas, os jovens ativistas tiveram reunião extraordinária com o chefe da Reeducação Penal a nível nacional, o psicólogo Manuel Fernandes. O objetivo era verificar o estado emocional dos jovens (CARVALHO, 2022).

Figura 12 – Os jovens ativistas durante o julgamento



Fonte: Jornal *Rede Angola* (2015)

O julgamento teve início no dia 16 de novembro de 2015. Os jovens tinham sido acordados a partir das 04h30min com o propósito de lhes entregar uniformes e botas novas, mas eles se negaram a receber ou utilizar. Os guardas prisionais insistiram, bem como o diretor nacional dos Serviços Prisionais, mas sem sucesso, mesmo diante de forte ato de intimidação. Portanto, o que restou foi colocá-los algemados na viatura. Os jovens estavam na comarca a partir das 8 horas, horário em que o tribunal foi aberto e que eles foram colocados juntos em uma única cela. “Estávamos descalços e o juiz Januário – mas provável ter sido ordens de quem coordenava o Julgamento – disse que não poderíamos entrar na sala de audiência descalços. Em jeito de ameaça, Fernandes informou-nos que o julgamento seria adiado” (CARVALHO, 2022,

p. 17). Dadas essas circunstâncias, o momento ficou marcado pela presença de um forte aparato policial e de descrença da parte dos réus de que haveria um desfecho favorável para os ativistas, já que 15 deles se encontravam em prisão preventiva há cinco meses, enquanto as duas mulheres aguardavam em liberdade provisória.

Infelizmente, alguns contratemplos foram surgindo no momento. Em primeiro lugar, o fato de quatro dos advogados não terem tido acesso ao processo, o qual tinha mais de mil páginas e incluía escutas e vídeos, como o gravado por um ativista infiltrado na Vila Alice, local dos debates. O fato levou o advogado de defesa afeto à Associação Mãos Livres, Salvador Freire, a declarar ao microfone da DW África estar decepcionado com o comportamento do juiz da causa, que não permitiu à defesa consultar o processo (SUL D'ANGOLA, 2015). Enquanto isso, Sedrick destaca o seguinte:

Quando Januário entrou na sala, olhou-nos com clara hostilidade armada. Anunciou a abertura do julgamento e começou a praxe judicial, que passa pela leitura da acusação e a apresentação dos argumentos iniciais de defesa. Depois foram instaurados mais processos-crime contra alguns companheiros, por escreverem nos uniformes prisionais. Acusação: destruição de patrimônio do Estado. Risível, mas demonstrativo da perseguição política, quando diariamente os tribunais enchem com reclusos trajados de uniformes rasgados e escritos. Mas, nesse caso, era pelo que estava escrito nos uniformes, como «recluso do Zé-Du» na camisola de Hitler Samussuku. Fomos tirados da sala, ficando apenas o Nito. Foi o primeiro a ser interrogado. Ficamos na cela em conversa animada. (CARVALHO, 2022, p. 118).

O ativista Manuel Nito Alves, de 19 anos de idade, foi o primeiro a ser interrogado no dia 16 de novembro de 2015, em uma sessão marcada por atrasos e que se arrastou até as 18h00. Esse ativista, em 2013, esteve preso durante dois meses quando tinha 17 anos, sendo acusado de “ultraje ao Presidente” por ter imprimido 20 *t-shirts* com palavras contrárias a José Eduardo dos Santos, estampando as frases "José Eduardo fora" e "Ditador nojento". O juiz, durante a sessão, aproveitou para perguntar ao Nito Alves “quem é o ditador?”.

No dia 17 de novembro de 2015, o juiz começou a interrogar o Hitler Samussuku, cuja audição alastrou-se até o dia 18 de novembro de 2015. Até o dia 19 de novembro de 2015, o Tribunal dos Crimes Comuns, localizado no bairro Benfica, em Luanda, ouviu apenas 3 dos 15+2 réus. Nas sessões seguintes, os jovens passaram a prestar depoimentos no tribunal em grupos repartidos. Com isso, o tribunal admitia a falta de condições para acomodar os réus, aproveitando para traçar um programa que impunha somente a presença dos réus que seriam ouvidos. Nesse dia, o réu Domingos da Cruz foi ouvido, tendo respondido questões que se centraram nos aspectos do "grupo de debates", onde os 17 ativistas liam o livro *From*

Dictatorship to Democracy, do autor americano Gene Sharp. Diante do juiz, o ativista, jornalista e professor universitário Domingos da Cruz admitiu ser o autor da brochura **Ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura - Filosofia Política para a libertação de Angola**, uma obra adaptada do livro de Gene Sharp e que também serviu de objeto de estudo nos mesmos debates. Na ocasião, Cruz também assumiu que foi sua a ideia da criação do grupo de estudos. O tribunal insistia em saber quem eram os moderadores, como é que mobilizavam os participantes, que mecanismos utilizavam para a comunicação e convocação de participantes para os debates, se tinham um programa, quem traçou o programa e que fins tencionavam atingir após o final dos debates. Domingos da Cruz respondeu na maioria dos casos que "não tinha nada a declarar". Durante o interrogatório, o juiz pediu ao estafeta para fazer a leitura do livro do réu, o que suscitou contestação por parte do advogado David Mendes, acusando o tribunal de orquestrar artimanhas para prolongar o julgamento. O advogado David Mendes, que estava a defender 4 dos 17 réus (Rosa Conde, Laurinda Manuel Gouveia, Manuel Nito Alves e Albano Bingo Bingo), acusados de coautoria do suposto crime, pediu licença de saída da sala do tribunal enquanto pretendiam fazer a longa leitura do livro diante dos presentes. Em contrapartida, o juiz anuiu a saída do advogado, mas não sem antes o acusar de ser o elemento que mais está a causar a demora do processo com intervenções "inúteis", mostrando-se ser o advogado de todo mundo enquanto o réu interrogado não era seu cliente. Sendo assim, o advogado retirou-se da sala. Sendo o estafeta incapaz de fazer uma leitura em voz alta, ouvindo as reclamações dos advogados e da audiência, o juiz ordenou ao escrivão para que fizesse a leitura. Mais de 100 pessoas na sala do tribunal tiveram a oportunidade de ouvir a leitura do tão propalado livro do Domingos da Cruz, intitulado: **Ferramentas para destruir o ditador e evitar uma nova ditadura**. Portanto, ao contrário da ideia violenta que se tinha criado pela acusação, a leitura do livro demonstrou o pacifismo presente na obra, condenando, inclusive, o uso da força e considerando golpes de estado como métodos antidemocráticos de alcance do poder. Houve algum espanto dos presentes pela capacidade argumentativa, lógica, pacífica e coerente do livro que os 15+2 réus estudavam. Notando a fadiga e a demora da leitura, o advogado Michel interrompeu dizendo que para um bom entendedor, meia palavra bastava, pois estava claro que as intenções e ensinamentos do livro e dos ativistas eram pacíficos e legítimos. Mesmo assim, o juiz da causa orientou o prosseguimento da leitura. Enquanto o escrivão fazia a leitura, o juiz teve de sair por uns 5 minutos. A leitura demorou por uma hora, tendo assim o juiz declarado o fim da sessão daquele dia (CLUB K, 2015).

No dia 20 de novembro de 2015, os jovens tinham completado cinco meses de prisão.

O alvoroço tinha se instalado porque, com exceção de Nito Alves, Hitler Gessy Tchissonde Samussuko e Domingos da Cruz decidiram comemorar na Prisão de São Paulo. Afinal, não estavam mortos e tinham resistido e sobrevivido o necessário durante a ditadura eduardista. No regresso do tribunal, os jovens reafirmaram que a sessão daquele dia tinha sido preenchida pela conclusão da leitura do livro de Domingos. Portanto, o interrogatório mais prolongado foi o do ativista Domingos Da Cruz, que começou na quinta-feira, 19 de novembro de 2015, e que terminou na segunda-feira, 23 de Novembro. No dia 24 de novembro, foi a vez do ativista Nuno Álvaro Dala.

No dia 26 de novembro de 2015, durante mais uma sessão, o autoritarismo da parte do juiz responsável pelo julgamento fez-se sentir através da divisão dos advogados da defesa: dois à esquerda do juiz e dois à direita dele. Além disso, reduziu-se o número de cadeiras e os advogados assistentes foram mandados para a plateia. Tal medida pode ser vista como impedimento para a troca de ideias entre a defesa. Desde o início do julgamento, o juiz mostrou-se favorável à vontade da magistrada do Ministério Público e entrou em guerra com os advogados de defesa, pois, afinal, estava claro que aquilo era um julgamento político. Por exemplo, no nono dia de julgamento, o juiz humilhou o advogado Sebastião Assurreira, afirmando que tem vários problemas na vida e que é estagiário, pretendendo demonstrar trabalho para agradar às pessoas. Na mesma senda, o juiz também proferiu palavras contra o advogado Walter Tondela, dizendo que ele se fez de vítima e que reclamava por situações mesquinhas.

Nos seis dias de julgamento, o tribunal procurou saber outras informações, mas os jovens respondiam "nada a declarar" para a maioria das questões. Eram feitas as seguintes perguntas:

1. De quem foi a ideia da criação do grupo de debates, onde liam o livro *Da ditadura a democracia* e a brochura de Domingos da Cruz?
2. Como se conseguiu o espaço para os debates?
3. Quem financiou?
4. Quem eram os moderadores?
5. Os debates tinham algum programa? Quem elaborou?
6. Qual era o objetivo dos debates?
7. O que se pretendia realizar após o fim dos debates?
8. Pretendia-se destituir o presidente José Eduardo dos Santos e outros órgãos de soberania?
9. José Eduardo dos Santos é um ditador?
10. Quanto ao grupo, quem é o líder?
11. Por que que não ter um líder, é uma medida de segurança?
12. Quem financia as atividades do grupo, incluindo as viagens ao estrangeiro?

O juiz mostrou-se parcial e tendencioso ao permitir que os réus fossem interrogados

com base em supostas evidências obtidas ilegalmente e sem a autorização de um órgão judiciário. Documentos como atas de reuniões e vídeos em que apreciam os jovens reunidos para discutir a obra de Gene Sharp foram trazidos à tona. A reputação do juiz ficou beliscada quando, ao invés de ser o árbitro ou mesmo o mediador (cumprindo o primado de que a justiça é cega), meteu-se na posição de acusador e produziu um vídeo de entrevista contra o ativista Manuel Nito Alves. Esse último foi adicionalmente acusado de realizar uma "mudança ilegal" do seu nome por ter alegadamente, quando tinha 15 anos, deslocado-se ao Huambo em 2011 sem a presença de um adulto e feito um novo registo junto à Direção de Identificação. Já era dezembro de 2015 e o processo decorria morosamente enquanto os jovens sentiam o fardo de terem sido colocados injustamente em um processo político.

No dia 02 de dezembro de 2015 (quarta-feira), o ativista Luaty Beirão passou a ser ouvido pelo tribunal. O ministério público confrontou o arguido com dois vídeos filmados durante as sessões de debates e com um quadro com as iniciais do presidente angolano José Eduardo dos Santos. Ele foi supostamente retirado da escola onde 13 dos 15 arguidos foram detidos quando faziam um curso de formação, no dia 20 de junho, estando as iniciais do nome de José Eduardo dos Santos (JES), associadas às palavras manipulação, mentira, repressão, instituição religiosa e imprensa, que, de acordo com o representante da Procuradoria Geral da República, são da autoria de Luaty Beirão. Os advogados constataram a prova (JORNAL ANGOLA 24 HORAS, 2015). No dia seguinte, o jovem ativista Arante Kivuvu foi interrogado.

No dia 07 de dezembro de 2015, os jovens desenvolveram uma declaração apelando ao tribunal sobre a excessiva demora no julgamento e, por essa razão, os jovens decidiram protestar por via da greve de fome. O manifesto que desenvolveram dizia o seguinte:

Sr. José Eduardo dos Santos,

Apesar do esforço que vem empreendendo com a fanfarra mediática já pelo povo angolano bem conhecida que não interfere nos assuntos que compete ao poder judicial, nós já nos deixamos embalar pelas cantigas infantis do seu regime.

Temos testemunhado em primeira mão a sua interferência ao longo de todo processo e particularmente agora, em plena sede de julgamento. Os seus homens disfarçam-se tão mal que se esquecem de remover da lapela dos fatos que envergam os timbres da presidência.

Aparentemente, as suas ordens têm sido no sentido de prolongar indefinidamente as audiências de interrogatório. Exigimos que, uma vez que não consegue cumprir com o preceito constitucional da separação dos poderes, inverta imediatamente as instruções que agudizaram a natureza teatral deste julgamento. Aqui chegados, temos pressa de ser condenados, mesmo sabendo que injustamente.

CASO TERMINE ESSA FASE DE INTERROGATORIO AO LONGO DA

SEMANA DE 7 A 11 DE DEZEMBRO DE 2015, negar-nos-emos a fazer presentes no tribunal e levaremos a cabo uma greve de fome coletiva que se culminará com a satisfação da nossa exigência. Deixemos de brincar aos países. Angola não é a sua lavra e muito menos a sua quinta. (CARVALHO, 2022, p. 125-126).

No dia 10 de dezembro de 2015, os ativistas Sedrick de Carvalho, Luaty Beirão, Domingos da Cruz e José Gomes Hata iniciaram a segunda greve de fome, a fim de sensibilizar a comunidade nacional e internacional sobre o caso e exigir libertação imediata daquele processo. Como destaca Sedrick de Carvalho (2022, p. 130): “nessa tarde, comecei a preparar-me para a greve, essa preparação passava por informar os meus companheiros sobre o comportamento que adoptaria doravante, nomeadamente: o silêncio em que me remeteria e a permanência na cela”. Em uma carta escrita no dia 14 de dezembro de 2015, o ativista Sedrick de Carvalho informava que havia entrado em paralisação completa, mas, caso tivesse que decidir sobre alguma situação, a opção passaria pelo suicídio (JORNAL MAKANGOLA, 2015).

Durante essa fase e antes do fim, foram ouvidas as duas mulheres do processo: Laurinda Gouveia e Rosa Conde. Na penúltima audiência dos ativistas, Benedito Jeremias prestou depoimento perante o juiz Januário Domingos. Tinham-lhe feito várias perguntas e uma delas estava relacionada à sua participação no grupo e nos debates. Na ocasião, respondeu que não chegou a participar de nenhum dos debates do grupo, sendo a primeira vez no dia da sua detenção. O jovem contou que foi preso cinco minutos depois de ter chegado ao local e logo no primeiro dia. Ainda afirmou que entre os outros acusados, conhecia somente Domingos da Cruz, mas na condição de escritor e professor universitário, uma vez que comprara alguns de seus livros (NDOMBA, 2015). O último a ser ouvido foi o Nelson Dibango, no dia 17 de dezembro de 2015 e no dia 18 de novembro de 2015. O juiz Januário exigiu a presença de todos os presos políticos na sessão para efetivar as medidas preventivas nos termos das Leis nº 2/14, de 10 de fevereiro – Lei Reguladora das Revistas, Buscas e Apreensões – e nº 25/15, de 18 de setembro – Lei das Medidas Cautelares em Processo Penal – (VERDE, 2020).

14ª SECÇÃO DA SALA DOS CRIMES COMUNS

CÓPIA DA DOUTA DECISÃO PROFERIDA
NOS AUTOS DE QUERELA,
RESPEITANTE AOS RÉUS DOMINGOS
JOSÉ JOÃO DA CRUZ E OUTROS, A
FLS. 2602 e 2607.

PROCESSO Nº 0148/15-A

Hoje, dia 18 de Dezembro de 2015, pelas zero horas, entrou em vigor na República de Angola a Lei nº 25/15, de 18 de Setembro, Lei das medidas cautelares em processo penal, que revoga a Lei nº 18/92, de 17 de Junho, e consagra medidas de coação pessoal menos severa que a revogada.

Embora a aplicação da lei penal no tempo é, nos termos do artº 5 do Código Penal, dominada pelo princípio da não retroactividade, porém o referido princípio cede, se a nova lei for mais favorável aos réus, aplicando-se-lhes a mesma.

No caso em apreço, os factos imputados aos réus ocorreram até 20 de Junho de 2015, e a lei das medidas cautelares em processo penal foi publicada no dia 18 de Setembro de 2015, com vigência a partir de hoje.

Pelo exposto, dando cumprimento ao meu despacho do dia quinze do corrente mês e ano, em que ordeno a substituição da prisão preventiva aos réus pela domiciliária prevista na alínea D) da Lei nº 25/15, de 08 de Setembro, por esta medida de coação pessoal ser favorável aos réus, ordeno a emissão de mandados de condução aos domicílios dos respectivos arguidos.

Entretanto, os réus ficam obrigados a:

- a) Permanecer na habitação declarada ao Tribunal para cumprimento da medida de coação imposta, não se ausentando da mesma sem a devida autorização, em observância ao preceituado no nº 2 do artº 33 da referida Lei;
- b) Proibição de contacto com os co-réus, membros do projectado governo de salvação nacional e do movimento revolucionário, em conformidade como disposto no nº 4 do supracitado artigo;
- c) Sujeitar-se a fiscalização e controlo do cumprimento da referida medida de coação por autoridade policial, em conformidade com o preceituado no nº 5 do supracitado artigo.

Ficam também constituídos na obrigação de:

- a) Comparecer as sessões de julgamento ou ao Tribunal, sempre que for chamado, em conformidade com o disposto na alínea a) do nº 4 do artº 25 da referida Lei;

b) Não mudar ou ausentar-se da residência declarada ao Tribunal para cumprimento da medida de coação imposta, sem prévia autorização, em observância ao disposto na alínea b) do supramencionado artigo.

Notifique.

Luanda 18 de Dezembro de 2015

Ass: JANUÁRIO JOSÉ DOMINGOS

ESTÁ CONFORME



Fonte: Carvalho (2022)

Esse documento foi exarado pelo juiz Januário Domingos para dar cumprimento ao acórdão nº379/2015 do Tribunal Constitucional que, em resposta ao recurso extraordinário de

inconstitucionalidade, que foi, entretanto, negado, ordenou o termo da prisão preventiva dos requerentes, tão logo entrou em vigor no dia 18 de dezembro de 2015 a Lei Nº25/15, de 18 de setembro de 2015.

Nessa altura, os 17 jovens foram colocados em prisão domiciliar enquanto aguardavam a retomada do julgamento. Porém, Carvalho alerta que: “É preciso deixar claro o seguinte: a prisão domiciliar inaugurada por nós seguia à letra a denominação – presos no domicílio. Não tínhamos o direito de realizar quaisquer atos, nem de nos deslocar ao barbeiro” (CARVALHO, 2022, p. 137). Observa-se, então, como os jovens eram vigiados por um aparato institucional composto de vários elementos dos órgãos da ordem e segurança.

A seguir, abordaremos sobre a sequência de julgamentos aos quais os jovens foram submetidos e que, por causa da saturação dos ativistas, ficou conhecido como o julgamento da palhaçada.

5.6 O julgamento da palhaçada: do governo de salvação nacional à condenação por associação criminosa

O julgamento do processo dos 15+2 (duas) foi retomado no dia 11 de janeiro de 2016 com a inclusão obrigatória dos declarantes ligados ao governo de salvação nacional. “Às 06 horas, já estava na minha casa a caravana prisional, com Osvaldo, Hitler e Hata no interior. Esses seriam os integrantes da rota Cacuaco-Sequele-Zango-Benfica” (CARVALHO, 2022, p. 139). Como diz David Mendes, um dos advogados dos 15+2, com a entrada dos membros do alegado governo nacional no processo como declarantes, vai começar a parte política do julgamento (CARVALHO, 2015). Os declarantes faziam parte de uma suposta lista de acusados do governo e da procuradoria-geral de quererem criar um Governo de Salvação Nacional, no qual os cargos seriam distribuídos entre alguns amigos, membros do partido no poder e partidos da oposição. Para tomar o poder, como vimos até o momento, no despacho de pronúncia lê-se que as ferramentas eleitas pelo grupo para levar a cabo o seu projeto seriam “atos de arruaças acobertados por protestos e manifestações populares generalizadas com queima de pneus das distintas ruas das cidades angolanas, extensivos aos domicílios dos órgãos de soberania, incluindo o palácio presidencial”, além de “greves injustificadas” e outros desacatos. Caso conseguissem levar a cabo a queda do regime vigente, os réus “criariam um Governo de Salvação Nacional”, que elegeria: José Kalupeta, o líder da seita religiosa "A Luz do Mundo"; Alexandra Simeão ou Fernando Macedo para Presidente Interino da República; Rafael Marques de Morais para Ministro da Justiça e Direitos Humanos e Luaty Beirão como Procurador-Geral da República. O suposto Governo de Salvação Nacional terá saído de uma conversa nas redes sociais em que o

jurista e cientista político Albano Pedro teria iniciado em gesto de diabrura na sua página do *Facebook* meses antes da detenção dos jovens. Vários internautas comentaram em uma tentativa meramente intelectual que envolvia várias figuras de bom senso e de grande influência na mídia e na vida pública angolana.

De acordo com Albano Pedro, a maioria dos nomes propostos não teve participação direta no debate. Aquilo que foi uma intenção acadêmica de avaliar se os angolanos têm referências políticas (uma reserva moral de indivíduos que podem servir à pátria em caso de uma crise política) e que seria parte de um artigo de análise política que estava a preparar para publicar, acabou sendo interpretada como um crime. Felizmente, o Ministério Público e o Tribunal ficaram mais esclarecidos sobre a situação (PEDRO, 2015).

Eram, no princípio, três listas, mas aquela que foi parar no tribunal era a do Albano Pedro (material da prova) e envolvia os seguintes nomes (LUSA, 2016): **Presidente Interino da República:** José Kalupeta, Alexandra Simeão, Fernando Macedo, Teodoro Obiang, Kim Jong-un, Vladimir Putin e João Pinto; **Vice-presidente Interino:** Justino Pinto de Andrade, Mihaela Weba e Luvualu de Carvalho; **Ministério da Defesa:** Abílio Kamalata Numa, Santos Kangamba e Geraldo Sachipengo Nunda; **Ministério da Justiça e Direitos Humanos:** Rafael Marques de Morais, Kundi Paihama e João Maria de Sousa; **Ministério da Saúde:** Luís Bernardino e Carlos Alberto Maseca; **Ministério da Educação:** Carlinhos Zassala e Narciso Damásio dos Santos Benedito; **Ministério da Economia:** Carlos Rosado, Laura de Alcântara Monteiro e Kiala Ngone Gabriel; **Ministério dos Petróleos:** Filomeno Vieira Lopes, Aníbal Octávio Teixeira da Silva e José Gualter dos R. Inocêncio; **Ministério da Comunicação Social:** Reginaldo Silva, Manuel da Conceição, José Ribeiro e Artur Queiroz; **Ministério da Cultura:** Makuta Nkondo, MCK, Cornélio Caley e Sindika Dokolo; **Ministério da Juventude:** João Paulo Ganga e Albino José da Conceição; **Ministério dos Antigos Combatentes:** Ngola Kabango e Clemente Cunjuca; **Ministério da Reinserção Social:** José Patrocínio, Mateus Miguel Ângelo e Maria da Luz Magalhães; **Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural:** Fernando Pacheco, José Amaro Tati e André de Jesus Moda; **Ministério do Empreendedorismo e Combate à Pobreza:** Nelson Pestana Bonavena e Isabel dos Santos; **Ministério do Interior:** Fernando Heitor, Eduardo Filomeno Barber Leiro Octávio e Higino Carneiro; **Ministério da Energia e Águas:** Luís Filipe da Silva e Joaquim Ventura; **Ministério das Finanças:** Tina Abreu, Valentina Filipe e José Filomeno de Sousa dos Santos; **Ministério do Ambiente:** Vladimir Russo, Syanga Kivuila Samuel Abílio e Carlos Seka Kunene; **Ministério da Construção e Obras Públicas:** Aníbal Rocha, Hugo Miguel Évora Gonçalves e António Teixeira Flôr; **Ministério da Geologia e Minas:** Miguel

Bondo Júnior e João de Matos; **Ministério dos Desportos:** Albino José da Conceição e Pedro Manuel Mambo Torres; **Ministério da Família:** Katila Pinto, Ana Paula Silva do Sacramento Neto e Zungueira Salomé; **Ministério da Segurança Social:** Zé Dáka o Meu e Gertrudes Malaka; **Ministério das Pescas:** Victória Francisco Lopes Cristóvão de Barros Neto, José Carlos Bagre, Sebastião Sardinha; **Ministério do Planeamento:** Fanuel da Tribo de Ezer e Eduardo Breno Lemos dos Santos; **Ministério da Administração do Território e Urbanismo:** Elias Isaac e Joseana Lemos dos Santos; **Ministério do Turismo:** José Avelino Gourgel dos Santos; **Ministério dos Transportes:** José João Kuvíngua, Evaristo Valdemar Aristides e, em seguida, vinham os governadores provinciais e chefes de distintos departamentos (FOLHA 8, 2016).

Quando o julgamento foi retomado, a audiência contou com o primeiro de mais de 50 declarantes e o primeiro da lista terá sido o padre Pio Wacussanga, da Arquidiocese do Lubango (província da Huíla). Questionado pelo juiz sobre quando soube da existência do referido governo, ele respondeu que, oficialmente, foi a primeira vez que ouvia falar do referido documento e que tinha tomado conhecimento que o seu nome fazia parte da lista através das redes sociais, o que supôs tratar-se de uma brincadeira. Os declarantes continuaram a afirmar que tomaram conhecimento das referidas indicações por via do *Facebook* e que nunca foram solicitados sobre o assunto e nem se candidataram para os referidos cargos. O tribunal tinha se tornado um carrossel, visto que, na medida em que os declarantes passavam por esse espaço da salvaguarda da legalidade, mais vilipêndios aconteciam. Por exemplo, no momento da audiência da deputada Mihaela Weba, corajosamente ela afirmou que aquele julgamento era político e “Penso tal e qual os jovens aqui sentados e, por isso, também poderia ser constituída ré no mesmo processo (CARVALHO, 2022, p. 144).

No dia 09 de fevereiro de 2016, enquanto o tribunal recolhia o depoimento de Fernando Baptista (pai do ativista Nito Alves), de 53 anos, esse se negou a declarar sobre o seu filho enquanto lhe eram feitas algumas perguntas. De acordo com Carvalho (2022, p. 146) “a acusação dizia que o pai confirmou, em sede de instrução a falsificação” (do nome do Nito Alves, grifo nosso). Quando estava a ser fustigado pela procuradora Fançony, Nito interrompeu o julgamento com frases como “isso é uma palhaçada”. Portanto, o ativista Nito Alves, já desgastado psicologicamente, tomou a palavra afirmando que não temia pela sua vida e que aquele julgamento era uma “palhaçada”. Essa atitude desagradou os magistrados, tendo o representante do Ministério Público solicitado um julgamento sumário logo após a sessão, que já ia ao fim. Ao mesmo tempo, propôs-se a condenação ao réu devido à forma como ele se dirigiu às autoridades públicas. O Tribunal da Província de Luanda, através do

juiz Januário Domingos, condenou o réu Nito Alves à pena efetiva de seis meses de prisão e atribuiu-lhe uma multa de 50 mil kwan- zas de taxa de justiça, em processo sumário, por ter dito aquelas palavras (ÁFRICA 21 DIGI- TAL, 2016).

O julgamento foi contínuo até o final do mês de fevereiro, com mais audições de declarantes, incluindo membros do governo liderado pelo MPLA, como é o caso de Aníbal Rocha e José Maria Ferraz (antigos governadores da província de Luanda). Esses deixaram claro o quanto a sociedade angolana era polarizada e não apoiavam a iniciativa tomada pelos jovens ativistas:

Quando os dois ex-governadores tomaram o assento para prestar declarações, fomos surpreendidos com respostas ásperas, das quais destaco as de Maria Ferraz. Segundo ele, não podia ter sido contactado por nós, porque, se nos fosse possível, quando chegasse o momento de tomar o poder, lhe cortaríamos a cabeça por ser do MPLA. Para ele, o MPLA era nosso inimigo. Fiquei realmente estupefato com aquela agressividade, pois era suposto ser um dos poucos indivíduos moderados e afáveis no partido no poder, apontado como tendo sido um bom governador da capital, sendo esta supostamente a razão para ser indicado à lista do «Governo de Salvação Nacional» pelos internautas (CARVALHO, 2022, p. 150).

Os meses em que decorriam o julgamento tinham levado os jovens a ficarem desgastados com toda a realidade da desumanização carcerária e todas as formas de tortura que vinham acontecendo desde o início do processo, visto que alguns ativistas viram as suas contas bancárias bloqueadas (cartões de débito), tiveram documentos pessoais apreendidos (bilhetes de identidade e passaportes) e sofreram suspensão dos salários nos locais de trabalho, assim como de resultados clínicos dos exames de endoscopia e de estomatologia. É o caso do ativista Nuno Álvaro Dala que, por falta de dinheiro, não conseguia pagar a renda de casa, alimentar a sua esposa, a bebê de nove meses de idade, a irmã e o sobrinho menor de idade sob sua responsabilidade. Por essa razão, decidiu realizar um protesto que começou ao não comparecer ao tribunal no dia de audiência, avançando, depois, para a greve de fome (OLIVEIRA, 2016). Muito antes, o ativista tinha escrito a seguinte Nota de Imprensa:

#15+DUAS
 #NUNOALVARODAL
 A NOTA DE
 IMPRENSA

Nuno Álvaro Dala, Professor universitário, investigador e activista, réu do Processo 0148/15-A, submetido à prisão domiciliária ilegal e inconstitucional, Sirvo-me da presente nota para informar à Opinião Pública do seguinte:

1- No dia 25 de Fevereiro do ano corrente, remeti uma carta de protesto ao Serviço de Investigação Criminal (SIC), aos Serviços Prisionais e ao Tribunal Provincial de Luanda (14a Secção)

informando-os que NÃO IREI ÀS PRÓXIMAS SESSÕES DE JULGAMENTO, marcadas para 7 de Março e seguintes. Minha decisão fundamenta-se nos seguintes factos:

1.1- Continuam em poder do SIC todos os meus meios apreendidos no dia 20 de Junho de 2015 na sala de aulas do ILULA (Instituto Luandense de Línguas e Informática), Vila Alice, e no meu domicílio. Apesar das inúmeras diligências dos meus advogados a solicitar devolução, os meios continuam abusiva e ilegalmente em poder do SIC.

1.2- Continuam no Estabelecimento Prisional de Kakila todos os meus meios deixados aí ficar por altura da minha transferência ao Hospital Prisão de São Paulo, ocorrida em Outubro de 2015. Eu próprio, por carta e - seguidamente - os meus advogados, solicitámos a devolução dos meios, mas não há qualquer resposta.

1.3- Não me foram revelados os resultados dos cerca de 10 exames a que fui submetido no Laboratório do Hospital Militar no dia 20 de Janeiro de 2016. Passados mais de 40 dias, continuo sem saber do diagnóstico. Por outro lado, no dia 20 de Fevereiro, solicitei condução ao hospital para ser avaliado por um especialista em medicina dentária, pois padeço de uma cárie dentária, desenvolvida durante a prisão preventiva. Simplesmente não há resposta.

2- Estou impedido de aceder às minhas contas bancárias, situação que me limita e me remete à mercê de dependência aos serviços públicos de saúde, que são patologicamente disfuncionais e estão falidos.

Caso as autoridades insistam em não devolver meus documentos, meu dinheiro, meus livros, meus instrumentos e materiais de pesquisa e todo o resto dos meus meios,

Caso as autoridades insistam em não atender às minhas demandas de saúde, ocultando-me informação médica e inviabilizando meu acesso às consultas médicas de especialidade,

NÃO IREI ÀS PRÓXIMAS SESSÕES DE JULGAMENTO agendadas para

7 de Março de 2016. Meu protesto manter-se-á a todas as outras sessões, sem excepção.

Subscrevo-me

NUNO ÁLVARO DALA

Luanda, 26 de Fevereiro de 2016

PS: Aproveito informar e esclarecer que, por força de um compromisso feito comigo mesmo e por imperativo do período de exercícios introspectivos em que me encontro, radicado na experiência da prisão e peripécias relacionadas, tomei previamente a decisão de manter-me em silêncio enquanto o Processo prosseguir, sendo que não estou a dar entrevistas. Desde o dia 20 de Fevereiro tenho recebido vários pedidos de entrevista para órgãos locais e estrangeiros de comunicação social, pelo que reitero que o meu pacto de silêncio apenas será quebrado quando o Processo tiver sido encerrado. Grato pela compreensão (JORNAL ESQUERDA, 2016).

De acordo com Sedrick de Carvalho (2022, p. 151): “Nuno Dala que regressou à prisão preventiva no dia 7 de março, na vigência da sexta temporada do julgamento, tendo anunciado o início de uma greve de fome”. O ativista escreveu uma carta apontando as razões da sua greve de fome:

Professor universitário, investigador e ativista, réu do Processo 0148/A-15, submetido novamente à prisão preventiva em 7 de Março do ano corrente, na Comarca de Viana, Sirvo-me da presente nota para informar à opinião pública que no dia 10 (dez) de Março dei início a uma GREVE DE FOME em protesto às seguintes violações dos meus direitos:

1 – Apesar de inúmeras solicitações, nunca me foi permitido ter acesso às minhas contas bancárias para fazer face às necessidades materiais e financeiras da minha família.

2 – Apesar de inúmeras solicitações, nunca me foram devolvidos meus 38.000,00 (trinta e oito mil) Kwanzas, minhas carteiras com bilhete de identidade, cartões de crédito, folhas de código e muitos outros meios apreendidos no dia 20 de Junho de 2015, e que continuam abusivamente em poder do SIC (Serviço de Investigação Criminal).

3 – Apesar de inúmeras solicitações, não me foram devolvidos os meus meios deixados ficar no Estabelecimento Prisional de Kakila (EPK). Estes meios incluem livros, cadernos com apontamentos e desenhos, roupa diversa, sapatilhas, coberta e outros. Estão respectivamente no armazém e na cela onde passei 4 (quatro) meses – de Junho a Outubro de 2015.

4 – Até hoje, os resultados de vários exames médicos a que fui submetido no Laboratório do Hospital Militar Principal (HMP) não me foram revelados. Outros exames nunca sequer foram feitos. Por outro lado, continuo sem receber tratamento efectivo das patologias de que padeço.

Minha GREVE DE FOME apenas será suspensa quando as minhas exigências supramencionadas forem satisfeitas, incluindo a devolução de todos os valores eventualmente saqueados das minhas contas por agentes desonestos do SIC, pois o SIC até mesmo tem em poder as folhas de código dos cartões multicaixa.

Entrementes, CONTINUO A BOICOTAR O JULGAMENTO, que não passa de uma mentira, uma demonstração clara de que não existe poder judicial independente. O ditador usa os tribunais e seus juízes fantoches para intimidar, perseguir e privar da liberdade os angolanos que defendem o fim da ditadura e da sua governação criminosa. Por mais facínora que tente mostrar-se o ‘juiz’ fantoche Januário Domingos, meu boicote continuará. Além disso, já sinto grandemente os efeitos da GREVE DE FOME. Estou debilitado e não aguentaria sequer ficar sentado por 1 (uma) hora no banco daquela mentira chamada ‘Tribunal’. Reitero que não existe poder judicial independente em Angola.

Serei conseqüente, congruente e coerente até às últimas conseqüências. NÃO ADMITO que o regime perverso do ditador JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS me humilhe.

São responsáveis pela minha situação o ‘juiz’ Januário Domingos, o Co-missário António Fortunato (Director dos Serviços Prisionais) e o Director do SIC. Obviamente, o ditador JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS é o maior responsável.

Subscrevo-me

Nuno Álvaro

Dala Luanda,

14/03/2016

PS: Exorto a todos os responsáveis declarantes agora constituídos em arguidos no sentido de que NÃO se deem ao trabalho de ir ao ‘tribunal’ para responder; NÃO PAGUEM taxa de justiça. Se o regime

vos mandar prender e conduzir à cadeia, ter-se-á conseguido mais uma vez EXPOR A DITADURA E ESTA MENTIRA chamada de ‘poder judicial angolano’. (JORNAL ESQUERDA, 2016).

Na altura, o ativista destacava que continuaria a boicotar o julgamento por via do seu protesto, denunciando que aquilo “não passava de uma mentira, uma demonstração clara de que não existe poder judicial independente em Angola”, recuperando, em outras palavras, a expressão do seu colega de processo, Nito Alves, que afirmou que o julgamento ou mesmo a situação carcerária continuava a ser uma grande palhaçada e que apenas terminaria a greve quando lhe fossem entregues todos os seus bens apreendidos, bem como a apresentação dos resultados de vários exames que fez naquele estabelecimento. Quando completou 27 dias de greve, passaram a aplicar-lhe soro, enquanto esteve no hospital da prisão de São Paulo. Quando completou 33 dias de greve de fome, o regime cedeu e entregou parte dos meios. Todavia, não parou, exigindo a totalidade dos bens. No dia 12 de abril de 2015, quando fazia os 34 dias de greve, houve um alerta de que o risco de morte era altíssimo. Uma delegação da UNITA mobilizou-se para o visitar, encabeçada pelo então vice-presidente, Raul Danda. Depois da visita, surgiram rumores de que teria terminado a greve. Foram precisos mais dois dias para anunciar o término em carta, divulgada pela imprensa. O termo seria às 0 horas do dia 15 de abril de 2016, cumprindo, assim, 37 dias de greve de fome (CARVALHO, 2022).

Em 21 de março de 2016, aconteceram as alegações finais e, neste momento, o Ministério Público alterou a acusação inicial. A acusação tomou como fundamento os protestos dos ativistas durante o processo, dando maior destaque para o fato de comparecerem à sala de audiências descalços, vestirem-se de camisolas brancas e com o rosto estampado como palhaços, interferindo nos depoimentos dos declarantes e não respondendo às perguntas que lhes foram colocadas. Estes eventos levaram o Ministério Público a concluir que a coordenação desses atos vinha de um grupo coordenado e com conduta comprovadamente criminosa.

Os jovens mentalizavam-se ou conscientizavam-se de que seriam condenados e, ao longo da semana, passaram também a mentalizar os seus familiares e amigos sobre o que iriam enfrentar novamente, apesar de não suportar a ideia de voltar a frequentar as cadeias, receber visitas, alimentação e livros.

A Rosa Kusso Conde esteve grávida de quatro meses e, enquanto ré no processo, tinha que acompanhar todo o desenrolar do julgamento marcado pela brutalidade inconstitucional. Ao mesmo tempo, outros problemas permeavam-na, como é o caso da saúde de sua mãe, que exigia uma cirurgia de dois mil dólares – com a ajuda de alguns amigos, como o político Abel Chivukuvuku, foi possível pagar pela operação cirúrgica em uma clínica privada, visto que não

havia os mesmos serviços no hospital público. Naquela altura, ela sentia que o mundo estava a desabar, pois, o seu pai encontrava-se distante em uma missão de serviço. Ela augurava que seriam condenadas sem contemplanções e procurava preparar-se psicologicamente para isso. Foi assim que, na semana em que sua mãe foi operada, ela foi condenada e, no decorrer do julgamento, perdeu o bebê com quatro meses de gravidez, visto que sofria de colo aberto e não tinha acompanhamento médico especializado. Ela relata que: “O Januário Domingos, que era o juiz da causa, mandou-nos todos para a cadeia, sem direito a caução” (ROSA CONDE, 2024). Tal como deixa claro Sedrick de Carvalho (2022, p. 154): “aquele regime é de soma zero”, tendo isso ficado claro quando o juiz, no dia 28 de março de 2016, pôs fim a sentença sobre a prisão domiciliar imposta desde o dia 18 de dezembro de 2015. As acusações finais foram modificadas devido à falta das provas que dariam consequência à peça acusatória inicial de “atentado ao Presidente da República”, deixando de existir, bem como a de “falsificação de identidade” relativa ao Nito Alves, que se encontrava preso em regime fechado e condenado a seis meses por desacato ao ter dito que o julgamento era “uma palhaçada”. Manteve-se, entretanto, a acusação coletiva de “atos preparatórios de rebelião” e foi incluída a de “associação de malfeitores” (OLIVEIRA, 2016). Sobre este assunto, Sedrick de Carvalho admite:

Ao longo de todo o julgamento, fomos acusados dos crimes de preparatórios para a prática de rebelião e atentado contra o Presidente da República coletiva e separadamente. Foram também julgados Osvaldo pelo crime de furto de documentos, Nito Alves por mudança ilegal de nome e Luaty por falsificação de documentos. Entretanto, no dia das alegações, o Ministério Público surgiu com mais um crime e fez desaparecer outros. Em rigor, foi o primeiro crime de que nos acusaram quando fomos detidos e levados à URP: associação de malfeitores. Como todos os factos que sejam imputados ao réu em sede de tribunal, seria necessária uma discussão ao longo do julgamento com a defesa a apresentar os seus argumentos de razão e a acusação, igualmente. Nunca houve discussão. O Ministério Público decidiu-se a desistir de algumas acusações, nomeadamente do crime de furto de documentos, de mudança ilegal de nome e o de tentativa de atentado contra o Presidente da República. O substituto desses crimes – associação de malfeitores – tinha uma pena superior: 12 anos de prisão maior, nos termos do artigo 263º do Código Penal. (CARVALHO, 2022, p. 151-152).

O Tribunal Provincial de Luanda, por via do juiz Domingos Januário, condenou os jovens a penas de prisão que variam entre dois anos e três meses a oito anos e seis meses para os supostos crimes de atos preparatórios de rebelião e associação de malfeitores. Das sentenças proferidas contra os/as defensores/as de direitos humanos, a mais severa foi a de Domingos da Cruz (o principal líder da “associação de malfeitores”), que foi sentenciado a oito anos e meio

de prisão pelos crimes de atos preparatórios de rebelião e associação de malfeitores. Jeremias Benedito, Nuno Álvaro Dala, Sedrick de Carvalho, Nito Alves⁹⁴, Inocêncio de Brito, Laurinda Gouveia, Fernando António Tomás “Nicola”, Mbanza Hamza, Osvaldo Caholo⁹⁵, Arante Kivuvu, Albano Evaristo Bingo, Nelson Dibango, Hitler Samussuko e José Gomes Hata foram todos condenados/as a quatro anos e seis meses de prisão pelos mesmos crimes.

Rosa Conde e Jeremias Benedito receberam penas mais moderadas e irão cumprir dois anos e três meses de prisão. Luaty Beirão, foi condenado também por “falsificação de documentos” e, além dos crimes supracitados, foi sentenciado a cinco anos e seis meses de prisão (OLIVEIRA, 2016). Nesse dia, ainda se fez mais um preso político, Francisco Mapanda (Dago Nível), que não resistiu ao ouvir os anos de condenação e reagiu alto dizendo: “este julgamento é uma palhaçada e os palhaços estão bem identificados”. O juiz Januário não perdeu tempo e julgou-o sumariamente no final da sessão, condenando-o a oito meses de prisão por injúria aos magistrados. Nessa hora, em gesto de desespero, Carvalho conta que “lembrei-me de anotar a exclamação de Domingos ao ouvir a condenação: Deus não existe” (CARVALHO, 2022, p. 156). Muito antes, Sedrick (2022, p.155) escreveu uma carta de regresso à prisão:

Regressamos às Cadeias Conscientes de que, para os povos serem libertados e usufruírem a liberdade, é necessário estarmos dispostos a enfrentar o ditador e a ditadura, o corrupto e a corrupção, nem que tenhamos como consequências o que estamos a viver agora. A história dos povos desenvolvidos está recheada de pessoas como nós. É só pensarmos que muitos angolanos foram presos para libertar Angola do colonialismo. Agora é o momento de sermos presos para libertar Angola da DITADURA.

Ao terminar, encorajo as angolanas e angolanos a irem à busca da LIBERDADE. Essa não será dada, mas conquistada. Lembremo-nos sempre de que a SOBERANIA pertence ao POVO. Mostremos que somos donos da SOBERANIA!

Os advogados dos 17 jovens interpuseram recursos das condenações, mas, apesar de terem sido aceites pelo tribunal de primeira instância, o juiz da causa não suspendeu a aplicação da pena e, poucas horas depois de lida a sentença, perante gritos de protesto na sala de audiência, foram emitidos os autos para cumprimento da pena. No mesmo dia, tão logo aconteceu a leitura da sentença e divulgação das respectivas penas, seguiu-se o encaminhamento para as prisões⁹⁶.

⁹⁴ Enquanto era proferida a sentença, Nito Alves a ouvia deitado na maca na qual foi transportado para o Tribunal depois de passar três dias sem atendimento médico e deitado no corredor da prisão, onde já se encontrava condenado há 6 meses por desacato. A cena de Nito Alves sendo levado ao tribunal em uma maca, doente e sem esboçar reação, é das coisas mais degradantes e desumanizadoras que esse Tribunal promoveu.

⁹⁵ Osvaldo Caholo, o único militar do grupo. Para além dessa pena, responderá por outros crimes em processo no Tribunal Militar.

⁹⁶ Até a data da condenação dos jovens não houve algum pronunciamento da União Africana (UA), organização

Naquele momento, o presidente angolano havia demonstrado ao mundo que Angola não era democracia, mas sim uma completa ditadura. Uma democracia resulta de dois aspectos essenciais: eleições livres e periódicas e um poder judicial independente e imparcial. Sem juízes independentes, não há democracia, mas somente um poder político que se submete a eleições, as quais, por não haver juízes independentes, não se sabe concretamente se são realmente livres. Portanto, o julgamento de José Eduardo dos Santos e do seu regime em relação aos jovens ativistas revelou um veredito demolidor. Não houve um único juiz independente ou justiça independente (VERDE, 2016).

Dando continuidade, recuperaremos os acontecimentos ligados às prisões, às anistias e ao processo de prisão domiciliar enquanto as ações efetivas de libertação decorriam junto às instâncias judiciais.

5.7 Entre cadeias e anistias: a nova prisão domiciliar e a luta pela liberdade efetiva

Estavam ainda no tribunal quando os jovens tiveram que receber a sentença. Em algum momento, eles tinham consciência de que seriam condenados para satisfazer os “caprichos” do poder autoritário. Mas a repercussão do caso a nível internacional e a defesa dos advogados eram fatores que representavam uma “luz no fundo do túnel” ao indicar que eles seriam libertados por não haver, de certa forma, provas suficientes para a prisão. Todavia, a sentença ditada pelo juiz indicava condenação e a pena de prisão foi cumprida. Os jovens tinham que voltar às celas e, no momento, apenas o sentimento de indignação atordoava suas mentes. Sobre isso, Gouveia conta o seguinte:

Olha, todo o julgamento para mim é como se tivesse participado de um grande processo, de uma coisa histórica. Quando disseram a taxa, eu disse: ô, afinal isso não é brincadeira. Quando ele disse diretamente para a cadeia eu disse: pronto, meu Deus, todos os planos no chão e o meu coração arreu. E aí o Luaty também começou já a me sensibilizar ‘não, Laurinda, na cadeia não é uma coisa de outro mundo, vais encontrar Jéssica do caso Valério, vais encontrar as moças do caso Jindungo’. Quando cheguei na comarca de Viana, a me tirarem a algema, porque eles me algemaram com Inocêncio de Brito, ali mesmo eu senti ‘afinal, isso é verdade, tô mesmo presa, a minha vida acabou’, comecei a chorar... (GOUVEIA, 2024).

Os jovens ativistas foram distribuídos, inicialmente, por três cadeias, sendo que Nito Alves e Nuno Álvaro Dala já estavam na Comarca de Viana e no Hospital-Prisão do São Paulo,

continental da qual Angola é membro de pleno direito desde 1976, na altura ainda denominada por Organização de Unidade Africana (OUA). O silêncio sepulcral demonstrou de forma inequívoca a cumplicidade criminosa dos países africanos com governos violadores dos Direitos Humanos, como era o caso de Angola.

respectivamente. Sedrick de Carvalho, Dito Dali, Arante Kivuvu, Inocêncio de Brito, Rosa Conde e Laurinda Gouveia foram levados para a Comarca de Viana. No dia 29 de março de 2016, Dito Dali, Arante Kivuvu e Inocêncio de Brito foram transferidos para a prisão do Kaboxa, na província do Bengo. Enquanto estiveram na ala chamada Kawango, verificaram o quanto ela era pútrida, barulhenta e cheia de com gangues rivais, como Criminal Família e Kamabatela. Esses grupos representavam um risco para os jovens ativistas e, por exemplo, no dia 04 de abril de 2016, houve um motim entre as gangues rivais, no qual os agentes prisionais tinham perdido totalmente o controle. Enquanto isso, o sistema e as suas artimanhas continuavam com o mesmo discurso na imprensa:

Conseguimos ainda telefonar aos nossos familiares, para informar sobre o motim que transmitiram à imprensa. O porta-voz Menezes Cassoma garantiu aos jornalistas que nenhum dos 17 estava na prisão da Kaboxa. Dias depois, desmentiu-se, alegando que não sabia. Não sei se realmente não sabia, mas certamente o ‘senhor ordens superiores’ sabia onde estavam os seus presos de estimação. Menezes confirmou a morte à imprensa e falou em apenas sete feridos. Este número é falso (CARVALHO, 2022, p. 169).

Os jovens da prisão de Kaboxa estiveram entre a vida e a morte para, em seguida, serem transferidos para a prisão de Viana, onde conviviam com presos VIP, como Riquinho, apelidado de “empresário da juventude”, e o ex-vice-governador de Luanda, Miguel Catraio, do caso “Jindungo”. Os colchões eram antigos e finos, as celas eram decadentes e estavam cheias de percevejos, ratos, baratas e outros insetos que, certamente, incomodava-os incessantemente.

Quanto às duas mulheres, chegaram à Comarca de Viana por volta das 19 horas em um ambiente sem energia elétrica. Deram-nas uniformes prisionais de cor azul enquanto a Laurinda continuava a chorar de forma inconsolável. Em algum momento, não se sabe se é por imprudência ou negligência (ou talvez fosse parte de uma estratégia autoritária para poder intimidar as ativistas), pretendiam colocar a Laurinda na caserna de mulheres que cometeram homicídio (conhecidas como agressivas) enquanto a Rosa ficava na caserna das mulheres burladoras. Depois de momentos de reivindicação, trocaram a caserna de Laurinda com a de Rosa (GOUVEIA, 2024; CONDE, 2024).

As ativistas lutaram continuamente para continuar juntas, mesmo quando as carcereiras tentaram separá-las. No dia 08 de maio de 2016, foram vítimas de agressão de outras reclusas. As circunstâncias e as palavras usadas indicavam que tinham sido insinuadas por ordens superiores da comarca. No momento do incidente, a reclusa Sara, responsável por começar o tumulto, viu Rosa Conde passar e disse: “Zé Dú, ditador, o povo está contigo”, levando Rosa a se irritar e reagir. Infelizmente, as duas ativistas acabaram sendo espancadas

durante uma hora diante dos olhos impávidos e serenos das guardas prisionais. Como revela Laurinda: “quando fomos agredidas, uma das guardas prisionais, que assistiam aos espancamentos, disse [às colegas], elas que se matem” (LAURINDA, 2024). Das agressões, tiveram como resultado arranhões e “lesões graves no ventre e seios”, que terão motivado as duas reclusas a permanecer despidas como forma de protesto. Sobre o assunto, Rosa Conde (2024) afirma que:

Graças a Deus, tinham algumas que simpatizaram conosco e gostam do que nós fizemos, temos feito, e essas foram em defesa. Tentaram acudir, chamavam socorro, socorro, socorro, e elas somente cruzaram os braços... assim mesmo, nós as vimos assim no pátio, cruzaram os braços, fecharam os portões. Mas felizmente não aconteceu o pior, saímos com alguns hematomas. (CONDE, 2024).

Como forma de reação, as meninas fizeram novos protestos, mantendo-se seminuas (CLUB K, 2016) e em greve de fome (MORAIS, 2016), decisão que custou muito caro para a saúde das duas, sobretudo de Laurinda Gouveia, com quem Rosa Conde (2024) revelou que tinha combinado o seguinte: “vamos fazer essa greve de fome, e essas condições ou muda ou não muda. Então, começamos a fazer uma greve de fome, fizemos a greve de fome e a Lau ficou muito frágil, tanto é que chegou a desmaiar de noite”. Rosa complementa ao expressar seu desespero pela colega: “Lau, por favor, não me deixa aqui sozinha, não faz isso comigo, Lau, acorda, você não pode me deixar aqui sozinha, nós viemos juntas, temos que sair daqui juntas. Eu chorei amargamente” (CONDE, 2024). Enquanto isso, a situação foi divulgada pelas redes sociais e jornais online privados por via do jornalista e ativista Pedrowski Teca. Por essa razão, o Ministro do Interior teve que mobilizar os responsáveis da Comarca para fazerem um pronunciamento público a respeito.

Outros protestos foram realizados pelas duas ativistas no intuito de exigir melhores condições de alimentação na comarca, bem como para ter acesso aos seus pertences pessoais. Elas afirmam que: “por exemplo, a comida, na altura, é uma comida muito péssima, tanto é que nós demos nome ‘vômito de cão’, porque era uma coisa que, tipo, eles pegavam o frango, metiam na panela, metiam olho e sal, com um fungo assim de milho malfeito e davam para as pessoas comerem” (GOUVEIA, 2024). Para piorar, não tinham acesso aos seus maioneses e leites. Algumas coisas começaram a melhorar somente após os protestos.

No dia 18 de abril de 2016, o Tribunal Constitucional, por despacho da juíza Luzia Sebastião, decidiu dar providência à reclamação apresentada pelos advogados do processo dos 15+2 (duas) quanto à omissão de pronúncia do juiz de primeira instância sobre a

admissibilidade de um Recurso Ordinário de Inconstitucionalidade que tinha interposto à sentença que os tinha condenado (cf. números 3, 4 e 5a do despacho). No mesmo despacho, além de admitir a reclamação, o Tribunal, de forma clara e explícita, admitiu também o Recurso Ordinário de Inconstitucionalidade, determinando o efeito suspensivo da condenação e a subida nos próprios autos por força do artigo 44º da lei 3/08, de 17 de junho (considerando também as alterações da lei nº 25/10 de 3 de dezembro, que não afetaram o caso presente). A decisão passou a ter como consequência a imediata libertação dos presos, suspendendo a sentença de condenação por meio do recurso. Ou seja, a execução da sentença ficaria suspensa até o seu julgamento final, impossibilitando a concretização dessa decisão, mesmo que provisória, até a decisão final do recurso⁹⁷. Como adianta Carvalho (2022, p. 176):

Estava judicialmente ordenado o nosso regresso à situação jurídica em que estávamos aguardando da sentença condenatória, ou seja, à prisão domiciliária. É isso que significa o termo «Com efeito Suspensivo». A pena aplicada fica suspensa, e os réus permanecem na situação em que estavam quando se fez o recurso.

⁹⁷ Disponível em: <https://www.makaangola.org/2016/05/prisao-dos-revus-ja-e-ilegal-por-despacho-do-tribunal-constitucional/>. Acesso em: 23 mar. 2024.

Figura 14 – Declaração de despacho pelo Tribunal Constitucional

20.04.16

REPÚBLICA DE ANGOIA
TRIBUNAL CONSTITUCIONAL
Secretaria Judicial

Cópia do Douro Despacho da Veneranda
Conselheira Dra. Luzia Sebastião
sobre o Proc. Nº 505-B/2015.

Despacho

1 – Nos termos do nº 2 do artigo 42º da Lei 3/08 de 17 de Junho, o Juiz da causa tem 5 dias para proferir decisão sobre a admissibilidade do Recurso.

2. A fis. 3477 verso dos autos, constata-se que o requerimento de interposição do Recurso Ordinário de Inconstitucionalidade deu entrada no Cartório do Tribunal "a quo", no dia 1 de Abril de 2016.

3. Até 7 de Abril data em que os recorrentes vieram reclamar junto do Tribunal Constitucional, não havia qualquer pronunciamento do Juiz da causa, o que, ainda que por pouco tempo, significou a retenção do Recurso.

4. Constatado ainda o que foi informado a fis. 3478, até 11 de Abril de 2016, o Juiz da causa, não se pronunciou sobre o requerimento de interposição de Recurso.

5. Termos em que, por aplicação das disposições conjugadas dos artigos 43º e 44º ambos da Lei nº 3/08 de 17 de Junho:

a) Admito a Reclamação e, em consequência,

b) Admito o Recurso Ordinário de Inconstitucionalidade pelos fundamentos apresentados na Reclamação de fis. 2 e 3, com efeito suspensivo e a subir nos próprios autos.

c) Notifique."

Luanda, 18 de Abril de 2016
Assinado: Luzia Sebastião
(Juiz Presidente em Exercício)

Está conforme.

REPÚBLICA DE ANGOIA
TRIBUNAL CONSTITUCIONAL
Secretaria Judicial
António da Costa Cabral

Tribunal Constitucional de Angola, Avenida 21 de Setembro, Pórtico de Justiça, Luanda
Telefone: +244 222 44 10 00

Fonte: Carvalho (2022).

No entanto, infelizmente, esse despacho não foi respeitado. As pressões externas continuaram em torno do processo e, no dia 09 de junho de 2016, familiares e amigos dos ativistas deslocaram-se ao Tribunal Supremo para exigir o cumprimento da determinação do tribunal constitucional. Os jovens ainda escreveram cartas para o Vaticano e tiveram a visita ilustre da Cruz Vermelha. No dia 29 de junho de 2016, o Tribunal Supremo emitiu o mandado


de soltura assinado pelo juiz-conselheiro-relator Joel Leonardo, o qual determinou:

[..] por ter sido dado provimento ao pedido de Habeas Corpus, devendo o réu ser restituído a liberdade provisória, mediante TERMO DE IDENTIDADE E RESIDÊNCIA, com interdição de saída do país e na obrigação de se apresentar mensalmente no Cartório da 14^a Secção do TP/Luanda, devendo ali ser conduzido para o referido termo. CUMPRA-SE. (CARVALHO, 2022, p. 183).

O tribunal ordenou que os jovens fossem retirados da prisão e colocados em prisão domiciliar. Eles já podiam caminhar, embora não pudessem se ausentar do país, sendo obrigados a apresentar-se ao tribunal do Januário mensalmente. No dia 20 de julho de 2016, a Assembleia Nacional aprovou a Lei da Amnistia, que iria beneficiar cerca de oito mil cidadãos que cometeram crimes até 11 de novembro de 2015 e com penas até 12 anos. A lei tinha sido aprovada com 142 votos a favor da bancada parlamentar do MPLA, partido maioritário, com nenhum voto contra e 33 abstenções. Na altura, em declarações à imprensa, o ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Rui Manguera, disse que a lei de carácter humanista decorre da celebração dos 40 anos de independência do país, completados em 11 de novembro do ano passado. Rui Manguera disse que há um trabalho a ser feito pelos serviços penitenciários, em coordenação com os tribunais, para se dar tratamento a todos os casos que sejam abrangidos por este diploma legal, de iniciativa do presidente José Eduardo dos Santos. Dessa forma, o governo autoritário tinha feito manobras jurídico-políticas para se livrar do caso dos jovens e lavar a imagem do regime⁹⁸. Nesse contexto, os jovens foram libertados, enfim.

⁹⁸ Disponível em: <http://m.redeangola.info/assembleia-nacional-aprova-lei-da-amnistia/>. Acesso em: 23 de março de 2024.

Figura 15 – Mandado de Soltura expedido pelo Tribunal Supremo



REPÚBLICA DE ANGOLA
TRIBUNAL SUPREMO
CÂMARA CRIMINAL



MANDADO DE SOLTURA

PROC. Nº 654/016 – Habeas Corpus
REGIST. Nº 36 /016

=====O DOUTOR, **JOEL LEONARDO**, JUIZ CONSELHEIRO DO TRIBUNAL SUPREMO E RELATOR DO PROCESSO:


=====**Manda** que se ponha imediatamente em liberdade provisória, mediante “**Termo de Identidade e Residência**”, o réu, **SEDRICK DOMINGOS DE CARVALHO**, t.c.p. “**Sedrick de Carvalho**”, casado, de 26 anos de idade à data dos factos, natural de Luanda, filho de João Rodrigues Sebastião de Carvalho e de Antónia Domingos Paulo Tandal, residente antes de preso, em Luanda, bairro Zango II, junto da conhecida paragem das motas, a aguardar a decisão da Providência Extraordinária de Habeas Corpus n.º 654/016, interposto da sentença que o condenou na pena de 4 (quatro) anos e 6 (seis) meses de prisão maior, nos autos de Processo de Querela n.º 0148/15-A, de acordo com a decisão tomada na Sessão Ordinária de 28 de Junho de 2016, da Câmara Criminal do Tribunal Supremo, **por ter sido dado provimento ao pedido de Habeas Corpus, devendo o réu ser restituído a liberdade provisória, mediante TERMO DE IDENTIDADE E RESIDÊNCIA, com interdição de saída do país e na obrigação de se apresentar mensalmente no Cartório da 14ª Secção do TP/Luanda, devendo ali ser conduzido para o referido termo.**

-----**CUMpra-SE**-----

SECRETARIA JUDICIAL DA CÂMARA CRIMINAL DO TRIBUNAL SUPREMO, EM LUANDA, AOS 28 DE JUNHO DE 2016.	
<p>O JUIZ CONSELHEIRO-RELATOR,</p> <p style="text-align: center;"> // JOEL LEONARDO //</p>	<p>A SECRETARIA JUDICIAL,</p> <p style="text-align: center;"> VISITAÇÃO DE F. POMAL</p>

No dia seguinte, 29 de junho de 2016, os jovens, através dos serviços prisionais, assinaram a declaração de liberdade. Lendo com atenção o documento, fica explicita a farsa do processo, visto que a primeira acusação que os tornaram alvos de detenção no dia 20 de junho de 2015 foi adulterada no documento, constando somente a data de 17 de outubro de 2015. Assim, para os Serviços Prisionais e toda legalidade autoritária, os jovens ativistas constavam nos registos depois de quatro (4) meses.

Figura 16 – Declaração de liberdade expedida pelo Serviço Penitenciário



**REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTERIO DO INTERIOR
DELEGAÇÃO PROVINCIAL DE LUANDA
DIRECÇÃO PROVINCIAL DO SERVIÇO PENITENCIÁRIO
SECCÃO DO CONTROLO PENAL**

DECLARAÇÃO DE LIBERDADE

Data 29 de 06 2016

Faz-se constar que o cidadão Sedrick Domingos de
Carvalho Nome

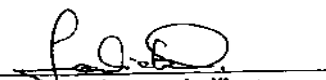
Apelido João P. S. de Carvalho e de Antónia D. P. Tandal
Filho de Luanda e de Angolana


Natural M Data de Nascimento 26 Anos Nacionalidade Angolana
Sexo M Cor de Pele Negra Localidade Luanda

Que se encontra preso desde o dia 17 de 10 de 2015

Processo n° 148/15A do Tribunal TPLDA pelo delito de
Atentado PIPR em que foi condenado a 14 A e 6 M

Saiu em liberdade no dia 29 de 06 2016 por motivo
de: Habeas Corpus


Assinatura do liberto


O Director

Ao longo do texto, fica explícito que a memória coletiva mostra sua força no conjunto de homens e mulheres do caso do movimento dos 15+2(duas), uma vez que os sujeitos rememoraram o movimento enquanto membros do grupo. Nesse caso, os jovens ativistas, que se assumem como protagonistas de processos de democratização, também são alvos de experiências traumáticas que envolvem chantagens, intimidações (ameaça de morte), detenções arbitrárias, torturas (psicológica e física), sequestros, exclusão familiar, violações dos seus direitos e assassinatos fomentados pelo regime autoritário. Esses eventos, que ocorrem por causa de protestos pacíficos iniciados a partir do ano de 2011, ganham continuidade com o processo judicial que os acusou de tentativa de golpe de estado em 2015-2016, manifestando um quadro de violência do estado. Ao longo das entrevistas dos jovens ativistas, torna-se visível que a memória individual do processo enfrentando se encontra ancorada às malhas de solidariedade coletiva as quais estão engajados, pois os entrevistados traduzem em uma linguagem dolorosa tudo aquilo que enfrentaram (HALBWACHS, 1990).

A seguir, na última seção, daremos continuidade ao explicar como o caso do movimento dos 15+2(duas) será apresentado e representado nas mídias tradicionais, como jornais, televisão e rádio dos setores públicos ou privados. Contata-se uma disputa de narrativa em relação ao caso dos ativistas, uma vez que os jovens foram retratados, de um lado, como “arruaceiros” ou “inimigos do estado” pelas mídias públicas, enquanto as mídias privadas os trataram como “vítimas do sistema” ou “heróis de uma geração que almejava mudanças face ao autoritarismo instalado em Angola”. Além disso, examinamos a emergência de novos movimentos sociais depois do ano de 2016, momento em que os 15+2(duas) são soltos e livres do processo. Enfatizaremos a forma como essas organizações e suas demandas são influenciadas e protagonizadas por alguns membros do movimento 15+2 diante da “suposta” abertura democrática criada pelo governo do presidente João Manuel Gonçalvez Lourenço a partir do ano de 2017.

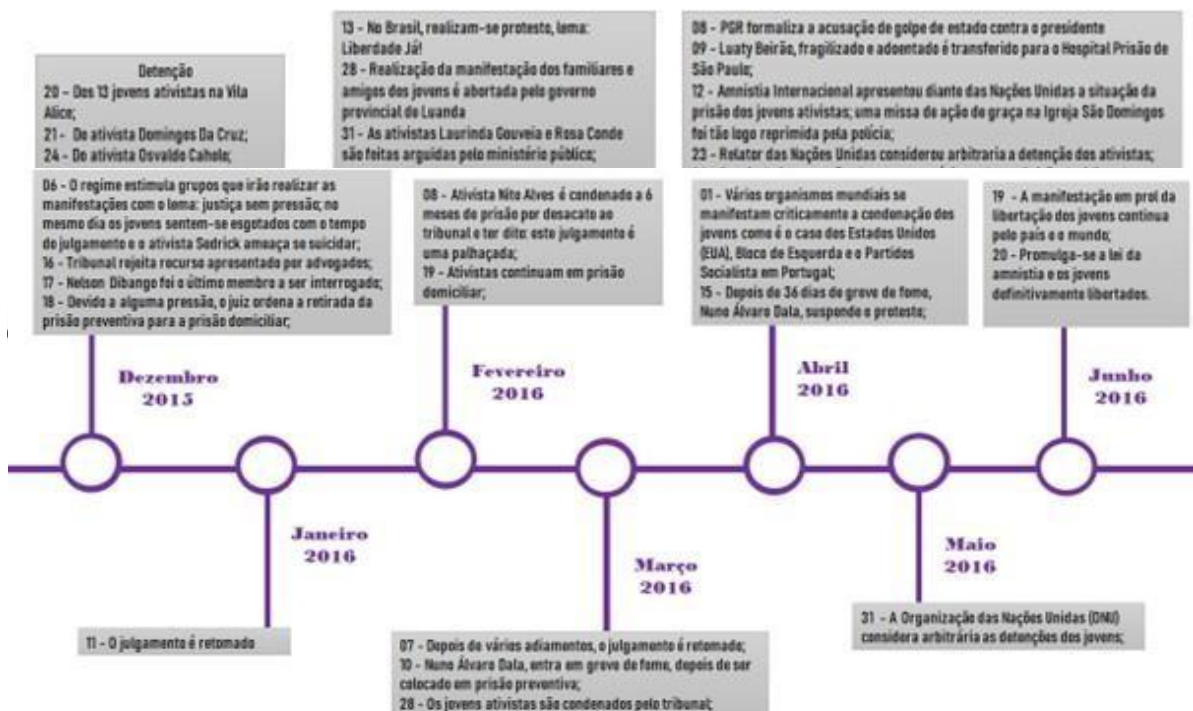
6 DOS 15+2 (DUAS) AOS NOVOS ATIVISMOS: DEBATES EM TORNO DA PRESUMÍVEL DEMOCRACIA

6.1 O movimento dos 15+2 (duas) a partir das mídias: as disputas de narrativas durante e depois do processo

A seguir, pretendemos recuperar como o movimento do 15+2 (duas) foi representado na mídia, olhando a partir dos jornais e procurando mostrar como estes veículos de comunicação se tornaram espaços de disputas de narrativas. As memórias construídas oficialmente pelos jornais públicos defendiam os interesses do regime autoritário, enquanto os jornais privados engajavam-se em defender uma memória dos jovens diante da detenção injusta, bem como a salvaguarda das suas vidas. Estes jornais acabaram por construir a “história dos vindo de baixo”, nas palavras de Thompson (1981).

O texto segue dois momentos importantes, sendo que, no primeiro, traçamos os principais acontecimentos que marcaram o processo do movimento dos 15+2 (duas). Mostramos, nesse caso, a evolução histórica do processo dos jovens do movimento dos 15+2 (duas) desde a detenção, julgamento, condenação e libertação no âmbito da lei sobre anistia, aprovada em 20 de julho de 2016 pela Assembleia Nacional da República de Angola. A (re)construção da abordagem histórica foi feita com base nas notícias divulgadas pelos jornais públicos, privados e blogs, como o a Central Angola, como fica visível nos quadros dispostos a seguir, em que fizemos um certo mapeamento dos principais eventos que marcaram o processo de junho de 2015 a Julho de 2016, entrando para o campo de uma relativa memória política.

Figura 17 – Os principais acontecimentos do movimento dos 15+2 (duas)



Fonte: elaborado pelo autor a partir dos jornais públicos como o Jornal de Angola e jornais privados como o Club K, DW África e o Novo Jornal.

No segundo momento, apresentamos os principais descompassos observados na divulgação das notícias por parte dos dois órgãos noticiosos, no caso, os jornais públicos e os privados. Destarte, pretendemos olhar para as narrativas desenvolvidas por estes jornais (mídias) enquanto tecnologias de poder e de construção de subjetividades no seio da sociedade. Tendo em conta as notícias veiculadas nas sociedades contemporâneas, argumentam Kreniski e Aguiar (2011, p. 02): “neste contexto a utilização da imprensa escrita como fonte de estudo através da divulgação e análise do seu discurso se tornou essencial para a compreensão das representações do pensamento e dos imaginários de determinadas épocas”. Há a dimensão da produção do arquivo pelos jornais enquanto espaços de tensão, visto que não existe poder político sem o controle do arquivo (BLANES, 2016). Esse argumento se ancora naquilo que é defendido por Jelin (2002, p. 06) ao dizer que “qualquer momento e lugar, é impossível encontrar uma memória, uma visão e uma interpretação única do passado, compartilhadas por toda uma sociedade”, ou seja, não existe uma versão única e definitiva do passado. As memórias são construídas em função de uma situação vivida e, nem sempre, há uma única versão definitiva do passado. A memória tem uma força produtiva porque se faz *locus* de encontros, cruzamentos e deslocamentos, incluindo-se aí os deslocamentos das significações dominantes

de espaço e tempo, como daquela que encerra experiências sociais em posições estáticas no interior de figurações ou campos culturais pré-definidos (THOMPSON, 1981).

O debate sobre os jornais não deixa de ser memorialístico se visto a partir do arquivo, entendido como “a invocação e sistematização de memórias e factos históricos em função do estabelecimento de uma historiografia concreta, politicamente informada” (BLANES, 2016, p. 72). Neste caso, os jornais atuam como espaços de escrita onde podemos desvendar o social, o político, o econômico, dentro de um período pré-determinado para estudo, e os agentes participantes do processo sociopolítico. Além disso, ainda é possível percebermos seu papel na construção dos imaginários e memórias sobre alguma narrativa histórica (KRENISKI e AGUIAR, 2011). É preciso salientar que o espaço da memória é um espaço de luta política e, não raras vezes, esta luta é concebida em termos da luta “contra o esquecimento”: recordar para não repetir. Nesse ponto, os *slogans* podem ser um tanto complicados: a “memória contra o esquecimento” ou “contra o silêncio” escondem o que é, na verdade, uma oposição entre diferentes memórias rivais, ou seja, cada uma delas com o seu próprio esquecimento (JELIN, 2002).

De forma mais abrangente, os jornais podem ser inseridos também no campo das mídias e, sobre isso, Cruz (2007) assinala que elas assumem um papel relevante no processo de construção social sobre os modos de pensar e agir da sociedade. Elas mostram imagens visuais e, ao mesmo tempo, resultam de imagens sociais, ou seja, estabelecem ligação entre as representações visuais e as construções sociais. Além disso, sedimentam e legitimam práticas sociais concretas, pois dão a ver um mundo social do qual elas próprias emergem. Se quisermos analisar de que forma as mídias, mais especificamente os jornais, funcionam como lugares de construção de memórias na sociedade contemporânea, temos de pensar como se dá a apropriação de um real fragmentado e disperso e a construção de um imaginário que se confunde com o próprio real nas materialidades simbólicas de significação que envolvem o verbal e o não verbal. O poder político, nesse caso, se torna apenas uma dimensão do poder, uma vez que as relações de poder são construídas em uma interação complexa com o controle da comunicação e da informação (CASTELLS, 2015).

O caso do movimento dos 15+2 (duas), ao longo da sua evolução, teve a cobertura midiática da imprensa pública que, de forma tardia, parcial e voltada à construção e manutenção de uma narrativa hegemônica, tinha como escopo, por um lado, salvaguardar os interesses e propósitos da elite política que dominava o poder em Angola por via do partido MPLA e, por outro lado, fazer a limpeza da imagem do estado angolano diante da comunidade internacional, justificando-se como estado de direito e democrático, mesmo diante das evidências do

autoritarismo que havia encarcerado jovens inocentes. As notícias deixam evidente que o referido jornal atuava como um instrumento que visava a influenciar a opinião pública nacional e internacional, bem como os tribunais para que, sem qualquer respeito ao direito de presunção da inocência, declarassem os jovens culpados pelo crime de tentativa de golpe de estado contra o presidente da república. É como defende Jelin (2002, p. 06):

Podem-se encontrar momentos ou períodos históricos em que o consenso é maior, em que um "roteiro único" do passado é mais aceito ou mesmo hegemônico. Normalmente, esse roteiro é o que contam os vencedores dos conflitos e das batalhas históricas. Haverá sempre outras histórias, outras memórias e interpretações alternativas, na resistência, no mundo privado, nas «catacumbas». Há uma luta política ativa sobre o significado do que aconteceu, mas também sobre o significado da própria memória.

Ao que tudo indica, o referido jornal só começou a dar voz ao processo a partir do momento em que o caso passou a ter alguma repercussão internacional com organizações não governamentais nacionais e internacionais a protestarem em todo os países, como os da União Europeia (incluindo o Parlamento Europeu) e Estados Unidos da América, que pressionaram o estado angolano a soltar os jovens com o argumento de eles serem inocentes, pois aquilo feria os princípios do estado de direito e democrático. O Jornal constituiu a comissão de jornalistas e analistas jurídicos que deviam acompanhar com alguma meticulosidade os passos do julgamento e construir uma narrativa hegemônica que interferisse na opinião pública. Entre os jornalistas, destacamos Arcângela Rodrigues, Antônio de Andrade, André Costa, Cláudia Muhatili, Filomeno Manaças, Kumuenho Da Rosa, José Ribeiro e, algumas vezes, aparecia a nota do editor. O primeiro artigo divulgado pelo Jornal de Angola data de 12 de outubro de 2015, ou seja, surgiu três meses após a detenção dos jovens do movimento dos 15+2 (duas) e com um título polêmico: “Processo-crime contra atos de rebelião: acusados aguardam julgamento”.

O jornal, no início, anunciou que “os arguidos planejavam, segundo a acusação, levar a cabo ações tendentes a substituir os órgãos de soberania legitimamente instituídos e formar de acordo com as suas convicções, um governo de salvação nacional e elaborar uma nova Constituição da República” (JORNAL DE ANGOLA, 12 de outubro de 2015). Para quem manteve silêncio durante longos meses após o momento da detenção dos jovens, ficou óbvio que havia uma agenda política comandada pelo general António José Maria, conhecido por “Zé Maria”, antigo chefe do SISM⁹⁹, pelo general Manuel Hélder Vieira Dias, conhecido por

⁹⁹ Serviço de Inteligência Militar.

“Kopelipa”, ministro de Estado e chefe da Casa Militar de Angola, SINSE¹⁰⁰, e pelo GRECIMA¹⁰¹, os quais ditavam orientações para a concepção e execução de uma linha editorial que tinha como objetivo salvaguardar a imagem do sistema, acusar e condenar os jovens envolvidos no processo. Eles asseveravam, por via do Ministério Público, que “os mentores do plano de substituir os órgãos do estado legitimamente instituídos inspiravam-se nas chamadas “Primaveras árabes” que ocorreram no norte de África e que lançaram países como a Tunísia Egito e a Líbia em guerras sangrentas com futuro incerto” (JORNAL DE ANGOLA, 12 de outubro de 2015). No dia anterior ao julgamento, A PGR deixou a seguinte informação:

Em declarações recentes à imprensa o vice procurador-geral da República Hélder Pitta Gros confirmou que os indivíduos em causa queriam alterar o quadro político atual quer o presidente da República quer assembleia nacional e portanto houve necessidade de intervenção para não permitir que houvesse uma insurreição porquanto os estudantes não podiam sair para irem às aulas, os trabalhadores para os seus serviços e toda a sociedade era afetada [...] por isso argumentou o magistrado teve essa reação, não para cortar a Liberdade de expressão mas em função dos atos que tinham em vista e que estavam a ser loucamente preparados as consequências de uma eventual rebelião eram incalculáveis isso tinha um efeito de bola de neve inicialmente, podia aparecer que nada acontecia mas na verdade tudo podia acontecer e como se diz mais vale prevenir do que remediar e as tantas não tínhamos como remediar[...] o magistrado confirmou que já havia instruções entre os membros dos grupos estavam a ser dada formações para que fossem para os bairros mobilizar estudantes e trabalhadores para todos saírem à rua: “não sabemos o que podia acontecer de concreto, mas uma coisa certa a ordem e a tranquilidade pública em uma ser seriamente afetadas” [...] Hélder Pitra Gros disse que em Angola as pessoas falam livremente e não existem mecanismos de estado que cortem esta Liberdade [...] não foi por pensarem pela consciência que foram detidos, foram detidos porque estavam preparados que levavam a sublevação do poder instituído. Se fosse por pensamento tinham sido presos muito antes porque toda a gente sabe que as pessoas envolvidas e detida pensavam falavam e escreviam. (COSTA, 2015, p. 05).

Quando ocorreu a montagem do cenário da acusação depois de 90 dias em que os jovens eram mantidos em prisão preventiva sem argumentos ou fatos juridicamente justificáveis, o jornal público, junto ao ministério público, diante da primeira sessão de julgamento, projetou o plano em que os paladinos defendiam piamente a existência da suposta

¹⁰⁰ O Serviço de Inteligência e Segurança de Estado (SINSE) é o serviço de inteligência de Angola, criado em 29 de Novembro de 1975, sob orientação do primeiro Presidente de Angola, António Agostinho Neto. Anteriormente, era conhecido pelo nome de SINFO, que significava: Serviço de Informação do estado angolano (CLUB K, 2010).

¹⁰¹ Significa: Gabinete de Revitalização e Marketing da Administração do Estado angolano. Foi criado em maio de 2012 como órgão auxiliar do ex-Presidente José Eduardo dos Santos e extinto em 2017 pelo atual Presidente de Angola, João Manuel Gonçalves Lourenço (DW ÁFRICA, 2021).

tentativa de golpe de estado contra o presidente José Eduardo dos Santos, derivando na seguinte notícia do dia 17 de novembro de 2015, escrita por André Costa e Cláudia Muhatili (2015, p. 07):

Pedro de Carvalho, magistrado do Ministério público, leu o despacho de acusação e diz que os 17 réus foram detidos em flagrante delito por elementos da investigação criminal quando se encontravam reunidos na livraria Kiazele, na Vila Alice, em Luanda numa sessão de formação de ativistas, com vista à preparação de ações para alteração do poder político em Angola. O objetivo principal era a destituição do presidente da República e de outros órgãos de soberania. A acusação referiu que os réus tiveram a primeira sessão de formação no dia 16 de Maio de 2015, às 13h00 na livraria Kiazele, ao que se seguiram outras seções. A grande maioria dos réus foi detida em flagrante delito por elementos dos serviços de investigação criminal, Domingos da Cruz foi preso no dia 21 de junho na localidade de Santa Clara, no Cunene quando pretendia transpor a Fronteira com a Namíbia, e em sua Posse estavam dois passaportes nacionais com visto de turismo para os Estados Unidos. Outro réu, Osvaldo Caholo, tenente das FAA, foi detido no dia 24 de junho mediante competente mandato de captura. Segundo o Ministério Público, as seções do curso de formação de ativistas para formadores eram realizadas aos sábados entre as 13horas e 17 horas e tiveram início no dia 16 de maio com a duração de 3 meses. O curso era realizado com base numa suposta obra de Domingos da Cruz com o título ferramentas para destruir o ditador e evitar nova ditadura: filosofia da libertação de Angola. Trata-se de uma obra de adaptação a gene Sharp. O livro de domingos da Cruz ensina como desencadear sons de raiva, revolta e revolução para o fim da tirania, queda do ditador através de manifestações generalizadas, greves e desobediência civil [...] tem ainda a finalidade de criar descontentamento generalizado da população e levar a desobediência coletiva para destituir o presidente da República que chamavam de ditador. O curso foi organizado por domingos da Cruz, Nuno Álvaro Dala, Luaty Beirão, Afonso Matias cuja formação tinha participação de Manuel Nito Alves e demais elementos do grupo. Os arguidos pretendiam formar formadores para mobilizar e inculcar nas massas populares ideias para desacreditar o Executivo e o Chefe do Executivo e consequentemente aderirem as manifestações, as greves e a desobediência civil planejando realizar ações com vista a destituição do governo e dos órgãos de soberania.

A narrativa produzida no momento precisava de maior e mais fundamentação para convencer a opinião pública. Sendo assim, para consolidar os argumentos acusatórios, o jornal reproduziu a narrativa do Ministério Público, que apontou nos autos a ideia de que os jovens tinham feito concertos, inclusive, com partidos políticos da oposição, como é o caso da UNITA, para a realização da intentona:

Em maio do dia 6, os arguidos Inocêncio de Brito, Nito Alves e outros membros se reuniram defronte da administração de Viana para tratarem de aspectos preparatórios de destituição do poder político. Com o mesmo

propósito, reuniram-se com o secretário-geral da JURA¹⁰² Ali Mango, no complexo do Sovismo acompanhado por Benedito Aurélio da UNITA. A partir daqueles encontros de concertação foi amadurecida a ideia de que passariam a se reunir regularmente aos sábados durante 3 meses com finalidade de preparar as ações e as estratégias que conduziriam a destituição do poder político em Angola. [...] isto seria conseguido com recurso a manifestações defronte ao Palácio presidencial, exigindo a admissão do presidente da República com a colocação de barricadas e queima de pneus nas ruas de Luanda com realce no aeroporto 4 de fevereiro. Outros indivíduos seguiriam em direção ao Palácio presidencial com mulheres e crianças com lenços brancos esperando serem seguidos por grupos de todo o país para destituir o presidente da República. Os arguidos previam igualmente estabelecer um eixo para a diplomacia, colhendo as experiências dos revolucionários da Tunísia Burkina Fasso. [...] os arguidos planejavam, após a destituição do órgão de soberania legitimamente instituídos, formar o que denominaram governo de salvação nacional e elaborar uma nova Constituição da República. (COSTA; MUHATILI, 2015, p. 07).

Se, de um lado, existia o discurso condenatório contra os ativistas, do outro, estava a maquiagem feita pelo Jornal de Angola, que reafirmava a posição de Angola enquanto país democrático e de direito mesmo diante de violações sistemáticas e voluntárias dos direitos humanos infligidas aos cidadãos que reivindicavam os seus direitos, além da verdadeira democracia. O caso da detenção ilegal dos ativistas do movimento dos 15+2 (duas) e o excesso da prisão preventiva era exemplar neste quesito. Todavia, o Jornal defendia:

Angola é um estado democrático de direito e onde a separação de poderes é um dado inequívoco, devendo pois deixar-se aos tribunais a responsabilidade de julgar seus indivíduos se são ou não culpados da acusação que é imputada [...] é preciso valorizar a democracia o estado de direito; democracia não é apenas o direito à Liberdade de opinião e de expressão, a democracia não é apenas realizar eleições, não é apenas ter representação política no parlamento e fazer oposição obstrutiva desvalorizando todos os atos do executivo. Não é apenas ter uma comunicação social plural. É respeitar regras do estado de direito, e não exige cegamente que a instituição da presidência da República se imiscua naquilo que são as esferas de competência dos poderes judiciais e legislativo. (MANAÇAS, 2015, p. 04).

Em março de 2015, foi publicado o relatório dos direitos humanos pelo Observatório para a Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos com o título “Angola: querem manter-nos vulneráveis. Defensores dos direitos humanos sob pressão. Relatório da missão de apuramento de factos”. Alertadas pelos relatórios de várias organizações não-governamentais (ONGs), nomeadamente a Associação Justiça Paz e Democracia (AJPD) e a organização membro da Federação Internacional dos Direitos Humanos (FIDH), sobre as violações

¹⁰² JURA: Juventude Unida Revolucionária de Angola. É o braço juvenil do maior partido da oposição angolana, UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola)

recorrentes dos direitos dos defensores dos direitos humanos em Angola, a FIDH e a Organização Mundial Contra a Tortura (OMCT) decidiram enviar uma missão de investigação internacional a este país no enquadramento do seu programa: Observatório para a Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos. O relatório foi divulgado com todo o histórico de autoritarismo praticado pelo estado angolano desde o ano de 2011 até março de 2015, porém não teve qualquer impacto ao nível da ação do governo (Observatório para a Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos, 2015).

Em 12 de outubro de 2015, a Embaixada dos Estados Unidos em Angola e São Tomé e Príncipe divulgou um Relatório dos Direitos Humanos com elementos importantes para o estado angolano. O relatório demonstrou que as três violações dos direitos humanos mais importantes foram a punição cruel, excessiva e degradante, incluindo casos divulgados de tortura e espancamento, bem como restrições à liberdade de reunião, associação, expressão e imprensa e, ainda, a corrupção e impunidade das autoridades. Entre outras violações dos direitos humanos, incluíam-se a privação arbitrária ou ilegal da vida; duras condições prisionais, envolvendo potencial de risco de vida; prisão e detenção arbitrárias; prisão preventiva prolongada; impunidade dos infratores dos direitos humanos; não-instauração de processo judicial e ineficácia judicial; expulsões forçadas sem compensação; restrições às organizações não-governamentais (ONGs); tráfico de pessoas; restrições aos direitos dos trabalhadores e trabalho forçado. As forças de segurança reagiram duramente e, por vezes, de forma violenta às manifestações públicas contra as políticas do governo. Vários meios de comunicação social e ONGs divulgaram que as forças policiais espancaram manifestantes por todo o país. A presença visível das forças de segurança era suficiente para impedir, efetivamente, a realização de manifestações consideradas ilegais pelo governo. As autoridades afirmaram que muitas das manifestações públicas eram organizadas por agitadores conhecidos, cujo objetivo era apenas criar instabilidade social. Em 8 de Agosto de 2015, um grupo de jovens ativistas tentou fazer uma manifestação contra a detenção de quinze ativistas políticos detidos em junho. As forças de segurança detiveram três jornalistas que faziam a cobertura da manifestação, confiscaram-lhes o equipamento e detiveram-nos durante várias horas sem qualquer acusação ou explicação. No dia 15 de setembro de 2015, durante uma manifestação contra as políticas de detenção, o jovem ativista Raul Mandela foi brutalmente espancado por membros da polícia da província de Luanda (RELATÓRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2015).

O estado angolano, após verificar esses documentos e saber da expansão de informações sobre o assunto ao nível internacional, percebeu o escândalo que a detenção arbitrária dos jovens do movimento dos 15+2 (duas) causou e foi em busca da imprensa

pública e de colaboradores para defender a imagem do país ao nível interno e externo. No dia 30 de outubro de 2015, o Jornal de Angola trouxe à baila o debate na TVI¹⁰³¹⁰⁵ entre o jornalista e ativista dos direitos humanos em Angola, Rafael Marques, e o antigo ministro dos negócios estrangeiros de Portugal. O ativista defendeu que o caso Luaty Beirão, referindo-se ao grupo dos 15+2 (duas), tinha sido uma fabricação do sistema de justiça angolano e, em resposta,

Antônio Martins da Cruz defendeu que

[...] o fato de o procurador da República receber instruções do presidente da República, nada tem a ver com a Independência do poder judicial. [...] há vários países tão democratas como as outras democracias, em que o chefe de estado dá instruções ao Ministério Público e um destes casos é precisamente nos Estados Unidos (Jornal de Angola, 30 de outubro de 2015).

No dia 07 de novembro de 2015, o Jornal de Angola reportou outro debate ocorrido em Portugal, no canal RTP, entre o escritor José Eduardo Agualusa e o embaixador itinerante Antônio Luvualo de Carvalho para, em seguida, fazer uma crítica. Longe de conseguir a diabolização da ação de Angola e dos seus dignatários, a diligência da RTP, órgão público português que se associou à propaganda de guerra a favor de Jonas Savimbi, apenas confirmou o que já se sabia, ou seja, que não se podia contar com Portugal para a construção de sólidas relações enquanto ali persistissem ambições neocolonialistas e revanchistas (MANAÇAS, 2015). Enquanto durava esta luta travada pelo Jornal Público, o estado, por via da sociedade civil, com agenda do partido dominante, realizava a marcha solidária sem qualquer impedimento ou represália e cujo lema era: justiça sem pressão. O Jornal de Angola asseverava que:

Justiça sem pressão foi o lema da marcha de solidariedade realizada ontem em Luanda pela sociedade civil. Com início na cidadela desportiva, a marcha percorreu várias artérias de Luanda e terminou no campo do Felício, no bairro Prenda. Emanuel Dias explicou que o invento visou apoiar as instituições judiciais angolana e chamaram a atenção a certos círculos estrangeiros que insistem em se intrometer nos assuntos internos do país denegrindo as instituições democráticas do estado. O país tem normas, por isso, os jovens devem ser os primeiros a dar exemplos no cumprimento das leis. (MANAÇAS, 2015, p. 04).

O nosso estudo, ao investigar mais notícias do Jornal de Angola sobre o movimento

¹⁰³ Significa Televisão Independente de Portugal.

dos 15+2 (duas), percebeu que a última notícia foi divulgada no dia 02 de abril de 2016, quando o caso se tinha arrastado até o mês de junho de 2016, altura em que os jovens foram libertados por conta da promulgação da lei da anistia.

Os jornais privados desenvolveram um discurso contra-hegemônico, diferentemente do jornal público “Jornal de Angola”, sobre o processo, no sentido de mediatizar a detenção arbitrária dos jovens, bem como de evitar que pudessem, no momento, perpetrar mais um ato de violação de direitos humanos pelo regime. Estes jornais fizeram o acompanhamento minucioso do caso, ajudando não só a proteger a vida dos jovens, mas também a denunciar o quanto se tinha instalado em Angola um regime autoritário que impedia o exercício dos direitos humanos. Como diz Blanes (2016, p. 76):

Nos cinco anos que mediam entre essa gênese e o dia de hoje, muitos dos membros do movimento foram perseguidos, torturados, ameaçados, presos e mesmo assassinados. Outros ativistas foram alvo de tentativas de cooptação ou corrupção. Um momento particularmente marcante desse processo de contestação deu-se em 2015, quando 17 ativistas Revús foram presos e acusados de tentativa de golpe de Estado. A prisão dos chamados “15+2” teve o condão de tornar mais visível e internacionalizar o movimento Revú, graças ao envolvimento de entidades políticas e organizações internacionais na sua defesa e na acusação contra o Estado por violação dos direitos humanos.

Neste particular da pesquisa, buscamos olhar para os textos dos jornais privados, tais como o “Club K”, o “DW África”, o “Novo Jornal” e o *site* “*Front Line Defenders*”, para entender a estrutura discursiva das suas notícias. Estes canais de notícias começaram a divulgar informações sobre a detenção dos jovens a partir do dia 24 de junho de 2015, utilizando uma linguagem de “defensores de direitos humanos” (FRONT LINE DEFENDERS, 2015).

Enquanto o jornal público fazia recurso à linguagem acusatória de que os jovens foram detidos em flagrante delito, os jornais privados noticiavam seguindo a lógica jurídica da presunção da inocência e afirmando que os 15 defensores de direitos humanos foram presos por estarem supostamente preparando um golpe de estado para derrubar o Presidente José Eduardo dos Santos e agora eles estão aguardando ser intimados para comparecer perante o Tribunal Provincial de Luanda. Na sequência, afirmaram que as acusações específicas contra eles permanecem desconhecidas. Acredita-se que os detidos poderão enfrentar acusações de rebelião por estarem supostamente realizando atos que possam prejudicar a ordem pública e a segurança do país.

Há contornos do processo que foram divulgados enquanto os jovens se encontravam detidos sem que os julgamentos fossem iniciados, como é o caso da greve de fome que teve início no dia 21 de setembro de 2015, momento em que os jovens decidiram demonstrar o

quanto estavam desgastados com o excesso de prisão preventiva cometido pelo sistema de justiça. E foi neste cenário que se midiaticizou a situação de Luaty Beirão:

Em 9 de outubro de 2015, aproximadamente às 14 horas, o defensor de direitos humanos, o Sr. Luaty Beirão, foi transferido da prisão de Calomboloca para o Hospital Prisão de São Paulo, em Luanda, Angola, depois de sua saúde ter deteriorado na sequência de 19 dias em greve de fome. Luaty Beirão permanece no hospital e sua situação é crítica; o defensor dos direitos humanos tem perdido muito peso e ele tem sentido uma severa dor de estômago. Ele já havia sido levado para o mesmo Hospital Prisão na sexta-feira, dia 02 de outubro de 2015, mas foi transferido de volta no mesmo fim de semana para a prisão Calomboloca sem ter sido submetido a um exame médico completo. Luaty Beirão está sendo arbitrariamente mantido em prisão preventiva há mais de 100 dias após a sua detenção em Junho de 2015. (FRONT LINE DEFENDERS, 2015).

Para os jornais públicos, houve tentativa de golpe de estado, mas o CLUB K assegurou que aquilo tinha sido um “falso golpe militar” que tinha por detrás a participação de militares, nomeadamente os generais que eram “testas de ferro” do presidente José Eduardo dos Santos. O jornalista José Gama, em 2019, mesmo depois dos acontecimentos, desmascarou o embuste, afirmando que o caso do movimento dos 15+2 (duas) tinha sido um falso golpe militar. No relato, o jornalista asseverou:

Em junho de 2015, o general Antônio José Maria, na altura Serviço de Inteligência e Segurança Militar (SISM), convenceu o ex-Presidente José Eduardo dos Santos com a falsa informação de que estaria em curso, em Luanda, preparativos para um suposto “golpe de Estado”, visando a sua destituição. Para neutralização do falso “golpe de Estado”, o general contou com um especialista do SIC, João Pedro que a 20 de junho daquele ano comandou, no terreno (bairro Vila Alice), a operação de detenção – sem mandado de captura – de um grupo de jovens que ficou conhecido por “15+2”. Para a parte legal da neutralização do falso “golpe”, o general contou com os préstimos do Vice PGR, Luciano Chaca, que seria depois agraciado (entre os dias 6 e 7 de agosto) com uma consulta médica, na capital portuguesa, por conta do Estado. (CLUB K, 2019).

O julgamento foi visto como uma “palhaçada”, termo usado por um dos membros do processo, Nito Alves, para definir a forma como os colaboradores dos generais Antônio José Maria, conhecido por “Zé Maria”¹⁰⁴, e o general Manuel Hélder Vieira Dias, conhecido por “Kopelipa”, controlavam o funcionamento do julgamento desde o início até o fim:

Na fase do julgamento, o general montou numa das salas, do Tribunal do Benfica, em Luanda, um “gabinete operacional” que era acompanhado por

¹⁰⁴ Serviço de Inteligência Militar.

sete operativos da secreta militar encabeçados pelo brigadeiro Fula Neto. O Brigadeiro Fula Neto era o oficial que naqueles anos se destacava como o operacional do SISM para as questões do “Movimento Revolucionário”, ao contrário do tenente-general Filomeno Peres Afonso “Filó” que era para missões sensíveis como foi a execução de Isaías Cassule, descrita, em tribunal, pelo recluso Júnior Maurício “Tcheú”. (CLUB K, 2019).

Enquanto esta informação era veiculada, os jovens, por meio de *lives* no *Youtube*, já depois de encerrado o processo do movimento dos 15+2 (duas), discutiam sobre a situação do movimento para dizer o seguinte sobre ele:

As razões que levaram diversos jovens a reunirem regularmente para o fim acima exposto traduziam-se em inúmeros factos que demonstravam que, se os Angolanos e Angolanas pretendiam realizar-se como Povo, havia necessidade de Angola ser libertada da ditadura de José Eduardo dos Santos (JES) e, igualmente, uma vez o MPLA apeado do poder, impedir que outra ditadura fosse instalada [...] quando Angola caminhava para a compleição do seu 40º aniversário de Independência, o País estava num marasmo civilizacional marcado pela violência política, pela governação sem projeto, pela má governação, pela corrupção, pelo saque desbragado do erário, pelo nepotismo e pelo tráfico de influências. Os Angolanos e Angolanas continuavam a ser vítimas de uma educação desafricanizadora e promotora da mediocridade e de uma máquina económica que reproduzia e ampliava as desigualdades sociais. Mais do que isto, também continuavam a ser vítimas de uma oposição política sem projeto. Em 2015, Angola estava numa crise total. (SAMUSSUKO, 2020).

Estes jornais produziram arquivos do movimento “Revú”, tendo em conta a construção de uma narrativa epistemológica fora da lógica do poder. Acerca disso, Blanes (2016, p. 80) escreve:

Em primeiro lugar, na tentativa de recuperação de antecedentes, isto é, de acontecimentos e movimentos prévios que permitem entender que os Revús não apareceram “do nada”, e que existe um contexto político, social e moral de legitimação do movimento. E em segundo lugar, no reforço de um “olhar arquivístico subalterno” que combate aquilo que chamei noutra parte de “progressivo encolher” dos materiais históricos disponíveis em Angola, a promoção estatal de uma historiografia que não admite qualquer conceito de pluralidade ou sequer debate.

Sedrick de Carvalho, um dos membros do processo do movimento dos 15+2 (duas), que escreveu o seu livro de memórias intitulado “Prisão Política”, registrou que 15 jovens e duas jovens foram detidos, julgados e condenados injustamente em um processo político: “É importante para que não haja deturpação da história no futuro, para que sirva de fonte de pesquisas sobre o processo e para que se perceba como o poder político utilizou o poder judicial. Mas para que também se saiba que resistimos” (DW ÁFRICA, 2021). Portanto, trata-se da

construção de um “arquivo subalterno e a partir do qual se constroem as referidas cronologias: desde materiais audiovisuais (fotos, vídeos) a documentos (de ordem jurídica ou quase-jurídica), testemunhos (orais, escritos, audiovisuais) e, também, os próprios eventos que descrevemos na cronologia abaixo” (BLANES, 2016, p. 79). O trabalho desenvolvido por estes jornais foi o de salvaguardar a memória dos acontecimentos.

Em relação às redes sociais, Samussuku faz um diagnóstico genealógico do conceito “Revú”, dizendo:

Primeiro a média começou a chamar Movimento de Jovens Universitários; Movimento dos Jovens Estudantes. Depois aumentaram lá revolucionários. Depois surgiu um nome, não, até o Movimento Revolucionário surgiu depois. Antes surgiu a Central que está ligada a manifestação do dia 02 de Abril cujo objetivo era registrar tudo o que os jovens faziam. Foi Aline Frazão que tinha sugerido a ideia de criar um arquivo, através da construção de uma página e um blogue da Central Angola¹⁰⁵ que atuava como instrumento de denúncia. (SAMUSSUKO, 2022).

Na verdade, os meios digitais foram utilizados antes, durante e depois da detenção dos jovens. Portanto, pela via das ferramentas digitais, edições caseiras e redes sociais, os ativistas improvisaram, criaram oportunidades de conscientização, visibilidade, reconhecimento e apoio dentro e fora do país. Destarte, esses “movimentos sociais criam um espaço público, de deliberação, político, para ensaio da soberania, híbrido entre as redes sociais da internet e a ocupação do espaço público, onde a autonomia da comunicação é essencial” (CASTELLS, 2013, p. 29). Tal como tinha acontecido em outras partes do continente africano, as ondas de protestos estavam ligadas ao papel das redes de jovens, caracterizadas pelas suas ligações transnacionais, pela utilização da Internet (redes sociais) como uma ferramenta de mobilização e combinação de exigências materiais e políticas.

O efeito do ativismo em torno do 15+2 (duas) que apareceu no ano de 2015 tornou as demandas dos “Revú” ainda mais visíveis, e a tentativa do governo de pará-los com a detenção e consequente prisão teve o efeito inverso, difundindo ainda mais as motivações e ações do grupo. Os recursos mais recorrentes entre eles, as práticas de protesto, advinham das habilidades com as tecnologias digitais e com as linguagens comunicacionais. Na verdade, os atos de fotografar, filmar, cantar, desenhar, pintar, escrever, atuar, editar, compartilhar e publicar, com a intenção de responder, denunciar, informar e agir politicamente foram, até então, práticas

¹⁰⁵ Site que surgiu como espaço de comunicação pública dos jovens que organizaram a manifestação pela liberdade de expressão em Angola no dia 02 de Abril de 2011, na sequência do que aconteceu no Largo da Independência no dia 07 de Março de 2011.

comuns que demarcaram uma tensão entre formas geracionais distintas de atuação política entre os “Revú” e o governo. Isso demonstrou que, em tal formato de ativismo e protesto, as agências individuais e coletivas são mais barulhentas, difusas e fluidas, mais dinâmicas e imprevisíveis, e pouco preocupadas com a técnica e a linguagem formal de apresentação ou com a racionalidade, a hierarquia e a clareza das formas comunicativas (MARCON, 2019).

A seguir, nos debruçaremos sobre os 15+2 (duas), tendo como marco temporal o período pós-prisão, altura em que encetavam novas formas de luta contra novas formas de autoritarismo criadas com o mandato do presidente João Manuel Gonçalves Lourenço (2017-2022).

6.2 Os movimentos ativistas nos pós-15+2 (duas): lutando contra novas formas de autoritarismo

O ano de 2017 foi emblemático para os angolanos pelo fato de no dia 23 de agosto terem se realizado as eleições gerais que elegeram o presidente João Manuel Gonçalves Lourenço com 64% de votos (a UNITA teve 24% dos votos e a CASA-CE, 8,5%), em substituição ao antigo presidente José Eduardo dos Santos, que continuou a chefiar o partido até 2018, tendo ficado à frente do Estado angolano por mais de 40 anos. O político de 63 anos de idade que também é general na reserva (esta situação passou a ser importante para compreender sua personalidade no agir político, enquanto chefe de Estado) e ex-ministro da Defesa, tomou posse no dia 26 de setembro de 2017, no Memorial António Agostinho Neto, evento que contou com chefes de Estado e de governo e centenas de convidados nacionais e internacionais. Durante a tomada de posse, proferiu um discurso de quase meia hora que, em diálogo com o Manifesto utilizado durante a Campanha Eleitoral que tinha como lema: “Corrigir o que está mal e melhorar o que está bem”, reiterou variados compromissos com a nação angolana, afirmando que seria o presidente de todos os angolanos. De modo específico, seguem algumas linhas fundamentais do discurso:

- Governar com base na constituição e nas leis de Angola;
- Combater aos crimes e ilicitudes econômicas, desde a corrupção, branqueamento e fuga de capitais;
- Fortalecer e modernizar as Forças Armadas e os Serviços de Inteligência e Segurança do Estado, mediante a valorização dos recursos humanos, equipamentos e infraestruturas;
- Promover o desenvolvimento de uma sociedade democrática, participativa e socialmente estável, passível de construir um ambiente aberto ao diálogo e de sã convivência entre os cidadãos, sem discriminações;
- Fomentar governação inclusiva, que apele à participação de todos os angolanos;
- Combater a pobreza mediante a garantia da segurança alimentar, melhoria dos níveis de nutrição, promoção da agricultura sustentável;

Assegurar o acesso de todos a uma educação de qualidade sem discriminação, promover as possibilidades de aprendizagem, a igualdade do gênero e uma atenção especial à autonomia das mulheres;
 Garantir o acesso de todos à água potável e saneamento básico, asseguramento de uma gestão sustentável dos recursos hídricos, construção de infraestruturas duradouras e lutar contra as alterações climáticas e suas repercussões. (Manifesto político do MPLA de 2017).

João Lourenço assumiu o governo de um país mergulhado em uma séria crise econômica e social provocada pelo seu partido, o MPLA, tendo o desafio de manter a estabilidade política, fazer a reforma do Estado, consolidar a economia de mercado e recuperar o crescimento econômico-financeiro do segundo maior produtor de petróleo da África. Essas ações teriam que acontecer no âmbito da “renovação e transformação na continuidade”, ou seja, com e dentro do seu partido. Com efeito, ele desenvolveu vários projetos, como o combate à corrupção: a “Operação Transparência” e a “Operação Resgate”, iniciada e executada a partir do ano de 2018. Todavia, logo no primeiro mandato, o presidente João Lourenço passou a perceber alguma pressão no interior do seu próprio partido (MPLA), que despontou uma espécie de ativismo da parte de antigos governantes leais ao presidente anterior, os quais se sentiam lesados com o combate à corrupção ou ainda daqueles que tinham sido exonerados do cargo, como o caso dos generais, parte da elite neopatrimonialista que tinha sido criada pelo antigo presidente José Eduardo dos Santos. Para se ter uma ideia, as exonerações, desencadeadas juntamente com a oratória do combate à corrupção, implicavam a destruição do “ninho de marimbomdos”, tal como ele defendeu na conferência de imprensa no Palácio de Belém, em Lisboa, Portugal, em 22 de novembro de 2018:

Quando nos propusemos a combater a corrupção em Angola, tínhamos noção de que precisávamos ter muita coragem, sabíamos que estávamos a mexer no ninho do marimbondo, que é a designação, numa das nossas línguas nacionais, do terminal da vespa [...] é preciso destruir o ninho do marimbondo. (JORNAL VOZ DA AMÉRICA, 2018).

Nesse mesmo momento, certo jornalista perguntou a ele se estava a “brincar com fogo”, e o presidente respondeu: “O fogo queima, importante é mantê-lo sob controlo, não deixar que ele se alastre e acabe por se transformar num grande incêndio”.

Ao mesmo tempo, o novo presidente afastou influências “tóxicas” e passou a responsabilizar e a exonerar alguns intocáveis da dinastia dos Santos, como os filhos de José Eduardo dos Santos – Isabel dos Santos, do cargo de presidente do Conselho de Administração

da Sonangol, e José Filomeno dos Santos¹⁰⁶, da presidência do Fundo Soberano de Angola –, bem como a implementar a cessação do contrato com a Semba Comunicação, cujos sócios eram também dois filhos do anterior presidente. Referimos, ainda, que Filomeno dos Santos foi levado à justiça, acusado de crimes econômicos, tendo ficado em prisão preventiva desde 24 de setembro de 2018 até sua libertação em março de 2019. Destacamos, também, o afastamento de Welwitschia dos Santos (Tchizé dos Santos) de membro do Comitê Central do MPLA, decisão aprovada pelo novo Bureau Político em 21 de novembro de 2019, bem como sua suspensão da condição de militante por dois anos. Ademais, a filha do ex-presidente já tinha sido afastada do cargo de deputada por má conduta e por agir contra a disciplina partidária. Essa política de afastamento dos Santos do epicentro do poder mostrou-se, no entanto, um pouco espinhosa devido à existência de defensores da família do ex-presidente dentro do próprio MPLA, o que se somou à pouca popularidade do novo presidente face à opinião pública.

Em novembro de 2017, o presidente exonerou o comandante-geral da polícia nacional, Ambrósio de Lemos, e o chefe da segurança militar, o general António José Maria. Em 2018, demitiu três oficiais gerais: Leopoldino Fragoso do Nascimento, “Dino”, que ocupava o cargo de consultor do ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança do Presidente da República, o general Henrique Futy, do cargo de assessor do chefe da Casa Militar do Presidente da República, e o tenente-general Fernando de Brito Teixeira de Sousa e Andrade, do cargo de consultor do Ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança (Jornal DW África, 2018). Ainda exonerou do cargo o ministro dos Transportes Augusto Tomás, acusado de corrupção no processo Conselho de Carregadores¹⁰⁷. Pouco depois da tomada de posse, JL surpreendeu com uma lista de exonerações em diversas áreas estratégicas do Estado que foram desde a área militar e de segurança, com a exoneração das chefias da polícia e de oficiais gerais das forças armadas, passando pela Banca Nacional (Banco Nacional de Angola) até atingir o setor petrolífero (Sonangol) e dos diamantes (Endiama), sem perder de vista a comunicação social (TPA, RNA, Edições Novembro e Angop). O presidente mudou mais da metade dos

¹⁰⁶ O império de Isabel dos Santos começou a desmoronar depois que seu pai se aposentou do cargo. Seus bens foram congelados e ela foi acusada de peculato e lavagem de dinheiro. A Forbes a removeu do *ranking* de bilionários em 2021. Além disso, um tribunal de arbitragem internacional ordenou que ela devolvesse, em julho de 2021, suas ações da empresa portuguesa de energia Galp, avaliadas em US\$ 500 milhões. Isabel dos Santos negou qualquer irregularidade e se defendeu de todas as acusações, dizendo que eram politicamente motivadas (DOLAN, 2022). Em 2020, o Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos divulgou documentos que ficaram conhecidos como “Luanda Leaks”, os quais mostravam que Isabel dos Santos, ao deixar a Sonangol aprovou US\$ 58 milhões (cerca de R\$ 244 milhões) em pagamentos suspeitos para uma empresa de consultoria em Dubai chamada *Matter Business Solutions* (BBC Panorama, 2020).

¹⁰⁷ O julgamento havia começado em 31 de maio, quando o Ministério Público (MP) acusou Augusto Tomás de apropriação ilícita de mais de 1,4 milhão de kwanzas, de 40 milhões de dólares e de 13 milhões de euros do CNC (Jornal de Angola, 2019).

governadores provinciais (ALMEIDA, 2021).

Houve quem acreditasse em uma política de continuidade do presidente José Eduardo dos Santos, mas o presidente João Lourenço decidiu fazer seu próprio legado, assumindo o poder do partido MPLA e rompendo com a suposta “bicefalia” ou a existência de duas alas que dividiam “lourencistas” e “eduardistas”. Em uma transição considerada “pacífica” pelo antigo presidente José Eduardo dos Santos, no dia 11 de março de 2016, durante a 11ª sessão ordinária do Comitê Central do MPLA, ele havia anunciado que deixaria a vida política ativa em 2018. Por isso, não concorreu como cabeça de lista às eleições gerais de 2017. Diante disso, o vice-presidente do MPLA, João Manuel Gonçalves Lourenço, concorreu como cabeça de lista e foi eleito presidente da República. José Eduardo dos Santos fez questão de sublinhar que seu mandato “regular” na presidência do MPLA só terminaria em 2021 e, por isso, “abandonar a vida política” em 2018 resultou da sua própria vontade.

Foi durante o VI Congresso Extraordinário do MPLA, ocorrido no dia 7 de setembro de 2018, que o Comitê Central do partido aprovou a proposta de candidatura do João Manuel Gonçalves Lourenço, vice-presidente do MPLA, ao cargo de presidente, e ele foi eleito com 98,5% dos votos sem quaisquer candidatos alternativos (Rádio França Internacional, 2018). A assunção do comando do partido reforçou seu poder e possibilitou fazer mudanças significativas, exonerando quase metade dos membros do Bureau Político, entre figuras do *entourage* de Santos, membros históricos e gerais influentes. Entre 2018 e 2019, verificamos um alargamento do Comitê Central (de 363 para 497 membros) e uma nova composição do Bureau Político, na sua maioria jovens considerados próximos a JL e, por conseguinte, o afastamento gradual dos seguidores do ex-líder. Destacamos, ainda, a substituição do pró-Eduardista Álvaro de Boavida Neto por Paulo Pombolo no cargo de secretário-geral do MPLA (ALMEIDA, 2021). Nesta senda, o atual presidente acumulou uma tríade de poderes (chefe de Estado, chefe do Executivo e Presidente do partido), revelando rupturas e continuidades e mostrando-se um presidente que procurou montar um tabuleiro de forças a seu favor para poder governar e deixar o seu legado.

O presidente abriu-se para dialogar com os vários setores da sociedade civil em que estavam os principais ativistas dos movimentos de protestos ocorridos no ano de 2011. Foi assim que, por ocasião do 43º e do 44º aniversário da independência de Angola, JL condecorou personalidades críticas ao regime dos Santos, como o jornalista Rafael Marques, visto anteriormente como “vende pátria” (GUITA, 2019). O presidente reconheceu o 27 de maio de 1977 como uma ferida aberta e mostrou interesse do governo em medidas de reparação às vítimas e suas famílias. Essa política de inclusão passou a abranger também a sociedade civil,

destacando-se o encontro em dezembro de 2018 com críticos da sociedade civil angolana para dialogar sobre a questão dos direitos humanos, como é o caso do *rapper* e ativista Luaty Beirão (NDOMBA, 2018). Em 2017, com a mudança de presidente, após 38 anos de José Eduardo dos Santos, os angolanos sonharam, mais uma vez, com a possibilidade de uma Angola melhor. Essa abertura amainou, de certa forma, a realização dos protestos e os jovens passaram a acreditar em um futuro risonho para Angola (GUITA, 2019).

Apesar das exonerações, verificamos, ainda, uma linha de continuidade na composição do governo de JL, já que vários dos seus atuais ministros eram elementos fortemente ligados ao Executivo anterior e associados à má gestão governamental. Prova disso é que 35,48% da equipe executiva atual (11 ministros) veio reconduzida do governo anterior, tendo o novo presidente eleito cinco secretários de Estado da antiga presidência (16,12% dos atuais ministros) e somente oito novos ministros foram nomeados (ALMEIDA, 2021). Atualmente, percebem-se ventos de continuidade, e o prometido “milagre econômico” ainda se mostra longínquo, já que a governação tem sido encarada com um misto de desencantamento e de expectativa. O país continua mergulhado em uma grave crise econômica, com uma crescente onda de protestos contra o desemprego e uma população ciente de que os privilegiados continuam os mesmos.

Nessa perspectiva, o contexto histórico passou a revelar paradigmas que se aproximavam do modelo governativo autoritário do antigo presidente. A governação de João Lourenço ficou marcada pela arrogância política, pela incompetência, pela instrumentalização política da justiça e partidária da comunicação social. Várias promessas eleitorais, como o combate à corrupção, passaram a ser vistas como seletivas, visto que atacavam sobretudo a família do anterior presidente. Consequentemente, a criação dos 500 mil postos de trabalho não foi concretizada e, por isso mesmo, os jovens ativistas, a partir de 2020, com o agravamento das medidas sanitárias impostas pela COVID, voltaram a mobilizar-se para as manifestações contra o desemprego, o aumento do custo de vida e a marcação das eleições autárquicas. Nessas manifestações, o rosto autoritário e violento do poder voltou a revelar-se com a atuação da polícia, que prendeu, torturou e, inclusive, fez vítimas mortais.

Figura 18 – Manifestação do dia 11 de novembro de 2020



Fonte: Jornal Esquerda (2020)

O cartaz acima é ilustrativo de uma das manifestações realizadas durante o ano de 2020, um período que ficou marcado fundamentalmente pela realização das seguintes manifestações: a de 24 de Outubro de 2020, que exigiu a calendarização das eleições autárquicas, o afastamento de Edeltrudes, o afastamento do presidente da Comissão Nacional Eleitoral e a exigência ao Presidente da República para que criasse condições para resolver os problemas dos cidadãos; a de 11 de novembro de 2020, que reivindicou o fim da ditadura e melhores condições de vida para a população; e a de 21 de novembro de 2020, que solicitou o combate sério e justo à corrupção e à impunidade em Angola. Essas manifestações, como argumentado acima, foram marcadas por detenções arbitrárias, violência da parte da polícia, que usou balas de arma de fogo e de borracha, canhões de água, gás lacrimogêneo e cães contra os manifestantes. Na manifestação do dia 11 de novembro, a polícia espancou severamente dois reconhecidos ativistas ligados ao movimento dos 15+2 (duas), Nito Alves e Laurinda Gouveia, deixando ambos em estado crítico, e prendeu arbitrariamente um terceiro ativista, Luaty Beirão. Nesse mesmo dia, foi morto o jovem ativista Inocêncio de Matos (HUMAN RIGHTS WATCH, 2020).

Figura 19 – funeral de Inocêncio de Matos



Fonte: Jornal Esquerda (2020)

A figura acima ilustra a centena de jovens ativistas que decidiram participar do funeral de Inocêncio de Matos, um jovem estudante do 3º ano de engenharia assassinado pela polícia angolana na manifestação do dia 11 de novembro de 2020. O seu funeral se estendeu por dezessete dias após a sua morte, havendo muita burocracia da parte das instituições do estado. Em virtude desse autoritarismo do estado no ano de 2020 e nos anos subsequentes, a Anistia Internacional publicou o seguinte documento:

Em 2020, durante o auge da pandemia de Covid-19, o direito à manifestação foi cerceado em Angola através do uso de força excessiva e desproporcionada. Entre março e novembro de 2020, a Amnistia Internacional e a OMUNGA, uma organização local, documentaram 11 casos de assassinatos por agentes de segurança do Estado. Destes casos, oito são adolescentes com idades compreendidas entre os 14 e os 17 anos. A morte de adolescentes às mãos das forças de segurança do Estado recorda-nos uma vez mais, dolorosamente, que ninguém deve pagar com a vida simplesmente por exercer o seu direito de reunião pacífica. Até à data, três anos após a morte destas jovens vítimas, apenas duas das forças de segurança do Estado suspeitas da autoria destes crimes foram condenadas. As outras forças de segurança do Estado responsáveis não foram chamadas a prestar contas e as vítimas e as suas famílias não tiveram acesso à justiça e a vias de recurso eficazes. Dos dois agentes da polícia condenados, um cumpre pena de prisão de dois anos e três

meses, enquanto o outro foi condenado a seis anos e seis meses, mas continua foragido. Apesar do relaxamento das medidas da Covid-19, a repressão e o ataque brutal aos manifestantes não diminuíram. Mais mortes foram registadas entre 2021 e 2022. Em janeiro de 2021, dezenas de jovens foram mortos em confrontos entre a polícia e manifestantes no Cafunfo. Em 4 de fevereiro de 2021, um dos organizadores da marcha contra a brutalidade policial foi baleado na perna. Até hoje, vive com uma bala no corpo porque não conseguiu receber cuidados médicos adequados. Como noutros casos, não houve responsabilização. Em agosto de 2022, um grupo de 12 jovens em Benguela foi detido e torturado por agentes de segurança do Estado quando tentava manifestar-se contra os resultados eleitorais¹⁰⁸.

O Executivo angolano continuou avesso às manifestações pacíficas e passou a legitimar apenas organizações não governamentais, tidas como “apêndices” do partido no poder (MPLA), como é o caso da AJAPRAZ, da AMANGOLA, do Movimento Nacional Espontâneo (MNE), do Mova Angola e outras que foram elevadas à categoria de utilidade pública, recebendo, desse modo, fundos do Estado por meio do Orçamento Geral (OGE) (RÁDIO ANGOLA, 2020).

O primeiro mandato da gestão do presidente Lourenço ficou marcado por movimento social e ativismos que passaram a se organizar em pautas e ações que procuravam mudanças sociais de forma mais articulada e nos marcos jurídico-institucionais. Os jovens ativistas procuraram apresentar propostas concretas alternativas às formas de atuação das organizações do Estado, e agendas foram construídas para o fortalecimento da cidadania. Os jovens do processo dos 15+2 (duas), como foi discutido no tópico anterior, depois da prisão, engajaram-se (junto com outros jovens ativistas) na criação das seguintes organizações e agendas: Domingos da Cruz pediu asilo na Escócia, onde aproveitou para fazer seu doutoramento e continuou a exercer o jornalismo e o ativismo por meio do seu portal Observatório da Imprensa; Luaty Beirão passou a ser presidente da mesa da Assembleia da Associação Handeka e continuou a fazer as suas atividades de RAP; Mbanza Hamza optou pelo Pan-africanismo (atualmente, encontra-se na luta pela formação do partido político Angola Primeiro); José Gomes Hata tornou-se presidente da mesa de assembleia do Projeto AGIR e lidera o Movimento de Intervenção Terceira Divisão. É cofundador da Rede 15+2 (duas) e é professor na rede pública; Sedrick de Carvalho continuou a exercer serviços de jornalismo e trabalha na sua própria editora; Nuno Dala criou uma associação científica, é cofundador do PRAJA-Servir Angola e, atualmente, trabalha como deputado na Assembleia Nacional de Angola pelo partido UNITA; Nelson Dibango, depois de sofrer assalto dos equipamentos do seu estúdio de vídeos, abraçou o associativismo e, agora, preside a recém criada associação Rede 15+2 (duas);

¹⁰⁸ Disponível em: <https://www.amnistia.pt/peticao/justica-para-as-pessoas-mortas-pelas-forcas-de-seguranca-durante-as-manifestacoes/#gref>. Acesso em: 20 mar. 2024.

Inocência de Brito é membro do Projeto Mudar Viana; Laurinda Gouveia é membro do Ondjango Feminista e cofundadora do movimento “Unidas somos mais fortes”. É copromotora das quatro marchas contra o desemprego e uma das poucas que continuam sendo destaque desde que saiu da cadeia em 2016; Arante Kivuvu é cofundador do Movimento Estudantil Propina Not, é também promotor da marcha contra a implementação das propinas no ensino superior das universidades públicas e está ligado à Handeka e ao Projecto Mudar Viana; Osvaldo Kaholo esteve ligado à iniciativa Debates nas Comunidades e, agora, tem a obra concluída e comercializada na blogosfera; Dito Dali é líder e cofundador da Associação cívica Lauleno que opera na província do Moxico com promoção de palestras, fiscalização e monitoria dos serviços sociais básicos na província; Nito Alves encontra-se em Portugal; Rosa Kusso Conde desenvolve ações em prol dos direitos das mulheres; Albano Bingo é falecido desde o ano de 2022; Fernando António Tomás (Nicolas, o Radical) e Hitler Samussuku (atualmente, encontra-se no Brasil, cursando mestrado em Ciência Política) são ativistas cívicos e políticos, membros do Movimento terceira divisão com a função de porta-vozes, oferecem o seu contributo depois do processo dos 15 com o movimento HIP-HOP e também em organizações cívicas no âmbito da cidadania (SAMUSSUKU, 2022).

Antes das eleições, alguns jovens ativistas que já se encontravam desiludidos com o primeiro mandato de João Lourenço desenvolveram ações importantes, como o incentivo e apoio à candidatura do presidente da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, eleito em 4 de dezembro de 2021 em meio a boicotes das instituições do Estado, como é o caso da decisão do Tribunal Constitucional que anulou o Congresso anterior de 2019. Encerraram-se aí os 16 anos de mandato do presidente Isaías Ngola Samakuva (Jornal DW África, 2021).

O líder do maior partido da oposição passou a assumir a agenda da criação de uma Frente Patriótica Unida em outubro de 2021, uma plataforma político-eleitoral *ad hoc* que congrega todos os cidadãos nacionais, coletivos ou individuais, dentro ou fora de Angola, para realizar a alternância democrática do poder político. O grupo passou a ser composto pelos partidos UNITA, Bloco Democrático e o projeto político PRA JÁ Servir Angola, apresentando-se como uma coligação inclusiva. Da lista de candidatos a deputados, constaram jovens ativistas, como Nuno Álvaro Dala, Hitler Samussuku e Dito Dali, bem como os acadêmicos Paulo Faria e Olívio Nkilumbo. Para José Gama, a lista de candidatos a deputados da UNITA, em grau de comparação com as listas do MPLA, não preencheram os 36% das quotas para as mulheres, assim como foram insuficientes na inclusão de pessoas portadoras de deficiência física e de albinismo.

Durante a apresentação do manifesto eleitoral em julho de 2022, sob o lema “A hora é

agora”, o presidente do maior partido da oposição afirmou: “O nosso projeto é a construção tão adiada de Angola, um país que não é sequer capaz de dar cidadania aos seus filhos”. Ele prometeu, no caso de ganhar as eleições, criar um “Governo de competentes e não de partidários para servir Angola” e, como desafio, estava o trabalho em relação à pobreza, saúde, fomento à habitação, desenvolvimento rural e urbano, educação e cultura, família, igualdade de gênero e criança, juventude e desportos, mulher e inserção social para antigos combatentes (Jornal DW África, 2022). Nesse sentido, passou a haver maior colaboração entre ativistas e partidos de oposição, visto que o propósito era tirar o MPLA do poder. Ainda assim, alguns ativistas como Pedro Teca optaram por criar seus próprios partidos, como é o caso da União dos Povos de Angola (UPA).

A seguir, veremos como foi fundamental o surgimento do Movimento Cívico Mudei e seu papel na supervisão independente das eleições de 2022. Veremos também que os ativistas Hitler Gessy Samussuko, José Gomes Hata, Nelson Dembo (*Gangsta*) e Jaime Domingos (Jaime MC), principalmente, passaram a realizar encontros de reflexão com os potenciais eleitores com o intuito de fazer esclarecimentos sobre a importância do voto, aquilo que eles denominaram de voto consciente (FREEMIND FREEWORLD, 2021). Essa ação se estendeu durante o processo eleitoral com a ação do Movimento Cívico Mudei.

6.3 Ativismo e processo eleitoral: o contributo do Mudei

O Movimento Cívico Mudei é uma associação formada por jovens ativistas de várias organizações, tendo à cabeça Luaty Beirão. A princípio, o movimento surgiu para apoiar as organizações do Sul de Angola no contexto do combate à seca e à pobreza em agosto de 2021. Mais tarde, esses ativistas passaram a se preocupar com a integridade do processo eleitoral de 2022, tomando a iniciativa de criar o Movimento, a fim de salvaguardar as condições de garantia do voto universal, ou seja, de que todos os angolanos em idade de votar pudessem fazê-lo, independentemente da sua condição social, origem geográfica, opções políticas, religiosas e culturais. Defendiam, outrossim, a possibilidade da realização de campanhas eleitorais que pudessem acontecer em um ambiente de igualdade de condições tanto no acesso aos meios de comunicação social quanto aos espaços públicos para realização de atividades de divulgação dos programas em todo o país e sem discriminações (JIKU, 2022).

Esse movimento, que também é apartidário (sem qualquer financiamento de partidos políticos), procurou aglutinar ações desenhadas e desenvolvidas pela Handeka, associação nascida no ano de 2017 e que já operava com mecanismos de supervisão eleitoral por meio do

Jiku (SANTIAGO, 2022). O Jiku é um projeto de monitoria eleitoral cidadã que, desde o ano de 2022, está sob a alçada do Movimento Cívico Mudei. A gênese do projeto reside em uma experiência de monitoria promovida em 2012 por um grupo de jovens da Sociedade Civil (sobretudo por ativistas ligados ao movimento dos “Revú” e dos 15+2 (duas)) que, com poucos recursos, mas movidos de uma enorme força de vontade, fizeram funcionar um sistema interativo, engajando eleitores, observadores eleitorais e delegados de lista. Durante as eleições de 2017, adotou-se o nome Jiku para a missão de observação e ele foi assumido pela associação cívica Handeka. Em 2022, desconfiando de possíveis indícios de fraude eleitoral (prática cancerígena que persiste desde as primeiras eleições de 1992), os jovens decidiram reativar o projeto Jiku, reforçado por um conglomerado de individualidades e organizações da sociedade civil que se juntaram com a preocupação comum de exigir eleições justas e transparentes. Nesse sentido, desenvolveram as seguintes linhas de ação:

- a) Observação Eleitoral: inclui a observação minuciosa de todos os elementos relevantes à boa condução do processo eleitoral, cada passo dado pela CNE e pelo MAT na organização e execução das tarefas de sua incumbência, a introdução de ruído e variáveis nocivas ao bom ambiente eleitoral, como o uso abusivo dos órgãos de comunicação social para ações de lavagem de imagem e/ou propaganda política;
- b) Pedagogia Eleitoral: na esteira do que têm vindo a fazer várias agremiações cívicas ao longo dos últimos anos, focadas essencialmente nas eleições autárquicas que teimam em não se realizar, tem promovido ações de capacitação da sociedade civil, debelando a Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais, recorrendo a simulações do ato eleitoral e teatralizando eventuais irregularidades denunciadas de forma recorrente em eleições anteriores;
- c) Inquéritos Eleitorais: pretendem realizar, com regularidade, inquéritos sobre tendência de voto, com o intuito de perceber como evoluem essas tendências ao longo dos meses que conduzirão até as eleições.

Essas ações foram desenvolvidas sob o lema “eleições sem transparência é teatro” e, por essa razão, mesmo antes do início do processo eleitoral, o Movimento Cívico Mudei começou a fazer uma série de denúncias de tentativa de intervenção do MPLA no processo eleitoral. Inicialmente, houve a interferência no Tribunal Constitucional com o claro objetivo de inviabilizar o registo da candidatura de seus principais oponentes, Abel Chivukuvuku e Adalberto Costa Júnior.

Figura 20 – Tribunal Constitucional anula o congresso da UNITA que elegeu Adalberto da Costa Júnior



Fonte: Gamito (Aléxia) (2022)

Além disso, denunciou a contratação nebulosa de serviços de logística do processo eleitoral, como a contratação da empresa Indra – Sistemas, SA (Indra), com sede em Madrid – pela Comissão Nacional Eleitoral de Angola para fornecer serviços para as eleições nacionais de 2022, além do consórcio KPMP-LTI, contratado para prestar serviço de transportação da logística eleitoral. Denunciou também o tratamento desigual dado aos partidos e coligações de partidos políticos pela imprensa pública, com um claro desequilíbrio no tempo de exibição do MPLA (e do governo) em relação aos demais partidos, visando, dessa forma, a manipular a opinião pública.

Figura 21 – Tempo de antena na televisão pública de angola (TPA)



Fonte: Gamito (Aléxia) (2022)

Em relação ao Inquérito Eleitoral, entre os dias 4 e 8 de fevereiro de 2022, teve início o primeiro inquérito de intenção de voto para as eleições gerais de 2022 a partir do Projeto de Monitoria Eleitoral Jiku¹⁰⁹. O inquérito, realizado em 102 municípios, por mais de uma centena de inquiridores, foi feito com recurso de um aplicativo que simulava uma cédula de voto, contendo os candidatos que já se previa que iriam concorrer, uma opção “outro”, para candidatos da última da hora, e as opções “Voto Branco/Nulo” e “Abstenção”. A amostragem foi do tipo probabilístico estratificado e, para além da distribuição urbano/rural (refletida nos municípios inquiridos), existiam também os critérios gênero e faixa etária que foram tidos em conta de maneira proporcional¹¹⁰.

Durante todo o processo eleitoral, o MUDEI acompanhou as eleições, ao vivo, por meio das redes sociais e da divulgação das atas eleitorais. Acontece que, segundo o ativista Luaty Beirão, muitas atas, “ao contrário do que estipula a lei, não foram afixadas, o que truncou um pouco a nossa capacidade de ir mais longe”, e a Comissão Nacional Eleitoral (CNE) “desrespeitou e atropelou todas as leis possíveis” ao não afixar as atas em todas as assembleias

¹⁰⁹ Disponível em: MUDEI – Metodologia do Estudo de Opinião Sobre Intenção de Voto.pdf (jikuangola.org).

¹¹⁰ Disponível em: <https://jikuangola.org/o-que-fazemos/index.html>. Acesso em: 29 nov. 2023.

de voto¹¹¹. Em 25 de agosto de 2022, o MUDEI, em sua contagem paralela, disse que a UNITA venceu o pleito eleitoral com 55% dos votos, enquanto o MPLA atingiu a porcentagem de 41%¹¹². Dias mais tarde, o movimento afirmou que houve, na verdade, um empate, com uma pequena vantagem para a UNITA. Em 29 de agosto, a CNE divulgou os resultados que deram ao MPLA a vitória com 51,17%, enquanto a UNITA ficou com 43,95%. O MPLA, entretanto, foi derrotado na capital Luanda, tendo vencido nas províncias.

Sob o lema “votou, sentou”, a sociedade civil e a oposição angolana instaram os cidadãos a não abandonarem as assembleias de voto em 24 de agosto, dia das eleições gerais, de modo a exigir a contagem dos votos e a publicação dos resultados nos locais da votação. De outra parte, o MPLA aconselhava os seus militantes, amigos e simpatizantes com “votou/bazou”, o que significava abandonarem a assembleia de voto depois da votação.

O MPLA venceu as eleições gerais de 24 de agosto de 2022 com 51,17% dos votos, o equivalente a 124 dos 220 assentos na Assembleia Nacional. A UNITA ficou com 43,95%, o equivalente a 90 assentos na Assembleia Nacional. Todavia, o processo ficou marcado por reclamações de fraude por parte dos partidos de oposição e um elevado nível de abstenção na ordem dos 55,18%¹¹³. Infelizmente, a população angolana mostra-se cada vez mais descontente com a falta de avanços na implementação das reformas econômicas e sociais consideradas cruciais para consolidar o legado de João Lourenço. O país continua enfrentado vários problemas sociais e econômicos. Enquanto isso, aumenta o nível de insatisfação por parte dos movimentos ativistas.

A era do presidente João Lourenço revelou que esses ativistas (alguns do caso 15+2 (duas)) continuaram a atuar como protagonistas na transformação da sociedade, dado o seu acúmulo histórico, material e cultural de experiência vividas, transmitidas e apreendidas no seio da sociedade, formando verdadeiros repertórios de aprendizagens sociais que são acionados de acordo com as necessidades concretas e psicossociais coletivas do presente (Magalhães e Tiriba, 2018). Como demonstra Magalhães (2018, p. 82), “as experiências compartilhadas durante a juventude produzem impressões sobre a consciência social, sincronizando a formação da consciência individual e histórica”. No caso de Angola, essas narrativas veiculadas pela comunicação social obedecem à construção de uma memória da violência do estado.

¹¹¹ Mudei diz que eleições em Angola “não foram justas, nem transparentes” e que os dois partidos terminaram empatados. Disponível em: voportugues.com. Acesso em: 29 nov. 2023.

¹¹² Contagem paralela do Movimento Mudei dá vantagem à UNITA com 55% – Valor Econômico (valoreconomico.co.ao). Acesso em: 29 nov. 2023.

¹¹³ Disponível em: <https://pt.euronews.com/2022/08/29/mpla-e-o-vencedor-oficial-das-eleicoes-de-angola>. Acesso em: 29 nov. 2023.

7 CONCLUSÃO

A presente pesquisa procurou compreender o movimento dos 15+2 (duas) e a sua atuação por meio de lutas não violentas no processo de democratização angolana (2011-2022). Esses jovens ativistas, protagonistas da formação do Movimento Revolucionário “Revú” e, mais tarde, do processo dos 15+2 (duas), foram protagonistas na organização, criação e manutenção de um quadro social e político de questionamento e luta contra o estado autoritário e patrimonialista (CHABAL, 2006; MESSIANT, 2018) liderado pelo presidente José Eduardo dos Santos e, depois, pelo presidente João Manuel Gonçalves Lourenço.

As manifestações iniciadas a partir do ano de 2011 por esses jovens ativistas enfrentaram diretamente a violência do “partido-estado”, que se converteu em práticas de tortura física e psicológica, detenções e prisões arbitrárias, perseguições e intimidações e, em última instância, a morte, como foram os casos de Alves Kamulingue (2012), Isaías Cassule (2012), Manuel de Carvalho Hilberto “Ganga” (2013) e Inocêncio de Matos (11 de novembro de 2020). Eles são, por assim dizer, portadores de uma memória coletiva cujos marcos sociais são ancorados na presença da opressão, violência simbólica e material infligida pelo sistema político autoritário.

Como apresentado no texto, a luta desencadeada por esses jovens ativistas ocorreu dentro de um quadro histórico mais abrangente, sendo dignas de realce as grandes mobilizações em torno da luta anticolonial, que souberam congregar, a partir do século XIX, intelectuais, músicos, grupos carnavalescos, poetas, jornalistas (ALVES, 2015; NASCIMENTO, 2020), os quais, mais tarde, constituíram os três principais movimentos de libertação angolana – FNLA, MPLA e a UNITA –, que lutaram e conquistaram a independência do país em 11 de novembro de 1975.

A bibliografia consultada possibilitou compreender que o estado pós-independente, em sua fase embrionária, cerceou o “espaço público” tal como ocorreu no contexto colonial, com a dimensão do autoritarismo manifestamente repressivo aos grupos e vozes contrárias à realidade colonial. Houve severos limites impostos à participação de atores não-estatais (uma certa sociedade civil), impedindo a construção social e política de uma cultura dialógica e de consensos políticos.

Esses jovens ativistas que nasceram entre os anos de 1990 a 2000 e que não fizeram parte do passado histórico do país viram frustradas as intenções das suas lideranças de se construir uma Angola que oferecesse dignidade aos angolanos. A contradição entre as elites políticas descambou para a guerra civil e a criação de uma lógica governativa

antidemocrática. A construção política desses ativistas está enviesada de memórias cujas experiências vividas, percebidas e modificadas ocorreram a partir das condições objetivas e subjetivas dos processos históricos estruturados com base em vários marcos sociais (HALBWACHS, 2006).

Todavia, com a abertura democrática na década de 1990, surgiram movimentos sociais, em alguns casos, fora dos marcos institucionais do partido-estado, que se opuseram à violação dos direitos humanos e fizeram propostas para a materialização da democracia em Angola. Esses movimentos efetuaram críticas e lutaram contra o autoritarismo, o neopatrimonialismo presidencial e partidário, que enriquecia a minoria de dirigentes políticos enquanto a população vivia na miséria.

A partir do ano de 2011, ocorreu a formação de novos movimentos de protestos por quase todo o país, com realce para a capital Luanda, onde emergiu o Movimento Revolucionário (Revú) como principal protagonista. É nesse movimento que reside a gênese, em 2015, dos 15+2 (duas), um movimento com características heterogêneas, como ficou ressaltado nas entrevistas feitas aos 6 membros do processo (no total, eram 17), que foram: Laurinda Gouveia, Rosa Kusso Conde, Benedito Jeremias Dali “Dito Dali”, José Gomes Hata “Hata”, Inocência Antônio de Brito “Drux” e Hitler Jessy Tshikonde “Samussuku”. Como demonstraram as entrevistas, tratavam-se de jovens ativistas, em sua maioria, provenientes de bairros periféricos, utilizadores das redes sociais online como o *Facebook* e o *Youtube*, estudantes e professores amantes de livros, influenciados pelos movimentos culturais e artísticos como o Hip-Hop e as rádios privadas, que se assumiam como apartidários, embora alguns deles tivessem familiares ligados aos partidos “tradicionais” atravessados pelos acontecimentos da “Primavera Árabe”. Eles protestaram e se mobilizaram contra a dura realidade social que promoveu o desemprego, a forte violação dos direitos humanos e o regime corrupto e autoritário.

Como foi apresentado na tese, eles nasceram em várias partes de Angola e convergiram para a capital do país, Luanda, procurando incrementar sua formação (para tanto, tiveram que cuidar da instalação de moradias) ou a fim de procurar melhores condições de vida. Foi em Luanda que passaram a acompanhar mais de perto a realidade excludente da política angolana, em que se engendrava a construção e manutenção do estado autoritário e neopatrimonialista. Ali, aprenderam a forjar-se como ativistas que reivindicavam, no âmbito da “esfera pública” e dos novos movimentos sociais, seus direitos para além de processos de democratização do estado com base na luta não violenta. Desse lugar, resultou a formação do grupo, ou seja, o espaço frequentado pelos ativistas acabou recebendo a marca do grupo e vice-versa (HALBWACHS, 2006).

Impregnados pela existência de uma memória cultural ancorada no Hip-Hop, por meio da sua música, *rap underground*, denunciaram as atrocidades do regime autoritário e mobilizaram a população para a tomada de consciência e a necessidade de luta por via do protesto (MENDONÇA JÚNIOR, 2010). Os protestos incluíram a presença de novos instrumentos de contestação, como o uso da internet, um mecanismo que permitiu a esses jovens o debate democrático, a fluência de informações sobre as manifestações, as denúncias públicas, tornando-se um instrumento de mobilização para as reivindicações de direitos (CASTELLS, 2013). Isso fica evidente no modo como as páginas do *Facebook* ou os canais do *Youtube* dos ativistas se transformaram em espaços de debates, concertações e anúncios de manifestações, bem como de denúncias de abusos de poder por parte da autoridade do estado. Aliás, por um lado, os ativistas foram protagonistas na criação da Central Angola, definida como espaço de comunicação pública dos jovens que organizaram a manifestação pela “Liberdade de Expressão em Angola”, no dia 2 de abril de 2011, na sequência do que aconteceu no Largo da Independência dia 7 de março (7/3/11). Do outro lado, parte dos argumentos acusatórios utilizados pelo estado para a detenção dos jovens no dia 20 de junho de 2015 foram recolhidos do debate sobre a formação do governo de unidade nacional, que pretendia especular a construção de um novo pelouro para Angola. O debate foi gerado na página do *Facebook* do jurista e advogado Albano Pedro e, em seguida, foi utilizado pelos Serviços de Inteligência do estado angolano como discurso criminoso. Com o uso das tecnologias, os jovens passaram a compartilhar interesse pela democracia, construíram extensas redes sociais e ativaram movimentos de ação coletiva para a mudança de demandas políticas (HOWARD E HUSSAIN, 2013). Esses jovens fomentaram um movimento que comporta uma espécie de memória e história “pública”, pois se estrutura em memórias vivas e/ou registadas que são relatadas e expressas em jornais, blogs e redes sociais.

Como fica confirmado ao longo do texto, a detenção em 20 de junho de 2015 marcou o corolário de um longo processo de luta vivido por esses ativistas que, certamente, desnudou o rosto do autoritarismo que se encontrava velado ao nível interno e internacional por meio da diplomacia do “branqueamento de imagem” em Angola. O autoritarismo, de acordo com os ativistas, esteve presente no modo como foi conduzido o processo de detenção, julgamento, condenação e absolvição desses jovens de um crime inexistente. O processo deixou explícito que, em estados autoritários disfarçados de democráticos, existe uma legalidade autoritária por meio da qual os tribunais se servem de ferramentas de opressão e controle de defensores dos direitos humanos ao invés de salvaguardarem seus direitos, as liberdades e garantias fundamentais. A peça teatral estava montada, mas faltava os atores assumirem os seus papéis

junto ao tribunal competente, pois estas instituições eram (são) subservientes ao regime. Daí veio a instrumentalização para defender os interesses das elites governantes enquanto puniam “exemplarmente”, por meio de julgamentos injustos, os defensores dos direitos humanos, como foi o caso dos jovens dos 15+2 (duas).

Concluimos, ainda, que esses jovens ativistas, ao serem levados para as prisões, tinham iniciado uma outra etapa do “calvário”, entrando em contato com condições extremamente precárias das cadeias, o que incluía ausência de energia, água com péssima qualidade (castanha), falta de higiene, má alimentação, falta de acesso ao sistema de saúde de qualidade, contato com bichos (baratas, ratos, mosquitos, formigas) e excesso de zelo da parte dos seguranças dos serviços prisionais que, a todo instante, submetiam-nos a tortura física e psicológica. Enfrentar as celas e o tratamento desumano dos serviços penitenciários e de justiça acabou desenvolvendo traumas, como aconteceu em eventos passados ligados a manifestações em que as milícias de Bento Kangamba, armadas com pistolas, catanas e barras de ferro, atacavam os ativistas, deixando-os completamente molestados. Aliás, Laurinda Gouveia também foi espancada por alguns elementos da polícia nacional em 2014.

Os acontecimentos do movimento dos 15+2 (duas) tiveram retumbância no cenário político internacional, chegando ao ponto de desenvolverem disputas de narrativas nas mídias públicas e privadas. A memória que perpassa desse processo foi construída oficialmente pelos jornais públicos para defender os interesses da elite política em nome do estado angolano e, enquanto isto, os jornais privados se engajaram na defesa de uma memória de jovens que passaram a ser tidos como “heróis da nova geração”, que denunciaram as atrocidades do partido do estado. Esses últimos jornais protegeram a vida dos jovens para que não fossem condenados injustamente ou executados (como correu com as vítimas do 27 de maio de 1977) enquanto se encontravam nas cadeias em prisão preventiva. Estes jornais lutaram contra o silenciamento, esquecimento e invisibilização do movimento dos 15+2 (duas), constituindo-se, assim, em um instrumento de produção de memória política.

Quando analisamos os jornais privados, vemos o discurso da defesa das lutas políticas da memória dos jovens “Revú” e do movimento dos 15+2 (duas), os quais são vistos como heróis e promotores de processos de democratização do estado angolano. Do outro lado, o cunho autoritário defendido pelos canais públicos trata-os como vilões e inimigos do povo angolano, realizando, inclusive, ações que tentam apagar, promover o esquecimento do percurso desses jovens em torno das lutas não violentas.

Com o encerramento e libertação dos jovens ativistas do Movimento dos 15+2 (duas) em 2016, novas formas de luta contra o estado autoritário foram desenvolvidas sobretudo no

mandato do presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, a partir dos anos de 2017. Surgiram, assim, aquilo que ao longo do texto denominamos de movimentos ativistas pós-15+2 (duas), que foram o Ondjango feminista, o Movimento jovens pelas autarquias, o Movimento Ubuntu, o movimento do orgulho LGBTQ+, entre outros. Os jovens ativistas, a princípio, ficaram entusiasmados com o novo representante do poder executivo (João Manuel Gonçalves Lourenço), mas a espera foi se tornando cada vez mais “castanhola” com o desvelamento do poder autoritário.

O trabalho com a memória dos 6 ativistas do movimento foi fundamental para adentrar esse processo de luta histórica e para sobrelevar a luta desses jovens ativistas, que deve ser lembrada para que sirva de exemplo para a superação de um passado autoritário e patrimonialista no contexto angolano. A pesquisa abre possibilidades de novas investigações a partir da ampliação de fontes, tais como documentos produzidos pelos advogados e juízes. Além do mais, o processo pode vir a ser evidenciado a partir do diálogo com mais jovens da sociedade civil, familiares e amigos que acompanharam à época o processo, levando comida, manifestando, publicando seus descontentamentos nas redes sociais ou ainda fazendo visitas. É necessário que novos estudos emergjam e que ajudem a trazer para o público acadêmico (e para todos de modo geral) novas pontuações.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, José Mena. RA **Opinião**: Gene Sharp e a estratégia do golpe suave. 18 de junho de 2015. Disponível em <http://m.redeangola.info/opiniao/gene-sharp-e-a-estrategia-do-golpe-suave/>. Acesso em: 19 fev. 2022.

ABREU, Cesaltina Cadete Basto de. **Sociedade Civil em Angola**: da realidade à utopia. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.

AFONSO, Lucas. **Brasil Escola**. Grafite. 2014. Disponível em <https://brasilescola.uol.com.br/artes/grafite.htm>. Acesso em 02 abr. 2023.

AFRICA PROGRESS PANEL. **Equity in Extractives Stewarding Africa's natural resources for all**. ISBN 978-2-9700821-2-5, 2013. Disponível em: <https://int.nyt.com/data/documenttools/2013-relatorio-africa-progress-report-2013-pdf-20130511-125153/61eb864ee2d5130d/full.pdf>. Acesso: 29 nov. 2023.

AGUALUSA, José Eduardo. Luaty, Beirão. **O herói insolente**. Jornal o expresso. 28 março 2016. Disponível em: <https://expresso.pt/sociedade/2016-03-28-Luaty-Beirao-o-heroi-insolente-03f1d716>. Acesso: 05 jun. 2024.

ALENCASTRO, Mathias. **Dos Santos em Angola e o ocaso da sucessão dinástica na África**. El país, 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/15/opinion/1481826653_564012.html#?rel=ma. Acesso em: 29 nov. 2023.

ALMEIDA, Cláudia. **Angola e os ventos da mudança e continuidade de João Lourenço**. Janus 2020-2021: as relações internacionais em contexto de pandemia. p. 58-59. Disponível em: https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/4932/1/Janus_20_1_25_CA.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

ALTUNA, Raúl Ruiz de Asúa. **Cultura tradicional banto**. Luanda: Secretariado Arquidiocesano de Pastoral, 2006.

ALVES, Amanda Palomo. “**Angolano segue em frente**”: um panorama do cenário musical urbano de Angola entre as décadas de 1940 e 1970. 216f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Fluminense, Programa de Pós-graduação em História. Salvador, 2015.

AMIN, Samir. **Primavera Árabe? 2010**: The Arab Spring? Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/amin/2011/05/90.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2021.

ANDRADE, Justino Pinto de. (Org.). **O processo de transição para o multipartidarismo em Angola**. Lisboa: Firmamento, 2006. p. 59-70.

ANDRADE, Justino Pinto de. (Org.). **O processo de transição para o multipartidarismo em Angola**. Lisboa: Firmamento, 2006. p. 29-40.

ANDRADE, Justino Pinto de. Angola e o multipartidarismo. In: VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino Pinto de (Org.). **O processo de transição para o multipartidarismo em Angola**. Lisboa: Firmamento, 2006. p. 11-57.

AFRICA PROGRESS PANEL. **Africa Progress Report 2013**. Disponível em: <https://www.tralac.org/images/docs/408/africa-progress-report-2013-summary.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.

ANGOLA 24 HORAS. **Julgamento dos 15+2**: Prova de rebelião é um quadro com as iniciais JES. Dez. 2015. Disponível em: <https://angola24horas.com/sociedade/item/5313-mp- apresenta-dois-videos-e-um-quadro-escolar-como-provas-contra-luaty-beirao>. Acesso em: 22 jan. 2023.

ANGOLA 24 HORAS. **Luaty Beirão em greve de fome transferido para Clínica Girassol por precaução**. 15 Out. 2015. Disponível em: <https://www.angola24horas.com/sociedade/item/4873-luaty-beirao-tem-nova-recaida-e-esta-na-clinica-para-exames>. Acesso em: 17 mar. 2023.

ANGOLA. **“Querem manter-nos vulneráveis” defensores dos direitos humanos sob pressão**. Relatório da Missão de Apuramento de Factos. Disponível em: https://www.fidh.org/IMG/pdf/report_angola_obs_por.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023.

ANGOLA. Lei nº 23/92, de 16 de setembro de 1992. Dispõe sobre Revisão Constitucional. Luanda: Imprensa Nacional, 1992. Disponível em: <https://www.tribunalconstitucional.ao/media/sxuno02u/lei-n-%C2%BA-23-92-lei-constitucional.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2024.

ANGOLA. Lei n. 16/91, de 11 de maio de 1991. Lei sobre o Direito das Reuniões e Manifestações. Disponível em: <https://angolex.com/paginas/leis/lei-sobre-o-direito-das-reunioes-e-manifestacoes-16a-91a.html>. Acesso em: 26 mar. 2024.

ANTÓNIO, Nelson Domingos. **Transição pela transação**: uma análise da democratização em Angola. 201f. Tese (Doutorado em Sociologia e Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013.

ANTÓNIO, Sapalo. **O Processo de Privatização e sua Influência Empresarial**: Angola 1989-2012. 228f. Tese (Doutorado em Gestão Geral, Estratégia e Desenvolvimento Empresarial) – Departamento de Marketing, Operações e Gestão Geral, Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2013.

ARÓSTEGUI, Julio. Retos de la memoria y trabajos de la historia. Pasado y memoria. **Revista de Historia Contemporánea**, nº 3, Departamento de Humanidades Contemporáneas Área de Historia Contemporánea Universidad de Alicante, 2014.

BAHU, Helder. **Os quadros angolanos em Portugal**: integração e retorno. Lisboa: Colibri, 2013.

BARBEITOS, Arlindo. “Sociedade, Estado, sociedade civil, cidadão e identidade em

Angola”, **Mulemba**, v. 6, n. 11, 2016, Disponível em: <http://journals.openedition.org/mulemba/1422>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BAUER, Caroline Silveira. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de estado e ação de polícia política do departamento de ordem política e social do rio grande do sul (1964-1982)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Em História. Porto Alegre, 2006.

BAUER, Caroline Silveira. **Um estudo comparativo da prática do desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a instituição de políticas de memória na democracia**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departament d’Història Contemporània da Universitat de Barcelona. Porto Alegre, 2011.

BBC PANORAMA. **Os documentos que revelam como a mulher mais rica da África fizeram fortuna com corrupção e exploração de seu próprio país**. 21 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51173638>. Acesso em: 10 jul. 2024.

BEIRÃO, Luaty. **Sou eu mais livre, então: diário de um preso político angolano**. Brasil, 1. ed., Tinta da China, 2016.

BEIRÃO, Luaty. **Termina greve de fome**. PÚBLICO. 27 de outubro de 2015. Disponível em: <https://www.publico.pt/2015/10/27/mundo/noticia/luaty-beirao-termina-greve-de-fome-1712455>. Acesso em 30 abr. 2023.

BENDER, Gerald Jerry. **Angola sobre o Domínio Português: Mito e Realidade**. 2ª ed., Luanda: Nzila, 2009.

BERNUSSI, Mariana Medeiros e CAMPOS, Tales de Paula Roberto de. Isabel dos Santos e os vínculos transnacionais da elite angolana: a questão da agência no estudo das relações internacionais. **Rev. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, 2022.

BECKER, Beatriz. CARLOS, Albino. Mídia e Jornalismo em Angola: uma radiografia Los medios de comunicación y periodismo en Angola: una radiografia. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)**, v.4, n.2, jul-dez. 2015.

BITTENCOURT, Marcelo. A criação do MPLA. **Estudos africanos n. 32**. Rio de Janeiro, 1997, p. 185-208.

BITTENCOURT, Marcelo. Fissuras na luta de libertação angolana. **MÉTIS: história & cultura**, v. 10, n. 19, p. 237-255, jan./jun. 2011.

BLANES (2016) A febre do arquivo: o efeito Benjamim e as revoluções angolanas. **Práticas da História**, n.º 3, 71-92, 2016.

BLANES, Ruy Llera. Austerity en route, from Lisbon to Luanda. **Focaal —Journal of Global and Historical Anthropology**, v. 83, p. 37–50, 2019.

BLANES, Ruy Llera. The Current State of Anomie in Angola. **Durkheimian Studies**, v. 23, p. 26–39, 2017.

BLANES, Ruy Llera. The optimistic utopia: sacrifice and expectations of political transformation in the Angolan Revolutionary Movement. **Wiley Periodicals LLC**, 2021.

BLANES, Ruy Llera. and SAMUSSUKU Hitler. **Afro-Autarky Onjangos and Utopias of Contemporary Angolan Activism**. Critical Times. August 2022.

BRANCH, Adam; MAMPILLY, Zachariah. **Africa uprising: popular protest and political change**. Londres: Zed Books, 2015.

BRAVO, Manuel. **Angola: transição para a paz, reconciliação e desenvolvimento**. Lisboa, 2016.

BUSSOTTI, Luca; MUTZENBERG, Remo. Movimentos sociais, Estado e sociedade civil em África: considerações introdutórias. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 31, p. 7-14, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/1996>. Acesso em: 8 nov. 2023.

FERNANDES, João Pedro. CAPUMDA, Pedro Almeida. **Manual do aluno de História da 12ª classe**. Luanda: Texto, 2011.

CAPOCO, Zeferino. **Nacionalismo e Construção do Estado Angola**. Lobito: Escolar, 2012.

CAPOCO, Zeferino. **O Nacionalismo e o Estado: um estudo sobre a História Política de Angola (1961-1991)**. 333f. Tese (Doutorado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Estudos Políticos. Lisboa, 2013.

CATARINO, Petra. **Sociedade civil angolana: contributos para a democracia, paz e desenvolvimento**. 164f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão. Lisboa, 2006.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2013

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. 1. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CASTELLS, Manoel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 1. ed. Rio de Janeiro. Zahar, 2013.

CAVELA, Manuel Zangado. **Participação e ativismo político nos estudantes angolanos do Ensino Superior**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, 2017. 71f.

CARVALHO, Vanda de. **Jovens activistas em ambiente familiar passam a 1ª**

noite em prisão domiciliar. Rádio Eclésia. 19 dezembro 2015. Disponível em: <https://www.radioecclesia.org/angola/sociedade/17718-jovens-activistas-em-ambiente-familiar-passam-a-lo-noite-em-prisao-domiciliar>. Acesso: 20 jul. 2023.

CARVALHO, Sedrick de. **Prisão Política.** Elivulu e Perfil Criativo, 2022.

CARVALHO, Rodrigues Ana Paula. **Afinal o que é Democracia?** Análise do conhecimento substantivo de alunos do Ensino Médio. 340f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Orientadora: Katia Maria Abud. Cuiabá, 2021.

CATARINO, Petra Kátia Amaral. **Sociedade Civil Angolana:** Contributos para a Democracia, Paz e Desenvolvimento. 164f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional), Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão - ISEG, 2006.

CENTRAL ANGOLA. **Carta aberta aos angolanos.** 27 de outubro de 2015.

Disponível em:

https://www.facebook.com/centralangola7311/posts/pfbid05ochzTcwBrUPtMm6L61VQ8gfR JjSZwi4d3BPeea2FdmXSGUKa3S4c29rCbxRJNA2l?_rdc=1&_rdr. Acesso em: 10 abr. 2024.

CHABAL, Patrick. **Transições políticas em Angola:** et pluribus unum. In: VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino Pinto de. Lisboa: Firmamento, 2007.

CHAUI, Marilena de Souza. Breve história da democracia, In: **Curso:** A democracia pode ser assim história, formas e possibilidades. São Paulo: Boitempo, 2019.

CHIMANDA, Pedro Fernandes. **Do monopartidarismo à transição democrática em Angola.** 66f. Dissertação (Mestrado em Filosofia Política) – Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa, 2010.

CLUB K. **Igreja da Sagrada Família expulsa Laurinda Gouveia por ser activista.**

05 dez. 2014. Disponível em: [https://www.club-](https://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=19707:igreja-da-sagrada-familia-expulsa-laurinda-gouveia-por-ser-activista&catid=2&lang=pt&Itemid=1069)

[k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=19707:igreja-da-sagrada-familia-expulsa-laurinda-gouveia-por-ser-activista&catid=2&lang=pt&Itemid=1069](https://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=19707:igreja-da-sagrada-familia-expulsa-laurinda-gouveia-por-ser-activista&catid=2&lang=pt&Itemid=1069).

Acesso em: 20 mai. 2024.

CLUB K. **Resumo do quarto dia do julgamento dos 15+2 ativistas** - Pedrowski Teca.

19 nov. 2015. Disponível em:

[https://clubk.net/index.php?option=com_content&view=article&id=22725:resumo-do-quarto-dia-do-julgamento-dos-15-2-ativistas-](https://clubk.net/index.php?option=com_content&view=article&id=22725:resumo-do-quarto-dia-do-julgamento-dos-15-2-ativistas-pedrowskiteca&catid=17&lang=pt&Itemid=1067)

[pedrowskiteca&catid=17&lang=pt&Itemid=1067](https://clubk.net/index.php?option=com_content&view=article&id=22725:resumo-do-quarto-dia-do-julgamento-dos-15-2-ativistas-pedrowskiteca&catid=17&lang=pt&Itemid=1067). Acesso em: 22 jan. 2023.

CLUB-K. **Mfulupinga Nlando Victor, líder fundador do PDP-ANA** - In Memória.

2020. Constituição da República de Angola, 2010, p. 16.

CLUB K. **Activistas angolanas agredidas na prisão feminina de Viana.** 10 de maio,

2016. Disponível em: <https://club->

k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=24277:ativistas-angolanas-agredidas-na-prisao-feminina-de-viana&catid=2&Itemid=1069&lang=pt. Acesso em: 10 mar. 2024.

CORDEIRO, Ana Dias de. **Os filhos do musseque que se juntaram ao filho do regime em Angola**. Jornal O Público, Lisboa, 24 out. 2015. Disponível em: <https://www.publico.pt/2015/10/24/mundo/noticia/osfilhos-do-musseque-juntaramse-ao-filho-do-regime-em-angola-1712176>. Acesso em: 3 jun. 2021.

CORREIO DA KIANDA. **Quim Ribeiro em liberdade**. 08 set. 2019. Disponível em: <https://correiokianda.info/quim-ribeiro-em-liberdade/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

COSTA, André da. MUHATILI, Cláudia. **Processo revu em tribunal**: réus começaram a ser julgados. Jornal de Angola. 17 nov. 2015. Acesso em: 25 mar. 2022.

COSTA, André da. **Processos revús**: julgamento prossegue na normalidade. Jornal de Angola, sexta-feira, 20 de novembro de 2015. Acesso em: 25 mar. 2022.

COSTA, Mariete. **A Conferência de Berlim de 1884/1885**: realidades e consequências históricas verdadeiras. Lubango: ISCED (Tese de Licenciatura). 1989.

CRESPO, Mário. **O Batom da Ditadura** (Revisitado). MAKANGOLA. 16 ago. 2017. Disponível em: <https://www.makaangola.org/2017/08/o-batom-da-ditadura-revisitado/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

CRUZ, D. **Da ditadura a democracia**: ferramentas para destruir a ditadura e evitar novo ditador. Lisboa: Tinta da China, 2015.

CRUZ, Mônica. Silva. A cultura popular nas malhas do discurso: a mecânica do poder em espaços turísticos. In: SILVA, Maria da Conceição Fonseca; POSSENTI, Sírío. **Mídia e rede de memória**. 1. ed. Vitória da Conquista: editora UESB, 2007.

DAIO, Ilídio. **Angola informal**: um olhar sobre os musseques de Luanda. Arch Daily. 06 de Abril de 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/936949/angola-informal-um-olhar-sobre-os-musseques-de-luanda>. Acesso em: 20 jun. 2023.

DALA, Nuno Álvaro. **O pensamento político dos jovens revús**: discurso e ação. Lisboa: [s.n.], 2016.

DALA, Nuno Álvaro. **O pensamento político dos jovens revús**: discurso e ação. Live de divulgação do livro, conferida no dia 06 de Junho de 2021. Central Angola. Fonte: https://web.facebook.com/watch/live/?v=860772691351389&ref=watch_permalink. Acesso em: 25 jul. 2023.

D'ANGOLA, Nelson Sul. **Ativistas angolanos protestam contra "prisões arbitrarias"**. DW. 15 jul. 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/ativistas-angolanos-protestam-em-luanda-contra-prisões-arbitrarias/a-18586187>. Acesso em: 31 mar. 2024.

D'ANGOLA, Nelson Sul. **Ativistas angolanos são julgados em Luanda**. DW. 16 nov. 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/ativistas-angolanos-são-julgados-em-luanda/a-18853004>. Acesso em: 22 jan. 2023.

DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS SOB PRESSÃO. **Relatório da Missão de Apuramento de Factos**. O Observatório para a Protecção dos Defensores dos Direitos Humanos. Março de 2015. Disponível em: https://www.fidh.org/IMG/pdf/report_angola_obs_por.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023.

DOLAN, Kerry A. **Como a filha do ex-presidente de Angola saqueou as riquezas do país**. Forbes Money. 11 de julho de 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2022/07/como-isabel-dos-santos-angola-saqueou-as-riquezas-do-pais/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

EDIR Professor. **História do Século XX: A Descolonização da África**. Blog do Professor Edir. 2009. Disponível em: <https://professoredirblog.blogspot.com/2009/03/historia-do-seculo-xx-descolonizacao-da.html>. Acesso: 26 jun. 2024.

ESQUERDA ANGOLA: **Cronologia das manifestações**. Jornal a Esquerda. 27 de dezembro 2013. Acesso em: 20 de junho de 2024. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/angola-cronologia-das-manifestações/30739>.

FAGUNDES, Bruno Flavio Lontra. O que é, como e por que história pública? Algumas considerações sobre indefinições. VII Congresso Internacional de História. XXII Semana de História. **Anais...** UNESPAR, Paraná, 2017.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Juiz de Fora: EdUFJF, 2005.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Trad. de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERNANDO, Emídio. **Jonas Savimbi: no lado errado da História**. 2. ed. Lisboa: D. Quixote, 2012.

FERREIRA, José Maria Carvalho *et al.* **Sociologia**. Lisboa: Escolar, 2013.

FILOMENA E CHERON. O antagonismo ao extremo: luta pela libertação colonial e guerra civil em Angola. **Anais...** III Seminário Internacional Organizações e Sociedade: Inovações e Transformações Contemporâneas. Porto Alegre, 2008, p. 2.

FREEMIND FREEWORLD. **EUA: jovens ativistas apelam ao voto consciente em Angola face as “eleições gerais” de 2022**. 06 jun. 2021. Disponível em: <https://freemindfreeworld.org/eua-jovens-ativistas-apelam-ao-voto-consciente-em-angola-face-as-eleicoes-gerais-de-2022/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

FRONT LINE DEFENDERS. **Histórico do caso: Angola 15+2**. Disponível em: <https://www.frontlinedefenders.org/pt/case/case-history-angola-15>. Acesso aos 31 de março de 2024.

FILOMENA, César Luciano; CHERON, Cibele. Pela libertação colonial e guerra civil em angola: antagonismo e nacionalismo revisitados. **Revista Caminhos do Pampa**, V. 2, N. 2, jul.-dez. 2023. Disponível em: <https://revistas.cceinter.com.br/caminhosdopampa/article/view/1517>. Acesso em: 20 jun. 2024.

FURTADO, Cláudio Alves; SANSONE, Lívio. **Lutas pela memória em África**. Salvador: EDUFBA, 2019.

GAUTÉRIO, Nicolli Bueno; ALBERNAZ, Renata Ovenhausen. A memória coletiva para Jöel Candau e Maurice Halbwachs: coesão dos grupos sociais em um mesmo espaço. **Mnemosine**, v.18, nº1, p. 86-96, 2022. DOI: 10.12957/mnemosine.2022.66384.

GAMITO (Aléxia), Alexandra. **Movimento cívico mudei**: “em defesa do voto e verdade eleitoral. Disponível em: https://www.afrika-sued.org/files/alexia_gamito_-_oportunidades_de_observa_o_eleitoral_sem_video_1.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo: Cortez, 2013.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008.

GOSS, Karine Pereira; PRUDENCIO, Kelly. **O conceito de movimentos sociais revisitado** / EmTese, **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Vol. 2, nº 1, janeiro-julho 2004, p. 75-91. Disponível em: www.emtese.ufsc.br. Acesso em: 20 ago. 2023.

GOUVEA, Laurinda. **38 é muito**: os jovens ativistas que derrubaram o ditador de Angola. Escola do ativismo. 2017. Disponível em: <https://escoladeativismo.org.br/38-e-muito-os-jovens-ativistas-que-derrubaram-o-ditador-de-angola/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

GOVERNO Provincial do Bengo. Disponível em: <https://bengo.gov.ao/ao/>. Acesso em: 15 jun. 2024.

GUITA, Luis. **Presidente João Lourenço condecora ativista Rafael Marques**. Euro News, 08 nov. 2019. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2019/11/08/luanda-condecora-rafael-marques>. Acesso em: 29 nov. 2023.

GUITA, Luis. **Presidente João Lourenço condecora ativista Rafael Marques**. Euro News, 8 nov. 2019. Disponível em: <https://pt.euronews.com/2019/11/08/luanda-condecora-rafael-marques>. Acesso em: 5 mar. 2024.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HODGES, Tony. **Angola**: do Afro-estalinismo ao capitalismo selvagem. 1.ed. Cascais: Principia, 2002.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Angola**: O novo membro da OPEC deve atacar a

corrupção, e não os críticos. Disponível em:
https://www.hrw.org/legacy/portuguese/docs/2006/12/15/angola14880_txt.htm.
 Acesso em: 10 nov. 2023.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Angola: O novo membro da OPEC deve atacar a corrupção, e não os críticos.** Washington, DC, 15 de dezembro de 2006. Disponível em: https://www.hrw.org/legacy/portuguese/docs/2006/12/15/angola14880_txt.htm. Acesso em: 29 nov. 2023.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Angola: Polícia dispara contra manifestantes pacíficos** 13 nov. 2020. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2020/11/13/377011>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Despejos e demolições forçadas em Luanda.** Disponível em: <https://www.hrw.org/legacy/portuguese/reports/angola0507/7.htm>. Acesso em: 29 nov. 2023.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Relatório Mundial 2015: Angola.** Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2015/country-chapters/268111>. Acesso em: 24 de mar. 2024.

ISSUFO, Nádia. **Laurinda Gouveia e Rosa Conde passam a arguidas.** Jornal DW África. 01/09/2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/laurinda-gouveia-e-rosa-conde-passam-a-arguidas-no-processo-dos-ativistas-angolanos/a-18688366>. Acesso em: 10 jun. 2024.

JAUARÁ, Manuel. Angola em paz. Mas, até quando? In: Simpósio Nacional de História, XXIII, 2005, Londrina. **Anais...** Disponível em: <https://eeh2010.anpuh-rs.org.br/resources/anais/anpuhnacional/S.23/ANPUH.S23.0637.pdf> Acesso em: 7 abr. 2023.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria.** Madrid: Siglo XXI de España: Príncipe de Vergara, 2002.

JIKU. **Sobre o Movimento Cívico Mudei.** 2022. Disponível em: <https://jikuangola.org/nossa-causa/index.html>. Acesso em: 29 nov. 2023.

JORNAL ANGOLA. 24horas. **Luaty, Beirão em greve de fome transferido para Clínica Girassol por precaução.** 15 out. 2015. Disponível em: <https://www.angola24horas.com/sociedade/item/4873-luaty-beirao-tem-nova-recaida-e-esta-na-clinica-para-exames>. Acesso em: 10 mar. 2024.

JORNAL CORREIO DA KIANDA. **Quim Ribeiro em liberdade.** 08 set. 2019. Disponível em: <https://correiokianda.info/quim-ribeiro-em-liberdade/>. Acesso em: 10 mai. 2024.

JORNAL DE ANGOLA. **"Nunca me apropriei de valores do Conselho Nacional de Carregadores" afirmou hoje Augusto Tomás.** 05 jun. 2019. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=429604>. Acesso em: 30 nov. 2023.

JORNAL DE ANGOLA. **Invasão muçulmana**. 06 nov. 2023. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/invasao-muculmana>. Acesso em: 10 jun. 2024.

JORNAL DW ÁFRICA. **Adalberto Costa Júnior reconduzido à liderança da UNITA**. 04 dez. 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/adalberto-costa-j%C3%BAnior-reconduzido-%C3%A0-lideran%C3%A7a-da-unita/a-60022618>. Acesso em: 29 nov. 2023.

JORNAL DW ÁFRICA. **Presidente de Angola volta às exonerações**. 21 jun. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/presidente-de-angola-volta-%C3%A0s-exonera%C3%A7%C3%B5es/a-44327256>. Acesso em: 29 nov. 2023.

JORNAL DW ÁFRICA. **UNITA apresenta manifesto eleitoral e promete Governo “de competentes e não de partidários”**. 23 jul. 2022. Disponível em: <https://eco.sapo.pt/2022/07/23/unita-apresenta-manifesto-eleitoral-e-promete-governo-de-competentes-e-nao-de-partidarios/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

JORNAL DW. **Repressão sufoca protestos e faz feridos em Angola**. 12 mar. 2012. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/repress%C3%A3o-sufoca-protestos-e-faz-feridos-em-angola/a-15805097>. Acesso em: 10 dez. 2023

JORNAL DW: **Ativistas de Angola 15+2**. 25 jun. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/cda/pt-002/ativistas-de-angola-152/t-37979505>. Acesso em: 13 jul. 2023.

JORNAL ESQUERDA. **Angola: Ativista Nuno Álvaro Dala há sete dias em greve de fome**. 17 mar. 2016. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/angola-ativista-nuno-alvaro-dala-ha-sete-dias-em-greve-de-fome/41817>. Acesso em: 20 jun. 2023.

JORNAL FOLHA 8. **Lista completa do Governo de Salvação Nacional**. 07 fev. 2016. Disponível em: <https://jornalf8.net/2016/lista-completa-do-governo-de-salvacao-nacional/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

JORNAL ÁFRICA 21 Digital. **Réu de processo político em Angola diz que julgamento é uma “palhaçada” e é condenado a seis meses de prisão**. 09 fev. 2016. Disponível em: <https://africa21digital.com/2016/02/09/reu-de-processo-politico-em-angola-diz-que-julgamento-e-uma-qpalhacadaq-e-e-condenado-a-seis-meses-de-prisao/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

JOSÉ, Manuel. **Ativistas do chamado grupo dos "revús" de 2015 dizem que nada mudou em Angola**. Voz da América. 08 jun. 2020. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/ativistas-do-chamado-grupo-dos-rev%C3%BAs-de-2015-dizem-que-nada-mudou-em-angola/5454318.html>. Acesso em: 10 ago. 2023.

JORNAL ESQUERDA. **Angola: cronologia das manifestações**. 27 dez. 2013. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/angola-cronologia-das-manifesta%C3%A7%C3%B5es/30739>. Acesso em: 10 dez. 2023.

JORNAL ESQUERDA. **Luaty. Beirão, um herói angolano**. 21 out. 2015. Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/luaty-beirao-um-heroi->

[angolano/39186](#). Acesso em: 01 mai. 2024.

JORNAL ESQUERDA. **Angola**: funeral de Inocêncio Matos marcado pela indignação. 29 nov. 2020. Disponível em: <https://www.esquerda.net/node/71511>. Acesso em: 25 jan. 2024.

JORNAL ESQUERDA. **Angola**: ativistas convocam nova manifestação para 11 de novembro. 29 out. 2020. Disponível: <https://www.esquerda.net/artigo/angola-ativistas-convocam-nova-manifestacao-para-11-de-novembro/70906>. Acesso em: 25 jan. 2024.

JORNAL O PÚBLICO. **Luaty. Beirão termina greve de fome**. 27 out. 2015. Disponível em: <https://www.publico.pt/2015/10/27/mundo/noticia/luaty-beirao-termina-greve-de-fome-1712455>. Acesso em: 20 jun. 2024

JORNAL REDE ANGOLA. **Jornalista Sedrick de Carvalho escreve carta na qual ameaça suicídio**. 14 dez. 2015. Disponível em: <http://m.redeangola.info/sedrick-de-carvalho-escreve-carta-onde-anuncia-suicidio/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

JORNAL VOZ DA AMÉRICA. "**É preciso destruir o ninho do marimbondo**", diz **João Lourenço sobre o combate à corrupção**. 22 nov. 2018. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/%C3%A9-preciso-destruir-o-ninho-do-marimbondo-diz-jo%C3%A3o-louren%C3%A7o-sobre-o-combate-%C3%A0-corrup%C3%A7%C3%A3o/4669458.html>. Acesso em: 29 nov. 2023.

JORNAL VOZ DA AMÉRICA. **Laurinda Gouveia vende churrasco, estuda filosofia e é ativista**. 02 dez. 2014. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/laurinda-gouveia-vende-churrasco-estuda-filosofia-ativista/2541335.html>. Acesso em: 10 jun. 2024.

JÚNIOR, Francisco Carlos Guerra de Mendonça. Do palco para as ruas: o rap como impulsionador das manifestações cívicas em Angola. **Revista Convergência Crítica**, Dossiê Subúrbios do Rio, n. 14, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/convergenciacritica/article/view/42348/24816>. Acesso em: 10 jun. 2023.

JÚNIOR, Francisco Carlos Guerra de Mendonça. Espaços para contestação política nas rádios de Angola: contribuições das emissoras ecclésia e despertar. **Anais...** do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2021. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt4-rm/francisco-carlos-guerra-de-mendonca-jr.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2024.

JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos Melo. A ação coletiva e seus intérpretes. **Pensamento plural**, Pelotas, v. 01, p. 65-87, jul.-dez. 2007.

JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos Melo. Fronteiras em Diálogo: Edward Thompson e Charles Tilly. **Revista de Teoria da História**, ano 2, número 4, dez. 2010.

KREUZ, Debora Strieder. A relação colonial e a luta pela libertação nacional em

Albert Memmi e Frantz Fanon. **Revista Latino-Americana de História**, vol. 9, nº. 23, jan./jul. 2020.

KRENISKI, Gislania Carla P.; AGUIAR, Maria do Carmo Pinto. O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991). **Anais... XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho 2011.

LANÇA, Marta. Luaty Beirão: **Os jovens podem estar anestesiados mas não lhes faltam razões para lutar**. Esquerda, Lisboa, 17 dez. 2015. Disponível em: <https://www.esquerda.net/artigo/luaty-beirao-os-jovens-podem-estar-anestesiados-mas-nao-lhes-faltam-raozes-para-lutar/40147>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LEIRIA, Luis. **Luaty Beirão, um herói angolano**. Jornal A esquerda. 21 de outubro 2015. Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/luaty-beirao-um-heroi-angolano/39186>. Acesso em: 01 mai. 2023.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. Os agenciamentos da memória política na América latina. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, v. 29, n. 85, 2014.

LOPES, Paulo Carlos; CAMELO, João Carlos; CORREIA, Luís Grosso. Educação Escolar na Região Leste Angolana: Perceções de Professores (as) e Alunos(as) do Ensino Secundário Sobre o Processo da Implementação de Educação Escolar. **Sisyphus - Journal of Education**, vol. 10, núm. 1, pp. 127-149, 2022, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5757/575772091007/html/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LOURENÇO, Mariane Lemos. Arte, cultura e política: o Movimento Hip Hop e a constituição dos narradores urbanos. **Psicol. Am. Lat.** [online], 2010, n. 19. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1870-350X2010000100014&script=sci_abstract. Acesso em: 20 jan. 2024.

LUSA. **Tribunal Interroga Membros do Governo Virtual no Processo dos 15+2**.

JORNAL MAKANGOLA. 11 de Janeiro de 2016. Disponível em: <https://www.makangola.org/2016/01/tribunal-interroga-membros-do-governo-virtual-no-processo-dos-152/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

LUAMBA, Manuel. **Conversa com José Gomes Hata**. Marimba. Portal de notícias culturais, Angola, 9 dez. 2017. Disponível em: <https://marimba.selutu.com/hip-hop-e-um-auto-poder-infinito-para-ajudar-os-oprimidos-cheick-hata/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

LUAMBA, Manuel. DW: **Angola, a homenagem dos 15+2 a Gene Sharp**. 03 de fevereiro de 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-a-homenagem-dos-152-a-gene-sharp/a-42438665>. Acesso em: 25 fev. 2023.

LUAMBA, Manuel. **Negado habeas corpus aos 15 jovens angolanos**. Jornal DW África. 16/09/2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/ativistas-angolanos-protestam-em-luanda-contra-pris%C3%B5es-arbitr%C3%A1rias/a-18586187>. Acesso em: 10 jun. 2024.

LUAMBA, Manuel. **Quem é o general angolano Bento Kangamba?** DW África. 05 de março de 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/quem-%C3%A9-o-general-bento-kangamba-homem-pol%C3%A9mico-e-influente-em-angola>. Acesso em: 10 jun. 2024.

LUIELELE, Maurílio. **Maka Angola: O ano das manifestações.** 06 de junho de 2012. Disponível em <https://www.makaangola.org/2012/01/o-ano-das-manifestacoes/> Acesso em: 29 mar. 2022.

MACEDO, José Rivair. **História da África.** São Paulo: Contexto, 2013.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. Experiência, memória, aprendizagem social e política. In: MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; TIRIBA, Lia. (Org.). **Experiência: o termo ausente?: sobre história, memória, trabalho e educação.** Uberlândia: Navegando, 2018. p. 81-97.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; TIRIBA, Lia. Experiência de classe e memória coletiva: possíveis aproximações entre E. P. Thompson e Halbwachs. In: MAGALHÃES, Livia Diana Rocha; TIRIBA, Lia (Org.). **Experiência: o termo ausente?: sobre história, memória, trabalho e educação.** Uberlândia: Navegando, 2018. p. 250-269.

MAGNANI, Victor; VIRCOULON, Thierry. **Rumo a um retorno ao autoritarismo na África?** Política externa, 2019. Disponível em: https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/vers_un_retour_de_lautoritarisme_en_afriq_ue.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

MAKA ANGOLA. **Nicola Radical em Greve de Fome na Solitária.** 18 de agosto de 2015. Disponível em: <https://www.makaangola.org/2015/08/nicola-radical-em-greve-de-fome-na-solitaria/>. Acesso em: 02 abr. 2023.

MANAÇAS, Filomeno. **Luta pela estabilidade política e social em Angola: A Primavera árabe foi travada no ninho.** Jornal de Angola, 23 nov. 2015. Acesso em: 25 mar. 2022.

MANUEL, Ilídio. **Juiz Januário Domingos admite ter sido usado para fazer o julgamento dos "revús".** Jornal CLUB K. 11 de agosto de 2016. Disponível em: https://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=25221:juiz-januario-domingos-admite-ter-sido-usado-para-fazer-o-julgamento-dos-revus&catid=11:foco-do-dia&lang=pt&Itemid=1072. Acesso em: 10 mar. 2024.

MARCHUETA, Maria. **O conceito de fronteira.** Cosmo, 2002.

MARCON, Frank. Agências estetizadas: juventudes, mobilizações e ativismos em Angola. **Crítica e Sociedade:** revista de cultura política, Uberlândia, v. 9, n. 2, p.191-208, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/article/view/56679>. Acesso em: 12 out. 2023.

MARQUES, Inácio. **Memórias de um golpe:** 27 de maio de 1977 em Angola. 132f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História. Niterói, 2012.

MARQUES, Rafael. **Diamantes de sangue: corrupção e tortura em Angola**. Lisboa: Tinta-da-china, 2011.

MARQUES, Rafael. **O Batom da Ditadura**. Jornal O Público. 2000. Disponível em: <https://www.publico.pt/2000/04/01/jornal/o-baton-da-ditadura-142050>. Acesso em: 25 jul. 2024

MASUKU, Thomas *et al.* Angola: “Querem manter-nos vulneráveis”. 19 mar. 2015. Disponível em: https://www.fidh.org/IMG/pdf/report_angola_obs_por.pdf. Acesso em: 10 mar. 2024.

MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. **Purga em Angola**. 8. ed. Portugal: Leya, 2009.

MATIAS, Vandeir Robson da Silva. A Geografia da África: Caminhos e descaminhos no século XXI. **Educ.&Tecnol.**, Belo Horizonte., v. 20, n. 1, p. 77-86, jan./abr. 2015.

MATTA, Nada. **Entrevista com Gilbert Achcar: o que aconteceu com as primaveras árabes? Revista outubro**, n. 25, p. 5-33, 2016. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2016/03/1_Entrevista-Achcar1.pdf. Acesso em: 15 dez. 2023.

MEMMI, Albert. **Retrato do colonizado precedido de retrato do colonizador**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

MESSIANT, Christine. A Fundação Eduardo dos Santos (FESA). A propósito da “investida” da sociedade civil pelo poder angolano. **Lusotopie**, v. 2, n. 17, 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lusotopie/3403>. Acesso em: 20 jun. 2023.

MESSIANT, Christine. A Fundação Eduardo dos Santos (FESA): A propósito da “investida” da sociedade civil pelo poder angolano. **Lusotopie**, v. 17, n. 2, p. 331-355, dez. 2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/lusotopie/3403>. Acesso em: 13 mai. 2023.

MESSIANT, Christine. TRANSIÇÃO PARA O MULTIPARTIDARISMO SEM TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA. In: VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino Pinto de. (Org.). **O processo de transição para o multipartidarismo em Angola**. Lisboa: Firmamento, 2006. p. 11-57.

MICHEL, Johann. **Devenir descendant d’esclave - enquête sur les régimes mémoriels**. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015. 292 p.

MIGUEL, Avelino. **Nova manifestação em Luanda realizada pacificamente**. África Lusofona. 21 nov. 2020. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/angola/20201121-nova-manifestação-em-luanda-realizada-pacificamente>. Acesso em: 20 nov. 2023.

MIGUEL, Luís Felipe. **Formas de organização política: partidos, sindicatos, movimentos sociais**. In: Curso a democracia pode ser assim história, formas e

possibilidades. São Paulo, Boitempo, 2019.

MIGUEL, Oliveira Adão. **A África entre a «cortina de fumo»:** a utopia dos africanistas, as ditaduras e os golpes de estado no pós-independência. Blog do Hitler Samussuku. Disponível em: <https://politica210.wordpress.com/2015/05/26/a-africa-entre-a-cortina-de-fumo-a-utopia-dos-africanistas-as-ditaduras-e-os-golpes-de-estado-no-pos-independencia/>. Acesso em: 30 jun. 2024.

MIGUEL, Oliveira Adão. África: a luta continua! Que remédio para os problemas atuais? **Revista África(s)**, vol. 7, nº. 13, p. 233-243, 2020.

MIGUEL, Oliveira Adão. Memória dos grupos étnicos minoritários no sul de Angola: a dimensão da vulnerabilidade socioeconômico dos SAN. **Cadernos de África Contemporânea**, vol. 04, nº. 08, p. 120-137, 2021.

MONJANE, Boaventura. Movimentos sociais, sociedade civil e espaço público em Moçambique: uma análise crítica. **Cadernos CERU**, v. 27, nº 2, dez. 2016.

MORAIS, Rafael Marques de. **Comandantes da Polícia Torturam Laurinda Gouveia**. Jornal Maka Angola. 25 nov. 2014. Disponível em: <https://www.makaangola.org/2014/11/comandantes-da-policia-torturam-laurinda-gouveia/>. Acesso em: 20 mai. 2024.

MORAIS, Rafael Marques de. **A Greve de Fome da Rosa e da Laurinda, e a Nudez de Dos Santos**. Maka Angola. 16 de Maio de 2016. Disponível em: <https://www.makaangola.org/2016/05/a-greve-de-fome-da-rosa-e-da-laurinda-e-a-nudez-de-dos-santos/>. Acesso: 10 nov. 2023.

MORAIS, Rafael Marques de. **Jovens acusados de preparação de Golpe de Estado**. Jornal Maka Angola. 26 jun. 2015. Disponível em: <https://www.makaangola.org/2015/06/jovens-acusados-de-preparacao-de-golpe-de-estado/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

MUEKALIA, Jardo. **Angola: A Segunda Revolução, Memórias da Luta pela Democracia**. 2. ed. Lisboa: Sextante, 2011.

MUKUTA, Coque. **Frustrado é o Eduardo dos Santos - Jovem ativista**. Jornal Voz da América. 07 jun. 2013. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/frustrado-eo-o-eduardo-dos-santos--jovem-ativista/1677443.html>. Acesso em: 10 mai. 2024.

MUKUTA, Coque. **Quim Ribeiro libertado**. JORNAL VOZ DA AMÉRICA. 24 out. 2019. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/quim-ribeiro-libertado-/5138013.html>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MUKUTA, Coque. **Voz da América: Frustrado é o Eduardo dos Santos - Jovem ativista**. 07 jun. 2013. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/frustrado-eo-o-eduardo-dos-santos--jovem-ativista/1677443.html>. Acesso em: 15 mar. 2023.

MUKUTA, Coque; FORTUNA, Cláudio. **Os Meandros das Manifestações em Angola**. 1. ed. Luanda: Kiron, 2011.

NASCIMENTO, Washington. **Jogo nas sombras:** realidades misturadas, estratégias de subjetivação e luta anticolonial em Angola (1901 – 1961). Vitória da Conquista: EdUESB, 2020.

NDOMBA, Borralho João. **Laurenço reúne-se com ativistas.** Jornal DW África. 04 dez. 2018. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/presidente-angolano-re%C3%BAne-se-com-ativistas-rafael-marques-ser%C3%A1-recebido-quarta-feira/a-46584045>. Acesso em: 29 nov. 2023.

NDOMBA, Borralho. **Manifestantes detidos junto ao Ministério da Educação:** Ativistas realizavam um protesto em solidariedade com os professores da Huíla que já entraram no terceiro mês de greve. 04 ago. 2014. Disponível: <http://m.redeangola.info/manifestantes-presos-no-sambizanga/>. Acesso em: 10 jun. 2024.

NDOMBA, Borralho. **TC ordena fim da prisão preventiva dos ativistas.** Jornal DW África. 16 dez. 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/tribunal-constitucional-ordena-fim-da-pris%C3%A3o-preventiva-dos-15-ativistas-angolanos/a-18921628>. Acesso em: 20 mai. 2024.

NDOMBA, Pedro Borralho. **Concerto em Angola exige liberdade para ativistas detidos.** Jornal DW. 03 ago. 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/concerto-em-angola-exige-liberdade-já-para-ativistas-detidos/a-18623473>. Acesso em: 10 mar. 2024.

NEGRÊ. José Eduardo dos Santos. **Quem foi José Eduardo dos Santos, que governou Angola por quase 40 anos.** Editorial, 2022. Disponível em: <https://negre.com.br/quem-foi-jose-eduardo-dos-santos-que-governou-angola-por-quase-40-anos/>. Acesso em: 29 nov. 2023.

NETO Alexandre. **Porque é que o povo Tchokwe quer a autonomia das Lundas.** VOA. 23 mar. 2011. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/article-03-23-2011-angola-tchokwe-people-voa-news-com-118517359/1259872.html>. Acesso em: 10 fev. 2023.

NUNES. Márcia Vidal As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício da cidadania ou instrumentalização (1998-2000). **Revista de Sociologia e Política**, nº 22, p. 59-76, jun. 2004.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe. **Transições do regime autoritário:** primeiras conclusões. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA. **Sangue de Ricardo de Melo clama:** assassinato por explicar 19 anos depois. 2014. Disponível em: <https://observatoriodaimprensa.net/sangue-de-ricardo-de-melo-clama-assassinato-por-explicar-19-anos-depois-3/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

OLIVEIRA, Ricardo Soares. **Magnífica e Miserável:** Angola desde a guerra civil. Lisboa: Tinta-da-China, 2015.

OLIVEIRA Susan de. **A sentença final dos 15+2: O suplício e o riso.** Por Dentro da África. 26 mar. 2016. Disponível em: <https://pordentrodaafrica.com/direitos-humanos-2/a-sentenca-final-dos-152-o-suplicio-e-o-riso-manter-se-humano-frente-ao-que-desumaniza>. Acesso em: 20 jun. 2023.

OLIVEIRA, Susan de. **O rap e o ativismo pelos direitos humanos em Angola - parte 1.** Buala. Angola, 20 mai. 2015. Disponível em: <https://www.buala.org/pt/palcos/o-rap-e-o-ativismo-pelos-direitos-humanos-em-angola-parte-1>. Acesso em: 20 fev. 2022.

OLIVEIRA, Susan de. **A sentença final dos 15+2: O suplício e o riso.** Jornal por dentro da África. 26 de março de 2016. Disponível em: <https://pordentrodaafrica.com/direitos-humanos-2/a-sentenca-final-dos-152-o-suplicio-e-o-riso-manter-se-humano-frente-ao-que-desumaniza>. Acesso em: 20 jun. 2023.

OLIVEIRA, Susan de. **17+todos nós: O julgamento dos ativistas e a violência humanitária em Angola.** Jornal por dentro da África. 28 de março de 2016. Disponível em: <https://pordentrodaafrica.com/noticias/23204>. Acesso em: 20 jun. 2023.

PAIN Rodrigo de Souza; REIS, Marilise Luiza Martins dos. Em busca do despertar: o fortalecimento da sociedade civil angolana após a Segunda República. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, vol. 3, n. 1, p. 44-66, ago.-dez. 2006.

PAIN, Rodrigo de Souza. A centralização política e sua influência no desenvolvimento da sociedade civil angolana. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 10, n. 2, 2007. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/3145>. Acesso em: 26 mar. 2024.

PECLARD, Didier. Os caminhos da “reconversão autoritária” em Angola. **Política Africana**, 2008, v. 2, n°110, p. 5-20. Disponível em: file:///C:/Users/olive/Downloads/POLAF_110_0005.pdf. Acesso em: 26 mar. 2023.

PESTANA, Nelson. **As Dinâmicas da Sociedade Civil em Angola.** Lisboa: Centro de Estudos Africanos, 2004.

PEDRO, Albano. **GOVERNO DE SALVAÇÃO NACIONAL: A BRINCADEIRA QUE FICOU SÉRIA.** Jukulomesso. 08 de agosto de 2015. Disponível em: <http://jukulomesso.blogspot.com/2016/10/governo-de-salvacao-nacional.html>. Acesso em: 20 jul. 2023.

PÉLISSIER, René; WHEELER, Douglas. **História de Angola.** Lisboa: Tinta da China, 2016.

PIMENTEL, Luiz. **O que é a Ditadura.** São Paulo: Lafonte, 2020.

PINTO, João Paulo Henrique. **A identidade nacional angolana – definição, construção e usos políticos.** 2016. 286 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-graduação em História, Niterói, 2016.

PLANO Municipal de Desenvolvimento Sanitário (2013- 2017). Outubro de 2014, p. 02. **Portal Oficial do Governo de Angola**. Disponível em: <https://governo.gov.ao/provincia/u%C3%ADge>. Acesso em: 15 jun. 2024.

QUITUNGA, Asbel Demaca. **O Poder da Informação nas Relações Internacionais**: os efeitos da Primavera Árabe em Angola. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus) – Universidade de Évora. Évora, 2015. 131 f. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10174/13269>. Acesso em: 20 mai. 2023.

RÁDIO ANGOLA. **Direitos humanos continuam em violação no país como na era de José Eduardo dos Santos, constata FOA**. 29 jan. 2020. Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/radioangola/posts/2600495006873943>. Acesso em: 29 nov. 2023.

RÁDIO FRANÇA INTERNACIONAL. **José Eduardo dos Santos confirma saída do MPLA**. 25 mai. 2018. Disponível em: <https://www.rfi.fr/pt/angola/20180525-jose-eduardo-dos-santos-confirma-saida-do-mpla>. Acesso em: 28 nov. 2023.

RAMOS, Luiz Felipe Gondin. **Origens da Primavera Árabe**: uma proposta de classificação analítica. 30f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, XVI Curso de Especialização em Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília, 2015.

REDE ANGOLA. **Concerto de apoio aos presos políticos em Lisboa**: Diversos artistas juntam-se à campanha Liberdade Já! para seis horas de música na Galeria Zé dos Bois. 02 ago. 2015. Disponível em: <http://m.redeangola.info/artistas-unidos-em-prol-da-liberdade-ja/>. Acesso em: 20 mai. 2024.

REDE ANGOLA. **O processo dos 15+2 faz hoje um ano**. 20 jun. 2016. Disponível em: <https://m.redeangola.info/especiais/o-processo-dos-152-faz-hoje-um-ano/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

REDE ANGOLA. **Jornalista Sedrick de Carvalho escreve carta na qual ameaça suicídio**. 14 dez. 2015. Disponível em: <http://m.redeangola.info/sedrick-de-carvalho-escreve-carta-onde-anuncia-suicidio/>. Acesso em: 02 abr. 2023.

REDE ANGOLA. **Activistas detidos escrevem carta desde a prisão**. 28 out. 2015. Disponível em: <http://m.redeangola.info/activistas-detidos-escrevem-carta-desde-a-prisao/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ROCHA, João Manuel. **Uma semana não bastou para o tribunal ouvir três dos 17 ativistas angolanos**. Jornal O Público. 20 nov. 2015. Disponível em: <https://www.publico.pt/2015/11/20/mundo/noticia/uma-semana-nao-bastou-para-o-tribunal-ouvir-tres-dos-17-activistas-angolanos-1715104>. Acesso em: 10 mai. 2024.

RODRIGUES, Venancio. **Mfulupinga foi assassinado há nove anos**. Voa, 2013. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/assassinato-mfulupinga-deputado--pdp-ana/1693756.html>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SAID, Edward. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Carlos. **Quem são os ativistas presos desde 20 de junho e as acusadas que não estão detidas**. Esquerda. Lisboa, 21 out. 2015. Disponível em: <https://www.esquerda.net/dossier/quem-sao-os-ativistas-presos-desde-20-de-junho-e-acusadas-que-nao-estao-detidas/39200>. Acesso em: 10 de março de 2023.

SANTOS, Donizeth Aparecido dos. Da ruptura à consolidação: um esboço do percurso literário angolano de 1948 a 1975. **Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. Apl., Ling., Letras e Artes**, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p. 31-42, jun. 2007.

SANTOS, Eduardo A. Estevam. Imprensa, raça e civilização: José de Fontes Pereira e o pensamento intelectual angolano no século XIX. **Afro-Ásia**, n. 61, p. 118-157, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/31466>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SANTOS, Jaqueline Lima. **Imaginando uma angola pós-colonial**: a cultura hip-hop e os inimigos políticos da nova república. 314f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2019.

SANTOS, Onofre dos. **Eleições angolanas 1992**: uma lição para o futuro. Washington: Isabel Emerson, 2005.

SEEMANN, Jörn. O espaço da memória e a memórias do espaço: Algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 4/5, p. 43-53, 2003.

SHARP, Gene. **Da ditadura à democracia**: Uma estrutura conceitual para a libertação. 4ª ed. Tradução: José A.S. Filardo. São Paulo: Palas Athena, 2017.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. (Org). **Teoria da História**. São Paulo: Cultrix, 2014.

SMITH, Marcie. **Agente de Mudança**: a não-violência neoliberal de Gene Sharp. Non Site, 10 mai. 2019. Disponível em https://nonsite-org.translate.google.com/change-agent-gene-sharps-neoliberal-nonviolence-part-one/?x_tr_sl=en&x_tr_tl=pt&x_tr_hl=pt-PT&x_tr_pto=sc. Acesso em: 28 mar. 2022.

SOUZA, Heloisa Maria Paes de. “Uma religião de estrangeiros e alheia à cultura nacional”: discursos e ações contra o Islam em Angola. **Anais... 31ª Reunião Brasileira de Antropologia**. 2018. Brasília/DF. Disponível em: [file:///C:/Users/olive/Downloads/Uma%20religião%20de%20estrangeiros%20e%20alheia%20à%20cultura%20nacional%20ARTIGO%20COMPLETO%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/olive/Downloads/Uma%20religião%20de%20estrangeiros%20e%20alheia%20à%20cultura%20nacional%20ARTIGO%20COMPLETO%20(1).pdf). Acesso em: 10 mar. 2024.

SUL D`ANGOLA, Nelson. **A verdade sobre as manifestações angolanas em DVD**. Jornal DW África. 10 de janeiro de 2014. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/a-verdade-sobre-as-manifestações-angolanas-em-dvd/a-17354058>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SUL D'ANGOLA, Nelson. **Repressão sufoca protestos e faz feridos em Angola.** Jornal DW África. 12 mar. 2012. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/repress%C3%A3o-sufoca-protestos-e-faz-feridos-em-angola/a-15805097>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SUL D'ANGOLA, Nelson. **Ativistas angolanos protestam contra "prisões arbitrárias"**. Jornal DW África. 15 jul. 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/ativistas-angolanos-protestam-em-luanda-contrapris%C3%B5es-arbitr%C3%A1rias/a-18586187>. Acesso em: 10 jun. 2024.

SUL D'ANGOLA, Nelson. **Ativistas angolanos são julgados em Luanda.** JORNAL DW AFRICA. 16 nov. 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/ativistas-angolanos-s%C3%A3o-julgados-em-luanda/a-18853004>. Acesso em: 10 mai. 2024.

TEIXEIRA, Rannyle. A retomada Cultural no contexto da independência de Angola. **Revista História em Reflexão**, v. 17, n. 34, out.-dez. 2023. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/16775>. Acesso em: 24 jul. 2024.

TSANDZANA, Dércio. **Ativista angolano Nuno Dala encerra greve de fome após 36 dias.** Jornal Conexão Lusófona. 2016. Disponível em: <https://www.conexaolusofona.org/apos-36-dias-ativista-angolano-nuno-dala-encerra-greve-de-fome/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

TELO, Florita. **Angola: a trajetória das lutas pela cidadania e educação em direitos humanos.** 241f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídicas) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TIRIBA, L.; MAGALHÃES, L. D. R. Lições do trabalho associado: educação, experiência e memória coletiva. In: MAGALHÃES, L. D. R.; TIRIBA, L. Experiência: o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação. Uberlândia: Navegando publicações, 2018. Uma Literatura de Combate na Revista Mensagem. **Revista História em Reflexão**, v. 17, n. 34, out.-dez. 2023.

VERDE, Rui. **Novo Código do Processo Penal sob Escrutínio.** Jornal Maka Angola. 18 de novembro de 2020. Disponível em: <https://www.makaangola.org/2020/11/novo-codigo-do-processo-penal-sob-escrutinio/>. Acesso em: 10 mai. 2024.

VERDE, Rui. **José Eduardo dos Santos ‘Condenado’ a Prisão Efectiva.** Maka Angola, 29 de Março de 2016. Disponível em: <https://www.makaangola.org/2016/03/jose-eduardo-dos-santos-condenado-a-prisao-efectiva/>. Acesso em: 20 mai. 2024.

VIDAL, Nuno. Multipartidarismo em Angola. In: VIDAL, Nuno; ANDRADE, Justino Pinto de. (Org.). **O processo de transição para o multipartidarismo em Angola.** Lisboa: Firmamento, 2006. p. 11-57.

VIEIRA, Laurindo. **Angola: a Dimensão Ideológica da Educação 1975-1992**. 1ª Edição. Luanda: Nzila, 2007.

VOA. **Angola Fala Só: Bilhete de Identidade de Makuta Nkondo**. 02 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/angola-fala-s%C3%B3-bilhete-de-identidade-makuta-nkondo/5174408.html>. Acesso em: 20 out. 2023.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, R. **História de Angola**. 1ª Edição. Lisboa: Editora Tinta-da-China, 2009.

WRIGHT, George. **A destruição de um país: a política dos estados unidos para Angola desde 1945**. Coleção Estudos Africanos. Lisboa: Caminho, 2002.

Fontes orais

BRITO “DRUX”, Inocêncio de. Entrevista VI. [Entrevista cedida a] Oliveira Adão Miguel. Cacuaco, 14 de abril de 2022. Entrevista presencial.

CONDE, Rosa. Entrevista I. [Entrevista cedida a] Oliveira Adão Miguel. Viana, 02 de março de 2024. Entrevista presencial.

DALI “DITO DALI”, Benedito Jeremias. Entrevista VII. [Entrevista cedida a] Oliveira Adão Miguel. Cacuaco, 14 de abril de 2022. Entrevista presencial.

DOMINGOS, Jaime. Entrevista VIII. [Entrevista cedida a] Oliveira Adão Miguel. Via WhatsApp, 14 de junho de 2024.

GOUVEIA, Laurinda. Entrevista II. [Entrevista cedida a] Oliveira Adão Miguel. Viana, 8 de março de 2024. Entrevista presencial.

HATA, José Gomes. Entrevista III. [Entrevista cedida a] Oliveira Adão Miguel. Cacuaco, 14 de abril de 2022. Entrevista presencial.

SAMUSSUKU, Hitler Jessy Tshikonde. Entrevista IV. [Entrevista cedida a] Oliveira Adão Miguel. Cacuaco, 14 de abril de 2022. Entrevista presencial.